

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional

MICHELLE CAMPOS MORAIS

PRÁTICAS INSURGENTES EM PLANEJAMENTO URBANO:
as experiências de Urbanismo Colaborativo

Porto Alegre - RS
2023



MICHELLE CAMPOS MORAIS

PRÁTICAS INSURGENTES EM PLANEJAMENTO URBANO:
as experiências de Urbanismo Colaborativo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR - UFRGS), como requisito à obtenção do título de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Linha de Pesquisa: Cidade, Cultura e Política

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Porto Alegre - RS

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Morais, Michelle Campos
Práticas insurgentes em planejamento urbano: as
experiências de Urbanismo Colaborativo / Michelle
Campos Moraes. -- 2023.
283 f.
Orientador: Eber Pires Marzulo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. planejamento urbano. 2. práticas urbanas
insurgentes. 3. urbanismo colaborativo. I. Marzulo,
Eber Pires, orient. II. Título.

MICHELLE CAMPOS MORAIS

PRÁTICAS INSURGENTES EM PLANEJAMENTO URBANO:
as experiências de Urbanismo Colaborativo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR - UFRGS), como requisito à obtenção do título de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de junho de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo - Orientador
PROPUR - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Clarice Misoczky de Oliveira
PROPUR – UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Baptista da Mota
DCSPT - UA - PORTUGAL

Dr. Tarson Núñez
DEE - SPGG – RS

Para todas e todos que já dedicaram esforços na construção de cidades mais colaborativas e democráticas.

AGRADECIMENTOS

Há muito o que agradecer às pessoas e às instituições que contribuíram para que a realização do trabalho de tese fosse possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eber Pires Marzulo, pelo acompanhamento dedicado, pela partilha generosa de valiosos ensinamentos, pela confiança e motivação constantes.

Aos meus pais, Rita e Telmo (*in memoriam*), que proporcionaram todo afeto e suporte no meu caminhar, que apoiaram incondicionalmente as minhas escolhas e que sempre estiveram ao meu lado, mesmo que de longe.

Ao Leandro, meu companheiro de todos os momentos, por tudo que compartilhamos, por tua presença, por todo amor, incentivo e cumplicidade, que com certeza foram a minha base neste processo.

À minha vó Terezinha, à minha irmã Lisielle, ao meu sobrinho Henrique, aos demais familiares e amigos, pela torcida e pela compreensão da minha ausência.

Ao Aldovan, pela hospitalidade e acolhida porto-alegrense neste período.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), aos professores, funcionários e colegas que fizeram parte desta formação.

Ao GPIT (Grupo de Pesquisa Identidade e Território/CNPq), pelos encontros repletos de trocas de experiências e de aprendizados.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa final, pela disponibilidade em avaliar e em somar suas contribuições para o trabalho.

À UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), que me recebeu como aluna de graduação e de mestrado em anos passados, e atualmente como docente, por apoiar e oportunizar meu aprimoramento e formação, especialmente aos colegas do Campus Cachoeira do Sul e do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Ao COURB (Instituto de Urbanismo Colaborativo), por todos os dados e os materiais disponibilizados, essenciais à realização do trabalho, sobretudo pelos grandes desafios que se impuseram.

É preciso dizer que a pandemia da Covid-19 e as medidas de confinamento que atravessaram o mundo e a todos, atravessaram também a realização deste trabalho e a mim, como não poderia deixar de ser. Foi também um período que o Brasil teve sua democracia, educação e ciência fortemente atacadas.

Então há muito que agradecer por ter concluído esta trajetória, na qual o conhecimento demonstra-se cada vez mais como caminho de resistência e de luta.



QUINO. **Toda Mafalda**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2007.

RESUMO

A tese apresenta as insurgências de práticas urbanas contemporâneas no campo do planejamento urbano, apontando que geram tensionamentos e renovações nas formas de produção das cidades, até mesmo na própria noção de planejamento, seus modos de pensar e de agir no urbano. São abordadas as práticas urbanas insurgentes de protagonismo popular como formas de planejamento urbano para além dos modelos tradicionais hegemônicos, as quais se opõem às relações de poder dominantes no sistema neoliberal e exercem um contrapoder de reivindicar o direito de planejar e de decidir sobre os territórios. Objetivando investigar se e como as práticas urbanas contemporâneas estão se estabelecendo como um planejamento insurgente, toma-se como foco o estudo do caso do Urbanismo Colaborativo, através de um conjunto de experiências de diversas cidades de todas as regiões do Brasil. Se as práticas urbanas não são todas insurgentes, as que têm a insurgência como uma dimensão central, podendo ser consideradas como um planejamento insurgente, possuem efeito potencial para uma nova forma de atuação sobre as cidades e uma renovação do campo do planejamento urbano.

Palavras-chave: planejamento urbano, práticas urbanas insurgentes, urbanismo colaborativo.

ABSTRACT

The thesis presents the insurgencies of contemporary urban practices in the field of urban planning, pointing out that they generate tensions and renewals in the forms of production of cities, even in the very notion of planning, its modes of thinking and acting in the urban realm. Insurgent urban practices of popular protagonism are addressed as forms of urban planning beyond traditional hegemonic models, which oppose dominant power relations in the neoliberal system and exercise a counterpower to claim the right to plan and decide on territories. Aiming to investigate whether and how contemporary urban practices are establishing themselves as insurgent planning, the focus of study is the case of Collaborative Urbanism, through a set of experiences from different cities in all regions of Brazil. If urban practices are not all insurgent, they have a potencial effect for a new form of action on cities and a renewal of the field of urban planning.

Keywords: urban planning, insurgent urban practices, collaborative urbanism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Levantamento das práticas de Urbanismo Colaborativo.	146
Quadro 02 – Quadro taxonômico de referência.	165
Quadro 03 – Conteúdo das práticas de Urbanismo Colaborativo.	170
Quadro 04 – Síntese quantitativa das práticas de Urbanismo Colaborativo.	180
Quadro 05 – Levantamento de subcategorias menos e mais recorrentes.	181
Quadro 06 – Relação quantitativa entre categoria atores e categoria organização.	183
Quadro 07 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria contexto.....	186
Quadro 08 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria propósito.	189
Quadro 09 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria atores.	194
Quadro 10 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria organização..	198
Quadro 11 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria apoio.	201
Quadro 12 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria método.	206
Quadro 13 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria escala.....	212
Quadro 14 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria participação..	215
Quadro 15 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria decolonialidade.	218
Quadro 16 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria interações de poder.	223
Quadro 17 – Síntese dos níveis de insurgência das categorias e subcategorias....	227
Quadro 18 – Sistema de gradação dos níveis de insurgência.	228

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – 1º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2016 em Curitiba/PR.	141
Figura 02 – 2º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2017 em Brasília/DF.	141
Figura 03 – 3º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2018 em Fortaleza/CE....	142
Figura 04 – 4º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2019 em Belém/PA.....	142
Figura 05 – 1ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2016 em Curitiba/PR.....	143
Figura 06 – 2ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2017 em Brasília/DF.	144
Figura 07 – 3ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2018 em Fortaleza/CE.	144
Figura 08 – 4ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2019 em Belém/PA.	145
Figura 09 – Distribuição regional das práticas de Urbanismo Colaborativo.	145
Figura 10 – Visualização do conjunto de práticas urbanas.	172
Figura 11 – Visualização geral da taxonomia do Urbanismo Colaborativo.	173
Figura 12 – Visualização de prática urbana individualmente.	174
Figura 13 – Visualização de prática urbana com mais graus de conexões.....	175
Figura 14 – Visualização da relação entre duas práticas urbanas.	176
Figura 15 – Visualização da relação entre três práticas urbanas.	177
Figura 16 – Visualização de subcategoria individualmente.....	178
Figura 17 – Visualização de categoria e subcategorias.	179
Figura 18 – Visualização da relação entre categoria atores e categoria organização.	182
Figura 19 – Visualização da categoria contexto.....	188
Figura 20 – Visualização da categoria propósito.....	192
Figura 21 – Visualização da categoria atores.....	195
Figura 22 – Visualização da categoria organização.....	199
Figura 23 – Visualização da categoria apoio.....	202
Figura 24 – Visualização da categoria método.....	208
Figura 25 – Visualização da categoria escala.....	213
Figura 26 – Visualização da categoria participação.....	217
Figura 27 – Visualização da categoria decolonialidade.....	219
Figura 28 – Visualização da categoria interações de poder.....	223
Figura 29 – Visualização das relações com menor nível de insurgência.....	230
Figura 30 – Visualização das práticas com quatro componentes de menor nível de insurgência.....	231

Figura 31 – Visualização das relações com maior nível de insurgência.	234
Figura 32 – Visualização das práticas com cinco componentes de maior nível de insurgência.....	235
Figura 33 – Visualização das práticas com quatro componentes de maior nível de insurgência.....	236

LISTA DE SIGLAS

ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

COURB – Instituto de Urbanismo Colaborativo

ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO INSURGENTE	40
2.1 Da crise do planejamento urbano tradicional à ascensão do ideal participativo..	44
2.2 Planejamento urbano e participação institucional no contexto neoliberal	62
2.3 Participação insurgente no planejamento urbano	71
3 PLANEJAMENTO URBANO E INSURGÊNCIA DECOLONIAL	78
3.1 Territorializações insurgentes.....	81
3.2 Práticas espaciais insurgentes	90
3.3 Planejamento insurgente como nova imaginação para o urbano.....	101
3.4 Decolonialidade do urbano a partir das insurgências urbanas	115
4 REVERBERAÇÕES INSURGENTES EM NOVAS PRÁTICAS URBANAS.....	134
4.1 Práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo.....	139
4.2 Quadro taxonômico de referência	150
4.2.1 Categorias de análise: componentes teóricos.....	154
4.2.2 Subcategorias de análise: componentes práticos	160
4.2.3 Quadro taxonômico de referência: componentes teórico-práticos	164
5 PRÁTICAS DE URBANISMO COLABORATIVO	168
5.1 Modos de olhar para as práticas	169
5.2 Decifrando insurgências no Urbanismo Colaborativo.....	184
5.3 Possíveis demarcações insurgentes	226
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
REFERÊNCIAS.....	255
ANEXO A – Análise da produção científica.....	263
ANEXO B – Formulário das Mostras de Urbanismo Colaborativo.....	265
ANEXO C – Análise das práticas de Urbanismo Colaborativo.....	268

1 INTRODUÇÃO

Apostamos nas questões que nos inquietam, no modo como queremos construir o mundo, no modo como desejamos vivê-lo. Consideramos a dimensão social como possibilidade transformável e transformadora para criar seus próprios modos de ser, de estar, de fazer o mundo. Acreditamos em um mundo que ainda não temos, mas cujas raízes podem estar encontrando território fértil para ativar sua potência. Para esse modo de ver o mundo, para abrir caminho para que a tese se desenvolva, é preciso questionar o prescrito, desacomodar-se com o já sabido e ultrapassá-lo. Deslocamos o olhar para permitir transpor abordagens consolidadas e estimular a ver outras realidades, a perceber o que já está. Traçamos um percurso singular no campo do planejamento urbano ao tensionar o conhecimento para além dos modelos tradicionais hegemônicos vinculados às estruturas institucionais do Estado e moldados pelos sistemas vigentes do mercado, e discutir sobre outros planejamentos possíveis. Direcionamos assim a discussão do planejamento urbano desde a perspectiva das insurgências urbanas, que ampliam o aporte teórico ao reconhecer as práticas fora das estruturas institucionais, ligadas às lutas urbanas e pautadas na participação popular autodeterminada como formas de planejamento.

O planejamento urbano, quer como campo disciplinar, quer como profissão, se altera juntamente ao contexto onde opera, do qual depende e que interfere. Não obstante as alterações sucedidas, os desafios em acompanhar o dinamismo e as transformações urbanas provocadas pelo neoliberalismo e os anseios populares têm suscitado o urgente repensar do planejamento, que diante da crise global contemporânea, passa também por um momento de crise e inflexão¹. Se acentua a importância de reflexões sobre a renovação do planejamento e a revisão em suas bases a fim de romper com os enunciados que o levaram a tal crise e com o *modus operandi* em sua colonialidade. Um aprofundamento crítico exige colocar em questão o que foi até então naturalizado como produção das cidades, em direção a novas proposições que disputem com as formas hegemônicas de planejamento, e capazes

¹ Miraftab (2016, p. 363).

de deslocar a colonialidade que ainda rege a teoria e a prática urbanística suprimindo qualquer conceitualização alternativa de cidades e de planejamento².

Um movimento decolonial contrapõe as ordens dominantes uma vez que estas operam nas invisibilizações, nas omissões e nas desigualdades que têm sido empreendidas sobre os territórios a despeito das racionalidades situadas à margem dos poderes instituídos, daqueles atores³ que lutam por espaço nos processos urbanos e para os quais é negado reconhecimento. Concentrando-se nos modos subordinados de vida, essa oposição decolonizadora busca por conhecimentos e ações contra-hegemônicas e transformadoras, fazendo emergir outras possibilidades à realidade urbana. O poder de criar interrupções na perpetuação do presente e de ampliar o campo de possibilidades está nas práticas, ideais e ideias de caráter sociopolítico que combinam resistência e transgressões na emancipação às normas impostas e na invocação da imaginação de um futuro diferente⁴.

Essas práticas urbanas que recuperam o comum e conferem potência às racionalidades historicamente apagadas, lançam um novo olhar sobre o urbano para entendê-lo a partir da complexa composição de saberes própria da heterogeneidade de atores, promovendo uma intervenção epistemológica e ontológica na relação entre o planejamento e a participação popular. Ao tempo que questionam o papel do Estado e do profissional planejador em determinar os destinos das cidades segundo uma hierarquia de saberes, reivindicam a inclusão de setores populares nas decisões de planejamento urbano. O desafio de construir uma lógica menos restritiva e centralizadora e propícia à pluralidade, implica ter em conta não somente os objetivos e valores que o planejamento incorpora e as metodologias que melhor traduzam o interesse público, mas também as viabilidades de acesso aos processos e as novas formas de participação e democratização urbana.

As discussões teóricas sobre a participação popular no planejamento urbano em geral tratam da abertura democrática em que a população é chamada a participar

² Miraftab (2018, p. 283).

³ A literatura traz os termos atores, agentes ou *stakeholders* em acordo com a opção metodológica adotada, mas havendo em grande parte significações aproximadas, interessando aqui menos buscar uma distinção, e mais a capacidade explicativa em planejamento, que em comum nos estudos urbanos compreendem ser todos aqueles que atuam na produção do urbano.

⁴ Miraftab (2018, p. 284).

de órgãos consultivos ou deliberativos coordenados pelo Estado, para contribuir com determinados planos, projetos, orçamentos e políticas urbanísticas, assim como há estudos em torno da própria organização popular para que seja envolvida nos canais participativos que lhe são disponibilizados⁵. Uma outra abordagem teórica sobre a participação é aqui proposta à luz das insurgências urbanas, nomeadamente práticas urbanas insurgentes, como um tipo diferente de planejamento que abre a teorização a outras formas de ação além das sancionadas pelas instâncias dominantes⁶. São práticas de resistência e de luta para elucidar as circunstâncias do mundo, vocalizar a insatisfação com o sistema sociopolítico e contestar as contradições e condições de vida nas cidades, bem como as relações de poder vigentes na produção do urbano.

Nas cidades se realiza a vida urbana, se entrelaçam e territorializam relações políticas, econômicas e sociais, ao tempo que também as forças se organizam. As cidades são constantemente produzidas e atravessadas por jogos de forças que se estabelecem entre os diversos atores, que além de possuírem interesses distintos e concorrentes, acessam maior ou menor possibilidade de influência tendo em vista as assimetrias de poder encravadas na sociedade⁷, as quais levam a desiguais níveis de participação nos processos de planejamento. As práticas insurgentes se colocam então no sentido de um poder de emancipação e menos para efeito de dominação, exercendo um contrapoder de reivindicar o direito de reconhecimento, de integrar o planejamento e de decidir sobre os territórios.

A tese apresenta as práticas urbanas insurgentes como formas de planejamento urbano, em que as insurgências vinculadas aos processos urbanos são abordadas como possibilidade crítica à colonialidade do urbano e como um caminho distinto de participação popular que contribui como instância de decisão no planejamento ademais da institucional. Contrapondo métodos subordinados de planejamento urbano participativo às iniciativas autônomas e diretas, as práticas insurgentes reorientam o debate pois descentralizam o papel da representação e exigem um tipo diferente de participação e inclusão popular firmando suas regras e princípios na formação das decisões que afetam suas vidas⁸.

⁵ Souza (2001, p. 338).

⁶ Miraftab (2016, p. 364).

⁷ Souza (2001, p. 52).

⁸ Miraftab (2018, p. 279).

As insurgências imprimem, portanto, uma mudança nos termos do discurso democrático no urbano, voltando-se da visão de representação democrática para um ideal participativo. Ao tempo que a democracia representativa se baseia no poder que a população transfere aos governos no momento que os escolhem como seus representantes, a democracia participativa remete ao exercício coletivo do poder, em que a população não legitima a soberania de governantes e de técnicos e busca protagonizar ações diretas para defender seus interesses⁹.

Em objeção ao poder preponderante que coubera ao Estado e ao padrão de intervenção marcado por forte racionalismo que predominara quando do advento do planejamento urbano, surgiram proposições de planejamentos participativos contrariando os mecanismos da democracia representativa e demandando a inclusão do elemento social na dimensão política¹⁰. O que segue é um aumento gradativo dos meios para a participação até se tornarem uma dimensão institucionalizada no planejamento, assim como da conscientização e da politização dos setores populares como parte dos processos urbanos.

Dentre as construções teóricas pioneiras na qual se tem a participação como um objetivo principal, destacamos Paul Davidoff (1965) com o planejamento advocatício, e John Friedmann (1973, 1987), nas propostas de planejamento transativo e, posteriormente, de planejamento radical, que modificaram os discursos de um instrumento de controle para um planejamento com atuação popular. Um paradigma de planejamento urbano inovador é trazido com a proposta de descentralização e democratização do processo político, valorizando a perspicácia da sociedade civil sobre o domínio técnico.

A ascensão do ideal participativo visando a institucionalização encontra apoio teórico em Jürgen Habermas (1981) em torno do planejamento comunicativo a propósito de gerar consenso pela ação comunicativa para abertura da participação popular, cujo pensamento inspira John Forester (1989), Patsy Healey (1992, 1997, 2003) e Judith E. Innes (1995) na formulação das correntes de planejamento comunicativo/colaborativo. Essas produções teóricas possuem a comunicação como

⁹ Sousa Santos (2003, p. 49, 53).

¹⁰ Taylor (1998, p. 85-86).

principal dispositivo para o planejamento urbano, por meio da competência do diálogo, que busca impedir a coerção e a imposição de ideias, visando a autonomia popular para reivindicar a participação e o direito às decisões.

Embora com perspectivas participativas promissoras e avanços tendo sido conquistados, parte dos modelos de planejamento surgidos como contraponto aos modelos tecnocráticos são direcionados às estruturas institucionais. Os planejamentos com a participação institucionalizada, os quais conceituam ações políticas populares e acabam se voltando para proposições para o Estado, padecem de limitações e riscos de retirar o campo de contradições e conflitos, e de repor a visão racionalista e o caráter tecnicista detentor das relações de poder.

No caso brasileiro, a diretriz participativa é prevista institucionalmente pelo Estatuto da Cidade¹¹, que em seu Art. 2º estabelece a gestão democrática e a participação da população e de associações representativas da comunidade nas políticas urbanas através de instrumentos do Estado, como planos diretores, conselhos, fóruns e assembleias. Entretanto, trata-se apenas de uma parte do processo de planejamento em que o acesso aos instrumentos e a possibilidade de participação acabam reservados a uma parcela da população e não contemplando seus vários segmentos¹². Além disso, nem sempre os processos ditos participativos garantem condições a participação, que na maior parte das vezes não ocorre de fato, como afirmam os discursos, havendo uma tendência à representatividade e atuação popular mais simbólica, e não significando uma alteração de poderes nas esferas decisórias, como se considerou que o planejamento participativo poderia promover.

Conforme as práticas insurgentes dão ênfase aos meios de inclusão e às ações autodeterminadas, colocam em questão tanto o esgotamento da democracia representativa, que sofre as restrições das disputas de poder, como a inadequação com que a incorporação da participação popular pelo Estado incide no planejamento urbano, pois não tem implicado em um efetivo desenvolvimento democrático. Com os canais participativos sendo controlados, os setores populares não acessam influência suficiente em favor de interesses coletivos, e são os interesses dos detentores de

¹¹ Brasil (2001). Lei n. 10.257 de 2001 que regulamenta o Art. 182 e o Art. 183 da Constituição Federal de 1988 referentes à política urbana.

¹² Villaça (2005, p. 50).

poder que realmente dão curso aos processos, principalmente os interesses do mercado quando do planejamento atrelado ao Estado neoliberal.

Ao se inserir no contexto neoliberal, a institucionalização da participação no planejamento tem atenuado os conflitos e oferecido um risco de despolitizar e conter os ativismos e lutas urbanas, tendendo a reduzir sua força sociopolítica e a normalizar a dominação¹³. Muitas vezes as práticas urbanas são ignoradas ou reprimidas por representarem uma ameaça ao *status quo* justamente pela potência em desviar a definição de participação dos procedimentos formalistas performados pelo Estado. Se estabelece um distanciamento entre os interesses do Estado enquanto democracia representativa, e o poder do povo com interesses de democracia participativa, que passa a ter um movimento regressivo¹⁴.

Mesmo dadas as limitações e entraves da corrente participativa circunscrita ao planejamento, seus atributos mostram a importância de incluir novos atores e amparam uma aposta na democratização urbana, pelo que é necessária uma virada na abordagem teórica e prática da participação. Uma virada que pode ocorrer pelo potencial das insurgências como uma nova forma de conceber a participação popular no planejamento urbano.

Se por um lado o planejamento participativo e o insurgente trazem uma proposta de transformação, se diferem no que se refere aos processos, às práticas e aos resultados, sobretudo devido às mudanças que o próprio decorrer histórico promove sobre os atores. Embora a participação não sendo uma temática nova, diferentemente dos movimentos populares urbanos do passado ligados às categorias representativas ou às organizações da sociedade civil que emergiram no universo de inadaptação às estruturas sociais ou às entidades instituídas, hoje outros tipos de práticas urbanas dão um novo impulso ao debate. Na falta ou ineficiência das estruturas participativas, muitos passam a questionar as formas de planejamento e a buscar outros meios de ação, ampliando-se mobilizações de cidadãos comuns e de grupos organizados através de instâncias como associações, comunidades, movimentos sociais, ONGs e coletivos, assessorados ou não por profissionais. Essas mobilizações são historicamente importantes enquanto crítica à ordem vigente e,

¹³ Miraftab (2016, p. 369).

¹⁴ Marzulo e Siqueira (2021, p. 404).

atualmente, alteram as relações de forças para a reconstrução de valores democráticos e dos rumos para a participação no planejamento, não buscando apenas por uma melhor representação, mas lutando pela autodeterminação.

Essa nova face da atuação cidadã resulta das próprias mudanças na conjuntura urbana, pois em um contexto mundialmente marcado pela intensa urbanização, pela globalização e pelo neoliberalismo, que tem regido a ordem político-econômica, impactos significativos acometem as cidades¹⁵ e afetam distintamente a população, de maneira que nem todos se beneficiam das modificações ou são incluídos nas discussões¹⁶. Em contraposição a essa lógica, insurgem práticas urbanas que engendram alternativas menos passivas de participação para tentar responder aos problemas que se impõem através de ações diretas de forma coletiva e colaborativa.

O planejamento urbano sob o contexto neoliberal atende aos interesses de quem tem poder técnico, político ou econômico, e aqueles que não se enquadram nesses perfis possuem pouco acesso ou nenhuma participação. Em uma ideia persistente, mesmo quando há um discurso participativo, as cidades continuam sendo definidas a partir de planejamentos elaborados predominantemente por técnicos e com base em diretrizes fixadas institucionalmente pelo Estado, as quais passaram a ser voltadas para o mercado, reforçando os processos restritivos e impositivos, pouco contemplando as ideias e práticas exteriores aos ambientes profissionais¹⁷.

O que se vê é que, muito embora o planejamento urbano seja condicionado pelas características locais de onde se estabelece e esteja vinculado ao poder público, como tal, é cada vez mais permeável às pressões e à influência do neoliberalismo, incorporando a sua disposição de privilegiar os interesses do setor privado em detrimento aos interesses públicos, com o domínio do capital sobre o Estado ou a ele associado. Como uma estratégia regulatória desencadeada no sistema capitalista, a neoliberalização altera os modos de governança e o relacionamento entre Estado e economia, para impor, ampliar ou consolidar formas mercantilizadas de vida social¹⁸. As dinâmicas neoliberais, em que o capital globalizado se sobrepõe às necessidades locais, demonstram que o mercado cada vez mais se fortalece e ocupa frentes

¹⁵ Harvey (2008 [2005], p. 14).

¹⁶ Miraftab (2016, p. 363).

¹⁷ Souza (2001, p. 118).

¹⁸ Brenner *et al* (2018, p. 166).

anteriormente de âmbito público, levando à flexibilização econômica e à desregulação e redução da ação do Estado¹⁹.

Fica claro que a hegemonia do neoliberalismo²⁰ implica não apenas em uma transformação, mas no enfraquecimento do planejamento urbano, antes relativo a um Estado intervencionista²¹, que passa a descentralizar responsabilidades e a se distanciar da sua atividade promotora do planejamento para conceder novas zonas para a realização capitalista. Põe-se em dúvida a atividade de planejamento perante um Estado debilitado e um setor privado fortalecido, que atua com vista aos interesses dos mais afortunados e em desfavor às necessidades daqueles com maiores privações econômicas, acentuando desigualdades.

Face às incertezas e às mudanças, as matrizes do planejamento urbano também são chamadas a mudar, estando o processo sempre sujeito às influências ideológicas²², em que os desenvolvimentos teóricos não são dissociados das práticas de planejamento oriundas do neoliberalismo. As teorizações anteriormente voltavam-se às correntes de planejamento críticas ao realizado pelo Estado, porém no contexto neoliberal, dada a redução do próprio Estado como principal agência promotora do planejamento, a preocupação deixa de ser a sua natureza. As teorias passam a ser acompanhadas de uma crítica concentrada na busca de uma melhor compreensão da natureza dos problemas e da eficácia de políticas existentes ou futuras possíveis²³. Se antes haviam dúvidas sobre o modelo de planejamento mais adequado para propor soluções para a profusão de problemáticas urbanas, hoje as discussões não mais se restringem ao tipo de planejamento, mas sobre a forma e por quais atores passa a ser ocupada a função deixada pelo Estado neoliberal.

Em confluência, o esvaziamento das instâncias políticas e a fragilização das instâncias de planejamento urbano se tornam favoráveis ao debate, pois conduzem a uma abertura para que se constituam práticas de planejamento sobre novas bases e

¹⁹ Harvey (2008 [2005], p. 12-13).

²⁰ Trata-se da hegemonia do neoliberalismo em relação ao planejamento urbano, o que não implica na homogeneização neoliberal no Estado, o qual é resultante de forças diversas e, por vezes, orientado a políticas progressistas.

²¹ Souza (2001, p. 30).

²² Maricato (2000, p. 133).

²³ Taylor (1998, p. 148).

comprometidas com a democracia²⁴. O planejamento passa a ser tratado mais amplamente, não se limitando a uma construção estritamente institucional, mas tendo em conta a inserção de novos atores, o que pode ser verificado por meio das práticas insurgentes que sucedem do próprio empoderamento e mobilização popular em ocupar a função de planejar.

As teorizações decorrentes das práticas urbanas insurgentes rompem com os modelos de representação e de participação institucionalizados atrelados ao domínio estatal e capitalista, e colocam no centro de discussão a atitude social e política com que os setores populares estabelecem outras concepções de poder e criam seus próprios meios para participar do planejamento, seja utilizando as estruturas institucionais de maneira independente ou mesmo as contrariando. A orientação insurgente desestabiliza a ordem dos poderes dominantes e desafia o confinamento das práticas urbanas às normas do Estado e do mercado, reconhecendo a possibilidade de imprimir uma dinâmica renovada de participação popular no planejamento ao se fazer uso das normas para induzir uma ruptura e criar algo novo²⁵.

As práticas insurgentes se colocam em oposição aos modos institucionalizados de planejamento, desenvolvendo-se fora do aparato estatal, apesar de circularem por ele, pois consideram oportuno utilizar suas estruturas para inserir forças não apenas em termos complementares aos processos de planejamento, mas para realizar modificações²⁶. Entretanto, a atuação popular não se reduz aos recursos oficiais quando não os julga benéficos, e inventa novos espaços ou reapropria os existentes, onde possa escolher os próprios modos de constituição e de participação, e invocar o direito de cidadania para promover interesses contra-hegemônicos²⁷.

Na medida que procuram incrementar a participação popular no planejamento, os movimentos insurgentes criam ambientes de debate e ampliam a agenda de luta, se estabelecendo como estímulo para o interesse pelas pautas urbanas por aqueles atores tradicionalmente excluídos das políticas, mas capazes de viabilizar alternativas construtivas. Não se trata de abrir espaço no interstício do Estado e do mercado, em áreas residuais onde as práticas não representem uma ameaça à ordem, mas buscar

²⁴ Maricato (2000, p. 188).

²⁵ Mirafteb (2016, p. 369).

²⁶ Sandercock (1999, n.p.).

²⁷ Mirafteb (2009, p. 8).

por uma reestruturação das relações de poder para que novos atores desempenhem um papel decisivo de transformação²⁸. Cabe tratar as práticas insurgentes como uma via de subversão no planejamento, em que os setores populares fazem valer sua força para disputar por espaços de poder perante os embates empreendidos no território.

Após discutir a relação entre planejamento e participação popular, seja nas propostas de planejamento participativo ou no planejamento neoliberal, e indicar as insurgências como caminho teórico crítico à participação institucionalizada, avança-se buscando guiar a noção de insurgências urbanas aqui tomada para explorar outras possibilidades de planejamento urbano como práxis. Para tanto, são realizadas as aproximações teóricas pertinentes às relações socioespaciais e às relações de poder dadas a partir dos mecanismos contra-hegemônicos, as quais são analisadas a partir das territorializações insurgentes e das práticas espaciais insurgentes. Mostra-se importante abordar a atuação popular na produção do urbano desenvolvendo táticas de resistência frente a estratégias das instâncias dominantes, no que remete à articulação de forças concebidas na esfera cotidiana, oriundas tanto de dinâmicas sociais como do exercício da ação política associadas ao território.

Há uma correlação entre as dimensões política e social das práticas urbanas e o território, pois este constitui um campo de disputa e serve como meio para as insurgências. Entende-se o território para as práticas urbanas insurgentes como um processo, correspondendo a mais que atributos materiais, mas também a atributos imateriais, transcendendo os limites físico-espaciais e adquirindo uma definição simbólica. Nos apoiamos assim nas contribuições de Rogério Haesbaert (2004, 2007a, 2007b, 2021), que designa o território como um processo de interação entre dominação material e apropriação imaterial, resultante do entrecruzamento de múltiplos poderes e distintos interesses ligados a diversidade de atores.

O território é um movimento contínuo, construído e desconstruído por relações mediadas pelo poder dos diversos atores que territorializam suas ações. Logo, a territorialização ocorre através das relações de poder exercidas nos territórios, sejam hierárquicas, assentadas na ideia de disputa e de conflito, até um sentido simbólico, em que são criados vínculos e prevalecem dinâmicas de apropriação²⁹. Por sua vez,

²⁸ Friedmann (1987, p. 397).

²⁹ Haesbaert (2007a, p. 41).

ambas relações podem ativar outras maneiras com que o poder se manifesta, um poder coletivo, operado de forma compartilhada e voltado para a busca de objetivos comuns, tendendo à horizontalidade e a romper com a hierarquização. Sob esse ponto de vista, as insurgências mobilizam o território em suas práticas pelas ações de territorialização dos atores que nele atuam, desterritorializando enunciados hegemônicos e reterritorializando enunciados contra-hegemônicos a coerção do planejamento urbano e de seus contornos neoliberais.

Para pensar as insurgências recorreremos também às práticas espaciais vinculadas às relações de espaço-poder, envolvendo princípios de materialidades, bem como de sociabilidades. A ideia condiz a uma conjunção de processos de intervenção material e de significação interdependentes, em que o espaço não existe em si, não está finalizado, consistindo em uma composição de forças dadas através de práticas sociais que constantemente instituem e ressignificam sua forma através do uso e da apropriação. Nos amparamos no entender de espaço praticado de Michel de Certeau (1980), que evidencia as táticas de apropriação do espaço visando a instauração de um contrapoder a partir da experiência da vida inscrita no cotidiano.

Concerne a uma convocação política, cujas táticas são originadas e influenciadas no cotidiano, relacionadas às práticas dos sujeitos comuns, que desprivilegiados de poder e dotados de capacidade de improvisação, exploram brechas e utilizam do senso de ocasião para se introduzir numa ordem e disputar o espaço urbano³⁰. O caráter tático das práticas provenientes das transgressões cotidianas prospera em espaços imprevistos, pelos modos de fazer resistentes e contestatórios que escapam às regras e convenções. Também há ações populares propositivas e não apenas reativas, em que as práticas são coincidentes às suas construções sociopolíticas e de luta para inventar espaços próprios de participação e traçar insurgências como alternativa transformadora da realidade.

Para somar as insurgências à discussão sobre as relações sociais e o espaço, recorreremos ainda à ideia de práticas espaciais insurgentes de Marcelo Lopes de Souza (2013, 2017). As práticas espaciais insurgentes remetem às práticas sociais decorrentes dos ativismos e movimentos sociais em que a apropriação do espaço e

³⁰ Certeau (1980, p. 101).

territorializações buscam afirmar um contrapoder em sentido crítico ao poder heterônomo, buscando a autodeterminação e a instituição de ações diretas para a transformação da realidade socioespacial³¹.

A partir da apreensão do espaço como força, essas práticas insurgentes que têm referência o mundo da vida cotidiana, acabam por retratar territorializações marcadas por outros modos de concepção urbana que, ao integrar-se a uma tática política assentada na luta, nos permitem colocar a discussão em direção às teorias portadoras de novas perspectivas epistemológicas e ontológicas ao planejamento urbano. Para tanto, a discussão se alinha à proposição teórica de planejamento insurgente de Faranak Miraftab (2009, 2016, 2018), que defende a apropriação pelas táticas de insurgências urbanas e as reconhece como formas de planejamento e de fazer cidade. Apresenta a noção de planejamento insurgente como práticas de planejamento radicais caracterizadas como contra-hegemônicas, transgressivas e imaginativas, que respondem à dominação neoliberal por meio da inclusão e participação insurgente³².

O planejamento insurgente referido por Faranak Miraftab (2009, 2016, 2018) e por demais autores como James Holston (1995, 2013, 2016), John Friedmann (2011) e Leonie Sandercock (1998, 1999), decorre da teoria radical de planejamento elaborada anteriormente por John Friedmann (1987)³³, a qual motivou desdobramentos também na produção teórica brasileira na proposição do planejamento conflitual por Carlos Vainer (2003, 2007) e do planejamento subversivo por Rainer Randolph (2007, 2008, 2019).

Utilizamos justamente essa corrente radical do pensamento contemporâneo dedicada a uma nova imaginação para o planejamento urbano, por partir de uma crítica às propostas de planejamento participativo e de planejamento neoliberal, pressionando para que os princípios participativos deixem de ser exclusivos à institucionalidade e para que haja a legitimação das práticas cidadãs como instâncias de planejamento.

³¹ Souza (2013, p. 250).

³² Miraftab (2009, p. 2).

³³ Posteriormente, John Friedmann (2011) passa a adotar também o termo insurgente.

Ao desestabilizar as relações normalizadas de domínio e insistir no direito dos cidadãos de discordar, de se rebelar e de determinar seus próprios meios de engajamento e participação, o planejamento insurgente busca contribuir para a descolonização do planejamento³⁴. A perspectiva decolonial das insurgências está em rever os pressupostos epistemológicos e ontológicos instaurados a fim de atualizá-los numa construção conceitual que guie tanto o conhecimento como as ações de planejamento urbano. A partir de uma abordagem crítica, as insurgências constituem então a expressão no campo do planejamento urbano do pensamento decolonial, pelo qual vamos buscar embasamento nas formulações decoloniais de Achille Mbembe (2018), Boaventura de Sousa Santos (2002, 2003), Grada Kilomba (2019) e Silvia Cusicanqui (2010), assim como de expoentes do grupo latino-americano modernidade/colonialidade dentre os quais Aníbal Quijano (1968, 1995, 2009), Arturo Escobar (2008, 2016), Catherine Walsh (2009) e Walter D. Mignolo (2008).

Os debates sobre práticas insurgentes como um modo distinto de participação popular no planejamento urbano provocam o tensionamento do conhecimento estabelecido na direção de diferentes formulações teóricas. Portanto, no âmbito da produção de conhecimento, pode-se pensar as práticas insurgentes como potentes para responder à colonialidade do urbano, como uma nova teoria da participação popular na disciplina de planejamento urbano. Vê-se que, a medida em que as práticas insurgentes indicam novas formas de atuação nos territórios e de participação nos processos urbanos pelo protagonismo popular, desafiam o planejamento a tratá-las como processos válidos em relação aos já institucionalizados.

Como todo desafio de ruptura, é oportuno atentar também às limitações das práticas insurgentes, dado que as novas práticas urbanas, ao contrário de contribuir à subversão, em alguns casos podem cancelar a retirada do Estado e promover a sua desregulamentação e desresponsabilização, como podem estar em consonância com o sistema neoliberal que se impõe, reforçando interesses dos segmentos do poder vigente³⁵. Isso porque numa relação normalizada de poder, inclusão pode significar

³⁴ Miraftab (2009, p. 25).

³⁵ Brenner (2016, p. 132).

apagamento da diferença e incorporação de grupos subordinados às normas e valores dominantes³⁶.

Dentre as novas formas de ação sobre os territórios, colocamos em questão se as práticas urbanas contemporâneas, que podem ser consideradas como um planejamento urbano realizado fora das duas grandes agências do Estado e do mercado, são todas insurgentes. Questão essa que surge, pois a ideia de que todas as ações oriundas de grupos sociais civis são contra o capital e pretendem obstaculizar as relações do mercado em defesa popular já não cabe mais, visto que há disputas e interesses econômicos que não se limitam aos atores ligados ao capital, e que estão também no interior da sociedade civil³⁷.

Até mesmo as práticas fora do Estado e do mercado podem estar indiretamente orientadas aos interesses neoliberais se estiverem limitadas a atenuar seus efeitos socioespaciais adversos e sem disporem de um posicionamento crítico. Nesse sentido, não deve ser simplesmente assumido que por suas bases processuais e políticas, as práticas urbanas contemporâneas são de fato contrárias ao neoliberalismo. Tais práticas somente indicam um caráter insurgente se orientadas a interromper ou a gerar algum tipo de dificuldade para as lógicas de desenvolvimento urbano que priorizam o mercado e sustentam a dinâmica capitalista neoliberal.

Mesmo os riscos e as contradições que acompanham as práticas urbanas consistindo em um ponto de inflexão a ser também observado, é preciso sublinhar a mobilização de esforços populares em diversas lutas urbanas da contemporaneidade que não podem ser ignoradas, pois não são apenas imaginativas e tornam-se práticas em ascensão por todo o mundo. São várias formas outras de práticas urbanas que emergem e que constituem distintas experiências de planejamento, das quais muitas se afirmam e são reconhecidas como parte daquilo que está sendo tratado como planejamento insurgente.

Em campos disciplinares que pesquisam modificações na sociedade, como o planejamento urbano, as práticas urbanas adquirem um apelo cada vez maior, gerando uma riqueza reflexiva durante os últimos anos. Nesse cenário observam-se iniciativas setoriais e experimentais com diferentes denominações atuando nas

³⁶ Miraftab (2018, p. 283).

³⁷ Friedmann (2011, 109).

esferas do urbano que são trazidas pela literatura, tais como Placemaking³⁸, Urbanismo Emergente³⁹, Urbanismo Efêmero⁴⁰, Urbanismo DIY - *Do it yourself*⁴¹, Urbanismo Tático⁴², além de outras menos estabelecidas pela literatura, tais como Urbanismo Cotidiano⁴³, Urbanismo de Guerrilha⁴⁴, Microplanejamento Urbano⁴⁵, Urbanismo Hackeado⁴⁶, entre outras.

Uma iniciativa em particular nos interessa, a qual identificamos ser mais problemática por estar sem lugar na discussão das novas práticas urbanas - o Urbanismo Colaborativo - que se apresenta como uma nova prática urbana, mas que em princípio não se afirma como insurgente no modo com que aparece publicamente. Além disso, nem a literatura sobre práticas insurgentes e planejamento urbano insurgente trata do Urbanismo Colaborativo, tampouco o convencionava como desse campo, assim como já o fez com outras determinadas experiências.

Apesar de não aparecer como um termo consagrado por uma literatura especializada, o Urbanismo Colaborativo reúne várias práticas que se identificam com o termo. Em distintas localidades do Brasil verificam-se práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo desde o ano de 2016, quando ocorre a fundação do Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB), uma organização sem fins de lucro, que passa a articular uma rede de alcance nacional com práticas de todas as regiões do país, e a promover encontros anuais com Mostras de Urbanismo Colaborativo com o objetivo de “potencializar e catalisar iniciativas locais de Urbanismo Colaborativo em todo o Brasil, unindo forças para pleitear um ambiente mais favorável à colaboração”⁴⁷. Identifica-se o termo Urbanismo Colaborativo também em outros países como Espanha, México, Bélgica, Nova Zelândia, Itália e Romênia⁴⁸, a partir do ano de 2014, através de pesquisas de universidades e de experiências de profissionais e da

³⁸ Whyte, 1980.

³⁹ Johnson, 2001.

⁴⁰ Mehrotra, 2008.

⁴¹ Finn, 2014.

⁴² Lydon e Garcia, 2015.

⁴³ Crawford, 1999.

⁴⁴ Hou, 2010.

⁴⁵ Rosa, 2011.

⁴⁶ Waal, 2014.

⁴⁷ Encontros de Urbanismo Colaborativo - Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB). Disponível em <www.courb.org/encontros>

⁴⁸ Referências apresentadas no Capítulo 4.

sociedade civil, tratando-se então de um enunciado incipiente não somente em nível nacional, mas internacionalmente.

O Urbanismo Colaborativo está dentre as práticas que emergiram neste início de século, interessando especificamente a sua análise pelos dados obtidos nas pesquisas que tratam do tema demonstrarem ser uma prática relevante no âmbito urbano, com uma abrangência que indica estar aumentando, não apenas no que se refere à quantidade de práticas ou à diversidade de locais, mas também pelos efeitos alcançados. Sobretudo o Urbanismo Colaborativo parece apresentar algumas características de tipo insurgente, como o fato de ser uma iniciativa envolvendo a sociedade civil e não estar ligado de modo direto ao Estado ou a ações que respondam aos interesses do mercado, e por buscar por uma renovação nas formas de pensar e de agir no urbano. Além disso, é baseado em um viés coletivo e participativo, que são traços comuns à noção de insurgências.

Por outro lado, é preciso também considerar que, mesmo as práticas insurgentes tendo a participação popular predominante, nem todo processo participativo de planejamento é insurgente, então essa categoria de urbanismo que se autodenomina colaborativo pode não se sustentar como insurgente. Além disso, nem todas as práticas urbanas que defrontam os poderes hegemônicos são decoloniais, dado o risco da força sociopolítica reproduzir os mesmos aparatos da colonialidade se cooptadas pelas normas disciplinadoras das estruturas de planejamento. Talvez o Urbanismo Colaborativo não responda a certos atributos que a literatura sobre planejamento insurgente coloca na sua construção.

Dentre as práticas urbanas consideradas como um planejamento realizado fora do Estado e do mercado, alguns casos, embora não agenciados por esses setores, podem estar em consonância com o neoliberalismo ao não problematizarem questões centrais dos interesses do capital e da manutenção da reprodução social. Algumas práticas cidadãs assumem o papel que o Estado abre mão enquanto agente do planejamento, e não questionam essa orientação, em que, pressupondo-se um Estado democrático, atuaria com base em interesses públicos e sociais, mas que no fundo promove a desregulação das ações de planejamento a favor de atores detentores de poderes.

O Estado coloca as finalidades públicas e sociais do planejamento urbano sob a influência do mercado e, em alguma medida, como atribuição da sociedade civil, que muitas vezes acaba respondendo ao padrão de estrutura pensada para a cidade e, logo, para as práticas de planejamento, reproduzindo uma ideia de urbanismo neoliberal. Da sociedade podem emergir então práticas urbanas que não são contrárias aos impactos da desregulação estabelecida pelo Estado, e que na realidade, de certo modo, contribuem para sua efetivação ao não se contraporem e tomarem para si determinadas ações sobre o urbano.

Cabe, portanto, a análise se o Urbanismo Colaborativo de fato está inserido nas demarcações insurgentes no domínio do planejamento urbano, ou se não pode ser exatamente uma expressão desse urbanismo neoliberal que, antes de dispor de uma dimensão insurgente, responde às demandas da ausência de ação e controle estatal ao se colocar como uma prática que incide em um planejamento desenvolvido por iniciativas da sociedade. O importante a colocar em relevo são os níveis de insurgência que o Urbanismo Colaborativo traz contra esse quadro capitalista neoliberal o qual conta com o apoio do Estado através de políticas de desregulação e com a diminuição da sua função no planejamento urbano.

As discussões sobre a inserção ou não das práticas de Urbanismo Colaborativo no campo do planejamento insurgente expressam o pouco que foram investigadas e o amplo espaço que ainda há para se explorar outros termos da participação popular e da decolonialidade no urbano. Muitas pesquisas tratam da participação no planejamento urbano, da abertura de canais participativos para a população, da participação que se institucionaliza. Embora sejam temas presentes na produção científica, cabem muito ainda as discussões a respeito do protagonismo popular em renovar os modos de participação no planejamento com uma atuação independente. Principalmente tratando-se de uma atuação popular fora das estruturas institucionais de planejamento urbano, que por inventar os meios próprios de participação, confere um caráter inovador às práticas urbanas.

Em especial as práticas de Urbanismo Colaborativo revelam um caminho recente de conhecimento em formação no país, o que pôde ser diagnosticado por uma análise inicial da produção brasileira nos principais eventos e periódicos especializados compatíveis com a temática, do período de 1999 a 2019, sendo as

publicações da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) e os anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), ambas bases de dados da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), na qual a síntese das análises está apresentada no Anexo A. Verificou-se uma maior ocorrência nos anos de 2019 e 2017, evidenciando a atualidade dos estudos, cujos conteúdos perpassam diferentes abordagens das práticas, demonstrando as relações de inter e transdisciplinaridade no campo do urbano. Contudo, ainda que se refira a uma amostra da produção do país, constatou-se a inexistência de trabalhos sobre o Urbanismo Colaborativo com embasamento teórico-conceitual das insurgências urbanas.

Uma análise do conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo enquanto uma tipologia, não foi identificada. O diferencial aqui proposto está não somente em agrupá-las, mas também em averiguá-las a partir de abordagens teóricas insurgentes. Encontrar no Urbanismo Colaborativo uma unicidade no campo acadêmico-científico vem ao encontro da renovação do enfoque normalmente voltado aos modos institucionalizados de planejamento, justificando um deslocamento do olhar para dar centralidade às perspectivas sociopoliticamente construídas que reforçam a participação insurgente e valorizam as práticas urbanas de iniciativa popular como importante eixo de pesquisa.

Antes de procurar significar qualquer matriz ou modelo, acreditamos que para um processo de inovação no planejamento urbano, implica voltar-se para outras realidades e experiências não contempladas nos processos. Assim, ao tempo que se visualiza possíveis aportes à teorização do planejamento por meio das insurgências urbanas, as práticas de Urbanismo Colaborativo buscam somar às reflexões sobre um planejamento com princípios participativos e decoloniais, ampliando no Brasil uma discussão que no quadro global está em movimentação.

Levando-se em consideração a dificuldade da participação popular nos processos de planejamento urbano no atual contexto neoliberal, as novas práticas urbanas podem ser pensadas como formas de planejar realizadas por outras instâncias para além das institucionais. Temos como principal objetivo investigar se e

como as novas práticas urbanas estão se estabelecendo enquanto um planejamento urbano insurgente, especialmente as práticas de Urbanismo Colaborativo.

Trataremos das novas práticas urbanas no intuito de responder às questões ainda em aberto para as quais se propõe contribuir, de que nível de articulação sociopolítica nos assuntos sobre o território consegue se instituir como insurgências no planejamento urbano? Seriam as práticas urbanas contemporâneas todas insurgentes? E particularmente as práticas de Urbanismo Colaborativo estariam inseridas na ideia de planejamento insurgente? A tese é que as novas práticas urbanas em que a insurgência é uma dimensão central, condicionam uma forma renovada de atuação sobre as cidades e o estabelecimento de um planejamento insurgente, na qual o Urbanismo Colaborativo se insere.

Através da noção de insurgências e da incursão pelas práticas de Urbanismo Colaborativo, acredita-se trazer novas contribuições sobre processos participativos e decoloniais no planejamento urbano, ultrapassando os limites da institucionalidade para avançar os estudos segundo as lutas que ocorrem no urbano. Enquanto os setores populares enfrentarem problemas de desigualdade, de dominação e de exclusão nas esferas decisórias, existirão suas lutas. E deverão existir construções de conhecimentos a partir dessas lutas populares e de suas forças insurgentes, reconhecendo que vão muito além dos processos que envolvem, sendo importantes pelo que reivindicam, pelos ideais que postulam, pela possibilidade geradora de transformação no campo do planejamento urbano.

•••

É preciso dizer que a abordagem de questões urbanas e suas relações sociopolíticas apresenta-se não apenas como objeto de investigação, mas como reflexões inerentes à própria pesquisadora e motivadoras para o trabalho de tese. Não é uma escolha casual, carrega muito da vivência acumulada ao longo da trajetória pessoal e inserção acadêmico-profissional, que achou lugar em um campo do conhecimento que se abre e que segue por caminhos particulares. Acontece no encontro da pesquisadora com o campo, na mistura das inquietações enquanto arquiteta e urbanista, hoje integralmente dedicada à docência, que procura se inserir

em um debate mais amplo e politizado da disciplina e das práticas do planejamento urbano, dado a significações e experiências construídas antes mesmo e durante a formação acadêmica e atuação profissional, sempre aproximada de projetos e ações propositivas para pautas sociais. Portanto, esta tese surge alinhada ao interesse de conexão entre teoria e prática que tenciona uma perspectiva crítica sobre o planejamento urbano.

•••

O procedimento metodológico também é parte da construção do saber científico, e está aqui relacionado às práticas urbanas insurgentes, sendo por isso adotada uma abordagem qualitativa para a pesquisa. O dinamismo e a fluidez das insurgências, dado seu caráter inventivo e experimental, incitam uma metodologia que também seja produzida em movimento e que leve a um caminho que se abra a muitos outros no tocante ao conhecimento. Deve possibilitar estender os limiares do pensamento e movimentá-los.

Há caminhos por abrir, saberes a serem descobertos. O reconhecimento da infinidade do que há por saber constitui o início de um percurso em que a busca é uma constante, pois, como nos alerta Bachelard⁴⁹, todo saber científico deve ser reconstruído a cada momento. Diante das práticas urbanas enunciarem um campo que destitui condutas fixas, convergem para a importância de que o saber fechado e estático seja substituído por um conhecimento aberto e dinâmico, com flexibilidade para mudanças frente ao que está por ser descoberto, onde o saber apreendido transforma a relação e o olhar que se estabelece com o mundo, dado que o que move o desejo de saber é poder imediatamente melhor questionar⁵⁰.

Assim como o querer é decisivo para a apreensão de saberes, a condução é também necessária para o aprendizado. Mas esse percurso não é dado. No ato de percorrê-lo é que está retida sua força, sucedendo que as principais descobertas sejam feitas em curso, ao tempo que contribuem para construí-lo. Portanto, cientes da inacessibilidade de uma verdade absoluta, não há pretensão de se indicar passos

⁴⁹ Bachelard (1996 [1938], p. 10).

⁵⁰ Bachelard (1996 [1938], p. 21, 24).

únicos ou definitivos, consistindo em uma escolha metodológica dentre possibilidades para se percorrer. E considerar as várias possibilidades é um modo de reforçarmos as escolhas feitas, de reconhecê-las potentes.

Junto a elaboração do método adequado para a questão a ser pesquisada, um importante desafio está sobre o processo de formação do espírito científico e do rigor metodológico para alcançar a condição de conhecimento científico. É necessário romper obstáculos epistemológicos decorrentes do senso comum, da experiência comum e do pensamento empírico, e propor a superação pelo racionalismo científico, dado que o conhecimento parte do racional para o real⁵¹. O fato científico é construído por uma permanente vigilância epistemológica, em que deve haver uma inquietação frente ao que é familiar para recusar o empirismo e as noções comuns, partindo de conhecimentos anteriores, mas os superando, e permitindo avançar⁵².

Devido a formação do espírito científico ser conduzida pela razão, no que tange a dialética entre teorização e experiência, o racionalismo se dá sob uma concepção aplicada, por meio de uma construção teórica que deve ser continuamente atualizada mediante a realidade⁵³. Logo, a conexão entre teoria e empiria não se contrapõe ao primado epistemológico da razão.

Feitas as considerações sobre o fazer científico, tratando-se as insurgências urbanas de operações praticadas do fazer a cidade, que vocalizam a existência do comum, a escala local, os distintos saberes, a vida cotidiana experienciada, mas que, ao mesmo tempo, trazem provocações ao campo acadêmico-científico sobre o urbano, a proposta é promover o debate entre o eixo teórico e o das práticas.

O eixo teórico refere-se à análise e sistematização de literatura sobre o tema visando situar as bases conceituais fundamentadoras das discussões. A partir de pesquisa bibliográfica tomamos emprestadas as lentes de determinados autores, e justamente o encontro do conhecimento sob suas perspectivas nos auxilia a produzir outras lentes que acionam novos modos de ver. Investigar o planejamento urbano pelas lentes das insurgências nos leva a apostar em uma ancoragem inicial para o percurso através de uma construção teórica de fundo que mira para a questão da

⁵¹ Bachelard (1996 [1938], p. 17-18).

⁵² Bourdieu *et al* (1999 [1968], p. 22-23).

⁵³ Bourdieu *et al* (1999 [1968], p. 80).

participação popular no planejamento de forma mais ampla, para após focalizar na participação insurgente.

Parte-se da discussão de diferentes correntes de planejamento urbano e de como abordam o papel dos diversos atores, com ênfase para três momentos, desde teorias pioneiras acerca da participação popular à planejamentos institucionais de propostas democráticas, passando por planejamentos sob a hegemonia neoliberal, até práticas de participação insurgente no planejamento. Tais correntes e seus contextos compõem o cenário explicativo anterior ao debate sobre novos significados e novos pensamentos para o planejamento.

Ao encontro dessa discussão, adentra-se a teorização específica sobre as insurgências urbanas, pela qual a participação e a realização da democracia são centrais. Para apurar a dimensão sociopolítica das práticas urbanas insurgentes, recorre-se às noções das territorializações insurgentes e das práticas espaciais insurgentes estabelecidas na esfera cotidiana, que por sua vez devem proporcionar os elementos teóricos necessários para, por fim, incorporar o debate de concepções de planejamentos volvidas pela ideia de insurgências e do pensamento decolonial.

Com a revisão de literatura realizada, o intuito é articular componentes de conhecimento para a organização de uma base teórica que possibilite estabelecer a construção empírica. Portanto, as insurgências configuram-se tanto como uma categoria teórica e metodológica sobre o planejamento urbano, assim como encaminham a empiria como uma categoria analítica que permite dar conta das práticas urbanas em foco.

Para o eixo empírico, propõe-se então investigar um conjunto de práticas urbanas e, sobretudo, a relação entre suas experiências e a participação insurgente e a decolonialidade no planejamento urbano. Assim, são as práticas de Urbanismo Colaborativo que aqui vão conformar o objeto empírico. Metodologicamente optou-se pela leitura do Urbanismo Colaborativo por intermédio de diversas manifestações do tipo no Brasil, que integram as Mostras de Urbanismo Colaborativo ocorridas nos encontros promovidos pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo em edições dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019⁵⁴. As Mostras contaram no período com 83 práticas que

⁵⁴ A última Mostra de Urbanismo Colaborativo promovida pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo ocorreu em 2019, tendo as edições posteriores sido canceladas devido à pandemia da Covid-19.

se autodenominam Urbanismo Colaborativo, localizadas em 35 diferentes cidades de todas as regiões, consistindo em um conjunto expressivo de toda abrangência do país.

Sobre as unidades realiza-se uma pesquisa documental para a coleta de dados. É preciso dizer que a viabilidade da pesquisa muito se deve ao acervo de documentação e registros disponibilizados pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo como principal fonte dos dados, e dos relatos informados pelos proponentes das práticas, com a possibilidade de acesso a dados primários.

A partir da pesquisa documental são utilizadas as técnicas de análise de discurso e análise de relação entre variáveis, as quais contemplam uma maior contribuição interpelada pela variedade de discursos acerca de um mesmo tipo de práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo compondo o *corpus* analítico.

Para a análise discursiva parte-se de Foucault⁵⁵, especialmente quanto a formação discursiva mediante a identificação de uma regularidade de regras de formação entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas em discursos díspares, sejam falados ou escritos. O discurso é instituído como um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação⁵⁶, de modo que, ao desvendar a configuração da formação discursiva, investiga-se as especificidades e as recorrências entre as práticas urbanas, como também os entrecruzamentos decorrentes.

A análise de relação entre variáveis tem como referência Bourdieu *et al*⁵⁷ buscando-se a constituição de relações entre relações através de raciocínios por analogia, como uma forma de comparação orientada. Sem confundir a simples semelhança e a analogia, a relação entre relações deve ser construída por um trabalho de abstração e por meio de uma comparação conscientemente operada.

Os conteúdos e dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental respectivamente, são correlacionados e embasam a elaboração de um quadro taxonômico de referência teórico e prático, cuja unicidade é resultante da própria investigação das práticas de Urbanismo Colaborativo. O propósito do quadro consiste em organizar recursos conceituais que auxiliem na análise dos elementos

⁵⁵ Foucault (2008 [1969], p. 43).

⁵⁶ Foucault (2008 [1969], p. 122).

⁵⁷ Bourdieu *et al* (1999 [1968], p. 69).

discursivos das práticas urbanas, relacionando-as às noções teóricas revisadas, ao tempo que retroalimentam o quadro com seus componentes práticos.

O quadro taxonômico deve ser operado como um sistema de classificação em categorias e subcategorias que possibilite um olhar detalhado para reconhecer características comuns e diferenças, fazer correspondências entre as práticas urbanas, bem como auxilie a verificar atributos insurgentes. Para tanto, são definidos componentes que, de modo geral, buscam avaliar parâmetros sob a dimensão estrutural, a dimensão processual e a dimensão sociopolítica de cada prática.

Por sua vez, o quadro taxonômico dá aporte à realização do estudo do caso do Urbanismo Colaborativo através de uma análise crítica do conjunto de práticas previamente delimitadas, no que se refere à interpretação de como se aproximam dos componentes do quadro proposto. Interessa compreender nos contextos específicos dos discursos em análise, os aspectos inerentes à realização das práticas de Urbanismo Colaborativo, quais valores e propósitos estão a elas conjugados, como são os processos e formas de atuação, o quanto estão orientados à participação insurgente e à decolonialidade e quais resultados alcançam com suas ações em termos de planejamento urbano.

Com base nos resultados obtidos pelas análises produzidas na condução da metodologia, e verificando-os quanto aos objetivos e às questões de investigação, pretende-se contribuir ao final com aspectos das práticas urbanas, à luz do Urbanismo Colaborativo, que circundam a dimensão insurgente no planejamento urbano.

•••

A estrutura do trabalho está associada à construção metodológica, dividindo-se em duas partes, sendo, após o presente primeiro capítulo introdutório, apresentada a contextualização teórica nos primeiros capítulos, dando base para o exercício empírico, que é desenvolvido nos capítulos seguintes, sendo encerrado com a articulação entre teoria e empiria, seguido do capítulo final.

O capítulo 2 é reservado à problematização da dimensão participativa nos processos institucionais de planejamento urbano, constituindo o panorama discursivo para o advento de uma abordagem diferente e ampliada de participação popular

baseada na noção de planejamento insurgente. Parte-se do resgate do enquadramento histórico e conceitual da participação no planejamento urbano e das transformações nas relações de poder, desde experiências pioneiras que surgem a partir dos anos 1960 como crítica aos planejamentos até então concebidos pelo Estado nos modos liberal ou tradicional, até as principais matrizes de planejamentos que apostam na abertura democrática para a participação de outros segmentos sociais. Soma-se o exame do estabelecimento da hegemonia neoliberal no planejamento, que impacta os territórios, os diferentes atores e a distribuição de poder, e que se coloca em direção oposta ao ideal participativo, afetando-o em sua legitimidade e conduzindo, assim, à emergência de práticas de participação popular no planejamento urbano que se distanciam de uma dimensão institucionalizada e que se orientam a um tipo de participação insurgente. Com a análise tecida ao longo do capítulo a intenção é pôr em evidência que parte da população não acessa os instrumentos de participação e os processos decisórios no planejamento, mas ainda assim não fica inerte e viabiliza outras concepções de poder e os próprios meios de atuação através das insurgências urbanas.

O capítulo 3 propõe um eixo de teorização mais recente que reconhece outros caminhos teóricos e práticos para o planejamento urbano desde a perspectiva das insurgências urbanas. Para a incursão das teorias insurgentes na prática do planejamento implica tratar preliminarmente de pontos que sustentam a construção do próprio conceito de insurgências e as teorias a seu respeito. Inicialmente discute-se as territorializações e produção dos territórios, entendidos além da materialidade, como processos políticos de luta e apropriação, invadidos pela vida experienciada e por ela movidos. Também se discorre sobre as práticas espaciais como um contrapoder popular para a construção autônoma do urbano por meio de ações cotidianas, nas muitas maneiras em que são praticadas, sobretudo insurgente. A partir da articulação entre essas noções de política das práticas urbanas é que se aborda sobre teorias de planejamento urbano conceituadas pelas insurgências, relativamente à atualização no significado de participação popular e ao reconhecimento das práticas urbanas como potentes para projetar um novo modo de pensar e de fazer planejamento. As posições teóricas insurgentes, ao final do capítulo, são analisadas

em relação ao pensamento decolonial, buscando aventar sobre as insurgências urbanas se constituírem como discurso e prática decolonial do planejamento.

O capítulo 4 dedica-se a particularizar o modo com que os temas da participação e decolonialidade sob a perspectiva das insurgências urbanas se correlacionam e são considerados na construção da empiria, para então indicar o caso de estudo e o método de análise. É apresentado um conjunto de experiências, traduzidas em práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo, cuja leitura utiliza-se do repertório teórico construído, ao tempo que as próprias práticas enunciam elementos a contextualizar as insurgências. A partir de então é elaborado um quadro taxonômico de referência contendo tanto os componentes teóricos e conceituais revisados nos capítulos antecedentes, como os componentes práticos evidenciados na análise preliminar das experiências, trazendo a possibilidade de reunir os dois olhares, e superar o limiar recluso a um ou a outro. O quadro taxonômico é central como um sistema de classificação e estrutura analítica a ser colocado em relação ao conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo.

Portanto, para acercar-se com maior veracidade das práticas urbanas insurgentes, no capítulo 5 é aprofundada a empiria, momento em que é desenvolvido o estudo do caso do Urbanismo Colaborativo. Uma primeira análise é realizada recorrendo ao conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo, por possuírem características relevantes ao objeto de investigação, e por poderem servir de instrumento de avaliação ao quadro taxonômico elaborado, se certificando sobre a sua validade e indicando os princípios e elementos orientadores para um processo comparativo. Posteriormente é realizada uma análise crítico-relacional do conjunto de práticas, apresentando as ponderações sobre a dimensão insurgente no planejamento urbano relativas às práticas de Urbanismo Colaborativo. Encerra o capítulo o estabelecimento de um sistema de gradação dos níveis de insurgência, indicando quais práticas de Urbanismo Colaborativo são pautadas por atributos que a literatura sobre planejamento insurgente coloca na sua construção.

No capítulo 6 tem-se as considerações finais sobre as práticas urbanas insurgentes mirando na sua relação com o planejamento urbano, onde é apresentada a conclusão da tese e seus possíveis desdobramentos.

PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO INSURGENTE



2 PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO INSURGENTE

O planejamento urbano sempre concentrou grande parte do poder decisório com a prerrogativa de interferir sobre a produção das cidades onde foi exercido, tendo passado por avanços democráticos a partir da segunda metade do século XX ao se abrir para incorporar elementos participativos⁵⁸. Atores da sociedade civil começaram a participar dos processos urbanos ademais dos técnicos e governantes vinculados às estruturas estatais, tradicionalmente responsáveis pela elaboração e definição de planos e políticas públicas no âmbito de um planejamento tecnocrático e regulatório.

Houve uma orientação participativa, buscando transpor o planejamento racional-compreensivo como modelo dominante e sua lógica científica e racionalista no universo da democracia representativa com o poder enraizado no Estado. A participação desponta então como central nas proposições críticas do referido período, tanto em novas correntes teóricas como em práticas de planejamento, sendo justificada por constituir uma maneira de legitimar as decisões ao incluir o componente social na dimensão política. O que sucede é a ascensão de mecanismos e modos de participação ampliando o campo de atuação popular, até se tornar um método institucionalizado e normatizado pelo planejamento urbano em muitas cidades.

No presente capítulo o enfoque é dado à problematização da perspectiva participativa no planejamento urbano, da sua origem à institucionalização, discutindo suas possibilidades e limites, assim como as transformações da atuação popular ao longo do tempo, para então assinalar uma lógica que emerge neste início de século como novas formas de participação e democratização urbana para além das estruturas institucionais com base nas insurgências urbanas.

A abordagem institucional que orienta o planejamento de natureza participativa traz contribuições, contudo não assegura uma participação popular efetiva, que se limita basicamente a um nível simbólico⁵⁹. Os instrumentos criados pelo Estado terminam por não contemplar as reais demandas da sociedade, muito em decorrência das disparidades de poderes, herança da experiência colonial perseverante em

⁵⁸ Souza (2001, p. 52-53).

⁵⁹ Randolph (2007, p. 3).

diversos desdobramentos no urbano, em que interesses dominantes criam um aparente caráter democrático aos processos decisórios.

Tal problemática é acentuada quando, paralelo a ascensão do ideal participativo, ocorre a promoção do neoliberalismo em uma escala mundial nas práticas e no pensamento político-econômicos a partir dos anos 1970⁶⁰, exercendo um impacto determinante na reestruturação do planejamento. Se impõem dinâmicas neoliberais de urbanização aos modos de governança institucionalizados, com a redução da ação do Estado, que passa a descentralizar responsabilidades e transferir o poder regulatório sobre os territórios principalmente para o mercado, em uma conduta intrínseca ao próprio capitalismo, favorecendo a economia em detrimento às realidades sociais⁶¹.

A inflexão da intervenção estatal na produção do urbano abre, portanto, caminho para a emergência de perspectivas que se colocam em direções opostas - as forças que lutam contra desigualdades a favor de uma sociedade mais inclusiva, e a coerção imposta por segmentos privilegiados para manter interesses privados e individuais sobre interesses públicos e coletivos. Um planejamento público conduzido por um Estado enfraquecido coloca em pauta formas de democracia participativa enquanto é permissivo e estimula um projeto de neoliberalização, no qual a participação acaba cooptada por conjunturas mercadófilas e destituída de sentido⁶².

Tendo em conta um movimento contraditório, por um lado a participação institucionalizada contribui para uma renovação nos paradigmas tradicionais de um planejamento tecnocrático, democratizando sistemas de poder restritos ao Estado. Por outro lado, a inserção da participação em um contexto neoliberal, em que o Estado tende a garantir a primazia do mercado ao invés de atuar no seu controle, acaba por manter os procedimentos participativos subordinados às forças do setor privado. O domínio neoliberal demonstra o poder que o capital tem de impor condições às cidades e de interpor um obstáculo à participação, pois nem sempre as reivindicações populares junto aos canais formais são contempladas nas decisões e, sobretudo, quesitos econômicos é que vão reger o planejamento.

⁶⁰ Harvey (2008 [2005] p.12).

⁶¹ Brenner *et al* (2018, p. 165-166).

⁶² Souza (2001, p. 53).

A própria institucionalização da participação no planejamento já subentende algum nível de submissão às ordens normativas estabelecidas, em grande medida suprimindo as demandas da área social e resumindo o exercício dos setores populares a um mínimo papel, o que acentua o risco de sustentação do modelo democrático representativo e de suas adversidades. O agravante diz respeito à institucionalização ocorrer ao tempo da intensificação neoliberal, na qual a elaboração de meios para participação não significa necessariamente uma alteração nos poderes decisórios, sendo as verdadeiras deliberações reservadas aos atores comprometidos com princípios neoliberais e divergentes de princípios democráticos. Com isso, as forças prevaletentes no aparato estatal acabam ameaçando restringir a participação a uma ferramenta de instrumentalização da população, de modo a anular oposições e validar a condução neoliberal, tornando os processos participativos questionáveis.

Diante das limitações dos canais reivindicatórios conduzidos pelo Estado, a organização popular inaugura uma etapa de resistência ao planejamento urbano investido da participação institucional e conivente com a perspectiva neoliberal, indicando o desgaste dos sistemas convencionais de poder e a iminência de outro tipo de relação com o urbano. Quando não cooptados pela via instrumental do neoliberalismo, os setores populares podem revelar uma potência de transformação social, não se satisfazendo com um baixo nível de influência, e requisitando que as decisões sejam guiadas pela autodeterminação e pela participação direta, como tática de assegurar seus direitos.

Se a ascensão do ideal participativo esteve assentada na busca por alterações nos termos democráticos, esse empenho já não aparece mais tão presente nos últimos anos, quando, dada a crise urbana provocada pela hegemonia neoliberal, uma série de práticas urbanas se fundam na luta por uma real democratização na produção das cidades, questionando e propondo alternativas ao *status quo* estabelecido. Denominadas práticas insurgentes, remetem a outras formas de atuação cidadã para além das sancionadas pelos grupos dominantes, colocando em evidência a noção de insurgências urbanas e o conceito de planejamento insurgente, numa mudança de

perspectiva que valida a ação direta e se volta da democracia representativa para a democracia participativa⁶³.

Tratar das práticas insurgentes de planejamento urbano, porém requer estabelecer como patamar inicial a discussão de certos elementos teóricos e históricos precedentes com os quais guardam relações e que carregam as principais motivações para as insurgências e as questões que pretendem reformular. Portanto, no que segue ocupa-se da formação do pensamento democrático-participativo e as transformações nos modos de participação popular no planejamento urbano com a intenção de pautar o debate sobre as insurgências urbanas.

Parte-se da análise da transição de um planejamento fortemente tecnocrático para uma abordagem participativa, a fim de se compreender as relações de poder nos processos decisórios, e a mobilização popular para influenciar tais decisões. Procura-se discutir o conceito de participação, bem como analisar diferentes correntes teóricas pioneiras que, em oposição ao planejamento inicialmente concebido pelo Estado, apostaram na abertura democrática com a inclusão popular no planejamento, até a dimensão participativa se tornar institucionalizada. Na sequência apresenta-se uma abordagem crítica a essa institucionalização da participação, procurando discorrer sobre suas condições e efetiva capacidade de assegurar disposições populares nos processos e políticas públicas de planejamento urbano. Para mais, essa institucionalização é também problematizada no que se refere aos desafios e limites trazidos pela ordem neoliberal, visto a submissão da participação aos princípios econômicos sob apoio estatal comprometer qualquer propósito de democratização mais ampla. A fim de desconstruir discursos hegemônicos, superar os mecanismos representativos e vislumbrar a construção de métodos mais democráticos, por fim são apresentadas as práticas insurgentes com preceitos radicalmente distintos de participação popular no planejamento urbano. Fundamentalmente, os preceitos de uma participação insurgente no planejamento não se tratam de ampliar aberturas à população nos processos instituídos, mas de uma participação popular direta e autodeterminada capaz de sustentar outro percurso de produção das cidades.

⁶³ Miraftab (2016, p. 368).

2.1 Da crise do planejamento urbano tradicional à ascensão do ideal participativo

O planejamento urbano como conhecido, mais propriamente a partir do início do século XX, institui-se como um campo de reflexão, intervenção e monitoramento da construção do urbano. Dadas suas distintas dimensões e abrangências, toma a forma de um processo contínuo, com diferentes instâncias decisórias e participativas, estando atrelado ao poder público e, como tal, submetido à interferência de conjunturas que variam em sua historicidade. As mudanças de um ideário de planejamento urbano para outro demonstra, em termos de modos de relacionamento e controle de decisões e de poder, uma inflexão no papel do Estado e atores hegemônicos e na questão da participação popular, alcançando no século XXI arranjos que vão além das condições institucionais do exercício do planejamento.

O planejamento urbano surge como uma necessidade emanada para responder às transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes do estabelecimento de cidades de estrutura urbana e industrial, sendo implementado enquanto instrumento do Estado concernente às funções de regulação, de tomada de decisão e de ação sobre o espaço. Para tanto, o planejamento demarca uma ruptura à concepção liberal do Estado ao atribuir-lhe o protagonismo como seu promotor legal e produtor do espaço, manifestado por meio do ordenamento socioespacial, da organização produtiva, de reformas urbanísticas, e da provisão de habitação, trabalho e infraestrutura⁶⁴. Há, porém, que se considerar não apenas o papel do Estado, visto o planejamento não ser um procedimento independente e se vincular às diferentes dinâmicas, interesses e poderes que conformam as cidades ao longo do tempo.

Se o planejamento urbano enquanto campo disciplinar teve como base inicial os planos e projetos de urbanismo modernista, se afirmou com princípios da ciência e da racionalidade do modelo tradicional de planejamento⁶⁵. Houve uma mudança na forma de abordar as cidades e seus problemas, não mais com modelos modernistas visionários para futuras cidades ideais e universais, mas com foco nas cidades reais, reconhecendo seu dinamismo e buscando soluções para problemas concretos.

⁶⁴ Limonad (2015, p. 75).

⁶⁵ Taylor (1998, p. 16-17).

Essa mudança se consolida com o advento do planejamento urbano tradicional ou racional-compreensivo a partir do período pós-guerra como modelo dominante até a década 1970, essencialmente regulatório, físico-territorial e sistêmico, com base em métodos científicos através de processos racionais sobre as políticas públicas, os quais se realizam no âmbito do Estado e de estruturas institucionais de planejamento⁶⁶. No planejamento racional a preocupação volta-se para implantar ações em larga escala, amparadas em decisões concentradas em autoridades detentoras do controle dos processos, além do caráter tecnocrático com exclusividade dos planejadores em elaborar os planos e instruir tecnicamente o Estado⁶⁷.

O planejamento urbano racional não somente foi exercido com grande parte do poder territorial centralizado pelo Estado e desconsiderando a participação da maioria da população, como foi negligente com as preexistências das cidades ao negar suas formas, funções, tradições e relações sociais em toda a heterogeneidade de saberes e simbolismos das realidades locais. Nesse sentido, a condução dada pelo Estado aos processos de planejamento carregou muitos dos pressupostos delineados pela lógica da colonialidade que emergiu da experiência moderna colonial e que se mantém, apesar do término da fase de colonização, a dominar as relações socioespaciais e a reproduzir um padrão capitalista de poder.

Se por um lado esse modelo de planejamento urbano foi reconhecido pelas contribuições do seu aspecto sistêmico à necessidade de rápida reestruturação das cidades no período pós-guerra, foi também muito criticado por submeter as cidades ao rígido controle do Estado capitalista e por suas limitações em acompanhar a velocidade das mudanças da conjuntura social, política e econômica⁶⁸. Os resultados neutros e generalistas devido ao predomínio de procedimentos e técnicas desconsiderando as diferentes realidades e particularidades das sociedades, tornou o planejamento racional cada vez mais questionável e incapaz de propor soluções adequadas à complexidade que passou a integrar o desenvolvimento urbano⁶⁹.

A partir da década de 1960 desenvolve-se uma sucessão de críticas em reação aos enunciados teóricos e à prática do planejamento urbano racional então

⁶⁶ Souza (2001, p. 123).

⁶⁷ Souza (2001, p. 52).

⁶⁸ Limonad (2015, p. 82).

⁶⁹ Taylor (1998, p. 27-28).

prevalente. Publicações como de Henri Lefebvre (1968) em “O direito à cidade”, Manuel Castells (1972) em “A questão urbana” e de David Harvey (1973) em “A justiça social e a cidade”, contribuíram para ampliar o campo de análise urbana trazendo a necessidade de discussão de questões como as formas e por quais atores o planejamento é realizado, e para quem é destinado.

Se em alguma medida todos atores são envolvidos no planejamento urbano, por outro lado, há uma assimetria entre os interesses da sociedade civil e o predomínio dos interesses daqueles que estão inseridos nas instâncias políticas e econômicas, além de existirem atores tradicionalmente excluídos dos processos urbanos. Logo, não há igualdade de recursos e as mesmas possibilidades de ação, e alguns atores acessam maior poder de influenciar as decisões de planejamento. O aparato jurídico-político tende a atender sobretudo os interesses das classes dominantes e a garantir a sua dominação por meio da regulação das contradições que se manifestam entre elas e entre as demais instâncias deslocadas de uma formação social⁷⁰.

Além da denúncia ao planejamento racional por assegurar condições para a propagação do capital e os interesses de segmentos privilegiados de poder, há em comum entre os autores o enfoque do social no âmbito político. A inserção da população nos processos urbanos é tratada como um elemento central, vislumbrando a democratização e a construção socioespacial conjunta das cidades.

Nas cidades se revela uma incompatibilidade entre a propagação do capital e as demandas sociais, bem como relações desiguais nos processos urbanos, em que o planejamento racional pressupõe a síntese de um interesse comum, mas prioriza interesses privados sobre públicos, quando deveria colocá-los em primeiro plano. Segundo Lefebvre⁷¹, para que se tenha um novo momento na construção das cidades, a urbanização não poderia mais ser tratada a partir da industrialização e da manutenção das relações de produção capitalistas, para que não siga imposta de forma generalizada. Seria necessário um planejamento orientado para as necessidades sociais e para as relações da vida urbana, sendo igualmente

⁷⁰ Castells (2014 [1972], p. 248).

⁷¹ Lefebvre (2008 [1968], p. 11).

indispensável uma força social e política capaz de operar esses meios e de mudar o centro de decisão para obter o direito de participação na construção das cidades⁷².

Harvey⁷³ firma o ponto de vista das cidades como expressão máxima de uma construção que põe em evidência a relação entre processos sociais e formas espaciais, quando do urbanismo e das transformações socioespaciais colocadas em sua evolução. A aceleração do processo de urbanização interferiu não só no desenvolvimento da sociedade urbana como nas problemáticas das cidades, surgindo novos antagonismos com a mudança de escala e densidade da organização urbana, e exigindo soluções apropriadas para a expansão das cidades, o aumento da população global e os impactos intrínsecos. Caberia, assim, uma teoria revolucionária para substituir um urbanismo baseado na dinâmica de exploração capitalista por um urbanismo genuinamente humano, e uma prática a partir da força revolucionária da sociedade para desempenhar tal transformação⁷⁴.

Muito dessa abordagem crítica se associa ao momento de redução do papel do Estado em termos das políticas públicas e de importante emergência dos movimentos sociais, tendo as contradições urbanas como pauta de suas lutas. A combinação de um contexto de acúmulo de contradições com um certo tipo de organização de contra-dominância pelos atores sociais apontam para a busca de uma modificação estrutural das instâncias dominantes e das relações de forças institucionalizadas⁷⁵. Nesse sentido, as reivindicações não seguem apenas demandas coletivas por melhores condições de vida, mas por uma participação efetiva nos processos urbanos e nas definições políticas, tencionando para que sejam constituídos a partir de muitas vozes.

Diferentes correntes teóricas surgem para disputar a lacuna gerada com a perda de superioridade do planejamento racional diante do contexto de críticas e de reivindicações, e para orientar maneiras outras de planejar. A partir de uma perspectiva progressista e democrática origina-se uma modalidade de planejamento a que se passou a chamar de participativo. Os planejamentos advocatício, transativo, comunicativo/colaborativo são algumas das correntes participativas trazidas pela literatura que, em maior ou menor medida, defendem a necessidade de encontrar

⁷² Lefebvre (2008 [1968], p. 138-139).

⁷³ Harvey (1980 [1973], p. 264-266).

⁷⁴ Harvey (1980 [1973], p. 271).

⁷⁵ Castells (2014 [1972], p. 321).

caminhos que possibilitem formas democráticas de decisão sobre o urbano, e abrem a teorização do planejamento a práticas urbanas envolvendo a população sem, no entanto, se estabelecerem como modelos dominantes.

Tais correntes teóricas possuem como principais raízes as lutas sociais urbanas e por direitos civis dos anos 1960 nos Estados Unidos e na Europa, as quais não se enquadravam na institucionalidade existente e corroboram para o planejamento urbano ser considerado como um modo de ação política. Muitas mobilizações locais politicamente engajadas se desencadearam principalmente pela resistência de comunidades de baixa renda às ameaçadas de despejo e demolição pelos programas de renovação urbana elaboradas pelo Estado em conjunto com o mercado imobiliário. Surge o termo *community planning* a partir da organização de moradores que se aliam a profissionais para o desenvolvimento de planos alternativos locais como estratégia para impedir a renovação urbana e seus impactos, resultando em 1961, na cidade de Nova Iorque, a experiência do Comitê *Cooper Square* no primeiro plano comunitário⁷⁶.

No mesmo ano de 1961, estimulada pelas lutas urbanas, Jane Jacobs publica “Morte e vida de grandes cidades Americanas”⁷⁷ evidenciando os problemas urbanos motivadores dos protestos, e manifestando apoio aos ativismos e movimentos sociais. Ao tempo que critica o planejamento racional estritamente focado na cidade física, as ações de renovação urbana, a posição tecnocrática do Estado e a distância mantida entre o planejador e a cidade real, Jacobs⁷⁸ defende a valorização da escala do bairro e de seus moradores, e que o saber empírico de quem vivencia a rotina da cidade esteja aliado ao conhecimento profissional, viabilizando proposições melhor associadas à realidade local.

Desde a experiência pioneira do Comitê de *Cooper Square*, os planos comunitários se tornaram referência para muitas organizações e se difundiram nas cidades estadunidenses, indo além de estratégias políticas dos movimentos sociais e passando a definir práticas de planejamento urbano para e pelas comunidades, juntamente com distintos atores⁷⁹. Enquanto práticas de planejamento, os planos

⁷⁶ Angotti (2008, p. 2).

⁷⁷ A publicação originalmente em inglês possui o título “The death and life of great American Cities”, e a edição brasileira “Morte e vida de grandes cidades” não possui “Americanas” no título.

⁷⁸ Jacobs (2000 [1961], p. 5).

⁷⁹ Angotti (2008, p. 4).

comunitários foram também referência para os desenvolvimentos teóricos com princípios de participação popular, visto que tinham o intuito de melhor apreender as práticas, e terminaram por suscitar o desdobramento de diferentes designações para especificar os modelos em suas particularidades.

Dentre os modelos participativos inaugurados, estão sistematizados a seguir os planejamentos advocatício, transativo, comunicativo/colaborativo, de modo a verificar suas orientações quanto à implantação, operacionalização e reprodução do planejamento, especialmente quanto à perspectiva participativa. Ademais da maior ou menor repercussão e das singularidades entre as propostas, é importante ter em vista que não são excludentes entre si e, embora nenhuma tenha prevalecido sobre as demais e por vezes tenha havido combinações, cada abordagem trouxe alguma contribuição ao reconhecimento da participação popular no planejamento urbano.

Considerado uma das principais referências sobre os planos comunitários, o planejamento advocatício foi proposto em 1965 por Paul Davidoff em crítica ao modelo racional e às relações de poder dominantes no sistema político, com uma posição de superioridade tecnocrática dos planejadores e negligência com as desigualdades raciais e de classe, resultando em grande número de pessoas não representadas no processo de planejamento⁸⁰. Davidoff⁸¹ assinala o distanciamento das esferas decisórias das cidades e a ausência de participação por aqueles que foram excluídos de suas políticas e desenvolvimento, requerendo a incorporação de medidas que resgatem a conexão com a população, sobretudo como parte ativa do planejamento.

O planejamento advocatício propõe uma ampliação do escopo do planejamento urbano e das atribuições do profissional planejador, através da noção de pluralismo para incluir a participação da população e a multiplicidade de interesses. O conceito de *advocacy*⁸² tem origem na prática jurídica, baseando-se em uma lógica processual de negociação que, em um planejamento plural, confere suporte às reivindicações de interesses e às mediações no enfrentamento de dilemas urbanos.

Conforme sugere Davidoff⁸³, os planejadores não devem ter apenas um papel técnico, mas estar comprometidos em nivelar as desigualdades de poder por meio de

⁸⁰ Angotti (2008, p. 14).

⁸¹ Davidoff (1965, p. 332).

⁸² Davidoff (1965, p. 333).

⁸³ Davidoff (1965, p. 335).

planos plurais que defendam os interesses tanto do governo como dos grupos sociais, alcançando principalmente aqueles de baixa renda. Através das assessorias dos planejadores atribui-se conhecimento e poder político às minorias, não apenas para que sejam ouvidas, mas para que desenvolvam os próprios planos e assumam um papel ativo nos processos decisórios. Deve ser assegurada a independência dos grupos em relação ao governo, o qual deve considerar os planos comunitários não como uma oposição, mas como um meio para melhorar os planos públicos, dado os múltiplos planos com soluções diferenciadas que potencializariam e democratizariam os resultados ao serem incorporados e oficializados no planejamento da cidade.

Ainda na visão do autor, o planejamento advocatício e plural estimularia o interesse nos assuntos locais, no entanto, ao ser aplicado, por vezes incidia em um entrave quando envolvidos embates muito demorados que acabavam por desgastar o engajamento e reduzir a potência das ações. Apesar deste modelo de planejamento urbano não ter se estabelecido como um instrumento do Estado, conforme proposto por Davidoff, seu desígnio demarcou uma ruptura com o planejamento racional ao buscar impulsionar as comunidades a se tornarem ativas nos processos, e os profissionais a terem maior envolvimento com as pautas de movimentos sociais urbanos, contribuindo, assim, para a consolidação de uma visão progressista do planejamento e para demais elaborações teóricas.

É o caso do planejamento transativo proposto por John Friedmann em 1973, desafiando os preceitos do planejamento racional e manifestando a necessidade de um novo modo de pensar sobre o planejamento que enfatizasse a relação entre conhecimento e ação. Segundo Friedmann⁸⁴, por meio da interação e comunicação entre os distintos atores urbanos são gerados conhecimentos que são transformados em ação. Do diálogo entre planejadores e clientes-atores surgiria uma aprendizagem mútua e uma nova compreensão através do fluxo de conhecimentos, tratando-se de um processo de aprendizagem social que possibilitaria uma transformação social.

A transformação social consistiria no foco do planejamento urbano e poderia ocorrer a partir da mobilização social, de deliberações e de ações em uma escala local, junto às comunidades, sobre questões e valores que as afetam e que promovam

⁸⁴ Friedmann (1973, p. 171).

seu engajamento político. Ainda que o planejamento transativo considerasse o Estado no centro dos processos, a dimensão democrática e participativa era um objetivo principal, visando que os planejadores assumissem o encargo de consultores, e que a população atuasse ativamente na definição de políticas urbanas.

Nas proposições de Friedmann⁸⁵, fica evidente que houve uma mudança nos discursos da teoria do planejamento urbano, de um instrumento de controle para um planejamento de ação, levantando questões sobre a atuação dos planejadores e a participação popular. A ênfase do planejamento transativo estava nos planejadores obterem informações sobre as comunidades e estas se tornarem mais informadas sobre o planejamento, contudo a teoria não incluía a aprendizagem pelo Estado, até mesmo colocando em dúvida se tratativas entre as comunidades e o Estado poderiam trazer contribuições à aprendizagem. Anos depois o próprio autor afirma que, ao ter se fixado na ação planejadora do Estado, havia negligenciado múltiplas contra-narrativas dos atores unidos aos movimentos sociais e todo seu poder intelectual e político de mudar as condições e circunstâncias de vida, o que o autor busca corrigir direcionando sua abordagem para uma nova proposta radical de planejamento⁸⁶.

Os impactos trazidos pelos movimentos sociais urbanos e pelas práticas locais de planos comunitários influenciaram a dinâmica de construção das cidades e alcançaram também as estruturas institucionais. Inicialmente com o planejamento advocatício e o planejamento transativo houve a introdução da ideia da institucionalização da participação popular no planejamento urbano, mas posteriormente surge o planejamento comunicativo/colaborativo fortalecendo esse propósito, instigado por esses atores sociais orientados para a ação que evoluíram em organização e articulação política.

Diferentemente de correntes mais instrumentais, o planejamento comunicativo/colaborativo se propõe extremamente político, renovando os debates sobre possibilidades de democratização da relação entre Estado e sociedade, no que tange ao planejamento urbano tornar-se acessível às reais demandas e interesses das comunidades. Para tanto, essa corrente é marcada em sua interface com a democracia desde uma perspectiva participativa.

⁸⁵ Friedmann (2003, p. 9).

⁸⁶ Friedmann (2011, p. 6).

Os processos participativos na corrente de planejamento comunicativo/colaborativo são propostos de modo institucionalizado, através de canais formais organizados pelo Estado. Corresponderia aos planejadores, atuando dentro do Estado, o papel de promover um processo mais democrático através de atividades envolvendo as comunidades, visando aliar o discurso técnico ao conhecimento empírico e viabilizar planos condizentes à realidade.

Essa corrente de planejamento aprofundou o campo teórico e prático sobre uma reformulação das estruturas institucionais, envolvendo as partes interessadas nos processos deliberativos, com a mediação dos planejadores, de modo que todos os pontos de vista fossem considerados. Sobretudo a partir da década de 1980 tais propostas participativas estabeleceram-se como instrumento crítico, buscando promover mudanças na política urbana e democratizar o planejamento urbano tradicional, que em resposta passou a criar programas governamentais prevendo a inserção das comunidades ou de seus representantes locais.

Entretanto, veremos que desde então se identifica a tendência ao predomínio de uma representatividade da sociedade, em que muitas vezes a participação se resume a uma atuação mais simbólica e a uma falsa democracia, que perdura até a atualidade. Muitas das limitações e restrições que se impõem são decorrentes do desencontro entre os processos de democratização e a conformação do neoliberalismo, cujo padrão de governo é pautado por práticas político-econômicas e por um aparato regulatório que atuam em sentido contrário aos avanços democráticos.

O aspecto controverso refere-se à efetiva participação nas decisões de planejamento e os riscos que práticas participativas podem ocasionar, pelo enfoque excessivo no processo e por negligenciar poderes e especificidades dos contextos institucionais, promovendo a agenda neoliberal⁸⁷. Ainda assim, não se afirma uma generalização em torno dessa estrutura, e as correntes de planejamento em questão também alcançaram experiências exitosas.

O planejamento comunicativo enquanto principal expoente no sentido da institucionalização da participação se baseia na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas (1981) e é tratado por autores e planejadores como John Forester

⁸⁷ Healey (2003).

(1989), Patsy Healey (1992, 1997, 2003) e Judith E. Innes (1995). Esse modelo teórico discorre sobre os processos de deliberação no planejamento urbano, conferindo centralidade para a construção de conhecimento e de comunicação. Assinala a comunicação como instrumento principal para democratizar o planejamento urbano, por meio da competência da troca de informações e do diálogo entre diferentes atores a partir de seus múltiplos interesses, que seriam combinados em uma formulação em comum como solução viável e politicamente legítima.

Habermas⁸⁸ concebe a ação comunicativa a propósito de gerar consenso, sob um princípio discursivo em que todos os atores envolvidos em uma deliberação apresentam argumentações e realizam a negociação de definições suscetíveis de atingirem um acordo quanto aos interesses comuns, que então embasam os planos de ação. Por esse processo, seriam exploradas construtivamente as diferenças e buscadas resoluções de problemas para além de uma visão individual, avançando em visões complementares em torno de um bem coletivo e de significados compartilhados, que atribuiriam maior potencial às soluções.

A ação comunicativa seria uma alternativa à ação estratégica de poder voltada para interesses específicos no contexto do capitalismo, buscando dar acesso a diferentes atores e equalizar as condições de participação e de influência nos processos de planejamento urbano e nas tomadas de decisão. Por essa linha de concepção, Habermas⁸⁹ evidencia que um processo democrático deliberativo se torna estruturalmente necessário, em que as demandas públicas devem ser inseridas ao sistema político pela via institucional.

Inicialmente é Forester⁹⁰ quem abrange elementos da ação comunicativa em suas elaborações críticas à noção tradicional de planejamento, apontando estar distante de um processo democrático, visto o exercício político permanecer tecnocrático, autoritário, dominado pelos detentores de poder. Ao problematizar a maneira como as relações de poder moldam os processos de planejamento e determinam as decisões em uma sociedade precariamente democrática e fortemente

⁸⁸ Habermas (1987 [1981], p. 124).

⁸⁹ Habermas (1987 [1981], p. 325).

⁹⁰ Forester (1989, p. 3).

capitalista, o autor propõe um novo formato com a redefinição das relações de modo a garantir a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão.

Diante de manipulações, distorções e abusos de poder no planejamento atrelado ao controle e gerenciamento da informação e da comunicação, Forester⁹¹ confere ao planejador o papel de identificar e prevenir tais fatos. Ao compreender as relações em face do poder no planejamento, o planejador conseguiria atuar frente aos obstáculos sistemáticos no Estado no sentido de influenciar as condições para os cidadãos se organizarem, participarem e agirem quanto às questões que lhes afetam. Visto a processualidade do planejamento comunicativo baseado na mediação de conflitos e de interesses concorrentes de diferentes atores, todos devem aceder igual nível de informações, pois são importantes fontes de poder, e ter a mesma oportunidade de manifestação, já que todos os tipos de conhecimento são importantes, o que possibilitaria uma participação democrática no planejamento.

Baseando-se nas formulações de Forester, Healey⁹² vai aprofundar a teoria do planejamento comunicativo, posteriormente denominando-o planejamento colaborativo. Para que o planejamento tenha potencial transformador, Healey⁹³ argumenta que sejam exploradas as dimensões comunicativas de debate e de decisão sobre questões de interesse coletivo, capaz de levar a uma “virada comunicativa”. Trata-se de um processo interativo, em que diferentes experiências e conhecimentos são válidos e contribuem para que os cidadãos se engajem em uma construção conjunta de análises críticas, de significações e de ações.

Healey⁹⁴ defende uma mudança na noção das instituições formais do Estado como únicas detentoras do conhecimento sobre o planejamento, apesar de considerar o planejador como seu realizador, para um processo compartilhado que permita que todos afetados pelas decisões tenham a mesma participação nas deliberações e voz ativa na formulação de políticas. Através da abordagem comunicativa é desenvolvida uma noção de sistemas e práticas colaborativas, com uma combinação de conhecimentos e competências que possa originar um processo pela qual a sociedade consiga gerenciar seus assuntos comuns. O planejamento colaborativo cria condições

⁹¹ Forester (1989, p. 27-29).

⁹² Healey (1992, 1997, 2003).

⁹³ Healey (1992, p. 233, 236).

⁹⁴ Healey (1997, p. 199-200).

para que ocorram processos socialmente mais justos e inclusivos e, assim, construir novas relações sociais e potencializar as práticas locais e seus resultados⁹⁵.

Esse modelo colaborativo equivale a um paradigma emergente da teoria do planejamento, conforme Innes⁹⁶, visto que não traz uma adaptação aos métodos anteriores, mas uma nova proposta embasada na ação comunicativa e na prática interativa, a qual é referenciada em um conjunto intelectual que levanta novas questões. Com foco na descentralização dos processos, a deliberação consiste na principal atividade por meio da qual o planejamento colaborativo é realizado, unindo comunicação, conhecimento e ação.

Alcançar a colaboração no planejamento requer a relação entre todos os atores, com suas diversidades e interdependência de interesses, em que Innes⁹⁷ elucida a função dos planejadores, não como observadores ou especialistas neutros, mas como igualmente atuantes no processo e na mediação dos interesses. Ainda segundo a autora, trata-se de uma nova forma de conceber a participação no planejamento, pois transcende o dualismo entre sociedade e governo, e amplia os processos participativos para todos. O planejador deixa de ter o domínio sobre as proposições, o Estado deixa de centralizar a tomada de decisão, e o foco do planejamento urbano passa a ser um processo conjunto.

Nesse sentido, o planejamento comunicativo/colaborativo propõe utilizar-se da estruturação de canais formais de discussão, experimentação e aprendizagem que impulsionariam a participação, onde múltiplas formas de conhecimento e distintos interesses possam ser expostos e objeto de resolução. Sua viabilidade dependeria, portanto, de arenas próprias para práticas comunicacionais onde projetos e planos de ação seriam propostos e as divergências seriam negociadas e mediadas em torno de soluções que sejam mutuamente benéficas.

Se esse modelo de planejamento significou mudanças em certos contextos, mesmo com ampliações em relação ao discurso teórico, ainda assim apresenta vulnerabilidades, não havendo de fato uma ruptura nos pressupostos do planejamento racional. De acordo com Fainstein⁹⁸, o modelo comunicativo não deve ser criticado

⁹⁵ Healey (2003, p. 107-108).

⁹⁶ Innes (1995, p. 183-184).

⁹⁷ Innes (1995, p. 190).

⁹⁸ Fainstein (2020, p. 4).

por seus ideais de abertura e diversidade, mas pelas dificuldades do próprio pensamento, uma vez que seus proponentes se afastaram da teoria crítica, embora suas raízes decorram de Habermas, para apresentarem um manual de ação.

Segundo Randolph⁹⁹, o mérito principal desse planejamento está na tentativa de abrir caminhos de participação através da mediação entre distintos conhecimentos para que um poder comunicativo de grupos sociais em sua vivência cotidiana possa influenciar na tomada de decisão junto às esferas institucionais. Porém, as propostas comunicativas e colaborativas procuram promover uma forma democrática baseada na mediação presente nas ações comunicativas e na construção de consenso¹⁰⁰.

Por um lado, desacordos podem ser melhorados por meio de negociação e o consenso pode contribuir como legitimador dos processos e para o engajamento de grupos diversos em torno do planejamento urbano sem prejudicar suas posições individuais. No entanto, tratar dessa modalidade de planejamento como portador do ideal democrático pode ser considerado controverso, pois o consenso não é o que qualifica o processo democrático.

A ação comunicativa com base na construção de consensos, ainda que sendo dos conceitos mais relevantes associado à participação, Mota¹⁰¹ refere ser objeto de ampla crítica. Destaca quanto à questão da obsessão do consenso em planejamento, que a crítica concerne ao fato de negligenciar as relações de poder externas e a forma como podem condicionar o exercício, que se obtêm resultados em torno do mínimo denominador do consenso, que se perdem tensões e contradições valiosas no processo e que os acordos são fugazes.

Para Fainstein¹⁰², o que se verifica é que as lacunas teóricas do planejamento comunicativo se revelam na prática, na qual os esforços para basear o planejamento no diálogo revela sérios problemas de implementação e o domínio continuado dos já poderosos. Haveria, assim um conflito potencial entre os objetivos do planejamento comunicativo e os resultados requeridos nos processos de planejamento participativo.

A realização do planejamento comunicativo depende de uma série de condições cujo cumprimento se torna difícil diante das contradições e das

⁹⁹ Randolph (2007, p. 9-10).

¹⁰⁰ Randolph (2007, p. 13).

¹⁰¹ Mota (2013, p. 183).

¹⁰² Fainstein (2020, p. 7-9).

desigualdades de poder entre os envolvidos nos processos¹⁰³. Sustenta uma dimensão participativa, sendo um planejamento proposto articulado à sociedade, quando, no entanto, é dirigido às institucionalidades detentoras de poder e de decisão.

A relação de colaboração propõe operar em um modo de compartilhamento de poder, mas ao ser mantido um planejamento a cargo das institucionalidades, reúne partes com poder desigual, não evitando que os diálogos, processos e soluções sejam influenciados¹⁰⁴. Nesse sentido, os problemas estruturais de desigualdades persistem, não garantindo a participação da diversidade de atores, interesses e necessidades existentes nos territórios.

Esse planejamento, assim como outros, integra qualidades e limitações. A participação social acaba não ocorrendo efetivamente no campo da prática no planejamento urbano comunicativo, limitando-se quase que exclusivamente ao campo teórico e poucas vezes aproximando-se de uma verdadeira realização. Essa aproximação, por outro lado, tem papel fundamental no sentido de impulsionar a institucionalização da participação no planejamento urbano em diversas cidades.

Apesar das críticas e questionamentos que se possa ter em relação às teorias participativas de planejamento iniciadas nos Estados Unidos e Europa, tiveram também repercussão em vários países do Sul global. No caso da América Latina, essa abordagem incitou em grande medida a participação social em processos de democratização política, não somente explicitando a necessidade de uma redefinição do planejamento urbano, como também levando muitos locais a incorporarem procedimentos do modelo participativo.

No contexto do Brasil, a participação se insere em um ciclo de abertura e posterior afirmação do planejamento participativo. Sua origem esteve associada ao movimento social organizado na luta para a redemocratização do Estado e para a implantação de um novo sistema político para o planejamento e gestão das cidades, acentuando com isso o debate orientado a propostas participativas.

Observando-se a trajetória urbana do país na análise de Villaça¹⁰⁵, após sucessivos planos, a partir dos anos 1960 passa-se a incluir outros aspectos além de

¹⁰³ Randolph (2007, p. 12).

¹⁰⁴ Gray (1989, p. 119).

¹⁰⁵ Villaça (1999, p. 177).

territoriais, como econômicos e sociais, quando o planejamento urbano propriamente dito se estabelece pautado no modelo racional-compreensivo. No entanto, no período o planejamento não ocorre na esfera das políticas públicas enquanto ação real do Estado, mas sim na esfera da ideologia, se referindo ao seu discurso dominante¹⁰⁶.

Conforme ressalta Vainer¹⁰⁷, tratando-se de um período de regime de ditadura militar, foi levado ao máximo a concepção tecnocrática do planejamento urbano, pressupondo a capacidade de planejadores fazerem diagnósticos e proporem soluções adequadas aos interesses comuns, sem qualquer consulta à população. Visando a descentralização dos processos decisórios e a ampliação da participação popular, nos anos 1970 instaura-se no país uma luta para democratizar as cidades.

Após um período de desarticulação de grande parte dos movimentos populares com o acirramento da repressão ditatorial, uma nova etapa na consciência popular urbana é marcada com os movimentos crescendo muito em organização e atuação frente as demandas urbanas, estimulados pelas possibilidades de influenciar no projeto constitucional¹⁰⁸. Os movimentos sociais urbanos se aliaram a entidades profissionais consolidando o Movimento pela Reforma Urbana enquanto movimento nacional em 1987, mesmo ano que se instituiu a Assembleia Nacional Constituinte, e tendo grande envolvimento na cena política com a defesa de uma agenda de reforma urbana e com conquistas relacionadas à ampliação do direito à cidade¹⁰⁹. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana significou um importante processo democrático de participação da população e de consolidação de lutas urbanas na esfera institucional, a partir da convergência de reivindicações em torno da proposição unificada e popular de uma emenda constitucional, que viria a resultar nos Art. 182 e Art. 183 do capítulo de política urbana na nova Constituição Federal Brasileira¹¹⁰.

Se a promulgação da Constituição Federal de 1988 demarcou uma nova fase de democratização no país por prever o estabelecimento de diretrizes para a abertura das estruturas institucionais à democracia participativa, os aspectos legislativos para a realização de um planejamento e gestão das cidades com a participação popular

¹⁰⁶ Villaça (1999, p. 227).

¹⁰⁷ Vainer (2005, p. 137).

¹⁰⁸ Villaça (1999, p. 231-232).

¹⁰⁹ Maricato (2000, p. 143).

¹¹⁰ Brasil (1988).

foram sancionados somente quando da instituição do Estatuto da Cidade¹¹¹ no ano de 2001, lei que conferiu condições de aplicabilidade aos princípios constitucionais da política urbana. Contudo, antes mesmo do Estatuto da Cidade já se consolidou uma organização social e política em torno de práticas com potencial democrático sob um arranjo institucional entre Estado e sociedade civil.

Dentre as formas de democracia participativa que estariam em sintonia com as transformações estabelecidas pela Constituição Federal, o caso mais emblemático foi a experiência do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre/RS, a partir de 1989¹¹². Tratou-se de uma inovadora prática política em nível local, estruturada pelo governo municipal e pela sociedade civil, caracterizada não só pela participação da população, como por sua auto-organização e prática direta em relação aos recursos orçamentários, processos decisórios e políticas públicas, e não através de organizações representativas.

Ao tratar das experiências de participação no estado do Rio Grande do Sul, Núñez¹¹³ apresenta em detalhe o contexto do surgimento do Orçamento Participativo. Distintamente da intensa atuação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil nos anos 1980 em torno da democratização e da ampliação de conquistas e direitos, a consolidação democrática a partir da Constituição Federal incidiu sobre suas estratégias, pelas quais reduziram a capacidade de mobilização e a intensidade das lutas, passando a um momento de fortalecimento organizativo e institucionalização. Houve o estabelecimento pelo Estado de importantes espaços de diálogo democrático que foram ocupados pela sociedade civil, sendo inovações institucionais possibilitadas dada a estrutura federativa do país no período, na qual políticas neoliberais predominavam na esfera nacional, enquanto os espaços políticos no interior estavam abertos a políticas alternativas e a iniciativas democratizantes, tal como o Orçamento Participativo.

Enquanto institucionalidade democrática, o Orçamento Participativo respondeu a uma dinâmica distinta de outras constituídas pelo Estado com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais¹¹⁴. No caso do Orçamento Participativo,

¹¹¹ Brasil (2001).

¹¹² Marzulo e Siqueira (2021, p. 403).

¹¹³ Núñez (2016, p. 69, 83).

¹¹⁴ Núñez (2016, p. 106).

o processo era de livre entrada a qualquer cidadão e, ainda que implementado pelo Estado, as formas institucionais de participação foram criadas de baixo para cima.

O Orçamento Participativo se tornou referência internacional no campo da gestão e planejamento urbano e no âmbito acadêmico, refere Marzulo¹¹⁵. Seu destaque deveu-se a ter superado, com a democracia direta, entraves à ação do Estado na esfera local, ter equalizado decisões relativas às necessidades surgidas com novos agrupamentos sociopolíticos, e ter problematizado a técnica absoluta para colocar em cena atores sociais com seus saberes tradicionais e populares. No entanto, esgotada a capacidade do Estado local em manter os investimentos, com o passar do tempo houve uma regressão da experiência e dos atores envolvidos, e a retomada do poder pelo sistema político-partidário.

Ainda acerca da autonomia conferida aos Municípios pela Constituição Federal, com atribuições para promover a execução da política de desenvolvimento e expansão urbana, uma série de planos diretores passaram a ser elaborados como principais instrumentos apropriados às demandas locais, muitos dos quais inserindo dispositivos participativos. Ademais da aprovação de marcos legais municipais, por meio do Estatuto da Cidade¹¹⁶ é que foram regulamentados a nível federal os instrumentos de política urbana e as diretrizes que estabelecem a gestão democrática das cidades que, em sua designação jurídica, concerne à “participação da população e de associações representativas da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. As estruturas criadas na própria instância estatal colocaram como horizonte a construção de uma democracia urbana em que a população pudesse exercitar o direito de integrar os processos deliberativos e decisórios.

A partir de então vai passar a vigorar de modo institucionalizado no contexto brasileiro o planejamento urbano participativo e propostas de gestão mais democráticas para as questões urbanas. A população é chamada a participar de órgãos consultivos ou deliberativos coordenados pelo Estado, dentre os quais em conselhos, fóruns, assembleias e audiências, ou ainda há a própria organização popular para que seja envolvida nos canais participativos que lhe são disponibilizados.

¹¹⁵ Marzulo (2016, p. 245).

¹¹⁶ Brasil (2001).

Esses arranjos democráticos através de canais institucionais de participação resultariam na abertura de novas perspectivas para a população com possibilidades de inserção de seus anseios na agenda pública.

Vê-se, contudo, não ser suficiente o acesso da população aos canais formais para se superar a estrutura da democracia representativa. Os processos participativos possibilitariam que demandas locais procedentes de situações vividas no cotidiano fossem tratadas e reivindicadas através dos canais implementados. Apesar da aposta na abertura dos sistemas políticos, e do Estado por vezes se mostrar permeável à democracia participativa, houve mais uma ilusão de participação nos processos do que de fato novas repercussões em termos deliberativos e decisórios, sendo a população em grande medida limitada a validar planos previamente estabelecidos.

A deficiência desde as primeiras propostas participativas foi a de que o planejamento, em toda sua trajetória, permitiu apenas marginalmente manifestações por aqueles que não faziam parte dos sistemas¹¹⁷. Embora as transformações anunciadas quando da inserção da participação no âmbito institucional, o Estado se manteve no centro da ação planejadora e os modelos participativos tornam-se alvo de críticas devido às contradições que comprometem a finalidade democrática, e de questionamentos sobre os resultados efetivamente alcançados nas experiências.

O planejamento participativo tem ainda sua prática institucional prejudicada estando inserido no contexto do neoliberalismo, que influencia a conduta do planejamento e os propósitos democráticos. Tem-se no ideal participativo e no ideal neoliberal perspectivas paralelas e concorrentes, que em conjunto configuram a lógica hegemônica de construção das cidades contemporâneas. Portanto, após apresentada nesta sessão um ponto de vista crítico sobre concepções teóricas e práticas de planejamento que se declaram participativas e comprometidas com a democracia, é diante do contexto neoliberal das cidades que se torna válido prosseguir nas questões contrapostas à institucionalização da participação no planejamento urbano.

¹¹⁷ Randolph (2007, p. 9).

2.2 Planejamento urbano e participação institucional no contexto neoliberal

Se ao longo da hegemonia do planejamento urbano tradicional o poder decisório em relação às cidades esteve centrado no Estado, as correntes de participação popular que emergiram como um paradigma do planejamento, mesmo considerando os avanços democráticos que geraram, contudo não alteraram significativamente as configurações de poder nos processos decisórios, os quais passaram a ser regidos pelos preceitos neoliberais. Tratar sobre a participação no planejamento urbano nas cidades contemporâneas passa então por situar o debate em torno do neoliberalismo.

As transformações ocorridas nas décadas finais do século XX puseram em evidência, de um lado, a institucionalização de formas de participação democráticas no planejamento urbano, enquanto de outro, se estabeleceram formas neoliberais de produção das cidades¹¹⁸. Em uma lógica contraditória, mesmo a participação institucional implicado em importantes modificações com a ampliação do campo de atuação da população no desenvolvimento de políticas públicas de planejamento, no contexto neoliberal, se torna constantemente subordinada às dinâmicas econômicas em detrimento às causas sociais.

O planejamento urbano sempre subjugou as cidades onde foi exercido ao domínio do Estado capitalista. Após um período de fortalecimento do capitalismo, na década de 1970 a economia mantida pelo intervencionismo entrou em declínio, e a crise do capitalismo impulsionou a mudança em direção a neoliberalização. A insatisfação generalizada com a combinação de desemprego e alta inflação causadas pela crise econômica serviu como argumento para o capitalismo global incorporar o neoliberalismo enquanto novo modelo regulatório estatal, supondo ser a única resposta à crise¹¹⁹. Houve em toda parte uma acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico, se tornando hegemônico no cenário mundial como modalidade de discurso e afetando antigos poderes, estruturas institucionais e formas tradicionais de soberania do Estado¹²⁰.

¹¹⁸ Brenner *et al* (2018); Harvey (2008 [2005]).

¹¹⁹ Harvey (2008 [2005] p. 23).

¹²⁰ Harvey (2008 [2005] p. 12-13).

A hegemonia neoliberal representou um enfraquecimento do planejamento até então associado a um Estado intervencionista, que passou a ser alvo de críticas dada à frustração com sua ação regulatória, nem sempre capaz de evitar as crises e salvar o capitalismo¹²¹. A matriz de planejamento modernista, e mais tarde racionalista, que orientou o crescimento das cidades do mundo capitalista, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais, levando ao colapso da crença no controle racional e centralizado do planejamento estatal e à vitória da ideologia neoliberal¹²². Os anos 80 e as décadas seguintes assistiram o aprofundamento do neoliberalismo e da inclusão de métodos individualistas e privatistas de gestão, considerados mais apropriados às ideias imediatistas de acumulação de lucros na produção capitalista das cidades.

Apesar de hegemônico, o processo de neoliberalização é desigual no tempo, nos territórios e em cada escala em que se articula, variando de acordo com as condições particulares de cada local e com os arranjos institucionais existentes herdados¹²³. Mas um fato persistente no âmbito desse desenvolvimento irregular é a tendência universal a aprofundar problemas urbanos e agravar desigualdades sociais, suscitando a polarização entre uma crescente marginalidade dos menos afortunados em contraponto às concentrações de riqueza e poder nas altas esferas capitalistas¹²⁴.

Não significa que todos os processos urbanos se vinculem ao neoliberalismo, ainda que se constitua como um sistema dominante no planejamento e determinante na conformação urbana. Com o esgotamento e descrédito do planejamento estatal estimulando formas neoliberalizadoras de reestruturação regulatória, a atribuição do Estado é ressignificada, conforme tem sua posição de poder redimensionada e sua ação fragmentada. Um Estado mínimo provendo uma estrutura institucional caracterizada por direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio se torna o ideário central do neoliberalismo, levando a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social¹²⁵.

Essa configuração neoliberal implica na influência de atores econômicos guiados por imperativos da produtividade e do lucro na estrutura do Estado,

¹²¹ Souza (2001, p. 30).

¹²² Maricato (2000, p. 123, 129).

¹²³ Brenner *et al* (2018, p. 164-165).

¹²⁴ Harvey (2008 [2005] p. 128).

¹²⁵ Harvey (2008 [2005] p. 12).

prevalecendo políticas urbanas de cunho privado em desfavor às demandas públicas de grande parte da população. Numa crescente submissão aos interesses do capital financeiro globalizado e de segmentos privilegiados, o Estado intervencionista cedeu lugar a um Estado mais frágil sob a ideologia neoliberal, em que as contradições se tornaram mais explícitas e os direitos sociais erodidos¹²⁶. O Estado particularizado pelo neoliberalismo incita assim uma individualização das relações e que aspectos da vida cotidiana sejam conduzidos por poderes econômicos.

Apesar do pensamento neoliberal ter se afirmado propondo saídas para as crises através de um aparato conceitual de dignidade humana e de liberdade individual¹²⁷, apresentou um caráter autoritário e antidemocrático, tanto das condições para sua realização quanto dos resultados gerados. Nesse sentido, muitos desenvolvimentos teóricos do planejamento têm como contexto o conflito entre a neoliberalização e a democratização enquanto processos opostos, na qual o primeiro atua limitando as iniciativas que buscam promover os princípios democráticos.

É o caso das propostas democráticas de planejamento, em que a participação social passou a ser imperativa nas políticas públicas, quando paralelamente, no vazio causado pelo esgotamento regulatório do planejamento, a lógica de urbanização neoliberal passou a dominar a estrutura do Estado em prejuízo de processos mais democráticos na produção das cidades. Nas práticas de planejamento participativo sob as condições do neoliberalismo, as relações de poder nos processos não se alteram, visto sustentarem as decisões tomadas em seu domínio, pelas quais a participação pode vir a ser cooptada e manipulada. Nessas circunstâncias de um planejamento marcado por forças opostas, a problematização da dimensão participativa se torna ainda mais urgente no contexto neoliberal.

O processo de redemocratização no Brasil ocorreu de modo imbricado ao neoliberalismo, em que a interferência estatal foi gradativamente cedendo à ampliação do mercado e à implementação de políticas sob a hegemonia neoliberal. A abertura do sistema político do país depois da ditadura militar com a instituição da Constituição Federal e, posteriormente, do Estatuto da Cidade, trouxe uma descentralização do poder do Estado e transferência de atribuições para centros locais, regulamentados

¹²⁶ Souza (2001, p. 32).

¹²⁷ Harvey (2008 [2005] p. 15).

pelos novos instrumentos jurídico-políticos. Ainda que os municípios tiveram a oportunidade de experimentação de modelos participativos relativos à gestão e ao planejamento das cidades, acabaram assumindo responsabilidades muitas vezes sem disporem de autonomia, poderes ou condições suficientes no que diz respeito a recursos e estrutura, fazendo com que adotassem uma postura competitiva e não propriamente democrática, como previsto na política urbana.

A dificuldade de governança municipal, somada à fragilização do mecanismo de planejamento do Estado acentuando sua desresponsabilização, se tornou um estímulo para o neoliberalismo e à ação soberana do mercado frente às cidades. Conforme o Estado se retirou do controle dos processos de planejamento, passou a exercer um papel contraditório, de um lado buscando se legitimar criando canais formais abertos à participação social, e de outro, induzindo políticas convenientes aos interesses neoliberais de acumulação e reprodução do capital. Logo, estabeleceu-se ao longo dos anos 1990 um embate em torno de uma cidade democrática, que fosse conduzida por seus cidadãos, em oposição à uma cidade mercadoria, conduzida por detentores do capital¹²⁸.

O perigo do esvaziamento da dimensão pública do Estado perante uma racionalidade privada é acentuado quando o planejamento urbano, para além de se subordinar e acompanhar o mercado, passa a estimular a iniciativa privada, oferecendo-lhe vantagens e regalias, facilitando o fortalecimento de uma perspectiva mercadofila¹²⁹. Na medida que o planejamento não busca disciplinar o capital, passa, pelo contrário, a melhor se ajustar aos seus interesses, incorporando métodos do setor empresarial e enfatizando parcerias público-privadas na produção do urbano¹³⁰.

O Estado enquanto expressão das relações sociais de produção não é isento nem desinteressado, atuando como promotor de ações que expressam a lógica do mercado em cada contexto específico¹³¹. Nesse sentido, houve cada vez mais o abandono pelo Estado do seu papel racionalizador e regulador, para a adoção do papel de coadjuvante em processos empreendedores. Nessa etapa neoliberal do capitalismo, com a prática empresarial invadindo o planejamento urbano, os projetos

¹²⁸ Vainer (2005, p. 138).

¹²⁹ Souza (2001, p. 32).

¹³⁰ Souza (2001, p. 136).

¹³¹ Oliveira (2018, p. 107-108).

de intervenção no espaço urbano se configuraram como um instrumento para colocar em prática as estratégias concebidas como um plano de negócios para as cidades¹³².

Enquanto o neoliberalismo estabelecia sua hegemonia global, por diversos locais um tipo de planejamento se manifestava na forma de uma gestão privada sobre o espaço urbano, respondendo a uma agenda econômica em detrimento aos interesses políticos e sociais, por meio de um modelo de planejamento estratégico. O planejamento estratégico apresenta-se sob a finalidade de tornar as cidades mais competitivas diante de um mercado globalizado e de um Estado enfraquecido, as quais são lançadas a uma disputa para atraírem e conquistarem recursos, investidores, turistas, que trariam ganhos, principalmente econômicos¹³³.

A ênfase desse modelo de planejamento refere-se à atuação nas condições para ações territoriais conduzidas por parcerias público-privadas, que se dão através de projetos urbanos em áreas pontuais, consideradas estratégicas para gerar melhorias às cidades. Diversamente de benefícios, como amplamente anunciado, ao ser confiado o planejamento e gestão das cidades à iniciativa privada, houve a financeirização dos espaços públicos e da vida urbana com transformações socioespaciais nos inúmeros locais onde foi adotado.

O sistema de urbanização neoliberal torna-se condição indispensável para que princípios econômicos fossem concretizados na produção do espaço, quando as negociações relativas às políticas urbanas são levadas a uma prática subordinada do Estado garantindo relações privilegiadas em favor de grupos associados a interesses mercadológicos das cidades, especialmente do capital imobiliário. O acirramento da especulação nos mercados de terra e de imóveis, particularmente em áreas urbanas de grandes cidades e seu entorno, se tornou um caminho para a concentração de riquezas nas mãos de poucos, ao tempo que soma crescentes desigualdades¹³⁴.

Com o avanço de processos pelos quais o neoliberalismo passa a integrar com maior força o planejamento, se acentuam problemas urbanos estruturais em torno de desigualdades sociais, segregação e condições de vida cada vez mais contundentes, e que expõem embates acerca dos desníveis dos poderes sobre as cidades. Dentre

¹³² Oliveira (2018, p. 199).

¹³³ Vainer (2007, p. 2).

¹³⁴ Harvey (2005, p. 158-159).

as críticas à condução neoliberal no planejamento está justamente o fato dos poderes sobre as cidades serem dominados por atores comprometidos com o neoliberalismo, distanciando a ideia de poderes democraticamente distribuídos mediante a participação popular nas decisões relativas ao planejamento urbano.

Por um lado, tem-se a democratização cada vez maior do papel dirigente do Estado com a transferência de um grande número de funções para instituições não-estatais¹³⁵, como a iniciativa privada ou a sociedade civil. De outro, nem sempre o modo político-institucional de gestão e planejamento em que as políticas públicas, as estratégias e os planos são elaborados se caracteriza por uma instância de poder democrática, mas em sentido restrito a participação de apenas uma minoria.

Esse sentido restrito incide mesmo em planejamentos participativos, em que existe o discurso democrático, tratando-se de iniciativas governamentais que convocam ou acolhem para que haja inserção em seus processos, mas muitas vezes não há uma participação efetiva¹³⁶. São construídos canais institucionais para a participação da população no planejamento, mas que na realidade não permitem a tomada de decisões pois há pouca abertura nos processos e na delegação de poderes. Um país tal qual o Brasil, que esteve historicamente marcado por desigualdades e exclusões, as condições em que os processos participativos são elaborados tendem a reproduzir certas racionalidades, dificultando que a democracia representativa ceda lugar para a aplicabilidade de uma participação popular democrática que se faça ao nível decisório.

Muito da limitação da dimensão participativa do planejamento está vinculada ao neoliberalismo, que causa uma inflexão política e democrática e aprofunda a exclusão de atores sociais dos canais institucionais, que conseqüentemente não contemplam toda a diversidade de demandas, reforçando a relação divergente entre uma participação que presumiria um mínimo de igualdade e uma distribuição desigual de poderes. Ocorre que a desigualdade de poderes não é neutralizada mesmo em processos participativos, que acabam tendo uma atuação popular simbólica e apenas consultiva, e tendo as verdadeiras decisões sendo tomadas por atores e segmentos sociais específicos. Aos atores hegemônicos da vida política, econômica e social é

¹³⁵ Souza (2001, p. 423-425).

¹³⁶ Randolph (2007, p. 3).

concedido o poder de escolha do que vai ser difundido e das ações que vão ser realizadas, cabendo aos demais atores a posição residual¹³⁷.

Diante das propostas de planejamento participativo assinalarem formas de submissão aos ditames neoliberais e não assegurarem que interesses sociais sejam contemplados, a participação acaba reduzida a uma fachada democrática para os processos decisórios, apenas para a validação e legitimação de questões previamente definidas por atores hegemônicos. Trata-se de uma forma de manipulação em virtude dos interesses da população que é chamada a participar dos processos de planejamento não se aproximarem dos interesses daqueles que de fato são seu foco. Essa forma domesticada da democracia participativa estaria na verdade designando uma democracia representativa com alguns mecanismos de participação popular¹³⁸.

A inserção institucional da participação no planejamento configura uma tendência de despolitizar a população e minar sua força transformadora pela repressão e cooptação pelo Estado neoliberal¹³⁹. O agravante no planejamento participativo está na diminuição do peso político ao tempo do fortalecimento neoliberal. Quando a população passou a participar dos canais disponibilizados pelo Estado, significou uma retirada do campo de divergências e de conflitos devido ao preceito de negociação promovido institucionalmente, sendo conveniente ao neoliberalismo.

Se na teoria da ação comunicativa de Habermas¹⁴⁰, que suscita certos modelos participativos de planejamento, é desejável minimizar as diferenças e buscar o entendimento, esses são também interesses do capitalismo neoliberal. A necessidade de construção de consenso trazida pelo neoliberalismo se deve a reduzir o conflito e estabilizar as relações sociais e políticas, contribuindo para o sucesso competitivo em termos econômicos e mercadológicos. Passa a ser central no sistema de poder obter o consenso, banir o conflito, o que significa banir a política do espaço urbano¹⁴¹.

Nesse sentido, a principal crítica trazida às propostas de planejamento participativo é suscitar a redução do teor político e das relações conflituosas de poder, sem questionar a estrutura coercitiva imposta institucionalmente, muito menos sem

¹³⁷ Santos (2006 [1996], p. 133).

¹³⁸ Souza (2001, p. 177-178).

¹³⁹ Mirafteb (2016, p. 369).

¹⁴⁰ Habermas (1987 [1981]).

¹⁴¹ Vainer (2007, p. 3-4).

redefinir a própria relação entre Estado e sociedade, tornando-se um suporte para a perpetuação do neoliberalismo e do *status quo*, quando deveria confrontar essa hegemonia na produção das cidades. As divergências e os conflitos devem ser elementos integrantes do planejamento urbano para possibilitar uma participação popular que considere as distintas demandas sociais, e uma real ascensão democrática, para mais de uma participação mediada e controlada como a existente.

O questionamento acerca da capacidade do planejamento urbano participativo para a transformação política e social e em garantir efetivamente a participação popular é fundamental, considerando que ademais do urbano ser produzido socialmente, segue um caminho de dominação econômica, política e ideológica¹⁴². Com a interlocução entre o neoliberalismo e uma participação popular de forma consentida no âmbito institucional, o planejamento urbano se constitui cada vez mais um campo político. Ao passo que o planejamento conduzido pelo neoliberalismo impulsionou processos fragilizando a abordagem participativa e reforçando poderes privilegiados, isso não ocorreu sem despertar a ativismos e movimentos sociopolíticos em reação a esses mesmos processos.

Esse modelo hegemônico de planejamento urbano imposto às cidades provoca forças de resistência que buscam contrapô-lo. Segmentos da população insatisfeitos com sua pouca influência no sistema político de maneira muito mais a cumprir formalidades, passam a reivindicar a desconstrução de poderes dominantes, ao tempo que apresentam disposição para superar obstáculos institucionalizados e disputar por condições equilibradas de poder.

A partir da literatura vê-se que passado um largo período de investidas na participação institucional no planejamento, poucos são os avanços democráticos e as melhorias para a população, fazendo com que a expectativa gerada originalmente tenha se atenuado e cedido lugar às reivindicações. Não significa, contudo, que a totalidade de experiências participativas devam ser enjeitadas, pois argumentando-se que da sua revisão e problematização, não se esgota o potencial de processos locais e descentralizados servirem aos interesses legítimos da população. Diante da complexidade nas relações institucionais e nas relações socioespaciais objeto do

¹⁴² Maricato (2000, p. 123).

planejamento urbano, justifica-se não se afastar, à princípio, e manter-se uma aposta em valores democráticos, participativos, colaborativos, pelo que é necessária uma viragem do planejamento.

Importa perceber para além da participação propriamente dita dos cidadãos ou do aprofundamento da democracia e de formas de reforço da legitimidade democrática, argumenta Mota¹⁴³ em torno da questão participativa no planejamento. Afirma tratar-se de uma forma de potenciar e alinhar os meios e motivações de diferentes atores na ação coletiva, de uma forma de gerar coletivamente novas soluções para os problemas contemporâneos, sendo fundamental encontrar e, portanto, experimentar, novos caminhos metodológicos.

É necessária outra abordagem de planejamento urbano que transforme a lógica em curso, excludente e desigual, para uma recentralização nos interesses públicos e aspirações sociais. Na busca por perfazer esses novos caminhos ao planejamento, a própria população comumente excluída ou restringida nos processos, passa a reivindicar não apenas a democratização dos processos decisórios institucionais para que possuam ampla e diversificada participação, mas vai além, e luta por uma descentralização dos poderes que atuam sobre os territórios, o que transparece recentemente nas diversas práticas urbanas que insurgem ao redor do mundo.

Tratam-se de práticas urbanas insurgentes caracterizadas como resistentes e contra-hegemônicas, e que buscam outros meios de ação em relação aos métodos subordinados de planejamento participativo institucional. Ressalta-se aqui a face das insurgências urbanas principalmente porque apontam possibilidades para uma renovação nas formas de pensar e de fazer planejamento, e reorientam o debate sobre a participação popular a partir de um outro arranjo, fora das estruturas institucionais e pautada por ações diretas e autodeterminadas.

¹⁴³ Mota (2013, p. 185).

2.3 Participação insurgente no planejamento urbano

A disposição das propostas participativas no planejamento urbano por melhorias de um sistema de democracia sustentado na representação política não demonstra mais ser tão profícua nos últimos anos, quando, diante da crise urbana e do acirramento das desigualdades acometidos pela ordem neoliberal, diversas práticas urbanas insurgem em sua contraposição. Essas práticas retratam as limitações dos processos institucionais de planejamento, sobretudo nos espaços de participação popular, e a orientação neoliberal no tratamento dos temas urbanos, suscitando uma democracia desacreditada e um fortalecimento de táticas de resistência e de ação como novas formas de legitimar demandas sociais.

Diante do contexto neoliberal, o fim da hegemonia do Estado foi acompanhado do domínio de agentes econômicos nas decisões de planejamento urbano, levando processos participativos institucionais a serem apoderados por segmentos privados e esvaziados em sua razão. Os avanços conquistados pela participação foram pouco efetivos, acabando por não ampliar o campo de atuação popular em âmbitos decisórios do planejamento, prevalecendo um sistema heterônomo e com grandes concentrações de poder, apesar do discurso democrático, fatores que guardam relação com o neoliberalismo. É quando da inexistência ou ineficiência de canais institucionais que possibilitem uma verdadeira participação no planejamento, que a população não se restringe a atuar por meios formais que lhe são disponibilizados pelo Estado e, mediante práticas insurgentes, inventa canais alternativos a fim de se pronunciar e se envolver com as questões urbanas.

Baseado na breve revisão de referências teóricas participativas e na sua problematização, desde proposições refutando o planejamento racionalista até formas institucionalizadas de participação afetadas pelo neoliberalismo, é que para o encerramento do capítulo o objetivo é trazer ao debate o surgimento da abordagem insurgente de planejamento como contraponto ao modelo institucional de participação, enquanto possibilidade de superar seus pontos críticos e realmente viabilizar os propósitos participativos. Interessa em que medida os aspectos atinentes à ideia de práxis denotada pelas insurgências urbanas se inserem em um plano teórico sobre a participação popular no campo disciplinar do planejamento urbano.

Se por um lado a abordagem insurgente se assemelha das correntes participativas de planejamento, considerando-se que ambas propõem práticas transformadoras do território, existem divergências quanto aos fundamentos da atuação política da população, pois as insurgências não se limitam a proporcionar aberturas nos processos existentes. A partir da crítica, dispõem-se a criar processos sob novos modos de organização, mobilização e reivindicação política em que a realização da democracia e da participação direta e autodeterminada são centrais.

Nos processos institucionais de planejamento, a participação pode ser induzida a partir do convite do Estado para representação em seus canais formais, ou ocorrer de modo espontâneo, em que há iniciativa da própria população quando compreende ser seu papel cidadão, mesmo que participe ocasionalmente e não de forma contínua nesses canais. Tratada de um ponto de vista ampliado, a participação insurgente é contestatória e reativa aos processos institucionais, tendo um caráter propositivo de forma autônoma e independente, embora fazendo uso dos canais formais quando oportuno, ou mesmo estabelecendo uma oposição ao planejamento urbano hegemônico e exercendo pressão ao sistema de poder.

O que faz com que o planejamento urbano esteja se defrontando com uma crise de legitimidade são as suas contradições e falsas promessas que se manifestam em crescentes desigualdades e, invariavelmente, propiciam injustiças socioespaciais¹⁴⁴. As condições de segregação e de restrição pelas quais a população é submetida geram um senso de identificação coletivo na qual o denominador comum é uma profunda insatisfação e descrença na condução dos processos sobre as cidades.

Esse quadro de desigualdades institucionalizado, com processos deliberativos dominados pelo Estado e mercado, estimula segmentos populares a se unirem na reivindicação de direitos a partir de questões compartilhadas na vida cotidiana, o que fortalece seu posicionamento crítico a respeito do real compromisso da prática de planejamento com a participação. À medida que a população busca se emancipar dos modos subordinados mantidos no planejamento, fortalece também o senso de pertencimento e a disposição democrática para lutar pela descentralização dos processos decisórios das políticas urbanas.

¹⁴⁴ Miraftab (2016, p. 366).

Entende-se que o planejamento urbano pode eventualmente contribuir para melhorar as condições gerais de vida da população, a depender de quem decide, e de como e com que objetivos é implementado¹⁴⁵. Nesse sentido, a abordagem insurgente propõe uma inversão da lógica dominante, passando de processos decididos de acordo com normativas estipuladas e controladas pelo Estado neoliberal com nítida pretensão de cooptação, para ir em sua contramão, em que a atuação popular vai além de uma participação institucionalmente consentida, para de fato orientar o planejamento urbano.

As práticas que buscam apenas garantir os mecanismos de inclusão da democracia representativa e permanecem sem crítica às formas de participação institucional circunstanciadas pelo neoliberalismo, são coniventes com toda a colonialidade e relações hierárquicas de poder que regem a condução dada pelo Estado aos processos de planejamento. As insurgências urbanas assumem caminhos de questionamento ao planejamento participativo pelo risco de despolitizar os movimentos de resistência anticolonial e contra-hegemônicos ao serem contidos pelo Estado e mediados pela inclusão.

Ao desafiarem o confinamento e a conformação das ações da população às normas do Estado e do aparato de mercado, as insurgências rompem de modo radical com esse sistema inclusivo e participativo¹⁴⁶. O objetivo passa da participação em um sistema político dado, para uma redefinição do próprio sistema de participação e das relações de poder. Conforme é intencionada uma descentralização política, há uma mudança do poder restrito ao Estado e ao mercado para considerar o papel daqueles atores que estão fora das instâncias oficiais, atribuindo importância à prática social em toda a diversidade de interesses e saberes como importante forma de poder a compor o planejamento urbano.

Com o redimensionamento no campo de poder social, as práticas insurgentes propiciam novos arranjos participativos que abrem a possibilidade dos atores sociais serem protagonistas e não apenas expectadores da produção das cidades. Seja a partir da vivência cotidiana de cidadãos comuns ou de sua organização ligada principalmente aos ativismos e movimentos sociais, são impulsionadas forças de

¹⁴⁵ Limonad (2015, p. 1).

¹⁴⁶ Miraftab (2016, p. 369).

reinvidicação, de resistência e de luta em torno da prática urbanística, o que é fundamental pensando na construção de uma política na escala de poder local que promova o empoderamento popular. Mas mais do que qualquer contrariedade, a população está empenhada em fornecer alternativas para novos tipos de práticas sobre pertencer e participar, demarcando uma forma de agir por si e para si mesma¹⁴⁷.

A participação de indivíduos e grupos organizados pode consistir muito além do envolvimento nos processos de planejamento sancionados pelas instâncias estatais. Dado os processos participativos nem sempre dialogarem com os segmentos populares, faz com que estes desenvolvam outras práticas como possibilidade de uma política insurgente, através de novas formas de ação que sejam auto-organizadas, autônomas e independentes das estruturas institucionais¹⁴⁸. As práticas insurgentes não se acham então no planejamento tradicional realizado por profissionais e grupos restritos, mas baseadas na participação ampliada com formas coletivas e colaborativas de atuação direta fora das organizações formais.

Enquanto a participação institucional se dá através de processos previamente definidos por instâncias oficiais de planejamento, nas práticas insurgentes a participação popular é muito mais ativa, implicando na determinação de processos próprios e adequados à realidade. Embora não se tratem de processos uniformes, é possível observar o contraste entre planejamentos nos quais há ausência ou ineficiência da participação popular, com os poderes decisórios sob domínio do Estado e do mercado e, em outro extremo, um planejamento com base na construção coletiva do urbano, conferindo poderes à população e ampliando sua participação.

As práticas insurgentes carregam em si uma força emancipatória de promover mudanças no planejamento urbano pela qual a população pode vislumbrar uma dinâmica renovada para a participação. É no campo da participação direta e autodeterminada que novas formas de ação sociopolítica são desempenhadas, que formas alternativas de planejar são experimentadas, que lutas contra-hegemônicas transformam as relações de poder, buscando reduzir os poderes hegemônicos do Estado e do mercado, e ampliar o poder político e poder social da população. As

¹⁴⁷ Friedmann (2011, p. 121-122).

¹⁴⁸ Friedmann (2011); Holston (2016); Miraftab (2016).

insurgências trazem assim a noção de um planejamento outro, uma vez que recupera o significado político da participação como compartilhamento de poder.

Nesse sentido, o planejamento urbano se abre à aspectos da vida cotidiana sob os quais se afirma em toda sua potência de operar significados e modos de viver, em que necessidades e aspirações da população encontram repercussão em torno dos propósitos participativos. A dimensão política das práticas insurgentes traz a possibilidade de que questões tais como étnicas, de raça, de gênero, de classe, de moradia, das lutas urbanas sejam reivindicadas como pauta das políticas públicas.

Significa não só lutar para fortalecer pautas minoritárias no âmbito institucional, mas criar novos caminhos para a participação democrática no planejamento. Apesar da importância das lutas sociais na institucionalidade para disputar por espaços de poder, os processos participativos institucionalizados não são suficientes. Considerar a participação direta e autodeterminada se interpor ao sistema representativo de participação institucional com o intuito de aproveitar suas brechas e contradições, pode contribuir para que os segmentos populares tenham um reencontro com a política, ou ainda, que construam a própria experiência política.

A partir dessa interposição, o que as práticas insurgentes propõem é que as causas populares e os conflitos não sejam anulados por processos participativos, mas que possam ser contemplados nas estruturas do planejamento urbano. Enquanto nas correntes participativas de planejamento a base está na comunicação e na construção de consensos, pela qual o Estado desempenha o papel das negociações, nas propostas insurgente a atuação da população ocorre por conta própria e vale-se exatamente dos conflitos e dos diferentes interesses sociais. Com uma mudança de perspectiva para a autodeterminação, validando a ação direta coletiva, a população passa a atuar, não mais restrita à representação, mas tomando parte diretamente e formulando decisões que afetam suas vidas, em uma prática democrática participativa para além da institucionalidade¹⁴⁹.

É preciso dizer que o planejamento urbano não é posto em causa e as práticas urbanas insurgentes não são pensadas para sua substituição, mas como forma de fortalecer a democracia e de responder ao atual contexto de avanço da política

¹⁴⁹ Miraftab (2016, p. 368).

neoliberal global e de crise das instituições representativas de participação popular. Em se considerando seu caráter crítico, a participação insurgente no planejamento urbano preocupa-se em evitar que se tenha como resposta a essa tendência neoliberal uma retomada tecnocrática no âmbito do Estado e a reprodução de mecanismos historicamente pouco efetivos, propondo assim que o enfrentamento ocorra por meio de transformações nas práticas do planejamento urbano.

As práticas insurgentes, por sua vez, trazem contribuições importantes também para uma reconfiguração no campo teórico do planejamento urbano. Ao defender a necessidade de uma democracia participativa que rompa com as disparidades que modelos anteriores de planejamento haviam ignorado, e defender que os princípios participativos deixem de ser exclusivos à institucionalidade, tais práticas mostram-se alinhadas ao pensamento radical e influenciam elaborações teóricas de abordagens insurgentes de planejamento urbano, para os quais se dedica o capítulo seguinte.

O planejamento insurgente surge, portanto, do entendimento de que as práticas realizadas pela população a partir da perspectiva de seus conhecimentos e de suas experiências participativas insurgentes, são necessárias ao planejamento e à produção das cidades. O conceito de insurgências é trazido pelas teorias do planejamento urbano para tratar das práticas urbanas que visam transformá-lo, que repensam os desafios das cidades contemporâneas dedicando-se a uma nova imaginação em direção a um futuro diferente para o planejamento urbano¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Friedmann (2011); Holston (2016); Mirafteb (2016); Randolph (2019).

PLANEJAMENTO URBANO E INSURGÊNCIA DECOLONIAL



3 PLANEJAMENTO URBANO E INSURGÊNCIA DECOLONIAL

Confrontando elementos tradicionais da ordem vigente ligada aos processos urbanos, neste início de século uma soma de ativismos, movimentos sociais, cidadãos comuns, constituem um campo de ação e de contraposição à precarização das condições de vida e a situação estrutural de desigualdades determinadas por imperativos capitalistas, acentuadas pelo curso global da neoliberalização. Perante a crise urbana contemporânea, e o descrédito na democracia representativa e no sistema estatal promotor de políticas neoliberais, emergem dinâmicas renovadas pelos próprios setores populares que, à margem dos poderes dominantes, propõem práticas outras que lançam um novo olhar sobre o urbano e se tornam importantes na luta pela democratização e justiça espacial pelo caminho das insurgências.

Propõe-se a análise das insurgências como possibilidade crítica à colonialidade do urbano, como um movimento que cria formas democráticas de pensar e de agir, que inspira resistência aos aspectos destrutivos do capitalismo neoliberal, que permite outras possibilidades desde a organização popular para tomar decisões por si mesma. Mais do que perspectivas futuras, busca-se tratar as insurgências tal como já existem pelo mundo, como práticas sociais de populações estruturalmente oprimidas e desfavorecidas nas hierarquias de poderes da colonialidade, as quais estão criando novos modos de vida e se mobilizando em ocupar a função de planejar, para além do Estado e das corporações capitalistas que atuam sobre o território.

As insurgências urbanas constituem práticas que podem ser consideradas novas formas de planejamento urbano, conforme o ponto de vista de Mirafteb (2009, 2016, 2018), ao tratar da urgência em repensar o planejamento urbano. O planejamento não deve se restringir a uma abordagem morfológico-funcional descolada das condições sociais, mas ampliar seu campo de intervenção através de práticas que tragam um caráter insurgente na constituição de novos significados e capacidade de transformação ao espaço. Está no exercício de um contrapoder sobre as modalidades urbanas institucionalizadas de planejamento e os interesses dos setores dominantes, buscando conformar outro tipo de relação com a produção das cidades, o potencial das práticas insurgentes.

Tais incursões insurgentes no planejamento urbano são também inovadoras na medida em que se baseiam em princípios autodeterminados e plurais, diferentemente daqueles centralizadores e restritivos que em geral configuram as políticas e práticas de planejamento. Para a desconstrução dessa configuração e o repensar do planejamento, se tem as práticas insurgentes do fazer a cidade, em que os segmentos populares se apropriam dos espaços em processos territoriais, colocando em pauta questões concernentes às suas construções sociopolíticas e de luta.

Buscando dar conta de pensar as práticas insurgentes de planejamento, as noções teóricas de territorializações, de práticas espaciais, de planejamento urbano e de decolonialidade são aqui exploradas a partir das insurgências urbanas e, conjuntamente, buscam dar suporte às discussões do presente capítulo.

São realizadas aproximações entre relações sociais e relações de poder em torno das dinâmicas associadas ao território e ao espaço, dado que na vida real são conceitos mobilizados no cotidiano e operados por diversos tipos de atores, ganhando destaque nas discussões propriamente através das territorializações insurgentes e das práticas espaciais insurgentes. A partir da atuação popular na construção do espaço urbano, territorializando suas ações táticas de resistência frente às estratégias das instâncias dominantes, e em suas lutas contra-hegemônicas concebidas na esfera cotidiana, é que se estabelece referência às práticas orientadas às insurgências. Nesse sentido, nas relações espaço-territoriais de poder, as práticas insurgentes pronunciam as forças sociopolíticas populares no que se refere ao acesso e atuação no planejamento e nas decisões sobre os territórios.

O reconhecimento de outros paradigmas atuando sobre o território conduz a uma revisão no campo disciplinar do planejamento urbano. Ao colocar em questão o que foi até então naturalizado como produção das cidades, o planejamento insurgente busca contribuir para deslocar a colonialidade enquanto padrão de poder que ainda rege a teoria e a prática urbanística. Para Miraftab¹⁵¹, é necessária uma virada na teorização das práticas de planejamento, o que requer descolonizar a imaginação relacionada às possibilidades para o futuro do planejamento urbano.

¹⁵¹ Miraftab (2016, p. 364).

Nas insurgências urbanas se encontra eminente expressão do pensamento decolonial nas práticas territoriais, uma vez que propõem o aprofundamento crítico e a politização da imaginação em direção a uma nova consciência questionadora das formas hegemônicas de planejamento urbano, seus processos de tomada de decisão e seus instrumentos de participação. Enquanto as proposições participativas no planejamento contestam o caráter tecnocrático de predomínio técnico sobre a sociedade civil, proposições insurgentes contestam qualquer modo de subordinação, omissão e perpetuação de estruturas opressoras na produção do espaço. As práticas insurgentes e o planejamento insurgente perfazem uma ruptura nos pressupostos epistemológicos e ontológicos instaurados, pois respondem às relações de dominação e às restrições do planejamento participativo institucional centrado na democracia representativa por meio da inclusão autodeterminada com uma atuação popular direta, obstinando descentralizar o poder político para uma democracia participativa.

Desse modo, busca-se discutir como as insurgências urbanas se conflagram em uma nova prática e em um novo pensamento para o planejamento urbano, permitindo pensá-las desde o prisma dos estudos críticos da colonialidade, como um caminho para a decolonialidade do urbano. A proposta é, portanto, estabelecer relações entre as abordagens insurgente e decolonial no sentido de apresentar referenciais para a constituição de um planejamento insurgente decolonial.

3.1 Territorializações insurgentes

A produção das cidades no capitalismo em seu arranjo neoliberal evidencia as relações de poder e os conflitos entre diferentes interesses, que constituem condições socioespaciais e disputas territoriais intrínsecas ao planejamento urbano. Tais questões em torno das cidades se inserem nos debates sobre novas perspectivas de planejamento urbano em relação às práticas urbanas insurgentes. Apoiar-se nas noções teóricas de espaço e território para ajudar a estruturar o próprio conceito de práticas urbanas insurgentes, dada a importância que adquirem na correlação com o caráter político e social das insurgências, que as mobilizam em ações de territorializações, de territorializações insurgentes.

Nas práticas urbanas insurgentes tem-se espaço e território como veículo político e social, portando não somente uma expressão da materialidade, mas também da imaterialidade, em uma interface que transita entre domínios físicos e subjetivos. Processos que estão também imbuídos dos jogos de forças e de interesses evidenciados na relação entre essa diversidade de dimensões materiais e imateriais. O próprio planejamento urbano, ademais de tratar do ambiente físico construído, concentra procedimentos ideológicos e de subjetivação que orientam ações sobre as cidades, e deve buscar atender a toda essa diversidade.

O estudo do território é fundamental quanto ao planejamento urbano e ao desenvolvimento socioespacial, como um meio de conhecimento e intervenção em constante interação. O território não possui um sentido inerte, mas enquanto processo, como campo de apropriação e disputas associadas às relações de poder. Há um dinamismo que o território assume no cruzamento entre o espaço, a sociedade que o vivencia e o poder em diferentes formas, interessando aqui especialmente aquele que procede dos movimentos contra-hegemônicos.

O debate teórico do território para as práticas urbanas insurgentes busca aqui somar formulações, dadas as suas particularidades, que o entendem como um sistema estruturado por relações sociais de poder espacializadas (Santos, 1994, 1996, 1999; Porto-Gonçalves, 2002; Sack, 1986; Raffestin, 1980), à abordagem integradora e múltipla de território face a indissociabilidade entre usos e poderes de ordem política, econômica e social (Haesbaert, 2004, 2007a, 2007b, 2021).

A despeito do entendimento do território não ser único, Haesbaert¹⁵² destaca as distintas vias pelas quais se estabelece, seja enquanto objeto de estudo por diferentes ciências, e mesmo diante da própria etimologia da palavra com duplo significado, como *terra-territorium*, relativo à terra, ao espaço físico, e como *terreo-territor*, relativo aos sentimentos que provoca. Trata-se de um aspecto materialista, associado tanto ao território físico natural, reduzido ao caráter biológico, ao espaço geográfico sobre a qual está a sociedade, como ao território físico humanizado, produzido pelas atividades da sociedade. Já por um aspecto idealista, o território adquire uma qualificação subjetiva, sendo colocado como componente mediador para atividades da sociedade e para sua apropriação simbólica. Buscando superar a dicotomia material-ideal, é enfatizado o território sob um aspecto relacional entre materialidades e subjetividades diante dos termos de poder pelas quais são operadas.

Uma primeira concepção mais tradicional e consagradamente delimitada de território, com conotação fortemente materialista ligada à terra, foi difundida pela modernidade colonial eurocentrada e propagada pela soberania estatal, afirma Haesbaert¹⁵³. Apesar de bastante disseminada e até há pouco tempo ser majoritária, expõe que essa concepção não expressa o território, devendo ser ampliada para o aspecto imaterial das relações sociais, para uma ideia que considere os múltiplos sujeitos e as configurações distintas de poder, uma outra abordagem epistêmica que abra alternativas para um pensamento descolonizador sobre o território.

Muito embora não tendo explicitado diretamente em termos decoloniais, Santos¹⁵⁴ desenvolve um amplo debate ao incorporar a dimensão vivida e praticada do território e reconhecer o poder em diferentes escalas. Os movimentos relacionados às práticas, às operações, aos usos, são elementos do território, o qual está inserido no espaço, como um segmento deste, e o uso do território está voltado para a operacionalização do espaço geográfico e ao exercício das ações¹⁵⁵.

O tratamento dado ao território por Santos¹⁵⁶ não se refere apenas às divisões político-administrativas ou representando uma sociedade estática, mas expandindo

¹⁵² Haesbaert (2004, p. 41-42).

¹⁵³ Haesbaert (2021, p. 131-132).

¹⁵⁴ Santos (1994, 1996, 1999).

¹⁵⁵ Santos (2006 [1996], p. 225).

¹⁵⁶ Santos (1999, p. 18-19).

para o conteúdo social e atribuindo centralidade ao território usado como categoria de análise. Significa que o componente principal está no uso que a sociedade faz do território, sendo composto não só por formas materiais, mas também por relações sociais que produzem essas formas e lhes conferem sentido. O território correspondente enquanto formas é desprovido de sentido social, desconsidera os diferentes usos, porém o território usado é dado a partir das formas-conteúdo relacionadas à existência, em constante processo de mudança pelos diversos atores que o compõe e que consolidam suas dinâmicas socioterritoriais e socioespaciais.

A ênfase conferida ao uso como definidor do território, distinguindo-o em território usado, o credita, no dizer de Santos¹⁵⁷, como o quadro da vida de todos, considerando que dele se apropriem política, econômica e simbolicamente. Para que o território possa construir uma política, como ferramenta de poder que ofereça resistência à racionalidade hegemônica, deve ser tomado pelo uso, como o lugar do exercício, como um campo de forças e de contradições.

Já o debate territorial é aproximado do pensamento decolonial por Porto-Gonçalves¹⁵⁸, que problematiza a visão moderna colonial hegemônica sobre o território como estritamente funcional e estatal em meio a suas configurações contraditórias de poder, para promover uma visão de território produzido segundo as distintas lutas e movimentos sociais. Essa abordagem elucida a emergência de racionalidades outras, tecidas a partir de modos de agir, pensar e sentir por sujeitos que, em situações assimétricas de poder, questionam paradigmas, reivindicam um lugar no mundo e se reinventam na sua diferença, r-existem, como referido pelo autor.

A concepção de território é ampliada para uma categoria da prática, da realidade cotidiana dos sujeitos subalternos em suas lutas e forças de resistência, em que Porto-Gonçalves¹⁵⁹ enfatiza a essência política do território, não apenas vinculada ao Estado, mas à organização da sociedade, aos múltiplos protagonistas da produção territorial de poder. Assim, não cabe o território ser considerado como uma base sobre a qual está a sociedade, não havendo uma separação entre o geográfico e o social,

¹⁵⁷ Santos (1994, p. 15).

¹⁵⁸ Porto-Gonçalves (2002, p. 220).

¹⁵⁹ Porto-Gonçalves (2002, p. 229-230).

sendo o espaço geográfico apropriado, em uma indissociabilidade entre as dimensões material e imaterial, em que qualquer apropriação material é também simbólica.

A partir do aspecto relacional entre materialidades e imaterialidades, e do caráter político conferidos ao território, seu entendimento está no âmbito de disputas e de conflitos, inserido dentro de questões de poder, como abordado por Sack (1986) e Raffestin (1993 [1980]). Os autores criticam o poder territorial hierarquizado e restrito ao Estado, considerando as dimensões política, econômica e cultural da sociedade constitutivas das territorialidades, ainda que com interpretações distintas.

Raffestin¹⁶⁰ recupera outras escalas presentes nas relações de poder ao admitir que não há dimensão política unicamente no Estado, mas em toda forma de organização, em toda ação. Há uma ruptura entre a dinâmica do poder estatal e os múltiplos poderes que de fato são operados territorialmente, sendo o território produzido por diversos atores sociais. A concepção de território para Raffestin¹⁶¹ é baseada nas relações de poder dadas sobre a realidade material do espaço. Ou seja, o território é formado a partir do espaço, é resultado das ações intencionais conduzidas por atores que, ao se apropriarem concreta ou abstratamente, territorializam o espaço. O território não é tão somente o espaço físico, mas sobretudo resulta das relações que se dão entre os atores e o espaço, um componente indispensável para a instituição dessas relações e também sendo instituído por elas.

Nesse ponto de vista, todas as relações envolvidas na produção do território se inscrevem em um campo de poder. Trata-se de uma noção ampliada de poder que inclui sua própria natureza social e econômica, que considera a relação entre o poder em um sentido material e em um sentido simbólico envolvendo os sistemas de significação a que o território está marcado.

Também sob um aspecto relacional, nas formulações de Sack¹⁶² o território se constitui no âmbito da ação, pela qual se exerce a territorialidade. Define a territorialidade como a tentativa de indivíduos ou grupos em afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica correspondente ao território. A aplicação da territorialidade

¹⁶⁰ Raffestin (1993 [1980], p. 17-18).

¹⁶¹ Raffestin (1993 [1980], p. 143-144).

¹⁶² Sack (1986, p. 19).

é que conforma o território, não meramente como um local, mas sendo socialmente construído e exigindo um esforço constante para se estabelecer e ser mantido.

Para Sack¹⁶³ a territorialidade é uma estratégia poderosa para controlar pessoas e recursos através do controle espacial. Como estratégia de acesso ou controle sobre uma área ou espaço, a territorialidade estabelece diferentes níveis de poder, condizendo ao modo de obtenção ou conservação de vantagens espaciais. Constituiu-se assim na base para o poder, como uma manifestação geográfica do poder social, através do qual se correlacionam espaço e sociedade.

Enquanto estratégia espacial e modo de comportamento, a territorialidade pode ser ativada e desativada a depender das causas intencionais de quem a aciona e em razão de fatores políticos, econômicos ou sociais intimamente relacionada aos modos de utilização, de organização e de significação territoriais. As argumentações de Sack¹⁶⁴ evidenciam as constantes mudanças de territorialidade e a mobilidade inerente ao território, ultrapassando assim a ideia tradicional que o restringe a uma noção material e estática de espacialidade. O território é, no entanto, o resultado das territorialidades, vinculadas às relações de poder e mobilizadas de acordo com o contexto e os distintos interesses, como um recurso estratégico de controle espacial para gerar influências em processos sociais e produzir efeitos territoriais.

O território e o próprio poder que o envolve, segundo Haesbaert¹⁶⁵, não estão restritos a uma leitura materialista, não abrangem apenas as relações sociais concretas, como também as representações, de modo que não há como separar o poder político e o poder simbólico. Justamente por ser relacional, na qualidade de mediador espacial do poder, o território resulta da associação entre as distintas vertentes desse poder, da mais estritamente política, passando pela econômica, e incorporando também a simbólica.

Se inicialmente fez-se referência ao território das relações entre o espaço, a sociedade e suas disputas de poder, domínios que em grande medida se sobrepõem, em Haesbaert¹⁶⁶, ainda que mantendo o enfoque nas relações de poder, o debate territorial é ampliado para um sentido multidimensional, para uma perspectiva

¹⁶³ Sack (1986, p. 5).

¹⁶⁴ Sack (1986, p. 1-2).

¹⁶⁵ Haesbaert (2004, p. 92-93).

¹⁶⁶ Haesbaert (2004, p. 40).

integradora que designa o território como produto de poderes de ordem política, econômica e social. Na vertente política ou jurídico-política, o território é delimitado, controlado e construído por relações de poder e soberania exercidas pelo Estado. O território econômico se refere à espacialidade das relações econômicas e produtivas, incluindo o caráter funcional e de fonte de recursos, sobretudo para o capital e o mercado. O território social é entendido como produto da ação e apropriação subjetiva e simbólico-cultural pela sociedade.

Para Haesbaert¹⁶⁷ o território envolve de forma indissociável e integradora todas as vertentes, que se entrecruzam na sobreposição de diferentes territórios, conformando um território híbrido e, portanto, múltiplo. O território termina então por constituir relações entre natureza e sociedade, funcional e simbólico, que remetem tanto ao poder mais material quanto ao poder mais simbólico, podendo o território ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder.

Tais relações manifestadas no campo de disputas territoriais constituem um aspecto fortalecido no sentido das práticas de planejamento pela perspectiva das insurgências urbanas. Importa destacar que a partir da noção de território múltiplo é levada em consideração a multiplicidade de atores e as relações de poder que deles emergem, o que se compõe do conjunto de interações incluindo o papel de segmentos populares sobre as questões territoriais.

No que diz respeito ao poder no seu sentido simbólico, ocorre através do pertencimento pelas práticas e vivências dos sujeitos sobre o território, constituindo vínculos de identidade a que Haesbaert¹⁶⁸ denomina de identidade territorial. A identidade tem no território o seu referencial e só é exercida quando este se torna elemento central de reconhecimento e ações pelos sujeitos, enquanto integrantes de um território e de uma sociedade comuns.

Mediante a identidade territorial, distintos atores criam significação e valorização simbólica no território, exercendo a territorialidade. Pode-se considerar como territorialidade os modos territoriais de vivência, integrantes do plano existencial, das ações cotidianas que realizam os atores e que conferem sentido e função aos elementos espaciais. A territorialidade se institui a partir dessa experiência territorial

¹⁶⁷ Haesbaert (2007b, p. 27).

¹⁶⁸ Haesbaert (2007a, p. 44-45).

entre espaço e sociedade, podendo tanto situar-se no campo simbólico de implicações sociais, como em ações efetivas na materialização de espaços de identidade, em processo de territorialização dado pelo uso e pela prática do território.

À territorialização é conferida uma ideia de ação de dominação e apropriação sociedade-espaço que ocorre em um curso contínuo de criação de territórios, através das relações de poder materiais e imateriais, criando vínculos aos territórios, com base nos referenciais simbólicos e identitários dados pela territorialidade. A territorialidade vincula-se assim à construção do território através do processo de territorialização.

A partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972; 1980; 1997), Haesbaert¹⁶⁹ afirma que esse curso contínuo de criação de territórios carrega processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização. Simplificadamente a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, e a reterritorialização é o movimento de construção do território.

No caso da desterritorialização atrelada ao abandono do território, trata-se de um processo voluntário ou não, dado por uma diminuição das fronteiras e um aumento das possibilidades de mobilidade e fluidez, ou por um desenraizamento devido a destruição de referenciais de apropriação, levando a perda de conexão e de identidade territorial. A desterritorialização possui ainda um sentido de exclusão, privação ou precarização do território enquanto recurso ou apropriação, seja material ou simbólica¹⁷⁰. Desse modo pode haver a desterritorialização sem um deslocamento físico, bastando que haja a precarização das condições de vida e a ruptura das relações simbólico-culturais. A reterritorialização, por sua vez, sucede a desterritorialização, abrangendo o procedimento de reconstrução sob outras bases, com a reinserção territorial e a retomada das relações de significação.

Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização conferem assim uma amplitude ao território, como um movimento, uma relação, estando em permanente construção. Um ponto fundamental destacado por Haesbaert na obra de Deleuze e Guattari, é que o território sempre comporta concomitantemente a desterritorialização e a reterritorialização, em que os fluxos no território são

¹⁶⁹ Deleuze e Guattari (1997, p.224) apud Haesbaert (2004, p.127).

¹⁷⁰ Haesbaert (2004, p. 315).

ininterruptos. Neste sentido, Haesbaert¹⁷¹ refere-se à desterritorialização como um “mito”, pois a medida em que ocorre desterritorialização, indissociavelmente ocorre nova territorialização, ou seja, reterritorialização, a que conceitua como multiterritorialidade ou, enquanto processo, como multiterritorialização.

A multiterritorialidade envolve o território enquanto experiência de múltiplas territorialidades, e a partir daí uma territorialização efetivamente múltipla, em um processo constante de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, logo, de multiterritorialização¹⁷². Embora ocorram perdas nesses processos, há também a reconstrução das dimensões definidoras do território, configurando-se assim novas relações de poder, de significação e de identidade territorial.

No caso dos processos recentes de desterritorialização, muito se dão frente à relação entre a fragilização do Estado e sua função territorializadora e o fortalecimento do mercado no contexto neoliberal, em que nem todos se inserem igualmente, sendo garantida somente aos privilegiados de poder a flexibilidade de reterritorialização. Os enfrentamentos a essa dinâmica territorial imbuída das relações de disputas de poder, com outras formas de des-re-territorialização, são importantes para se compreender os processos de territorialização resultantes das práticas urbanas insurgentes.

Consideramos o território para as práticas urbanas insurgentes um movimento de disputas de poder cujas ações de territorialização de atores sociais vão concentrar forças contrárias à ordem vigente para imprimir processos urbanos outros. As territorializações insurgentes buscam assim desterritorializar os enunciados hegemônicos em seus contornos neoliberais e reterritorializar enunciados contra-hegemônicos com novos significados às cidades. Desse modo, ao inserir-se em um campo de poder, o território constitui-se como agente de forças de oposição e reivindicação sociopolítica e de processos de des-territorialização.

Essa perspectiva apoia-se nas concepções de Haesbaert¹⁷³ para quem território e territorialização são resultantes de processos de dominação e apropriação nas várias manifestações, mas sobretudo dos múltiplos poderes, neles incorporados através dos vários sujeitos envolvidos. Trata-se, para o autor, de distinguir o território

¹⁷¹ Haesbaert (2004, p. 365-366).

¹⁷² Haesbaert (2007b, p. 34-35).

¹⁷³ Haesbaert (2007b, p. 22).

e as dinâmicas de des-territorialização através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que controlam os espaços e os processos sociais que os compõem. Nesse sentido, as relações de poder empreendidas no território, não devem se restringir ao poder do Estado, mas considerar os múltiplos sujeitos de poder e seus objetivos políticos, tanto os sujeitos das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência.

Toma-se para as práticas urbanas insurgentes essa concepção de território, em que se considera a multiplicidade de poderes e de atores em suas territorialidades cotidianas acionadas em processos de territorializações, os quais o planejamento urbano interfere, para voltar-se para a potência dos setores populares e de suas ações, em renovarem o jogo político e construir outras concepções de poder com importante papel na condução de processos socioespaciais. Se por um lado o território enquanto relações de poder assume relevância como princípio para as práticas urbanas insurgentes, é importante que se faça aqui alusão também às práticas espaciais, principalmente aquelas que provêm das táticas de luta e de resistência com o objetivo de exercer um contrapoder.

3.2 Práticas espaciais insurgentes

Nas relações de poder territorial, a espacialidade é evidenciada nas ações inerentes à diversidade de atores e ao conflito de seus interesses. Nas disputas territoriais em torno da cidade, tem-se o espaço territorializado por poderes opostos, de um lado por processos comprometidos com o neoliberalismo, e de outro, por práticas que insurgem contra as condições de vida urbana correspondentes a esse arranjo neoliberal que se impõe, cada vez mais hegemônico na produção do espaço e no planejamento urbano.

O campo de poder que atua sobre o espaço da cidade envolve territorialidades manifestadas em práticas sociopolíticas em constante territorialização, as quais conferem às práticas espaciais um caráter igualmente dinâmico, um estado de permanente composição. Entende-se assim que a cidade é inconclusa e provisória, produzida a todo instante, por cada um, nos processos territoriais, na conformação dos lugares, na construção do espaço.

Consideramos aqui as concepções que, a seus modos, conferem atenção às práticas espaciais diante das condições sociais contemporâneas, em uma escala mais próxima do mundo vivido e dos aspectos empíricos da vida cotidiana, em que o espaço é entendido para além da materialidade, sendo capaz de conjugar simultaneamente significados, dinamismos, poderes e relações sociais (Henri Lefebvre, 1974; Michel de Certeau, 1980; Michel Foucault, 1979; Milton Santos, 1985, 1996), e somamos as insurgências à discussão, através do conceito de práticas espaciais insurgentes (Marcelo Lopes de Souza, 2013, 2017).

As cidades em suas processualidades abertas, guardam também unidade, um vínculo, uma complementariedade entre as dimensões. As relações que se lançam sobre a cidade, em se tratando das dimensões socioespaciais, as formas espaciais e o conteúdo social são interdependentes, um constitui e sustenta o outro, através de uma produção social do espaço.

Trata-se, tal como discorre Santos¹⁷⁴, de um processo dialético, de uma imbricação entre instâncias, em que a forma é permanentemente alterada, muda de

¹⁷⁴ Santos (1997 [1985], p. 2).

significação pelo movimento social, ao tempo que o conteúdo somente ganha inteira significação ao encaixar-se na forma. A imbricação entre a instância material e a instância imaterial que promove a espacialização social, é capaz de perfazer as experiências que essa relação produz, de possibilitar a existência.

A questão entre forma e conteúdo tratada por Santos¹⁷⁵ diz respeito ao seu modo de ver o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, em que de um lado sistemas de objetos orientam sistemas de ações, e de outro, por eles são transformados. Há de se observar que a associação que se organiza de maneira sistêmica e integradora entre os interagentes do espaço faz referência às práticas da sociedade, na qual o espaço deve ser considerado como algo que participa da condição do social e do físico, como um misto, um híbrido¹⁷⁶.

As relações sociais se realizam na qualidade de relações espaciais, em que a dimensão social se coloca como uma expressão concreta e como a essência do espaço, que não pode ser formado apenas pelas coisas, pelos objetos, mas também pela sociedade¹⁷⁷. O espaço é então resultado e condição dos processos socialmente praticados, e não somente um meio para as ações da sociedade, como um repositório que as incorpora de modo isento, tampouco inerte. Para mais, o espaço é sempre movente, produzido e renovado constantemente através de todos que nele se movimentam e que nele se fazem existir.

A partir da ideia de espaço em que as práticas sociais, ao atribuírem dinamismo e funcionalidade às formas, criam abertura para um novo movimento, permite compreendê-lo como possibilidade de subversão à ordem normativa, de induzir uma ruptura ao que se impõe, de evocar perspectivas de mudanças. Por ser um importante componente na qual diversas demandas se tornam visíveis, o espaço é foco de atuação de iniciativas da sociedade interessadas quanto a sua produção, regulação, planejamento, apropriação. Sejam materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, as demandas conduzem a sociedade a agir¹⁷⁸. E a força de mudança vem principalmente do agir simbólico, está na afetividade, nos modelos de significação e representação. Esses modos subjetivos de ação geram na

¹⁷⁵ Santos (2006 [1996], p. 39).

¹⁷⁶ Santos (2006 [1996], p. 56).

¹⁷⁷ Santos (1997 [1985], p. 1).

¹⁷⁸ Santos (2006 [1996], p. 53).

materialidade do mundo consequências práticas, ativadas por meio do deslocamento, do uso, da apropriação do espaço pela sociedade nos diferentes âmbitos de ação.

A interface entre espaço e sociedade da qual trata Santos¹⁷⁹, possui aproximações com a concepção de espaço social, introduzida por Lefebvre¹⁸⁰, que vincula a produção do espaço à realidade da sociedade no contexto da cidade capitalista e eminentemente urbana. Para Lefebvre¹⁸¹, o espaço social é conformado por uma relação de coexistência e simultaneidade entre as dimensões de espaço e de sociedade, na qual o espaço não pode ser reduzido a um objeto ou produto pois resulta de um conjunto de operações, sendo, portanto, constituído e constituidor das relações sociais.

Por esse sentido dialético, as práticas sociais produzem espacialidades que, por sua vez, induzem a práticas sociais, com uma coesão de ambos processos a que Lefebvre¹⁸² conceitua como prática espacial. Segundo ele, a prática espacial consiste na projeção no terreno de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social.

Para Lefebvre¹⁸³, o espaço social deve ser compreendido pela triplicidade do espaço concebido, vivido e percebido, os quais, ainda que relacionados, possuem diferentes níveis de ação, de poder e intencionalidade. O espaço concebido refere-se à representação do espaço, sendo dominante por estar ligado às forças produtivas e às ordens que se impõem e, assim, ligado ao conhecimento e à ciência. O espaço vivido está em relação ao espaço de representação, vivido pelos habitantes e usuários, sendo dominado, mas que a imaginação tenta modificar e apropriar, através de simbolismos ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social. O espaço percebido está associado à prática espacial, que engloba as relações sociais de reprodução e as relações de produção e trabalho, próprias a cada formação social, estando ainda a prática espacial alinhada à realidade cotidiana e à realidade urbana, portanto, à vida cotidiana da sociedade no urbano.

Através da prática espacial, Lefebvre aponta que são produzidos processos de dominação e apropriação do espaço. Nos campos de forças da produção do espaço,

¹⁷⁹ Santos (1997 [1985]; 2006 [1996]).

¹⁸⁰ Lefebvre (2006 [1974], p. 11).

¹⁸¹ Lefebvre (2006 [1974], p. 111).

¹⁸² Lefebvre (2006 [1974], p. 27).

¹⁸³ Lefebvre (2006 [1974], p. 59, 65).

apesar das relações de dominação hegemônicas, são evidenciadas pelo autor as relações de apropriação relativas às lutas e subversões da experiência urbana e cotidiana, que possam ser transformadoras do espaço e da sociedade.

Assim como em Lefebvre, também Certeau¹⁸⁴ desenvolve discussões sociais nas relações com o espaço, suas práticas e suas possibilidades de transformação. Há uma convergência entre as perspectivas teóricas associando o espaço e as relações sociais em suas múltiplas escalas, em que para ambos autores as práticas do espaço estão relacionadas às práticas sociais. Contudo, em Lefebvre¹⁸⁵, as práticas, a que denomina espaciais, estão na articulação entre os diferentes atores da sociedade e os modos de produção capitalistas, enquanto Certeau¹⁸⁶, além de reforçar o espaço como meio de produção e dominação, enfatiza o espaço produzido por atores em suas práticas cotidianas e relações de apropriação, nem sempre visíveis, mas ainda assim com potencial transformador.

Para Certeau¹⁸⁷, o espaço tem existência nas práticas, está relacionado aos movimentos, é produzido como efeito das operações que o orientam, o circunstanciam e o temporalizam. O espaço é resultante da ação da experiência que nele se desenvolve, diferentemente do lugar, que recebe uma conotação locacional, como uma forma de ordenação que tomam os elementos.

O autor faz uma distinção entre espaço e lugar, que parte da relação entre os sujeitos e ao modo em que se inserem no mundo, através de questões como a linguagem, as práticas e os deslocamentos pela cidade. Um novo tratamento é dado entre a noção geométrica e a antropológica, e com a vinculação da concepção de espaço à dimensão existencial, principalmente em termos simbólicos, abarcando diferentes práticas coletivas, ativistas, cotidianas, e os significados que produzem.

Sob essa abordagem espacial de Certeau, o lugar é a ordem a qual se dispõem os elementos nas relações coexistentes de forma própria e distinta, indicando uma configuração instantânea de posições e implicando uma relação de estabilidade. O lugar é assim apresentado como um conjunto de elementos devidamente ordenados

¹⁸⁴ Certeau (1998 [1980]).

¹⁸⁵ Lefebvre (2006 [1974]).

¹⁸⁶ Certeau (1998 [1980], p. 109).

¹⁸⁷ Certeau (1998 [1980], p. 201-202).

e fisicamente imóveis, sendo que é a prática que faz do lugar um espaço, a partir das apropriações e vivências próprias dos sujeitos em seus cotidianos.

Já o espaço é um lugar praticado. Um determinado lugar, quando ocupado, é ativado e atualizado, passando à condição de lugar praticado na medida em que os sujeitos exercem movimento através do uso. O lugar adquire a condição de espaço devido às práticas dos sujeitos que constantemente o transforma, como um campo de construção da vida social. Por essa perspectiva, o espaço é intrínseco à ação, é provido de imaterialidade, produzido socialmente e produtor de subjetividade, cujo sentido é dado pelas práticas instauradas no lugar, sendo assim conceituado como espaço praticado.

O espaço praticado de acordo com Certeau¹⁸⁸, compreende as práticas exercidas na esfera da vida cotidiana, as maneiras de fazer, os esquemas de operações com determinada manipulação e subversão espacial devido a habilidade dos sujeitos comuns enquanto atores da produção do espaço. Para ele é importante reconhecer que nas relações de poder existentes na produção do espaço, as posições de dominação não eliminam as possibilidades de que, em seus interstícios, se vislumbrem intenções táticas desviacionistas que não obedecem à lei, que não se definem pelas estratégias. A cidade constitui-se, portanto, a partir da coexistência de ordenamentos detentores de estratégias e de práticas detentoras de táticas.

A categoria de estratégia¹⁸⁹ refere-se à manipulação das relações de forças, a um poder superior e dominante relacionado às ações promovidas por determinadas entidades estatais, econômicas e científicas, que a partir de postulados controladores e disciplinadores, elaboram discursos capazes de ordenar os sujeitos e articular os lugares físicos onde as forças de distribuem. Nas estratégias que se insinua e opera a categoria de táticas, traduzida nos modos de práticas cotidianas para mudar a organização do espaço, para alterar o sentido da ordem normatizada e subverter as circunstâncias impostas pelos modelos estratégicos.

As táticas¹⁹⁰ são relacionadas às práticas cotidianas dos sujeitos comuns, que não possuem nível privilegiado de poder, mas que dotados de senso de oportunidade

¹⁸⁸ Certeau (1998 [1980], p. 92).

¹⁸⁹ Certeau (1998 [1980], p. 99).

¹⁹⁰ Certeau (1998 [1980], p. 100-102).

e capacidade de contestação, fazem uso da tática como meio de sobrevivência e de resistência diante das condições que lhes são postas, e como meio de aproveitar as ocasiões das quais dependem, convertendo-as em seu benefício. A tática é a astúcia, é a arte do fraco em utilizar as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo para se introduzir por surpresa em uma ordem. O agir tático decorre de necessidades, é provocado pelo espaço, mas, sobretudo, já está nos sujeitos. O próprio ato de agir no mundo é eminentemente transgressor, é a arte de dar golpes, de atravessar espaços.

Santos¹⁹¹ também confere importância à dimensão espacial das ações cotidianas, em uma relação sistêmica entre materialidade e imaterialidade. O cotidiano é espacializado pelos usos, a partir de um tratamento espacial do mundo vivido, no qual o indivíduo vivencia um mundo físico e social como *locus* da sua existência, o que influi sobre os significados e as intencionalidades de suas experiências cotidianas. No conteúdo espacial do cotidiano, se inclui a questão da ordem local, tendo em vista as forças globais hegemônicas repercutirem grande influência, mas também as forças locais singulares dos indivíduos comuns em seus cotidianos impactarem nos modos de apropriação e vivência, se opondo às escalas superiores e reforçando uma outra escala própria da realidade como alternativa.

O enfoque também está nas forças locais no caso de Certeau¹⁹², porém entendendo que a cidade não deve ser tratada apenas sob o ponto de vista dos poderes e operações programadas e controladas, dado os processos contraditórios da vida urbana que se compensam e se combinam fora do poder estratégico. Emergem outras concepções de cidade, como um campo de múltiplas práticas microbianas, singulares e plurais que, longe de serem controladas ou eliminadas, se sustentam em narrativas e se mostram como operações táticas perante os sistemas de regras, os quais são manipulados pelos sujeitos em regulações cotidianas.

Segundo Certeau, esse caminho das práticas do espaço associadas às práticas sociais cotidianas pode inscrever-se na análise de Foucault sobre as estruturas de poder, que junto à produção do espaço, constituem o cotidiano. O poder para Foucault¹⁹³ se manifesta nas relações sociais, nas quais os sujeitos não são

¹⁹¹ Santos (2006 [1996], p. 217-218).

¹⁹² Certeau (1998 [1980], p. 174-175).

¹⁹³ Foucault (1998 [1979], p. 183, 186).

detentores do poder, pois não é algo que se tenha posse, mas uma relação, em que se exerce ou se sofre sua ação. Conforme o autor, o poder é então uma estratégia, e seus efeitos não são atribuídos a uma apropriação, mas sim às manobras e às táticas, não sendo um privilégio adquirido ou conservado pelas classes dominantes, mas o efeito de suas posições estratégicas.

Não há um único poder, mas múltiplos mecanismos de poder entre as práticas estabelecidas no cotidiano. Tais mecanismos de poder não consistem em algo inerte, mas como algo que circula e é transmitido de uma pessoa a outra, sendo essa transitoriedade um elemento imprescindível para que o cotidiano se constitua. Nesse sentido, de acordo com Foucault¹⁹⁴, as relações cotidianas decorrem das práticas construídas em razão dos diferentes posicionamentos e das condutas disciplinares dos sujeitos em face às necessidades, os quais articulam micropoderes no espaço social a partir do cotidiano como uma questão de luta política.

Ainda que os aportes teóricos peculiares dos distintos autores possuam em comum o interesse pelas práticas do espaço dadas na experiência da vida social, é em Certeau que o espaço cotidiano é pensado como instância. A principal contribuição de sua perspectiva ao debate está em delinear no próprio sistema que se quer dominado e homogêneo, os desvios táticos a partir das práticas cotidianas dos sujeitos comuns enquanto campo de ação e instrumento de poder na produção do espaço, permitindo abarcar o papel dos segmentos populares nas lutas e resistências urbanas.

Com seu enfoque nas estratégias e táticas, Certeau proporciona um método útil para tratar, respectivamente, das relações de dominação e das formas de resistência pelas práticas cotidianas. Essas práticas cotidianas podem se revelar em torno de significações partilhadas entre os sujeitos, a partir da própria experiência que se recria cotidianamente. Por outro lado, são também reativas, movidas pelas adversidades e pelos conflitos, mantendo vivo um viés oposicionista e contra-hegemônico, adquirindo a força de territorializações insurgentes que conduzem a mudanças socioespaciais.

Certeau supera a ideia de cotidiano enquanto rotinas e regularidades e agrega o caráter de movimento e de irregularidades, que abrem a possibilidade de acionar a

¹⁹⁴ Foucault (1998 [1979], p. 149).

potência subversiva que as práticas cotidianas possuem para propiciar trajetórias disruptivas na existência e na cidade. O cotidiano permite incorrer ações táticas, experimentais, narrativas, como meios singulares dos sujeitos exacerbarem seus valores de pertencimento, apropriação, vivência, assim como suas capacidades de reivindicação e contraposição às ordens estabelecidas.

Nesse sentido, questões que causam perturbação na vida social podem subsidiar certas dinâmicas cotidianas necessárias às ações geradoras de mudanças como as práticas de caráter insurgente. Por isso a importância dos movimentos transgressores que as práticas cotidianas acabam por provocar, pois se tratam de exercer política, de inventar mecanismos de ressignificação, de criar usos não previstos, de avistar modos de construir o urbano que alcancem a fluidez e a transitoriedade das relações sociais no espaço.

Buscando reforçar o caráter insurgente entre as relações sociais e o espaço, interessa ainda trazer à discussão o conceito de prática espacial elaborada por Souza¹⁹⁵, na qual o espaço carrega as implicações da sociedade nas suas várias dimensões, e as insurgências estão no centro da análise das práticas. Segundo o autor, todas as práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade é um componente nítido e destacado, mas nem todas as práticas sociais são diretamente, densamente ou complexamente espaciais ou espacializadas.

De acordo com Souza¹⁹⁶, as práticas sociais possuem uma menor ou maior dependência do espaço social, desde um modo indireto, fraco e sem complexidade, até ações que são impregnadas de modo denso, complexo e mesmo constituinte da dimensão espacial da sociedade. Para tanto, a partir dessa compreensão, sugere que as práticas espaciais sejam qualificadas de práticas sociais densas de espacialidade.

Na visão do autor, as práticas espaciais são de vários tipos e têm servido, ora à dominação e à heteronomia, ora à emancipação e à autonomia, à luta contra a heteronomia. As práticas espaciais de poder heterônomo visam a manutenção de hierarquias, a coerção, a imposição de leis e normas reguladoras sobre a sociedade e, por serem mais frequentes e dominantes, prevalecem quanto ao ordenamento socioespacial. Já em um sentido e conteúdo sociopolítico oposto, as práticas

¹⁹⁵ Souza (2013, p. 240-241).

¹⁹⁶ Souza (2013, p. 246-247).

espaciais emancipatórias buscam a autodeterminação, o autogoverno e a instituição de ações diretas para a transformação da realidade socioespacial, tratando-se de práticas espaciais insurgentes.

As práticas espaciais insurgentes fazem alusão às práticas sociais decorrentes dos ativismos, às ações contestatórias ou propositivas protagonizadas por movimentos sociais em que a apropriação do espaço e territorializações buscam afirmar um contrapoder em sentido crítico ao poder heterônomo, em graus e modos variados. Nesse aspecto, conforme Souza¹⁹⁷ as práticas podem ser violentas ou não violentas, duráveis ou efêmeras, políticas ou culturais, ruidosas ou silenciosas, abertas ou às escondidas, local ou supralocal, ou ainda com situações associadas, dada a fluidez e complexidade da realidade socioespacial.

Assim, mesmo não visando encerrar uma totalidade, mas abranger diferentes manifestações, Souza¹⁹⁸ apresenta seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes envolvendo processos isolados ou usualmente combinados no âmbito de estratégias e táticas socioespaciais: 1) Territorialização em sentido estrito: apropriação e controle do espaço envolvendo a presença física, a exemplo das ocupações; 2) Territorialização em sentido amplo: ações provocativas sem a presença física duradoura dos transgressores/desafiadores, a exemplo de grafiteagem ou pichação; 3) Refuncionalização/reestruturação: adaptação do espaço material a novas necessidades, seja uma adaptação mínima a novas funções ou ser reconstruído ou fortemente modificado; 4) Ressignificação de lugares: elementos culturais, simbólicos e discursivos sendo disputados; 5) Construção de circuitos econômicos alternativos: alternativas ao mercado e relações de produção capitalistas, quanto à geração de renda, produção, comercialização e consumo; 6) Construção de redes espaciais: estratégias multiescalares integrando várias experiências de resistência local ou regional que permitam maior visibilidade, eficiência e ajuda mútua.

As práticas espaciais propriamente insurgentes são vinculadas à ação direta, mas também à luta institucional, a qual Souza¹⁹⁹ chama a atenção da possibilidade de ocorrerem contra o Estado, apesar do Estado ou com o Estado. Tendo em conta

¹⁹⁷ Souza (2017, p. 389-390).

¹⁹⁸ Souza (2017, p. 406-407).

¹⁹⁹ Souza (2017, p. 379-380).

os processos de planejamento urbano promovidos pelo Estado serem orientados em grande medida pelo caráter neoliberal, as práticas espaciais insurgentes conjugam ação direta e luta institucional em meio a esforços de resistência às formas pelas quais o poder heterônimo se impõe.

Para o autor, as lutas negociadas com o Estado não são a rigor insurgentes, pois não há como superar a heteronomia do Estado ao compactuar de suas regras e instâncias de poder, sendo somente a insurgência expressa mediante a ação direta contra ou apesar do Estado capaz de concretizar um tensionamento à heteronomia. Contudo, ainda que indiretamente, as lutas institucionais podem revelar práticas espaciais com conteúdo crítico, radical e insurgente, desde que não percam de vista o horizonte estrutural e não se deixem ser conduzidas, colonizadas e subvertidas.

Ainda por esse enfoque do autor, não podem ser consideradas insurgentes as políticas públicas e as instâncias participativas por parte do Estado. Já o aproveitamento de margens de manobra propiciadas em certos governos, o diálogo e a negociação das lutas institucionais com o Estado, sem recusar os canais participativos institucionais, podem servir para acumular forças para a ação direta em um patamar mais elevado e para a participação autônoma. Além disso, as próprias ações diretas com intencionalidade imediata de pressionar o poder estabelecido podem se desdobrar taticamente em lutas institucionais de tratativas com Estado com iguais fins. Essa dinâmica política, ora na ação direta, ora na luta institucional, abre possibilidades em ambos casos, desde que se atente aos riscos tais como de cooptação estrutural, de desmobilização das lutas e de dissipação de sua potência, cabendo, portanto, aproveitar e influenciar conjunturas sem tornar-se dependente do Estado ou perder-se das virtualidades das práticas espaciais insurgentes.

A partir dessa noção das práticas do espaço e das territorializações associadas às insurgências é que se assume a designação de práticas urbanas insurgentes na tarefa de precisar esse conceito. As práticas urbanas insurgentes remetem às lutas aplicadas à transformação da lógica de poder hegemônica, se colocando no sentido de um poder de emancipação e menos para efeito de dominação, exercendo desse modo um contrapoder de reivindicar o direito de reconhecimento, de integrar o planejamento urbano e de decidir sobre os territórios.

Seria possível então as práticas insurgentes se constituírem como um caminho de manifestação e de atuação frente às questões urbanas para que haja a legitimação de interesses excluídos, não apenas com a incorporação de novos atores às esferas decisórias, especialmente aqueles comumente não reconhecidos pelos processos urbanos, mas através de táticas fora da definição de inclusão e democracia performada pelo âmbito estratégico. Nas brechas dos imperativos dominantes, os segmentos populares constroem em seus cotidianos a possibilidade de acessar a prática urbanística gerando novos significados e novos sentidos, conduzindo outros modos para pensar e fazer cidade através de insurgências urbanas, que aqui dizem respeito às práticas relacionadas ao planejamento urbano e que sucedem no planejamento insurgente.

3.3 Planejamento insurgente como nova imaginação para o urbano

A crise urbana global não deriva apenas da crise do capitalismo, mas se articula com a crise de legitimidade do planejamento urbano e da própria democracia²⁰⁰. O distanciamento entre as existências sociais e as estruturas tradicionais de representação política, via de regra assentadas na tecnocracia, incluindo as experiências de aparente abertura à participação, contribui para a descrença na possibilidade transformadora do planejamento, situação reforçada no contexto neoliberal. A adoção de preceitos neoliberais pelo Estado acomete o planejamento urbano de uma contradição, pois tende a se auto enaltecer por atender ao bem público, quando frequentemente se coloca a serviço dos interesses privados²⁰¹.

Na medida em que os segmentos populares procuram se apropriar de seus direitos e acessar os canais que lhes são disponibilizados, defrontam as limitações da parcialidade e da burocracia institucionalizadas quase intransponíveis. Com a verificação de que não há de fato uma abertura à participação popular ou um interesse em se renovar as formas de decisão, a falta de perspectivas de soluções pelos recursos do planejamento estimula organizações sociais fora do Estado e de instâncias oficiais, que desafiam a ordem instituída por meio de insurgências urbanas.

Neste início de século viu-se surgir uma série de manifestações e protestos populares que se espalharam em diversas cidades pelo mundo, rebelando-se individual ou coletivamente de diversos modos²⁰². Embora com distinções, apresentam em comum reivindicações em relação às cidades, em alguns casos requerendo a ampliação de direitos, mas em grande maioria rejeitando políticas existentes e propondo alternativas próprias das lutas cotidianas para fazer a cidade acontecer²⁰³. A eclosão desses protestos insurgentes sugere que há algo de político nas cidades lutando para se expressar, deixando evidente que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política²⁰⁴.

²⁰⁰ Miraftab (2016, p. 363).

²⁰¹ Miraftab (2016, p. 365).

²⁰² Friedmann (2011); Harvey (2014 [2012], 2008 [2005]); Holston (2016); Miraftab (2016, 2018).

²⁰³ Holston (2016, p. 192).

²⁰⁴ Harvey (2014 [2012], p. 211-213).

As práticas urbanas insurgentes operam nos interstícios e até mesmo em face do poder²⁰⁵. Constituem um instrumento de luta popular afirmando um contrapoder no enfrentamento à imposição de forças orientadas pela hegemonia do capital em sua versão neoliberal, possibilitando a convergência de diversas lutas territoriais e movimentos de resistência a encontrarem no planejamento urbano uma esfera de disputa para a reinvenção da existência.

Em Miraftab²⁰⁶, as práticas insurgentes são tratadas como novas formas de planejar. A autora apresenta a necessidade de um tipo diferente de planejamento urbano, de uma nova imaginação, de um novo repertório de práticas que devem ser reconhecidas como modos de fazer cidade por pessoas planejando seus próprios futuros, um planejamento insurgente. Um tipo diferente de planejamento não só é necessário, como é possível.

O planejamento urbano em sua historicidade, como esclarecido no capítulo anterior, está sujeito à interferência de contextos e conjunturas que se modificam e, como tal, sendo constantemente reinterpretado. Em sua constituição o planejamento apresenta-se tradicionalmente como ação predominante pelo Estado, passando por avanços democráticos com processos participativos da sociedade civil a partir da década de 1960 e, em um movimento paralelo, a partir dos anos 1970, a promoção do neoliberalismo tendo grande impacto em sua reestruturação, com a redução da ação do Estado, que passa a ser ocupada pelo mercado e segmentos privados. Contrapondo e em resposta a esse modelo de planejamento que progressivamente se impõe e se torna hegemônico, é que formas de atuação popular e não institucional se constituem nas cidades no âmbito de um planejamento insurgente.

O poder das práticas insurgentes de planejamento está em sua agilidade e capacidade de transgredir e desestabilizar a normalidade hegemônica e abrir novos terrenos políticos para a imaginação de um futuro diferente²⁰⁷. Trata-se de insurgências por trazer uma inversão de lógica no planejamento urbano a partir da validação de ações populares diretas na esfera política, dando voz às suas pautas e demandas em direção a um arranjo democrático mais amplo. Levando em conta um

²⁰⁵ Sandercock (1999, n.p.)

²⁰⁶ Miraftab (2016, p. 367).

²⁰⁷ Miraftab (2018, p. 281).

caráter crítico e politizado, as práticas insurgentes exercem não apenas uma contraposição às estratégias de dominação sobre os territórios, como também possuem uma natureza propositiva com relação aos mecanismos tradicionais do planejamento institucional, buscando por uma renovação estrutural dos processos e de seus enunciados.

As insurgências urbanas encontram apoio na literatura que se alinha à teoria radical de planejamento elaborada por John Friedmann (1987), e da qual deriva a teoria de planejamento insurgente referido por Faranak Miraftab (2009, 2016, 2018), James Holston (1995, 2013, 2016), John Friedmann (2011) e Leonie Sandercock (1998, 1999), e dos desdobramentos na produção teórica brasileira na proposição do planejamento conflitual por Carlos Vainer (2003, 2007, 2016, 2020) e do planejamento subversivo por Rainer Randolph (2007, 2008, 2019).

A visão de Friedmann²⁰⁸ torna-se radical em reação ao planejamento urbano no âmbito do projeto de neoliberalização e às questões de desigualdade, e em favor da democratização do processo político. O planejamento radical é orientado para a ação da sociedade civil ao invés do Estado, buscando uma intervenção institucional mínima e o máximo de participação popular. Contestando o papel centralizador do Estado e de técnicos nas decisões sobre os destinos das cidades, os postulados radicais passam a distinguir as articulações locais estabelecidas como tática política popular sobre o conhecimento técnico, convocando à valorização de suas práticas.

Por sua vez, o planejamento radical tem como referência de origem o trabalho de Stephen Grabow e Allan Heskin²⁰⁹, que fazem uma crítica ao planejamento racional-compreensivo e à manutenção da estrutura de tendências centralizadoras, elitistas e resistentes à mudança. Trata-se de uma proposição baseada na sociedade comunitária descentralizada, e na experimentação social como forma de alcançar a transformação social. Uma proposição de mudanças nos objetivos e na prática de planejamento, não mais liderado pelo Estado, mas pela sociedade organizada.

A descentralização seria necessária para reduzir a escala de planejamento para as organizações locais, que conduziriam a experimentação através de atividades e tomada de decisões conjuntas, visto que o coletivo é a principal unidade organizada

²⁰⁸ Friedmann (1987, p. 393).

²⁰⁹ Grabow; Heskin (1973, p. 106-107).

da sociedade. Ao planejador caberia facilitar os processos, não mais como profissional superior, mas como um integrante, com um papel ativo como agente de mudança ao assegurar a síntese entre a ação racional e a experimentação social²¹⁰.

O planejamento radical tem também como referência Saul Alinsky²¹¹, que apresenta orientações e táticas de organização e ação política voltadas para ativistas providos de uma força revolucionária atuantes em organizações comunitárias. Os ativistas radicais orientariam as comunidades que o poder político pode ser obtido através de sua organização, consistindo no modo de suscitarem a transformação social, inicialmente sem um confronto direto, mas trabalhando dentro do sistema para formar alianças e construir uma oposição. A partir dos tensionamentos do sistema, os ativistas radicais possuiriam a atribuição de mobilizar as comunidades em prol de um sentido comum, e de organizá-las para que alcancem o poder de ação para construir alternativas e mudanças sociais²¹².

Distintamente de Grabow e Heskin (1973) e de Alinsky (1971) que instruem a ação com base em princípios e convicções, Friedmann (1987) desenvolve uma proposição teórica para o planejamento radical, da qual derivam outras correntes de planejamento urbano também comprometidas com a ação para a transformação. Sua concepção para o planejamento radical é decorrente de uma revisão do planejamento transativo apresentado anteriormente pelo autor, mas afastando-se da ideia inicial de aprendizagem social e descrevendo-a como um paradigma da mobilização social²¹³.

A teoria radical implica uma ruptura epistemológica com as formas de planejamento sob a perspectiva predominante do Estado, colocando-se em sua oposição e em defesa de uma transformação estrutural. Em oposição ao planejamento do Estado, com seu ponto de vista único, seu distanciamento das preocupações cotidianas, suas escalas hierárquicas e sua tendência a encobrir diferenças, o planejamento radical defende uma estrutura com vários centros de decisão e ação, pela qual incentiva uma adequação às condições locais, uma maior experimentação e um máximo de mobilização social²¹⁴.

²¹⁰ Grabow; Heskin (1973, p. 113).

²¹¹ Alinsky (2012 [1971], p. 29).

²¹² Alinsky (2012 [1971], p. 48).

²¹³ Friedmann (1987, p. 390).

²¹⁴ Friedmann (1987, p. 391-393).

O planejamento radical estaria preocupado com a mediação a partir das ações organizadas das comunidades locais. Na mediação entre a teoria e a prática estão os planejadores radicais, que devem moldar a teoria aos requisitos da prática, inventar caminhos para a apropriação crítica da teoria pelas organizações sociais, e reformular a teoria de modo a refletir a experiência e se adaptar à prática radical.

Contudo, é inerente ao processo envolver contradições entre teoria e prática, devendo tais questões serem resolvidas através do diálogo, visto que a prática radical é auto-organizada e sua eficácia depende das relações interpessoais baseadas na confiança²¹⁵. Nesse aspecto, o planejamento transativo sustentado inicialmente por Friedman é retomado, não mais no contexto do Estado, mas no planejamento realizado pelas organizações sociais com a mediação dos planejadores. No processo de mediação há alguns elementos dos planejamentos participativo e comunicativo, embora no planejamento radical se diferencie principalmente pelas pessoas serem responsáveis pela realização do futuro através da prática, e pelos planejadores, além de mediadores, atuarem comprometidos com a emancipação das comunidades, contribuindo para que sejam politicamente ativas e detentoras da teoria e da prática.

Apesar das distinções do planejamento radical em relação ao planejamento transativo apresentadas por Friedmann, ainda assim, considera-se tais elementos de mediação e conciliação problemáticos, especialmente pela tendência de reduzir os conflitos e do risco de despolitizar as comunidades e legitimar a dominação. Dado o teor político do planejamento, é importante que sejam consideradas as diferenças e contradições e que não sejam anuladas por meio de acordos entre as partes contestadoras e processos oficiais, essencialmente por estes processos estarem em grande medida enviesados a determinados interesses.

Nesse sentido, as teorizações sobre a tradição radical mais tarde são revisitadas por Friedmann²¹⁶ e culminam na adoção de preceitos insurgentes para o planejamento urbano, reconhecendo que a produção do espaço urbano envolve a interação de interesses e forças conflitantes, inclusive a força crescente e carregada de significado político da sociedade civil organizada. Estando a teoria e a prática do planejamento sob constante desafio, a mobilização social é retomada com propósito

²¹⁵ Friedmann (1987, p. 400-402).

²¹⁶ Friedmann (2011, p. 140).

centrado na transformação social, e associada, através das insurgências, à possibilidade de redefinição do planejamento ao protagonismo de uma sociedade civil autônoma e auto-organizada, ativa em fazer reivindicações, resistindo e lutando por cidades democráticas²¹⁷.

A relação entre planejamento e insurgência surge com o conceito de cidadania insurgente, introduzido por James Holston (1995, 2013, 2016) e incorporado à demais formulações de planejamento insurgente. Holston²¹⁸ define cidadania insurgente como um movimento contrário à absorção da cidadania pelos projetos de Estado, proporcionando alternativas para novos tipos de práticas e de narrativas sobre o pertencimento e a participação na sociedade. Essa insurgência deriva de organizações sociais fora dos domínios de cidadania disponíveis, sendo importante para repensar o social no planejamento, pois revela possibilidades que estão enraizadas na heterogeneidade da experiência vivida.

Os problemas conjunturais de segregação e a ausência do Estado como provedor de serviços essenciais, trazem privações a uma vida com melhores condições e dignidade. A cidadania institucionalizada, que alastra diferenças e desigualdades, conduz os setores populares a se tornarem parte interessada da cidade e a investirem em novos e reinventados modos de organização para reivindicar direitos, contestar injustiças, criar as próprias formas de cidadania, a que Holston²¹⁹ chama de cidadania insurgente. Na formulação insurgente, as decisões a respeito dos interesses populares não devem ser articuladas pelo Estado, mas por sua própria organização, como base de um exercício de cidadania por meio do qual podem participar e ser responsáveis por produzir as condições da vida urbana.

Com o esclarecimento da noção do modificador insurgente, Holston²²⁰ sugere que o planejamento insurgente tem origem e se destina aos movimentos de cidadania que tomam forma nas rebeliões em protesto às políticas verticalizadas delegadas, e que desafiam o Estado com alternativas surgidas de suas próprias produções de vida e processos deliberativos. Para o autor, as demandas variam desde a ampliação de direitos já existentes à imposição de uma radicalização, buscando reconhecimento da

²¹⁷ Friedmann (2011, p. 158).

²¹⁸ Holston (1995, p. 252).

²¹⁹ Holston (2013, p. 320-321).

²²⁰ Holston (2016, p. 192).

legitimidade das novas formulações de cidadania de tipo insurgente, as quais vão demonstrar e fazer valer formas de democracia direta. O que se pode inferir é que no campo das insurgências, setores populares lutam, contestam, demarcam suas reivindicações, mas mais relevante do que toda resistência, há o engajamento em fornecer alternativas possíveis de outras formas de existência.

Baseando-se no conceito de cidadania insurgente, Sandercock²²¹ relaciona a insurgência às lutas de grupos desfavorecidos, marginalizados, vulneráveis, oprimidos, que em resposta à sua exclusão dos processos institucionais, desenvolvem um planejamento de baixo para cima, abrangendo práticas que afirmam as diversidades e multiculturas. O planejamento não se limita ao domínio técnico e profissional, sendo redefinido e ampliado à construção comunitária, possibilitando um conjunto de narrativas mais inclusivo. Comunidades que conquistam autonomia organizativa e política além das limitações institucionais, através de suas práticas insurgentes, possibilitam construir grandes mudanças a partir do acúmulo de “milhares de minúsculas emancipações”²²².

Ainda assim, Sandercock²²³ considera oportuno usar as estruturas institucionais quando políticas progressistas estão ocupando o poder, buscando inserir aqueles que foram excluídos, vitimizados ou oprimidos, e realizar mudanças que lhes interessam. Diante dessas oportunidades, os planejadores podem necessitar de ferramentas do planejamento tradicional para atuarem institucionalmente, mas visando a democratização e comprometidos com a transformação social. Porém, não havendo espaços institucionais, os planejadores se engajariam como ativistas em processos participativos de comunidades mobilizadas, auxiliando com seu conhecimento técnico e sem impor seus valores, para que as comunidades sejam capazes de defender seus direitos e interesses em planos e políticas públicas.

Um problema que pode ser apontado na abordagem da autora decorre de desconsiderar que a mediação por planejadores incorre em riscos de reprodução dos mecanismos de dominação, mesmo quando há a intenção em interagir com as estruturas institucionais buscando a sua manipulação para melhores condições.

²²¹ Sandercock (1998, p. 8-10).

²²² Sandercock (1999, n.p.).

²²³ Sandercock (1999, n.p.).

Mesmo havendo melhorias reais para as comunidades, pode se reforçar as estruturas de dominação, isso porque não se tratam de fatores externos e, ao tempo que moldam e conduzem as ações, são essas ações que reproduzem as estruturas.

Enquanto Sandercock (1998, 1999) apresenta uma abordagem que considera a atuação dos planejadores ampliada com as organizações comunitárias, diferentemente MirafTAB (2009, 2016, 2018) enfatiza as ações em si e não os planejadores, tratando de práticas contestatórias, de resistência, de oposição, de lutas que inovam e criam canais alternativos aos institucionalizados para fazer valer os direitos de cidadania e alcançar uma cidade mais justa.

MirafTAB²²⁴ desenvolve uma crítica às estruturas abrangidas pelo Estado, considerando que a institucionalização da participação no planejamento, ao se inserir no contexto hegemônico neoliberal, não resulta em um real processo democrático, dado que setores populares estão incluídos apenas simbolicamente. Nesse sentido, sustenta a existência de dois espaços distintos referentes ao planejamento urbano, trazendo o conceito de espaços convidados e espaços inventados²²⁵.

Nos espaços convidados ocorre a participação de formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes, no âmbito de um planejamento definido e conduzido pelo Estado. A participação institucional em espaços convidados estaria servindo como um instrumento de pacificação dos conflitos e de controle pelo Estado, representando uma ameaça quanto a cooptação e despolitização de movimentos e ativismos urbanos, nos quais se inscrevem as práticas de planejamento insurgente.

Os espaços inventados são criados ou mesmo reapropriados pela ação dos cidadãos, determinando seus próprios termos de engajamento e participação. Se fazem insurgentes por subverterem as estruturas postas e desafiarem as definições hegemônicas de planejamento, frequentemente sendo alvo de criminalização e desconsiderados como válidos para a participação.

As práticas insurgentes de planejamento, mediante uma fluidez entre inclusão e resistência, transitariam entre esses dois espaços conforme as necessidades

²²⁴ MirafTAB (2009, p. 16).

²²⁵ MirafTAB (2016, p. 368-369).

específicas de cada luta²²⁶. Há, nessas práticas, situações de articulação com o planejamento institucional, em que são utilizadas aberturas no sistema, quando consideram oportuno, para realizar modificações. Há também situações de ruptura, em que as práticas não se limitam às estruturas de participação popular institucionalizadas ou sancionados pelo Estado, mas inventam novos espaços ou reapropriam os antigos, onde possam promover interesses contra-hegemônicos.

Nesse ponto, Miraftab²²⁷ aclara que o planejamento insurgente se opõe ao planejamento institucional pois não busca a inclusão por meio de uma melhor representação, mas uma inclusão autodeterminada, numa mudança de perspectiva que valida a ação direta da cidadania e que supera a democracia representativa em direção à democracia participativa. As práticas insurgentes não necessariamente são suficientes para rescindir os modelos democráticos formais estabelecidos ou os poderes hegemônicos do sistema capitalista, mas colocam como questão central a ser considerada, através de mecanismos participativos próprios, concepções coletivas dadas na escala local e cotidiana, com incidência em disputas do território e em resistências à dominação neoliberal.

Quando se trata do paradigma da participação trazido pelo planejamento insurgente, é possível estabelecer certa relação ao pensamento de Randolph (2007, 2008, 2019) na proposta de planejamento subversivo, a partir da crítica à concepção tradicional de planejamento urbano e da necessidade de sua reorientação para permitir processos verdadeiramente participativos. Para seus propósitos de transformação social, o planejamento deve atuar como um agente de subversão e se orientar à formação de uma cidadania insurgente, dado que um modo subversivo e insurgente de planejar busca por uma expansão de direitos de cidadania.

Referindo-se ao modelo tradicional, centrado nas prioridades do Estado, com sua posição hierárquica de monopólio do planejamento, Randolph²²⁸ observa que uma crítica mais radical pode ser formulada quando não se questiona apenas a racionalidade, mas o planejamento sob circunstâncias do avanço da globalização e do neoliberalismo. Diante da não submissão aos valores neoliberais, ações

²²⁶ Miraftab (2009, p. 7-8).

²²⁷ Miraftab (2016, p. 368).

²²⁸ Randolph (2008, n.p.).

subversivas buscam denunciar e desafiar as contradições entre discursos e concretizações, e contribuir para o fortalecimento e legitimação de soluções originadas no cotidiano para os problemas existentes no território²²⁹.

Nesse sentido, a abordagem subversiva vale-se da superação dos limites de modelos institucionalizados baseados em formas participativas, para explicitar a capacidade subversiva e insurgente de planejamento²³⁰. Tal capacidade é atribuída às forças subversivas presentes no cotidiano, à vida daqueles segmentos sociais que, na sua experiência diária, podem originar formas de exercer a cidadania e orientar novas práticas de planejamento urbano.

As experiências brasileiras de lutas urbanas levam também a proposição da corrente definida por Vainer²³¹ como planejamento conflitual, na qual os movimentos sociais e suas organizações tomam a iniciativa e colocam em pauta as suas reivindicações. O planejamento conflitual difere do planejamento racional e do participativo por ter iniciativa popular e protagonismo das próprias comunidades, estando nos moldes de planejamentos autônomos designados como radical ou insurgente. Há muito valor na elaboração teórica do autor por demonstrar a importância dos conflitos nos processos de planejamento urbano.

A conflituosidade urbana inspira formas de conceber, elaborar e implementar políticas e planos, constituindo-se como um instrumento de fortalecimento de ação política frente ao Estado, que subordina os modos de planejar aos processos de lutas²³². Os processos de planejamento urbano dominantes visam prevenir e mediar os conflitos, vistos como nocivos e causadores de danos. O planejamento conflitual, ao contrário, reconhece o conflito como um processo virtuoso que explora as possibilidades de ações contra-hegemônicas, e como potencialmente construtor de sujeitos políticos²³³.

Somente através dos conflitos os grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos políticos, como coletivos sociais, e conseguem gerar identidades,

²²⁹ Randolph (2019, p. 111-112).

²³⁰ Randolph (2007, p. 17).

²³¹ Vainer (2003, p. 142).

²³² Vainer *et al* (2020, p. 36).

²³³ Vainer *et al* (2016, p. 17).

práticas coletivas e ação política²³⁴. Não significa que possuam uma trajetória certa ou sem dificuldades, muitas vezes construindo alianças com outros atores. Contudo, apenas os conflitos são capazes de introduzir rupturas, desafiar políticas públicas, requerer direitos urbanos e gerar as condições necessárias para uma mudança.

As diferentes teorizações no campo do planejamento urbano, tal como o planejamento insurgente e as variações do planejamento radical, planejamento subversivo e planejamento conflitual aqui discutidas, não podem ser igualadas, mas compartilham uma mesma orientação em direção ao reconhecimento das práticas cidadãs que visam transformações do *status quo*, como formas outras de planejar. Essas teorizações trazem novas e ampliadas compreensões a respeito do planejamento urbano ao não se deterem às instâncias institucionais ou à participação de atores ligados às categorias representativas, e conferem aporte teórico àqueles atores tradicionalmente excluídos dos processos urbanos.

A perspectiva das insurgências coloca em evidência que as lutas urbanas e transformações sociais não se acham exclusivamente nas ações das organizações formalizadas ou oficialmente lideradas, mas também nas práticas de grupos e indivíduos tacitamente organizados em sua vida cotidiana experienciada. Ainda assim é importante considerar que pode incorrer certo exagero acerca do caráter tático e programado das ações, quando nem sempre há um ponto de convergência, uma capacidade apurada de se distinguir relações de dominação ou possibilidades de controle de resultados ao se buscar manipular tais relações e, de certa forma, as práticas se ajustam conforme as situações encontradas, mas incentivadas a insurgir à ordem dos poderes dominantes.

Para tanto, o conceito das práticas insurgentes em sua diversidade de manifestações ao planejamento urbano indica que uma mobilização política e uma resistência ativa se mantêm vivas, influenciando de alguma forma os processos institucionais e impulsionando ações populares diretas e autodeterminadas. Esses desígnios do plano teórico quando confrontados com a realidade do enfraquecimento do planejamento urbano no contexto neoliberal de reconfiguração das instituições e atividades do Estado e de fortalecimento do setor privado, mostram a atualidade

²³⁴ Vainer (2007, p. 6-8).

marcada por inúmeras práticas insurgentes na esfera pública de diversas cidades por todo o mundo. Inclusive se hoje as insurgências urbanas ganharam força na teorização como formas de planejamento, muito se deve ao aumento sem precedentes de tais ações na conquista do espaço urbano²³⁵.

O que se vê é que cidadãos ao redor do mundo tomaram as cidades em suas próprias mãos²³⁶. Manifestações como a Primavera Árabe no Oriente Médio e no Norte da África, que a partir do ano de 2010 concentrou multidões no espaço público e estimulou ativismos e movimentos chamados *occupy* na Europa, América do Norte e América Latina, inclusive atos de protestos no Brasil em 2013, são exemplos de insurgências urbanas que irrompem da insatisfação popular centradas em reivindicações em relação às cidades e às condições de vida²³⁷.

Devido às diferentes condições de origem, orientação e organização, as ações não são homogêneas e fomentam linhas políticas e sociais distintas entre si. Entretanto, seja buscando desvincular-se da globalização neoliberal, se empenhando pela justiça social e governança democrática, travando lutas frente ao colonialismo ou realizando experiências locais de intervenção, ocupação, produção e consumo, tais ações possuem entre si algo em comum, pois todas extraem sua força da vida e da luta cotidianas, e procuram construir um poder local de autodeterminação, capaz de enfrentar as tantas variantes do neoliberalismo, de instaurar uma política mais inclusiva e igualitária, e de sugerir que um outro mundo é possível²³⁸.

Os exames teóricos e práticos dos inúmeros casos de insurgências urbanas trazidos pela literatura deixam o indicativo de suas implicações para a atualidade e das possibilidades contra-hegemônicas que dispõem. À medida que as experiências ganham relevância, convocam a reforçar a luta por alternativas às formas hegemônicas de planejar e de produzir as cidades, inserindo demandas populares no centro do sistema político e conquistando avanços materiais e simbólicos do ponto de vista de suas questões particulares. Há também consequências ao planejamento urbano hegemônico no sentido de impor certos limites e intercessões em projetos e processos territoriais modificadores da dinâmica das cidades e que incidem

²³⁵ Miraftab (2018, p. 278).

²³⁶ Miraftab (2016, p. 367).

²³⁷ Friedmann (2011); Harvey (2014 [2012], 2008 [2005]); Holston (2016); Miraftab (2016, 2018).

²³⁸ Harvey (2008 [2005], p. 213-215).

verticalmente por interesses dominantes, se não os impedindo, dificultando suas ambições e protestando contra desigualdades, autoritarismos e privilégios.

As insurgências associam os modos de planejar às lutas, trazendo consequências ao planejamento hegemônico que são também propositivas, através de processos, metodologias e práticas populares que projetam futuros alternativos às condições quase sempre apresentadas e aceitas como inevitáveis²³⁹. Certas populações quando desfavorecidas, desenvolvem estratégias como a produção de informativos locais confrontando estudos técnicos, a organização de manifestações e eventos comunitários, a elaboração de planos e projetos urbanos populares desafiando os propostos pelo poder público. No caso brasileiro, uma experiência de planejamento bastante difundida foi conduzida pela Associação da Vila Autódromo, um assentamento popular em área ameaçada de remoção para a construção do Parque Olímpico do Rio de Janeiro que, ao invés de limitar a resistência à reivindicação de indenização, desenvolve um Plano Popular buscando contribuir para a luta dos moradores e mostrar a compatibilidade da sua permanência na área²⁴⁰.

Com base nas experiências fica claro que não se tratam somente de um modo de amenizar as condições impostas às cidades e à população, sobretudo a que sofre algum tipo de sujeição, mas que a insurgência é a tática mais efetiva para se buscar equilibrar demandas e forças no planejamento e na construção do urbano. Para tanto, desenvolver um planejamento urbano insurgente significa o engajamento nesses movimentos insurgentes contemporâneos em que nos encontramos²⁴¹.

As insurgências urbanas acionam atitudes políticas que resistem, contrapõem e apontam alternativas ao modo neoliberal de dominação na produção das cidades. Por isso, em alguma medida, em toda insurgência há transgressões, há tensionamentos às contradições do mundo para transformá-lo, para criar interrupções nos modos hegemônicos das práticas, das teorias, dos pensamentos, que permitam, retomando Mirafteb²⁴², invocar a imaginação de um futuro radicalmente diferente, uma nova imaginação para o urbano.

²³⁹ Vainer *et al* (2020, p. 34-36).

²⁴⁰ Vainer *et al* (2016, 2020).

²⁴¹ Holston (2016, p.192).

²⁴² Mirafteb (2018, p. 281).

As insurgências provocam o debate sobre a reconstrução dos modos de agir e do próprio saber no urbano. Ao tempo que as práticas insurgentes assinalam outras formas de planejamento urbano, o desafio tributado às distintas elaborações teóricas está em sinalizar caminhos para um conhecimento não subordinado, em vista de uma ruptura epistemológica e ontológica capaz de se colocar enquanto uma perspectiva decolonizadora no âmbito urbano. Buscando, portanto, avançar acerca das práticas insurgentes de planejamento, abrimos as vias de investigação a partir de uma proposta decolonial enquanto outro marco analítico que propicie reconduzir o exercício de deslocamento crítico e estimule novas discussões.

3.4 Decolonialidade do urbano a partir das insurgências urbanas

Tendo em vista a função de planejar estar historicamente restrita ao Estado e atrelada ao sistema capitalista, tornando-se conducente em termos do quadro neoliberal, as experiências de planejamento insurgente consistem em exceções à razão prevalecente. O planejamento insurgente mira em uma outra relação na produção das cidades na qual o mais importante são as pessoas e seus direitos, e não servir à acumulação e circulação de capital.

Entretanto, a ascensão de novas formas de planejamento urbano esbarra na dificuldade de superar processos submissos aos interesses de poderes dominantes, para então induzir uma proposta alinhada aos anseios da coletividade, sobretudo daqueles comumente excluídos. Essa colonização do planejamento urbano por forças econômicas e políticas faz com que seu sentido público seja atravessado pelos ditames privados, e que a vida coletiva das cidades seja conduzida através da ordem capitalista neoliberal.

Os desafios postos fazem referência a um histórico de colonização no quadro da modernidade cuja formação da sociedade e da produção do espaço estão inseridas, e que se desdobra, ainda hoje, naquilo que Quijano²⁴³ chamou de colonialidade, carregando marcas de padrões de poder responsáveis por distintos níveis de transformações entre territórios, através dos quais se mantêm em condições desiguais. É possível vincular os processos urbanos ao sistema constituído na lógica da colonialidade presente nos modos de ocupar, produzir e planejar as cidades. As relações de colonialidade tendem a gerar cidades enquanto resultado de interesses privados em detrimento aos interesses públicos, reforçando princípios garantidores de privilégios, determinantes para se entender a natureza nos arranjos socioespaciais até a atualidade.

Por conseguinte, uma abordagem decolonial busca por outros termos a partir da superação da colonialidade e de seus parâmetros homogeneizadores e hegemoneizadores, concentrando-se, naquilo que se refere à questão do espaço, nas contradições das cidades do capitalismo neoliberal. A decolonialidade voltada ao

²⁴³ Quijano (1995, p. 117).

urbano centra-se em novas formas de fazer cidade, em contemplar a escala local e a heterogeneidade socioespacial a partir das diferentes epistemes e ações cotidianas das realidades tradicionais e populares, ao invés de uma racionalidade que se pretenda universal, desenraizada de um lugar, assim como até então se propagou e implicou em submissões de vários tipos.

Ainda que a experiência colonial tenha sido sobre a conquista de territórios e de seus povos, a relação entre espacialidades e ações territoriais no que remete às insurgências tem abertura para ser explicitada, comparativamente com outros temas trazidos nas teorias de orientação decolonial. Tratamos, portanto, da decolonialidade como uma maneira de trazer a crítica para o urbano, como também atribuir ao debate decolonial um enfoque espacial, a partir de Achille Mbembe (2018), Aníbal Quijano (1968, 1995, 2009), Arturo Escobar (2008, 2016), Boaventura de Sousa Santos (2002, 2003), Catherine Walsh (2009), Grada Kilomba (2019), Silvia Cusicanqui (2010) e Walter Mignolo (2008), além da contribuição de demais autores já trazidos em discussões anteriores.

Vislumbrar discursos e práticas urbanas mais democráticas e plurais que rompam com normatizações instituídas, implica a problematização e o tensionamento de métodos que guardam conexão com a colonialidade e que encontram repercussões na produção do espaço urbano contemporâneo. Nesse sentido, a fim de discorrer uma abordagem decolonial do urbano, se faz pertinente uma discussão acerca das dimensões da colonialidade a partir da renovação crítica e epistemológica inaugurada pelo pensamento decolonial.

O pensamento decolonial ou decolonialidade corresponde às formulações críticas à colonialidade elaboradas pelo grupo modernidade/colonialidade²⁴⁴ a partir do contexto latino-americano, cuja finalidade é se desvincular da matriz moderna predominante. A determinação de ideias hegemônicas e universais se vincula à experiência moderna ocidental como modelo capitalista de exploração mundial, pela qual foram e continuam sendo produzidas estruturas coloniais de controle nas

²⁴⁴ O grupo modernidade/colonialidade ou projeto M/C é um coletivo de pensamento crítico da América Latina formado em 1998 em torno da proposta de uma perspectiva analítica decolonial desde o sul global, com participação de autores aqui abordados como Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Walter Mignolo, dentre outros.

relações entre ser, poder e saber, cuja abordagem crítica articula conceitos como de colonialidade do ser, colonialidade do poder e colonialidade do saber.

A colonialidade tem sua origem no colonialismo, mas sobrevive ao seu término. Enquanto o colonialismo denota o período de colonização e à relação de soberania de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se difunde mantendo a lógica das relações coloniais. O significado de colonialidade reporta à sobreposição de normas da modernidade e do capitalismo, as quais são adotadas pelos setores dominantes e impostas para estruturas organizadas em torno de relações coloniais, determinando o centro geopolítico eurocêntrico de elaboração intelectual e de distribuição do capitalismo como parte do padrão mundial de poder constituído.

Quando poder e saber se configuram em mecanismos coloniais, engendram a colonialidade do ser, pela qual gera o reducionismo a condição de indigno, esquecido, marginalizado²⁴⁵, em decorrência da apreensão de diferentes realidades unicamente a partir da racionalidade moderna e dos preceitos eurocentrados que a caracterizam, inaugurando uma ordem hierárquica de distinção e exploração de diferenças como meio de poder. Mediante a colonialidade há o apagamento das contradições e das diversidades com a negação de inúmeras realidades e grupos sociais, que não estando nos padrões ocidentais, passam a ser sistematicamente ignoradas, tornadas dispensáveis, tratadas como objeto de disputa, aptas à dominação.

Desde um enfoque ontológico, a colonialidade do ser conduz à dominação sobre a sociedade, assim como ao controle territorial, em que os pressupostos então constituídos como hegemônicos é que regulam os modos de se pensar as cidades e as condutas em relação ao espaço urbano. A imposição de padrões significa invisibilizações sociais na produção do espaço, do mesmo modo que invisibilizações de identidades constituídas desde outras visões de mundo e diferentes naturezas, como não humanos, seres inanimados, situadas à margem do que é considerado pela colonialidade como partes das cidades.

Essa forma de consagrar processos de interdição sobre determinadas identidades persiste em construir um sentido de despertencimento sobre as experiências urbanas e em inviabilizar possibilidades não centradas no ocidente. A

²⁴⁵ Mignolo (2008, p. 249-250).

lógica da colonialidade impacta assim discursos e práticas pelos quais se impõem modos de conceber as cidades com implicações nas relações socioespaciais.

Na medida em que estratégias coloniais são operadas, há uma internalização da subordinação e de concepções hierárquicas em processos sociais, na produção do espaço e em formas de conhecimento dado um conjunto de relações ordenadoras e de padrões de poder a que Quijano²⁴⁶ conceitua por colonialidade do poder. Um poder que não terminou com o fim do colonialismo, que se prolonga e permanece ainda hoje impregnado entre os modos de vida, consolidando a colonialidade para além das fronteiras do próprio colonialismo.

Quijano²⁴⁷ denuncia a formação e instauração de uma matriz colonial de poder baseada na imposição hierárquica e nas relações étnico-raciais e de gênero como classificação social, política e econômica, consistindo em instrumento tanto de regulação social como de controle do trabalho, de recursos e de produtos em torno do capital e do mercado. Ainda como parte do padrão de poder mundial, a Europa concentrou sob sua hegemonia o controle também das formas de subjetividade, da cultura e, em especial, da produção do conhecimento.

No mesmo sentido, para Walsh²⁴⁸, os padrões de poder têm servido aos interesses de dominação social sob a hegemonia do capital, como vínculo constitutivo da colonialidade do poder. Essa colonialidade estende-se aos campos do ser, referente ao tratamento de inferiorização e inexistências, e também do saber, posicionando o eurocentrismo como único produtor de conhecimento e descartando quaisquer outras epistemologias da periferia do ocidente. Por sua vinculação aos interesses do capital, esse poder dificulta a aceitação de diferentes formas de pensar e de viver por parte dos setores dominantes e, principalmente, que essas diferentes formas possam reger suas próprias vidas²⁴⁹.

A luta contra as relações de poder e o que delas resulta, implica no engajamento pela destruição da colonialidade dada sua condição de eixo articulador do capitalismo e de suas formas históricas de exploração, dominação e discriminação,

²⁴⁶ Quijano (1995, 2009).

²⁴⁷ Quijano (1995, p. 120-121).

²⁴⁸ Walsh (2009, p. 117).

²⁴⁹ Walsh (2009, p. 170).

reproduzidas nas recentes práticas neoliberais²⁵⁰. Para tanto, há de se pensar vias para a libertação de todo o poder, cuja solução estaria em sua socialização, o que significa a devolução às próprias coletividades do controle das instâncias da sua existência social.

O que se verifica, conforme Escobar²⁵¹, é que a noção de colonialidade aponta para dois processos paralelos. Há uma supressão dos seres, suas culturas e seus saberes pela modernidade colonial, assim como a necessária emergência de outros mundos e conhecimentos que, provenientes das bordas epistêmicas desse sistema, possam constituir um desafio às formas eurocêntricas da modernidade e defender suas culturas e territórios através da proposta de um projeto decolonial.

De acordo com Mignolo²⁵², a colonialidade de poder, detentora de estratégia opressiva e condenatória, produz descontentamentos, desconfianças, desinteresses entre aqueles que reagem à estrutura, constituindo em práticas de decolonialidade. A colonialidade está no próprio pensamento decolonial em marcha, tratando-se a conceitualização de decolonialidade não apenas do modo como se atualizam as relações de poder do passado colonial na atualidade, como também da resistência ao domínio da colonialidade, da possibilidade de superação das forças que hegemonomizam e buscam homogeneizar os diferentes aspectos da vida social.

Mas a colonialidade afeta não somente a vida social, como também a dinâmica territorial, constituindo classificações geográficas, incidindo sobre as cidades a despeito das tendências da produção do espaço e do planejamento urbano em perpetuar os aspectos do poder capitalista das instituições modernas. A própria ideia de planejamento urbano pressupõe a instauração dos paradigmas da modernidade ocidental, quadro em que a circunscrição espacial passa a definir territorialidades inerentes ao planejamento²⁵³. Tendo em conta a colonialidade enquanto matriz de poder oriunda da modernidade, orienta-se para a questão espacial, em que os processos urbanos são parte constitutiva das formas coloniais de hierarquização e homogeneização forçadas nas cidades, as quais muitas das dimensões definidas a

²⁵⁰ Quijano (2009, p. 113-114).

²⁵¹ Escobar (2010 [2008], p. 28-29).

²⁵² Mignolo (2008, p. 249).

²⁵³ Marzulo (2016, p. 233).

partir do ocidente europeu determinaram padrões mundiais de ocupação e organização territorial.

Embora o longo e rico histórico de urbanização nos territórios desde antes de colonizados, para Quijano²⁵⁴ não há dúvida de que a efetiva expansão urbana e a profunda alteração do perfil territorial ocorrem pela imposição e incorporação de padrões urbanísticos derivados do sistema capitalista europeu. Apesar de cada país e região possuir relativa autonomia de existência e características próprias, o processo de urbanização tem uma estreita relação de interdependência pela qual não pode ser entendido fora da situação que determina a sociedade global.

Nesse ponto de vista, é dizer que no período colonial as sociedades originaram com seu nascimento as relações de dependência como parte da formação e desenvolvimento capitalista, dentro do qual detentores de maior poder exercem domínio sobre mais fracos²⁵⁵. O fim desse período não significou, no entanto, o cancelamento da dependência e desigualdade de poder, que seguem definidores do capitalismo atual e das tendências de desenvolvimento urbano. A urbanização após o período colonial foi condicionada por essas circunstâncias que permanecem, as quais pressupõem uma correspondência de interesses entre os grupos dominantes de ambos níveis da relação, que por sua vez correspondem aos interesses do próprio sistema de relações de dependência e seus critérios supressores e excludentes.

A conotação colonial que portam as questões urbanas sobre as definições espaciais e as políticas territoriais, conforme tratado por Haesbaert²⁵⁶ desde a perspectiva latino-americana, está atrelada à própria concepção de território difundida e imposta pelo sistema moderno colonial como forma de ordenamento espacial. Concerne a uma concepção de território como alcance geográfico do poder estatal de matriz eurocêntrica pela qual se instaura a classificação social ligada ao sistema hegemônico e aos interesses econômicos do capital.

Ainda sobre a forma colonial de ocupação e organização territorial, segundo Mbembe²⁵⁷, embora fosse uma questão de apropriação, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico, intencionava inscrever um conjunto de relações sociais e

²⁵⁴ Quijano (1968, p. 535).

²⁵⁵ Quijano (1968, p. 527-529).

²⁵⁶ Haesbaert (2021, p. 132).

²⁵⁷ Mbembe (2018, p. 38-39).

espaciais. A inscrição de tais relações equivaleram a produção de fronteiras e hierarquias, de classificação da população, de regramentos sobre propriedade, em que o espaço consistia na matéria-prima para condições de soberania e de violência por meio das quais poderia ser mantido sob controle.

Se em um plano de colonialidade foram assumidas estratégias de controle, de destituições e de transformações dos territórios, as próprias cidades repercutiram as dinâmicas de poder territorial que iriam estruturar a hierarquização das relações socioespaciais e operar a demarcação no espaço urbano para os distintos segmentos sociais. Uma parcela minoritária da população que constituía grupos privilegiados e detentores de grande concentração fundiária, contrastava com uma ampla parcela da população a qual o acesso à propriedade e à moradia foi dificultado, sendo relegada às piores ocupações ou à informalidade.

Situação que não se limita ao colonialismo, pois ao longo do processo capitalista são reconduzidos de diferentes maneiras os entraves pelas quais parte da população é excluída do acesso à terra, que se torna cada vez mais cara e inacessível, especialmente em certas áreas das cidades, resultando em vidas distintamente valorizadas em acordo com a área que ocupam. Mesmo que não se trate de uma permanência, dado que, embora problemática, há sempre alguma possibilidade de subverter e de contornar os entraves à mobilidade, na maior parte das vezes os grupos subalternos acabam contidos em áreas recuadas e pouco valorizadas, distantes dos principais centros em que se encontra a maioria dos grupos de poder hegemônico²⁵⁸.

Muitas vezes as desigualdades e assimetrias nas divisões espaciais que têm sido empreendidas sobre os territórios são tidas somente como consequência econômica ou como separação da sociedade em classes, desconsiderando-se a regência dos padrões de poder colonial sobre os processos socioespaciais. No entanto, as dimensões urbanas mantem-se sujeitas às relações entre espaço e poder que estruturam as cidades e que performam uma colonialidade do urbano.

Quanto às práticas que moldam as cidades, Vainer²⁵⁹ as aborda como relações de dominação e subjugação em termos econômicos, políticos, sociais e epistêmicos, dado os modos de urbanização e ordenamento do território propostos através do

²⁵⁸ Haesbaert (2021, p. 124).

²⁵⁹ Vainer (2014, p. 48).

colonialismo serem aplicados em situações e contextos diferentes daqueles para os quais foram concebidos. Questiona, assim, a colonialidade e alinhamentos de poder territorial que construíram e sustentaram noções universais de modelos de cidade e de práticas de planejamento urbano exportados para diferentes lugares, apagando seus problemas e realidades.

Aos descolamentos e distorções entre as matrizes estrangeiras, herdadas das raízes coloniais eurocentradas e fundamentadoras do planejamento urbano, quando transpostas para o contexto brasileiro, Maricato²⁶⁰ designa “ideias fora do lugar”. Isso por não haver um comprometimento com a realidade, apenas com parte das cidades, na qual o planejamento urbano se aplica e serve a uma parcela da sociedade, determinando seleções e exclusões da população menos favorecida em participar das discussões e da produção urbana, o que reafirma e reproduz desigualdades e privilégios de uma cidade ilegal, sem planos, nem ordem, a que a autora denomina “lugar fora das ideias”.

Ademais que a construção das cidades com base na relação colonial teve a configuração de suas formas de desenvolvimento urbano impactadas, Vainer²⁶¹ fala da natureza atual da colonialidade, em que uma relação internacional cada vez mais onipresente desempenha um papel central em moldar os processos urbanos. Ocorre o apoio do Estado e de instâncias oficiais a mecanismos institucionais com concepções privadas e excludentes de uso do solo e de planejamento urbano, reforçando a permanência e internalização do caráter de poder territorial nas organizações políticas quanto a produção do espaço urbano.

Se essas questões estabelecidas a partir de um padrão de poder perpassam o tempo e se mantêm a determinar as condições urbanas do Sul global, importa não somente a origem, mas como se perpetuam desigualdades e opressões no espaço urbano. A realidade brasileira promove ainda a dinâmica que naturalizou e cultuou as diferenças, figurando nas posições dominantes de poder de uma minoria, o apagamento de manifestações culturais, a seleção na vida pública e política, a hierarquia na inserção produtiva e o controle territorial. A segregação socioespacial, característica do processo de ocupação e que segue sendo realizada sobre o espaço

²⁶⁰ Maricato (2000, p. 121-122).

²⁶¹ Vainer (2014, p. 51).

urbano brasileiro, privilegia distintamente as elites, sempre amparadas em altas concentrações de riqueza, em detrimento à população subalternizada, a quem resta as áreas precarizadas de infraestruturas urbanas, de oferta de serviços e da própria condição de humanidade²⁶².

De acordo com Escobar²⁶³, mais do que nunca, a ocupação dos territórios pelo atual padrão de dominação pelo capitalismo neoliberal e pelo Estado, abriga um conjunto de regras e manobras a favor das aspirações dos poderosos, do mercado e da economia. Situação pela qual os modelos hegemônicos de planejamento urbano são coniventes, uma vez que atravessados pela colonialidade, seguem mantendo o *status* das elites e reproduzindo invisibilizações daqueles que historicamente lutam para atuar efetivamente na construção das cidades.

Além das privações vinculadas às posições hierárquicas de poder colonial, muitas trajetórias são marcadas por insegurança e vulnerabilidade dada a execução de violências estruturais em relação aos negros, indígenas, imigrantes, mulheres, homossexuais, pobres, e tantos outros que sofrem ameaças cotidianas aos seus direitos. São essas mesmas populações resignadas a um alto nível de estigmatização, preconceito e discriminação que, no contexto neoliberal de declínio da democracia e da inclusão sistêmica, veem acentuada sua situação de espoliação que alcança os modos de experienciar e integrar as cidades.

Para fazer frente à essa condição universal, resultante das formas colonialistas e da combinação de problemas urbanos e geopolíticos, a qual é diferencialmente experimentada, Escobar²⁶⁴ discorre sobre a decolonialidade como um modo de se repensar princípios urbanísticos e avançar em mudanças para as cidades. Significa mudar as práticas que respondem pela vida urbana, fundamentando-as nas lutas locais em defesa dos territórios e de múltiplos mundos relacionais entre as dimensões humanas, não humanas, naturais e espirituais, por comunidades unidas no enfrentamento às condições postas e na busca por outras maneiras de produzir e pensar as cidades. As práticas quando diferentemente configuradas, Vainer²⁶⁵

²⁶² Vainer (2014), Haesbaert (2021).

²⁶³ Escobar (2016, p. 85-86).

²⁶⁴ Escobar (2016, p. 57-58).

²⁶⁵ Vainer (2014, p. 49).

argumenta que podem ajudar a decolonizar o conhecimento urbano e reivindicar como e para quem as cidades são produzidas.

Ao tempo em que abordamos os processos urbanos atrelados à colonialidade, importa referir que a decolonialidade tem buscado um movimento de resistência, associando a crítica às experiências concretas que carregam marcas da colonialidade. A decolonialidade abrange, portanto, não apenas a sujeição a que são acometidas as populações subordinadas às estruturas formadas em processos de exploração, mas especialmente de suas formas de luta e subversão ao padrão capitalista da colonialidade e às relações de poder resultantes, como o neoliberalismo em curso.

Walsh²⁶⁶ trata da necessidade de se abrir horizontes que confrontem o colonialismo ainda presente e que convidem à criação de novas e diferentes posturas, condições, relações e estruturas. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua para identificar, visibilizar e incentivar construções alternativas, com a intenção de apontar e provocar um posicionamento e uma atitude para transgredir, intervir, insurgir e incidir.

Nesse viés de oposição à colonialidade, Sousa Santos²⁶⁷ apresenta o conceito de sociologia das ausências e das emergências para tratar dos discursos outros sobre o mundo desde iniciativas conduzidas fora das instâncias hegemônicas, que evidenciam que a experiência social como muito mais ampla e variada do que a tradição ocidental valida, mas cuja riqueza social é desperdiçada devido ao exclusivismo ocidental, sendo necessário um modelo diferente de racionalidade para combater tal desperdício da experiência social.

Por um lado, a sociologia das ausências²⁶⁸ visa romper com a linha excludente que tem atuado na produção de inexistências, referindo-se às formas sociais que durante muito tempo tiveram sua existência relegada. Há de se libertar tudo que foi obscurecido, se devolver a condição de credibilidade às experiências e conhecimentos produzidos como ausentes, para que se tornem presenças e aptos de disputas políticas, contribuindo, assim, para ampliar o mundo, dilatar o presente e expandir experimentações sociais no futuro.

²⁶⁶ Walsh (2009, p. 14-15).

²⁶⁷ Sousa Santos (2002, p. 238).

²⁶⁸ Sousa Santos (2002, p. 249).

Por outro lado, a sociologia das emergências²⁶⁹ refere-se à contração do futuro, que significa um campo de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente, na realidade imediata, exprimindo latências e tendências que irão repercutir em oportunidades de transformação. Esse futuro de possibilidades está circunscrito a uma mudança paradigmática comprometida com a diversidade epistemológica, em uma trajetória inversa à racionalidade dominante, cuja pretensão é incluir o máximo de experiências e de conhecimentos do mundo.

A necessidade de mudança epistemológica é também defendida por Grada Kilomba²⁷⁰ a partir da oposição ao que o projeto colonial predeterminou, mas também da reinvenção da própria realidade, em um processo de descolonização, buscando deixar de ser objeto para se tornar sujeito e autoridade da sua existência. Propõe a descolonização do conhecimento com o abandono de modelos coloniais e acadêmicos que aprisionam a produção científica, para que o ato da escrita em si emerja como um ato político, com poder de contar a própria história, pela qual sua preocupação volta-se para experiências com o racismo.

A autora denuncia como o passado colonial é revisitado e atualizado no presente, em que o racismo está no plano cotidiano das relações sociais. Conectando a questão racial, etnográfica e de gênero, o principal enfoque é o racismo cotidiano que marca a vida de mulheres negras, cuja abordagem ocorre por meio de narrativas subjetivas e biográficas, inclusive sua autobiografia e testemunhos, pelas quais traz também experiências de resistência e de consciência política. A demarcação de subjetividades assume a prerrogativa da trajetória pessoal como marca da descolonização, para que haja a ruptura nas estruturas hegemônicas do conhecimento e o reconhecimento das experiências biográficas da posição à margem, na produção do conhecimento.

É possível notar que a busca por uma virada epistemológica dá outro centro para tornar mais radical a crítica realizada à colonialidade, desde a qual ocupa-se também a vertente urbana em reposicionar os pressupostos hegemônicos de produção das cidades sob uma constituição colonialista. A decolonialidade do

²⁶⁹ Sousa Santos (2002, p. 254-255).

²⁷⁰ Kilomba (2019, p. 28-29).

conhecimento urbano é, nesse sentido, um movimento de resistência teórica e prática que, ao tempo que denuncia as relações hierarquizantes, valoriza a potência das heterogeneidades de epistemologias que nunca deixaram de existir, incompreensíveis por uma racionalidade encerrada em si mesma.

Não se trata de rejeitar todas as construções epistêmicas advindas da modernidade, tampouco de eliminar visões mais amplas, mas de ter a ciência como um campo tensionado, de questionar a superioridade de universalizações que dependeram da supressão de experiências e do reducionismo de significações para se imporem como supostamente inquestionáveis. Trata-se de recuar essa universalização do conhecimento produzido na modernidade para o avanço dos saberes locais e regionais, para o reconhecimento de saberes tradicionais e populares²⁷¹. Trata-se de alterar uma concepção absoluta do conhecimento pautando-o pela possibilidade constitutiva associada a cada existência e às capacidades que lhes são próprias, o que faz com que novas teorizações no campo do planejamento urbano enfatizem a contextualização atualizada para a contemporaneidade e sua diversa composição de saberes circunscritas às práticas.

A aproximação entre saberes e práticas é uma questão central para Cusicanqui²⁷², que argumenta que a repetição ou a superação do passado colonial depende muito mais de ações do que palavras. Vislumbrar a descolonização não pode ter por base apenas palavras, pois estas tendem a desconsiderar as práticas, de modo que não pode haver discursos e teorias sem uma prática descolonizadora.

Muito além das discussões sobre a modernidade ocidental, são os elementos da vivência das populações e seus reais sentidos que permitem entender a condição colonial. Para isso a autora propõe um caminho epistemológico a partir da experiência de povos indígenas e afrodescendentes do Sul global, com base no reconhecimento da alteridade cultural étnica e racial, das diferentes naturezas em que seres animados ou inanimados são tão sujeitos quanto os humanos, da diversidade de mundos.

Logo, a produção do conhecimento decolonial quando acompanhada da prática, derivada da convivência com as populações, não pode ser comparada ao pensamento desenvolvido por intelectuais de universidades elitistas do Norte e por

²⁷¹ Marzulo (2016, p. 245).

²⁷² Cusicanqui (2010, p. 55-57).

seus seguidores. Para Cusicanqui²⁷³, sem atentar à dinâmica interna das populações subalternas, os discursos das elites possuem uma incorporação limitada de ideias, não incluem questões subjacentes da descolonização, apenas encobrem processos que reproduzem e renovam a colonização dos territórios e de toda a sociedade.

A crítica central da autora é tanto aos adeptos dos estudos decoloniais²⁷⁴, como à situação colonizada das elites políticas, econômicas e intelectuais latino-americanas, que adotam no Sul as correntes disciplinares e acadêmicas e as visões de mundo geradas no Norte, a partir da construção de estruturas de poder e de capital cultural e simbólico. Nesse sentido, a contradição de certos discursos decoloniais está na propagação de uma noção anticolonial que não é posta em prática, dada a postura de dominação e recolonização da intelectualidade do Sul. Ressalta, afinal, que para descolonizar as esferas prática, teórica, política, epistemológica, o desafio é romper com os centros hegemônicos e afirmar uma ciência própria desde o Sul, a partir de experiências de construção de novos territórios em que se reinventam ações coletivas, combinando formas comunitárias e organizações políticas autônomas.

A formulação crítica trazida por Cusicanqui pode ser outra, que não é apenas intelectual como também de engajamento sociopolítico, mas não está desconectada da questão das práticas decolonizadoras das coletividades heterogêneas sobre as quais os demais autores nos convocam a refletir. Embora com distinções internas ao pensamento decolonial, todas as abordagens apresentam epistemologias outras para as quais a constituição heterogênea da população e dos territórios tem lugar central. Defendem a superação da ideia de unidade, de síntese, para uma construção do conhecimento a partir de diferentes termos, das multiplicidades, das coexistências, dos antagonismos, tendo por base a articulação de singularidades e diversidades que se complementam em torno de uma racionalidade contra-hegemônica.

É para a vida cotidiana das populações que vêm ocupando brechas, promovendo rupturas, que a decolonialidade se volta, enquanto um projeto político e epistêmico que trata dos tensionamentos, das contraposições, dos movimentos na contramão dos processos coloniais enraizados. Há uma convergência das teorias

²⁷³ Cusicanqui (2010, p. 62).

²⁷⁴ Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Walter D. Mignolo são alguns dos autores decoloniais citados por Cusicanqui (2010).

decoloniais quanto ao papel político que populações subordinadas possuem nas lutas por voz e visibilidade, pois mesmo inferiorizadas pela estrutura social hierarquizada decorrente da modernidade ocidental, constituem importantes saberes nos sistemas de conhecimento e exigem novas perspectivas epistêmicas.

Nesse sentido, outras epistemologias decoloniais podem ser pensadas a partir das práticas insurgentes uma vez que buscam se desvincular dos legados contemporâneos da colonialidade e inspirar uma nova forma de vislumbrar o urbano através do protagonismo popular, evidenciando os conhecimentos produzidos à margem das operações de poder. As insurgências urbanas reivindicam outros tipos de conhecimentos, outras práticas, outras formas de planejar e de produzir cidades, implicando na valorização de diferentes saberes e experiências, pois não requerem uma inclusão subordinada no que diz respeito à participação em estruturas reprodutoras da colonialidade, mas que se assegure as diferenças epistêmicas e políticas que dão condições a uma atuação popular autodeterminada.

O desígnio das insurgências em colocar outro tipo de relação com o urbano pode ser compreendido do ponto de vista decolonial, no sentido posto por Miraftab²⁷⁵, que somente a ruptura nos postulados do planejamento urbano e o reconhecimento de práticas para além daquelas comumente sancionadas, seriam capazes de conduzir a descolonização do planejamento. Uma descolonização que é urgente, da imaginação e das possibilidades para o futuro do planejamento.

Diferentemente das institucionalidades vigentes, o planejamento insurgente, tal como a decolonialidade, não é apoiado em ideias universalistas e em um conhecimento superior, mas em práticas associadas ao conhecimento proveniente das condições e demandas locais. A natureza dos territórios, a sociedade e as particularidades de cada local, influenciam os processos ao tempo que demandam formas diferenciadas de planejamento, visto que o que se adequa a um contexto pode não se aplicar a outro. Nesse sentido, as insurgências evidenciam uma definição mais ampla e politizada da disciplina e das práticas do planejamento, em que os modos de agir e pensar o urbano estão ancorados ao contexto que os originou.

²⁷⁵ Miraftab (2016, p. 364).

Ao orientar-se para o local, vocalizar a existência do comum, as práticas insurgentes colocam no centro dessa forma de planejar justamente aquelas populações negadas ao longo da história pela modernidade colonial e ainda hoje sujeitas à exclusão. Populações que podem enfrentar combinações de diferentes formas de exclusão, tais como racial, étnica, gênero, classe, sexualidade, linguagem, crença, etária, deficiência, sendo dimensões estas que se sobrepõem entre as abordagens decolonial e de planejamento insurgente.

O planejamento insurgente tem assim lugar entre populações comumente excluídas, que recobram outras relações com a cidade sob dinâmicas próprias na construção de novas práticas urbanas engajadas na luta decolonial. A iniciativa para essas práticas tem ainda uma dimensão biográfica, tal como nos episódios trazidos por Kilomba²⁷⁶, em que a partir da experiência de vida vai ser gerada consciência política para a constituição de uma experiência decolonial no planejamento urbano, em um esforço de resistência às instâncias de poder dominantes.

Há nessas práticas urbanas uma aproximação às situações vividas na realidade cotidiana, integrante do plano existencial, em que as questões particulares se revelam de um modo repleto de significado que instituem uma disposição insurgente. As insurgências urbanas conduzem assim que as trajetórias biográficas se explicitem em um processo de planejamento dos espaços de vida das pessoas.

A partir de uma ruptura epistemológica e ontológica das teorias e das práticas, as insurgências urbanas procuram ressignificar e descolonizar o planejamento²⁷⁷. Quer dizer que o planejamento urbano deve se desvincular de modelos hegemônicos e voltar-se para o cotidiano, em espaços onde o Estado ou mesmo o setor privado estão alheios, e recorrer às práticas anticoloniais e anticapitalistas para encontrar a inspiração, os valores e os princípios orientadores para um urbanismo mais humano, que olhe para as pessoas.

A dimensão decolonial das insurgências tem como guias conceituais a contra-hegemonia, a transgressividade e a imaginação, destacados por Miraftab²⁷⁸. São contra-hegemônicas na medida que desestabilizam a ordem normalizada de domínio

²⁷⁶ Kilomba (2019).

²⁷⁷ Miraftab (2016, p. 364).

²⁷⁸ Miraftab (2018, p. 283-284).

capitalista neoliberal. São transgressivas no tempo, no espaço e na ação ao posicionar uma consciência historicizada no centro das práticas. São imaginativas ao promover a concepção de um mundo diferente como possível e necessário. A autora argumenta que é a imaginação que deve ser invocada como a última colônia, como um exercício político para o fechamento de imaginações totalitárias que interrompem futuros imaginados, e abrir o campo de possibilidades para a imaginação de futuros alternativos, referindo-se a descolonizar a imaginação do planejamento urbano, tanto em sua construção teórica quanto em sua prática.

Dessa forma, nas propostas insurgentes de planejamento urbano, o decolonial estabelece um campo teórico-prático para discursos e ações populares, frente às consequências da colonialidade, na busca de outros futuros, desde uma nova maneira de planejar. As insurgências urbanas se manifestam em uma realidade não estabelecida das estruturas de planejamento urbano, através da invenção de meios próprios para promover interesses contra-hegemônicos e transgredir situações de inclusão subordinada ou de interdição à participação popular em canais institucionais, reivindicando uma racionalidade contraposta à colonialidade do urbano.

O desafio trazido pela perspectiva decolonial, ao tratar das insurgências contra quaisquer estruturas de dominação e opressão, no caso latino-americano entendidas como continuidade da estratégia colonial, quando colocado em relação ao campo do planejamento urbano aponta, por um lado, para a emergência de práticas contra-hegemônicas validando múltiplas formas de poder, de conhecimento e de ação. Por outro lado, tais práticas foram acompanhadas de uma produção teórica que ressignificou e ampliou a concepção de planejamento e de fazer cidade, tal como a corrente de planejamento insurgente e as variações radical, subversivo e conflitual.

Quando analisada essa produção teórica baseada nas práticas de planejamento, o que se verifica é que há um compartilhamento da visão que as insurgências urbanas se constituem enquanto crítica às circunstâncias da contemporaneidade, muitas das quais estão imbricadas à colonialidade, indicando o potencial de guardarem relações com o posicionamento trazido à tona pela proposta decolonial. Ao subverter modelos hegemônicos e criar novos repertórios práticos e teóricos, as insurgências denotam uma natureza decolonizadora no planejamento

urbano, se desprendendo de uma lógica de um único mundo possível e se abrindo para caminhos outros no urbano.

As relações estabelecidas entre as posições teóricas insurgentes e decoloniais buscam, portanto, aventar sobre as insurgências urbanas se constituírem como discurso e prática decolonial do planejamento. É preciso considerar que, enquanto a literatura decolonial incorpora aspectos do urbano, porém sem tratar particularmente do planejamento insurgente, em grande medida a questão decolonial está presente nas discussões insurgentes dos estudos urbanos. Superada essa distinção, fica claro que ambas abordagens, decolonial e insurgente, possibilitam construir uma outra abordagem sobre as cidades e seu planejamento, voltadas para uma ruptura com os termos da colonialidade.

Se a colonialidade refere-se aos padrões de poder originados no colonialismo, o planejamento urbano esteve historicamente sob efeitos do seu legado. Assim, um traço comum entre as práticas insurgentes e a decolonialidade consiste na crítica aos conceitos e modelos de planejamento urbano institucionalizados, compreendendo que não se dissociam dos mecanismos de dominação que marcaram a produção das cidades e que ainda reproduzem um padrão de poder fundado na colonialidade e fonte de desigualdades.

Com as lutas urbanas empreendidas pelas populações que, quando excluídas dos centros de poderes, são mais afetadas pelas desigualdades, as insurgências urbanas são uma via para o protagonismo popular contra as implicações da colonialidade. Assentadas em uma dimensão política, as práticas insurgentes criam brechas entre os processos institucionais, buscando instituir um contrapoder para a realização de interesses contra-hegemônicos. Nessa visada, tem-se que as práticas insurgentes de planejamento, por seus mecanismos de resistência, constante reinvenção e criação de condições para ampliar o campo das ações e dos saberes populares, afirmam-se como uma expressão do pensamento decolonial no planejamento urbano.

Não se postula aqui uma defesa pelo enquadramento da totalidade das práticas insurgentes como decoloniais. A busca é considerar possíveis horizontes para uma orientação decolonial no urbano e, nesse sentido, as insurgências urbanas revelam uma importante potencialidade de seu poder decolonial visto que configuram um

campo aberto de perspectivas quanto às práticas e às teorias de planejamento urbano. Portanto, na intenção de ir além da discussão meramente teórica sobre as insurgências urbanas em direção a uma decolonialidade do urbano, nos capítulos seguintes, será conduzida uma aproximação da realidade, para que essas noções até aqui revisadas possam ser também discutidas à vista de objetos empíricos.

REVERBERAÇÕES INSURGENTES EM NOVAS PRÁTICAS URBANAS



4 REVERBERAÇÕES INSURGENTES EM NOVAS PRÁTICAS URBANAS

Para tratar do largo campo do planejamento urbano, a escolha pelo recorte desde as insurgências urbanas encontrou caminhos para direcionar o debate por dois de seus aspectos principais revelados: participativos e decoloniais. A construção teórico-conceitual realizada nos primeiros capítulos embasa agora o processo de construção empírica, de modo a particularizar relações insurgentes entre aspectos participativos e aspectos decoloniais a partir de novas práticas urbanas.

Das lutas populares que foram capazes de atravessar diferentes períodos buscando resistir às sujeições de seus destinos e se afirmar como parte da produção das cidades, ressurgem sob novas práticas urbanas com uma abordagem insurgente portando outras perspectivas epistemológicas e ontológicas ao planejamento urbano. As insurgências urbanas requerem um outro tipo de conhecimento, outro poder sociopolítico, outra prática de planejamento. Para tanto, o planejamento é proposto segundo dinâmicas que vinculam a atuação política à experiência da vida cotidiana de segmentos populares, dinâmicas que reclamam o direito à diferença e ao singular, que se realizam através da soma de capacidades e coexistências, como forma de contestar o padrão de poder sobre as cidades herdado da modernidade colonial.

Muito embora não se tenha um modelo único, ou mesmo uma prática unívoca de planejamento urbano na contemporaneidade, verifica-se algumas constantes que caracterizam as experiências que despontam neste início de século buscando por uma renovação nas formas de pensar e de agir no urbano. Constantes que apontam para questões políticas, territoriais, existenciais, que se instituem a partir de um contexto afetado por múltiplas, controversas e disputadas relações sobre as cidades, as quais repercutem dinâmicas de poder hegemônicos, assim como processos em sua resistência e oposição.

Engendrando essas relações, há posições hierarquizadas vivenciadas, desde a modernidade colonial, reproduzindo condições opressoras e subalternizadas sobre cada uma das dimensões materiais e subjetivas da existência social e de vida urbana, em que desigualdades se dão em torno da demarcação de locais específicos no espaço urbano para os distintos setores sociais, de parcialidades na garantia às decisões sobre os destinos das cidades. Em contraposição, segmentos populares

convocam à novas relações e significados orientados pela ideia de insurgências urbanas, exercitando coletividades e territorialidades por meio de repertórios políticos próprios da esfera da vida cotidiana experienciada para acessar a prática urbanística, para participar da produção e planejamento das cidades.

A questão da participação popular é inerente à ideia de insurgência, mas a participação que não é institucionalizada, que ocorre para além da estrutura estatal e dos sistemas do mercado. Nem todo processo participativo de planejamento urbano é insurgente, mas a partir da literatura, identifica-se que toda prática urbana insurgente tem uma dimensão central de participação popular que fortalece referências coletivas e colaborativas.

No que diz respeito aos processos participativos ditos insurgentes, a ênfase está nas ações diretas e autodeterminadas cuja atitude política e emancipatória é pulsante. São novas práticas urbanas, novas construções sociopolíticas que, a despeito de um legado colonial de dominação e subjugação, segmentos populares vêm exercendo um papel singular de caráter insurgente, divergindo e tensionando os padrões então estabelecidos de modo a ampliar capacidades de ação para fazer parte das cidades e das decisões sobre seus planejamentos.

Os processos participativos de planejamento institucionalizados reconduzem relações que moldaram as cidades disseminando diferenças, injustiças e desigualdades, a nosso tempo agravadas diante do sistema capitalista neoliberal. Essa concepção de diferenças denota acessos desiguais, se não a total interdição de acesso e participação nos processos urbanos. Ocorre a consolidação de uma estrutura institucional excludente, sem intenção em romper com a orientação à diferença colonial quanto às populações historicamente negadas, principalmente ao nível decisório dos processos. Muito pelo contrário, na maior parte das vezes, são reproduzidos e reforçados padrões de poder sobre as cidades e seu planejamento que desconsideram ou mesmo marginalizam arranjos territoriais locais e modos tradicionais e populares de vida urbana.

Entretanto, trazer à tona as múltiplas opressões e a forma como se associam, tornou-se central para a organização de lutas e de resistência à colonialidade²⁷⁹.

²⁷⁹ Mignolo (2008), Walsh (2009).

Populações para as quais o sistema é incapaz de assegurar quaisquer direitos, que apesar de submetidas à condição de subalternidade e de profundas desigualdades, atuam como agentes de mudança através de seus saberes e vivências cotidianas, de onde emergem suas forças decoloniais, suas forças insurgentes.

Ao atentar para a realidade da vida cotidiana dos segmentos populares e seus arranjos locais, em relações de vizinhança, comunitárias, familiares, os primeiros pensamentos decoloniais já anunciavam uma potência de transformação que se faria notar em implicações no exercício sociopolítico. Pensamentos que têm validade para a discussão da colonialidade decorrente das atuais assimetrias globais, assim como das iniciativas em sua contraposição.

O protagonismo popular na busca por emancipação política e social, capazes de repercutir nas circunstâncias de vida e conformar outro tipo de relação com as cidades, em certos pontos traz convergências entre aspectos decoloniais e insurgentes. Dentre esses aspectos estão as possibilidades de desvios à ordem de poderes, de reconhecimento de outros padrões atuantes sobre os territórios, de práticas que ganham visibilidade na luta pela democratização dos processos urbanos.

Significa mais que o envolvimento e a participação em canais oficiais, mas a instauração de ações diretas. A partir de novas práticas urbanas, os segmentos populares passam a ser vistos como atores da vida política, econômica e social, que em virtude de não serem incluídos pelo sistema, sinalizam uma ruptura com a produção urbana hegemônica.

Como os órgãos de gestão e planejamento urbanos pouco têm dialogado com essas populações, assim como têm ignorado o impacto das discriminações nas políticas urbanas, contrapoderes se organizam pelas coletividades demandando por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos. Contrapoderes próprios às suas necessidades, interesses e capacidades, erguidos segundo determinadas forças que se viram emergir nos anos de 1960, quais sejam, movimentos antirracistas, feministas, indígenas, LGBT+, entre outras manifestações em luta que hoje, além de denunciarem o paradoxo da colonialidade, assumem um novo sentido pois não buscam apenas por mecanismos de inclusão, mas por autonomia em relação às estruturas institucionais. Uma busca que requer práticas insurgentes a quaisquer formas de exclusão e

dominação, que requer táticas que levem em conta as diferenças e legitimem a diversidade social da dinâmica urbana.

As insurgências urbanas quando postas em movimento para dar combate à colonialidade do ser, do saber e do poder ainda presentes nas cidades, evidenciam as práticas que envolvem as distintas identidades e modos de vida, possibilitando-os expor questões veladas e configurar suas próprias atitudes. As práticas urbanas insurgentes apontam, portanto, um caminho para uma construção decolonial do urbano, ao tempo de uma reconstrução de valores democráticos ao convocarem outros olhares e outros saberes fora dos marcos conceituais hegemônicos à participação autodeterminada como forma de planejamento urbano²⁸⁰.

Nesse sentido, passam ao primeiro plano para o processo de construção empírica, esses elementos que a abordagem decolonial sobre a ideia de práticas urbanas insurgentes e de planejamento insurgente se sobrepõem, como uma especificidade da colonialidade. O que particularmente interessa é a perspectiva das insurgências urbanas, que por princípio é participativa, mas não é institucionalizada, que contenha tais aspectos decoloniais.

Se a concordar com as elaborações teóricas investidas, são as significações, as sociabilidades, as territorialidades que impulsionam a organização das comunidades, das vizinhanças, dos ativismos, nos dias de hoje, é a partir dessas coletividades que podem surgir as insurgências urbanas. Se veem atualmente por todo o mundo inúmeras práticas urbanas em que populações, uma vez marcadas pela colonialidade, colocam em pauta questões concernentes às suas construções de vida para fazer avançar visões compartilhadas para objetivos coletivos.

A partir das novas práticas urbanas que têm emergido comprometidas com renovadas formas de produção das cidades, apresentamos as práticas de Urbanismo Colaborativo como caso de estudo. Um conjunto de experiências autodenominadas Urbanismo Colaborativo é então elencado para ser discutido com base nas insurgências urbanas.

Já se assume um desígnio decolonial com a demarcação do próprio caso do Urbanismo Colaborativo pois, de muitas formas, tratar do campo do planejamento

²⁸⁰ Miraftab (2016, 2018).

urbano a partir de práticas populares, promovendo uma inversão de leitura dos discursos hegemônicos impostos, constitui uma crítica à colonialidade. Uma postura decolonial deve se orientar por práticas realizadas, seus procedimentos e resultados concretizados sobre as cidades, para além de modelos teóricos, que ampliam seu contributo uma vez que são colocados em relação com objetos empíricos em análise.

As práticas de Urbanismo Colaborativo buscam aqui estabelecer um caminho possível para aproximar a teoria da realidade. Enquanto o repertório teórico construído é fundamental para embasar a análise das práticas, por outro, os objetos empíricos e as correlações entre eles permitem rever o planejamento urbano da perspectiva de suas práticas e trazer aportes à teorização.

Tanto os componentes teórico-conceituais revisados nos capítulos antecedentes, como os componentes práticos evidenciados nas experiências de Urbanismo Colaborativo embasam a elaboração de um quadro taxonômico de referência ao final do presente capítulo, trazendo a possibilidade de reunir os dois olhares, o conhecimento teórico e o empírico, e superar o limiar recluso a um ou a outro. O quadro taxonômico é central como um sistema de classificação e estrutura analítica colocado em relação ao conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo.

As práticas de Urbanismo Colaborativo podem então conceder indicações sobre um planejamento insurgente que exerce e demanda a reconstrução de valores democráticos participativos e decoloniais, e mesmo sobre como tais práticas podem inspirar que diretrizes do planejamento urbano sejam repensadas de novas maneiras.

4.1 Práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo

São várias as novas práticas urbanas que emergiram neste início de século e estão em ascensão por todo o mundo, seja enquanto iniciativas setoriais e experimentais, ou mesmo constituindo distintas experiências de planejamento urbano²⁸¹. Dentre essas experiências, o Urbanismo Colaborativo tem demonstrado relevância e uma abrangência que indica estar aumentando, não apenas no que se refere à quantidade de práticas ou à diversidade de locais em que ocorrem, mas também pelos efeitos alcançados.

Muitas das novas práticas urbanas se afirmam explicitamente como parte daquilo que se coloca como planejamento insurgente, e são reconhecidas como tal pela literatura. O Urbanismo Colaborativo se apresenta como uma nova prática urbana, interessando especificamente a sua análise por estar sem lugar nesse debate, pois em princípio não se afirma como insurgente no modo com que aparece publicamente, apesar de parecer apresentar algumas características de tipo insurgente. Além disso, a literatura sobre práticas insurgentes e planejamento urbano insurgente não trata do Urbanismo Colaborativo, tampouco o convencionam como desse campo, assim como já o fez com outras determinadas experiências.

Apesar de não aparecer como um termo consagrado por uma literatura especializada, o Urbanismo Colaborativo reúne várias práticas que se identificam com o termo. Em distintas localidades do Brasil verificam-se práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo desde o ano de 2016, quando ocorre a fundação do Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB), uma organização sem fins de lucro, que passa a articular uma rede de alcance nacional com práticas de todas as regiões do país, e a promover encontros anuais com Mostras de Urbanismo Colaborativo²⁸². Identifica-se o termo Urbanismo Colaborativo também em outros países como Espanha²⁸³,

²⁸¹ Friedmann (2011); Holston (2016); Miraftab (2016, 2018).

²⁸² Encontros de Urbanismo Colaborativo - Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB). Disponível em <www.courb.org/encontros>

²⁸³ Balboa, Carmen. Urbanismo Colaborativo. In: Cuaderno de Investigación Urbanística, nº 115. Madrid, Espanha, 2017; Paisaje Transversal. Escuchar y transformar la ciudad: Urbanismo colaborativo y participación ciudadana. Madrid, Espanha, 2018.

México²⁸⁴, Bélgica²⁸⁵, Nova Zelândia²⁸⁶, Itália²⁸⁷ e Romênia, a partir do ano de 2014, através de pesquisas de universidades e de experiências de profissionais e da sociedade civil, tratando-se de um enunciado incipiente não somente em nível nacional, mas internacionalmente.

Não há pretensão de se apresentar uma análise totalizante das práticas de Urbanismo Colaborativo, de modo que os encontros promovidos pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo em edições dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019²⁸⁸ são então delimitados, principalmente por reunirem práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo de diferentes localidades e contextos, ocorridas dentre igual período, e este conjunto compreender uma representação de toda a abrangência nacional. As unidades de análise são, portanto, as práticas participantes das Mostras de Urbanismo Colaborativo ocorridas nos referidos encontros, conformando como *corpus* analítico um total de 83 práticas, o período de 2016 a 2019 como delimitação temporal das Mostras, e 35 cidades de todas as regiões do Brasil como delimitação espacial.

Na ocasião dos encontros promovidos pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo, além das Mostras de Urbanismo Colaborativo, também houveram palestras, painéis de debates, oficinas, vivências e mutirões de cocriação. Houve a participação de distintos atores tais como líderes comunitários, profissionais urbanistas, representantes da sociedade civil, de instituições de ensino e de órgãos públicos, interessados na discussão sobre os desafios urbanos brasileiros e sobre caminhos para a construção colaborativa das cidades.

O 1º Encontro de Urbanismo Colaborativo ocorreu em Curitiba/PR em 10 e 11 de novembro de 2016 e contou com 145 participantes (Figura 01), o 2º Encontro de Urbanismo Colaborativo ocorreu em Brasília/DF entre 19 a 21 de novembro de 2017 e contou com 210 participantes (Figura 02), o 3º Encontro de Urbanismo Colaborativo ocorreu em Fortaleza/CE entre 11 a 14 de novembro de 2018 e contou com 212

²⁸⁴ González, Ma. Elena; Delgadillo, Benito; Delgadillo, Ana Ma. Arquitectura, identidad y conciencia. In: La investigación en el Hábitat, actores y relaciones. San Luis Potosí, México, 2014.

²⁸⁵ People Friendly Cities. Collaborative Urbanism Idea Book. Bruxelas, Bélgica, 2017.

²⁸⁶ The Urban Advisory. The Future of Urbanism in New Zealand. Auckland, Nova Zelândia, 2019.

²⁸⁷ Certomà, Chiara; Dyer, Mark; Pocatilu, Lorena; Rizzi, Francesco. Citizen Empowerment and Innovation in the Data-Rich City. Hamilton, Nova Zelândia; Pisa, Itália; Bucareste, Romênia, 2017.

²⁸⁸ A última Mostra de Urbanismo Colaborativo promovida pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo ocorreu em 2019, tendo as edições posteriores sido canceladas devido à pandemia da Covid-19.

participantes (Figura 03), e o 4º Encontro de Urbanismo Colaborativo ocorreu em Belém/PA entre 26 a 28 de novembro de 2019 e contou com 163 participantes (Figura 04), dos quais a autora esteve presente nas edições dos anos de 2016, 2018, 2019.

Figura 01 – 1º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2016 em Curitiba/PR.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

Figura 02 – 2º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2017 em Brasília/DF.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

Figura 03 – 3º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2018 em Fortaleza/CE.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

Figura 04 – 4º Encontro de Urbanismo Colaborativo em 2019 em Belém/PA.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

Durante os encontros, as Mostras de Urbanismo Colaborativo abrangeram exposição visual de painéis e sessão de apresentação oral de práticas urbanas selecionadas pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo através de chamada aberta. O objetivo principal das Mostras, constante nos editais de seleção, é dar visibilidade a iniciativas concluídas ou em andamento, de diferentes realidades do país, que promovam a colaboração e a participação social em torno do planejamento, gestão e ações sobre o espaço urbano.

As Mostras contaram no ano de 2016 com 15 práticas (Figura 05), no ano de 2017 com 21 práticas (Figura 06), no ano de 2018 com 26 práticas (Figura 07) e no ano de 2019 com 21 práticas (Figura 08), totalizando 83 práticas, sendo que alguns proponentes participaram em mais de uma edição das Mostras, resultando em 65 diferentes proponentes.

Figura 05 – 1ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2016 em Curitiba/PR.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

Figura 06 – 2ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2017 em Brasília/DF.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

Figura 07 – 3ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2018 em Fortaleza/CE.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

Figura 08 – 4ª Mostra de Urbanismo Colaborativo em 2019 em Belém/PA.



Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

O mapeamento das práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo (Figura 09) elucida a distribuição regional, que é de 06 práticas na Região Norte, 25 práticas na Região Nordeste, 18 práticas na Região Centro-oeste, 23 práticas na Região Sudeste e 11 práticas na Região Sul.

Figura 09 – Distribuição regional das práticas de Urbanismo Colaborativo.



Fonte: Elaboração pela autora.

Como parte inicial da pesquisa documental, o levantamento das práticas de Urbanismo Colaborativo é apresentado no Quadro 01, o qual especifica a distribuição regional, o nome do proponente (em ordem alfabética), o ano de participação nas Mostras, o nome da prática e o local de realização.

Quadro 01 – Levantamento das práticas de Urbanismo Colaborativo.

(continua)

	Proponente	Ano	Nome da prática	Local
Região Norte	Incubadora de Linguagens Digitais da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará (UFPA)	2019	Data Firme - Rede de gestão colaborativa do bairro da Terra Firme	Belém/PA
	Laboratório da Cidade	2019 2019	Parklet - ocupando o espaço público Cidade para mulheres	Belém/PA
	LAU-Liga Acadêmica de Urbanismo da Faculdade Facci Wyden	2019	LAU	Belém/PA
	Moradores de bairro	2019	Canteiros verdes cidade viva	Belém/PA
	PPGEDAM-NUMA-Programa de Pós-grad. em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA)	2019	Portal Participe!	Belém/PA
Região Nordeste	Arq. Sandy Vieira da Silva	2019	O Coque que queremos	Recife/PE
	Arq-PET-Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC)	2018 2018	Cidadania Verde Plano Popular da ZEIS do Bom Jardim	Fortaleza/CE
	Coletivo A-braço	2016 2017	Placemaking na Praça do Conjunto Alvorada Ação Colaborativa no Jangurussu	Fortaleza/CE
	Coletivo Abrigo	2018	Rede de Fazendeiros - MTST Sergipe	Aracaju/SE
	Coletivo Camaleão	2018	Abordagem participativa como método de apreensão do espaço	Aracaju/SE
	Coletivo Carcará	2018	Assessoria Técnica ZEIS Caça e Pesca: acesso à informação	Fortaleza/CE
	Coletivo Colorindo Vidas	2019	Projeto Colorindo Vidas	Fortaleza/CE
	Coletivo Massapê	2019	Meu bairro brincante	Olinda/PE
	Coletivo Quintal Urbano	2017	Quintal Urbano	Natal/RN
	Cubo Urbano	2017	Aqui tem sombra!	Juazeiro Norte /CE
	Curiar-Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2018	AUÊ - Articulações Urbanas em Escada	Salvador/BA
	LUE-Laboratório Urbano Experimental do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Paraíso (UniFAP)	2019	Intervenção Cartográfica do Gesso	Crato/CE
	Nossa Rua	2018	Nossa Rua	Teresina/PI
	O Norte - Oficina de Criação	2018	Workshop de Design-Build	Recife/PE
	Projeto Jovens Líderes da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	2017	Projeto Jovens Líderes	Fortaleza/CE
	Rede do Programa Ciência Sem Fronteiras	2016	Escola de Férias	Paraná/RN
	Residência AU+E-Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2018	Minha Casa, Minha Cidade	Salvador/BA
	Secretaria Municipal de Planejamento	2018	Programa Mutirão na Vizinhança	Conde/PB
	SEJA-Projeto de Pesquisa do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)	2017	Reconstrução da identidade urbana	Santo Antônio de Jesus/BA
	SEMICT-Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo	2018	Espaço Social	Aracaju/SE
	Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade	2018 2018	Ambiente em Movimento Assessoria Técnica Regulamentação de ZEIS	Fortaleza/CE
	urb.coLAB-Projeto de Extensão da Universidade Tiradentes (Unit)	2018	urb.coLAB	Aracaju/SE

(conclusão)

	Proponente	Ano	Nome da prática	Local
Região Centro-oeste	Arq. Caroline Soares Nogueira	2017	CambiaMente	Brasília/DF
	Arq. João Augusto Pereira e Arq. Mariana Bomtempo	2016	Nossa Casa Comum	Brasília/DF
	Arq. Mayara Neres	2018	Espaços públicos no Sol Nascente	Ceilândia/DF
	Associação Andar a Pé - O Movimento da Gente	2017	Safári Urbano, pelas calçadas de Brasília	Brasília/DF
	Coletivo 416N	2017	Agricultura urbana e cidadania na superquadra	Brasília/DF
	CODESE-Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do DF	2018	O DF que a gente quer	Brasília/DF
	ENEAE-Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura	2017	Projeto Reconquista	Goiânia/GO
	Íthaka	2019	#transformebrasil	Brasília/DF
	MOB-Movimento e Ocupe seu Bairro	2016	Caminhada da Joaquina	Brasília/DF
		2017	A Rua do Jovem do Varjão	
		2018	Intervenção no SCS	
		2019	MOBilize! São Sebastião	
Periférico-Grupo de Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (UnB)	2017 2017 2018	A vila que reinventamos Periférico, trabalhos emergentes O cantinho de todos	Brasília/DF	
Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades	2017	Projeto mobilidade ao redor 1ª fase	Brasília/DF	
	2018	Projeto mobilidade ao redor 2ª fase		
Sobreurbana	2016	Casa Fora de Casa	Goiânia/GO	
Região Sudeste	Arq. Bernardo Neves e Arq. Gustavo Silva	2017	Oficina de Parklet	São João del Rei/MG
	Arq. Marcos Rosa e equipe de SP e Berlim	2016	Urbanxchanger	São Paulo/SP
	Centro de Criação de Imagem Popular-CECIP	2017	Reforma da praça do Mandela	Rio de Janeiro/RJ
	Cidade Ativa	2018	Olhe o Degrau	São Paulo/SP
	Cidade Quintal	2017	Nosso bairro, meu quintal	Vitória/ES
	Coletivo Agroecologia na Periferia	2019	Parquinho Vitória	Belo Horizonte/MG
	Coletivo Flutua	2019	Projeto Flutua	Uberlândia/MG
	Coletivo Formigas da Universidade Federal de Viçosa (UFV)	2016	Área de lazer e convívio Laranjal	Viçosa/MG
		2018	Reforma do Parquinho Laranjal	
		2019	Das Nobres	
	Coletivo Movimento	2017	Parking Day UNIGRANRIO	Duque de Caxias/RJ
	GEPUCS-Grupo de Estudos de Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis/LABINUR (UNICAMP)	2016	Ocupação de vazios urbanos: estratégias para a construção de cidades saudáveis	Conchal/SP
	Imagina C	2018	Imagina C	São Paulo/SP
	LabUrb-Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos-Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2016	Projeto Casulo	Ribeirão Neves/MG
		2016	Oficina Multidisciplinar: LUMEs e a prática do planejamento metropolitano	Belo Horizonte/MG
	LOTE VAGO arquitetura + urbanismo	2017	Guia metropolitano	Belo Horizonte/MG
		2019	Prática de Permacultura na Vila Acaba Mundo	Belo Horizonte/MG
	Núcleo de Urbanismo em Práticas Colaborativas da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)	2016	#tonopico	Mirante do Paranapanema /SP
		2019	Apropriação do Pico da Neblina	
2019		Identidade e Integração no Centro de Formação e Promoção Humana		
Paleta Parque	2016	Revitalização do Centro Comunitário Jaburu	Vitória/ES	
São Paulo Lab	2019	Agro-Gym: academia sustentável numa horta	São Paulo/SP	
Secretaria Municipal de Habitação	2019	Moradia Digna	Limeira/SP	
Região Sul	Curso de Turismo do Centro Universitário Metodista (IPA)	2017	Da sala de aula para interação com a cidade	Porto Alegre/RS
	EMAV-Escritório Modelo Albano Volkmer da FAU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2016	Práticas participativas no Beco das Pedras	Porto Alegre/RS
	Interventura Urbana	2018	O Parklet - Parking Day - São Leo	São Leopoldo/RS
		2019	Deu Praia em São Leo	
	LabURB-Laboratório de Urbanismo da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	2016	Intervenção Urbana Espaço de Ideias	Santa Maria/RS
	Projeto Vizinhança	2018	Projeto Vizinhança	Porto Alegre/RS
	Sociedade Global	2018	Itupava: qual praça que queremos?	Curitiba/PR
	SOMA-Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM)	2017	Praça Central Universidade Estadual de Maringá	Maringá/PR
	TaliesEM-Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS)	2017	Praça da Esperança	Caxias do Sul/RS
	vivaCIDADE-Núcleo de Estudos Criativos da Cidade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-CS)	2016	Praça Viva: vivência na Praça Santo Antônio	Cachoeira do Sul/RS
2018		Praça Santo Antônio + Viva		
Total = 65 Proponentes		Total = 83 Práticas		

Fonte: Elaboração pela autora.

Ao tratar de qualquer conjunto de práticas cidadãs, é preciso perguntar como se estabelecem suas lutas, como se engajam em práticas contra-hegemônicas, como evocam alternativas para o futuro²⁸⁹. Embora nas práticas de Urbanismo Colaborativo existam aspectos que guardam as particularidades de cada local, elas expõem como iniciativas de várias cidades do Brasil têm dado respostas aos problemas cotidianos e às condições urbanas impostas pelo planejamento mediante a ordem neoliberal sobre grande parte da população, nos diferentes contextos.

O que se coloca em relevo é se o Urbanismo Colaborativo de fato confere centralidade às perspectivas sociopoliticamente construídas que valorizam as práticas urbanas de iniciativa popular, inserindo-se enquanto tal nas demarcações insurgentes no domínio do planejamento urbano. Apesar do Urbanismo Colaborativo ser baseado em um viés coletivo e participativo, que são traços comuns à noção de insurgências, é importante considerar que, mesmo as práticas insurgentes tendo a participação popular predominante, nem todo processo participativo de planejamento é insurgente, então essa categoria de urbanismo que se autodenomina colaborativo pode não se sustentar como insurgente. Do mesmo modo, nem todas as práticas urbanas que defrontam as relações de poder são decoloniais, uma vez que podem ser coniventes ou servirem a propósitos da colonialidade, reproduzindo seus mesmos aparatos, dado o risco da força sociopolítica ser cooptada por normas disciplinadoras das estruturas de planejamento urbano.

Talvez o Urbanismo Colaborativo não responda a certos atributos que a literatura sobre planejamento insurgente coloca na sua construção. Cabe então questionar se não pode ser uma expressão de um urbanismo que, antes de dispor de uma dimensão insurgente, responde às demandas neoliberais e à ausência de ação e regulação estatal ao se colocar como uma prática que incide em um planejamento urbano desenvolvido por iniciativa popular.

Ao sair do papel de agente do planejamento, o Estado assume o papel de desregular, pois não cumpre as funções de controle e defesa dos interesses públicos e sociais na ação sobre o urbano e sobre o território. Ao deixar de se posicionar como agência, agencia a favor de determinados atores, a favor dos interesses do capital,

²⁸⁹ Miraftab (2018, p. 283).

particularmente do capital imobiliário e fundiário, alinhando-se a uma ideia de cidade neoliberal que independe de uma orientação de caráter público através do Estado. Algumas práticas urbanas não questionam os impactos da desregulação estabelecida pelo Estado, e na realidade, de certo modo, podem acabar contribuindo para sua efetivação ao tomarem para si determinadas ações sobre o urbano.

Dentre as novas práticas urbanas recentes nesse quadro de contradições internas de desregulação e diminuição da função do Estado diretamente no planejamento, as quais emergem para tentar responder aos problemas que se impõem sobre as cidades, a despeito de nem todas serem qualificadas como planejamento insurgente, são igualmente importantes por exporem a urgência de confrontar e superar a crise do planejamento urbano²⁹⁰. A construção empírica, contudo, é tomada sobre o que está sendo tratado como insurgente, sobre as práticas que estão no centro do insurgente, em princípio críticas ao *status quo*, que antes se fazia através do Estado e que passa agora a ser moldado pelo o mercado. Práticas essas que circundam não só algum tipo de conquista e imposição no âmbito das estruturas institucionais, mas uma renovação do planejamento urbano, e que são aqui tratadas à luz das experiências de Urbanismo Colaborativo.

A questão sobre a inserção ou não das práticas de Urbanismo Colaborativo no campo do planejamento insurgente expressa o pouco que foram investigadas e o amplo espaço que ainda há para serem exploradas. Para realizar, portanto, a análise do nível de insurgência trazido pelo Urbanismo Colaborativo, são avaliadas em detalhe as informações de cada uma das práticas urbanas anteriormente elencadas (Quadro 01) por possuírem características relevantes ao objeto de investigação. Para conduzir o processo analítico, metodologicamente optou-se pela etapa seguinte de elaboração de um quadro taxonômico de referência com princípios de planejamento urbano desde o panorama teórico revisado juntamente com o ponto de vista empírico das próprias práticas urbanas, e que por sua vez dá aporte à realização do estudo do caso do Urbanismo Colaborativo.

²⁹⁰ Miraftab (2016, p. 363).

4.2 Quadro taxonômico de referência

Os conteúdos e dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, são agora correlacionados e embasam a elaboração de quadro taxonômico de referência teórico e prático de planejamento urbano. O quadro propõe-se a organizar recursos conceituais que auxiliem na análise dos elementos discursivos das práticas urbanas, relacionando-as às noções teóricas revisadas, ao tempo que retroalimentam o quadro com seus componentes práticos.

Os componentes teóricos do quadro são provenientes do debate teórico-conceitual e da revisão de literatura. Das diferentes correntes de planejamento urbano abordadas, suas principais ideias, potencialidades e limitações, podem indicar componentes a serem considerados no quadro, pelos quais são focalizados especificamente as dimensões insurgentes de processos participativos e decoloniais. Já os componentes práticos, são provenientes da análise das próprias práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo tais como se dão na experiência, em que pese também as suas dimensões insurgentes.

O quadro taxonômico tem como propósito ser operado como um sistema de classificação analítico em categorias e subcategorias, que seja aplicável à comparação de práticas urbanas de distintas localidades que remetem a um rol bastante diversificado de manifestações, possibilitando fazer correspondências, reconhecer características comuns e diferenças. Traz também a oportunidade de dispor uma sistematização, ainda que não exaurida, de diversas respostas da sociedade às formas hegemônicas de planejamento urbano, que auxilie a verificar atributos insurgentes e na sua compreensão.

Transpondo as ciências biológicas, em que foi inicialmente aplicada²⁹¹, a taxonomia é utilizada por outras disciplinas como as ciências sociais, seguindo norteadas pelos preceitos de classificação, mas possuindo um caráter próprio. A taxonomia é referida por Foucault²⁹² como uma ciência natural da ordem, uma ciência das articulações e das classes, a qual recorre-se para ordenar as representações tais

²⁹¹ O termo taxonomia ou taxinomia tem sua origem nas ciências biológicas como um sistema natural de classificação dos seres vivos desenvolvido por Carl von Linné com a publicação do livro *Systema Naturae* em 1735, que ficou conhecido como *Taxonomia de Lineu* (FOUCAULT, 1999 [1966], p. 310).

²⁹² Foucault (1999 [1966], p. 99-101).

como são dadas na experiência. Trata-se de um sistema de signos, organizados como uma sintaxe a partir das identidades das representações, que enunciam suas semelhanças e diferenças, suas proximidades e afastamentos, suas vizinhanças e distâncias, manifestando suas relações de ordem.

O princípio da classificação é determinar o caráter que distingue umas unidades das outras e que as agrupa por similaridade, sendo que é extraído da representação total das unidades analisadas, e constitui a estrutura do sistema taxonômico. A importância do caráter classificador não é por ser frequente, mas é por ser importante que é encontrado com frequência, devendo ser definido por uma organização não apenas de elementos visíveis, mas sobretudo por uma recorrência dos elementos invisíveis capazes de serem revelados e designados para a taxonomia²⁹³.

Os enunciados constantes no conjunto de discursos dos proponentes das práticas de Urbanismo Colaborativo constituem a base para designação dos caracteres classificadores, ou seja, das categorias e subcategorias que conformam a estrutura do sistema taxonômico enquanto matriz analítica. O processo para estabelecer as categorias e subcategorias ocorre pela decomposição dos enunciados dos discursos, e pela observação de seus elementos constituintes e de como estão organizados, o que Foucault²⁹⁴ trata como um processo de formação conceitual.

De acordo com o autor, o que vai reger a formação conceitual é a relação entre observar, descrever, caracterizar e classificar, a partir do que se aprendeu, que se admite como provável e que se postula. Para tanto, deve haver a organização dos enunciados, envolvendo regras para dispô-los em série e esquemas de dependência, ordem e sucessão de elementos recorrentes, que podem valer como conceitos. Compreende também formas de coexistência, seja pela presença de relações instauradas pela experiência, lógica, repetição e tradição, ou pela concomitância de enunciados pertencentes a tipos de discursos diversos. E por fim, definir os procedimentos de intervenção aplicáveis aos enunciados e compatíveis com as formações discursivas, visto que possuem diferentes elementos, seja pela construção formal, linguagem e modo de escrita.

²⁹³ Foucault (1999 [1966], p. 310-313).

²⁹⁴ Foucault (2008 [1969], p. 62-66).

No entanto, o que pertence a uma formação discursiva e que permite delimitar o grupo de conceitos, é a maneira pela qual os diferentes elementos estão relacionados uns aos outros²⁹⁵. Ampara-se nesse aspecto sobre a formação discursiva atrelada à formação conceitual, principalmente porque as práticas de Urbanismo Colaborativo analisadas, como visto, estão inseridas em bases distintas de contexto físico, social, simbólico e funcional, resultando em atuações de maneira muito próprias e uma pluralidade de enunciados acerca de um mesmo tipo de práticas.

Para Foucault²⁹⁶, trata-se de considerar todos os enunciados em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um, na estreiteza e singularidade de sua situação, nas condições de sua existência, assim como desenvolver correlações com outros enunciados a que pode estar ligado. Pode-se assim apreender outras formas de regularidade e tipos de relações, mesmo que não tenham a mesma autoria, que os autores não se conheçam, que os grupos não remetam aos mesmos domínios nem a domínios vizinhos, que não tenham o mesmo nível formal, ou que sejam de uma ordem técnica, econômica, social e política inteiramente diferentes.

Para identificar as características específicas das práticas de Urbanismo Colaborativo, faz-se a análise dos discursos manifestados por seus proponentes na documentação que relata o desenvolvimento das ações. A documentação refere-se aos formulários utilizados pelo Instituto de Urbanismo Colaborativo na realização das Mostras de Urbanismo Colaborativo e respondidos pelos proponentes das práticas, os quais foram disponibilizados à pesquisadora, cuja transcrição está apresentada no Anexo B. Documentação esta considerada como principal fonte de dados, e que foi complementada pelos discursos transmitidos em meios de comunicação acessíveis *online*, tais como sítios eletrônicos, redes sociais, publicações.

Os discursos produzidos pelos proponentes das práticas de Urbanismo Colaborativo permitem uma aproximação às realidades na medida que são compostos por uma totalidade de significação atribuída pelas particularidades das formas de organização e atuação.

De modo a sistematizar os dados das práticas de Urbanismo Colaborativo e auxiliar no seu tratamento, o quadro taxonômico será então aplicado como estrutura

²⁹⁵ Foucault (2008 [1969], p. 65).

²⁹⁶ Foucault (2008 [1969], p. 29-32).

de análise de relação entre variáveis. Baseia-se no pensamento relacional de Bourdieu *et al*²⁹⁷ para, ademais da elaboração da taxonomia, retornar a ela para proceder uma comparação orientada através de raciocínios por analogia.

A analogia envolve a abstração de um conjunto de propriedades consideradas como ideais, as quais são transformadas em variáveis, componentes de um modelo que é concebido para se comparar e analisar em relação ao real, buscando-se reconhecer na realidade o maior número das propriedades do referido modelo. O quadro taxonômico de referência enquanto um modelo teórico-prático visa permitir a análise a partir da organização do conhecimento do real em um sistema de relações, na qual a apreensão das questões particulares ocorre por meio do conjunto, aludindo a interdependência tratada por Bourdieu.

A elaboração do quadro taxonômico, tem seus componentes definidos, de modo geral, em torno de avaliar a dimensão estrutural, a dimensão processual e a dimensão sociopolítica de cada prática. Em qualquer dimensão, os componentes estão assentados em questões da investigação. A dimensão estrutural traz parâmetros propriamente identitários e constitutivos sobre o contexto de surgimento, quais são os propósitos, quem são os atores e as formas de organização das práticas urbanas; a dimensão processual sobre os métodos de atuação, a abrangência e os apoios e parcerias estabelecidas; e a dimensão sociopolítica sobre os processos participativos, os movimentos decoloniais e as interações com instâncias de poder no que se refere a uma renovação nas formas de pensar e de fazer planejamento urbano.

Consistindo o processo de construção da taxonomia em um modo de organizar as informações em categorias e subcategorias²⁹⁸, no primeiro momento, são apresentadas as categorias de análise a partir do debate teórico-conceitual e da revisão de literatura, constituindo os componentes teóricos da taxonomia, que vão contribuir para que as práticas de Urbanismo Colaborativo sejam todas colocadas sob a orientação de um mesmo referencial. Em um segundo momento, são apresentadas as subcategorias inerentes a cada categoria, a partir da análise das práticas, constituindo os componentes práticos da taxonomia. Sintetizando ambos componentes, é então apresentado o quadro taxonômico de referência.

²⁹⁷ Bourdieu *et al* (1999 [1968], p. 66).

²⁹⁸ Foucault (1999 [1966], 2008 [1969]).

4.2.1 Categorias de análise: componentes teóricos

Quanto aos componentes teóricos, foram elencadas dez categorias de análise que receberam as seguintes denominações: contexto, propósito, atores, organização, apoio, método, escala, participação, decolonialidade, interações de poder.

Contexto

Refere-se ao contexto de surgimento das práticas urbanas, combinando duas informações: os locais sujeitos à ação e os problemas inerentes a solucionar, ou seja, aos campos de ação que vão ter seu potencial ativado. Além das áreas públicas, que historicamente são objeto de disputas que tomam forma nas manifestações e apropriações sociopolíticas²⁹⁹, as áreas privadas podem ser também campo das práticas, no que diz respeito a melhorias, adaptações, reaproveitamentos das áreas, normalmente somada à situação de escassez de espaços coletivos³⁰⁰. Sejam ruas, praças, parques, vazios urbanos, edificações, sejam inadequadas, subutilizadas ou abandonadas, identificar essas áreas significa os campos passíveis de intervenções na escala da própria vida urbana, de subversão dos usos indicados originalmente para outras possibilidades adaptadas às necessidades e interesses não satisfeitos. Para mais, as práticas podem se dar em um contexto itinerante, seja em torno de problemas no campo físico que se replicam em diferentes locais, ou problemas no campo subjetivo, que atingem determinadas situações ou grupos que transitam e não estão associados a uma única área. Ao analisar o contexto de surgimento das práticas, é possível identificar não só onde, como também a quem elas têm sido dedicadas.

Propósito

Refere-se ao propósito de partida que move a realização das práticas urbanas, no objetivo comum a atingir, com foco nas soluções para os problemas identificados a que se quer dar uma resposta. Foram referenciados propósitos associados tanto à dimensão material em processos de dominação físico-espaciais em termos jurídico-políticos, normativos e produtivos, quanto à dimensão imaterial em processos de

²⁹⁹ Harvey (2008 [2005]); Brenner *et al* (2018).

³⁰⁰ Souza (2017).

apropriação simbólica e subjetiva em termos relacionais e de identidade³⁰¹. Os modos subjetivos de ação são essenciais para gerarem na materialidade do mundo consequências práticas, ativadas por meio da afetividade, da significação, do agir simbólico pela sociedade, trazendo força de mudança aos territórios³⁰². Na vivência cotidiana das cidades, na articulação política que reposiciona poderes, no empenho em descentralizar e democratizar a construção do urbano, nas significações partilhadas pela sociedade, interessa identificar a diversidade propositiva das temáticas que permeiam as práticas urbanas.

Atores

Refere-se a quais os atores que atuam nas práticas urbanas. Foi referenciada a existência de uma diversidade de atores com distintos graus de envolvimento na produção das cidades e no planejamento urbano, com interesses contraditórios ou convergentes, diferentes motivações e meios de ação, e com poderes desiguais acerca das decisões sobre os territórios³⁰³. Além da prática profissional de planejadores, gestores e grupos restritos, há uma emergência de atores sociais orientados para a ação e articulação política, que se reinventam em tempos de crise e crítica do próprio planejamento urbano, buscando serem protagonistas e não apenas expectadores nos processos urbanos³⁰⁴. Interessa verificar qual o ator ou atores proponentes das práticas urbanas, considerando a possibilidade de que sejam propostas conjuntamente por mais de um tipo de ator igualmente importante.

Organização

Refere-se à forma de organização identificada nas práticas urbanas, ao tipo de estrutura que é gerada, à organicidade que se desenvolve nas relações internas. Foram referenciados, por um lado, processos que se instituem hierárquicos, em relações verticalizadas, de cima para baixo (*top-down*) com partes em posição de maior poder, como o setor público, que mesmo quando atua com outros atores, uma

³⁰¹ Santos (1997 [1985]); Porto-Gonçalves (2002); Haesbaert (2007b).

³⁰² Santos (2006 [1996]).

³⁰³ Castells (2014 [1972]); Lefebvre (2006 [1974]); Souza (2001).

³⁰⁴ Friedmann (2011); Miraftab (2016).

vez tendo iniciado institucionalmente, há um caráter centralizador³⁰⁵. No caso do setor privado, instituições de ensino, ou mesmo atores sociais, vão tender a forma de organização de acordo com suas articulações. Por outro lado, há processos, em geral iniciados por grupos sociais civis, que tendem à horizontalidade e ao compartilhamento de poder, em relações de baixo para cima (*bottom-up*) marcadas pela ausência de hierarquia e pela descentralização nas formas organizativas³⁰⁶.

Apoio

Refere-se às relações externas estabelecidas pelas práticas urbanas, aos tipos de apoio recebidos, aos canais de articulação gerados para influenciar os processos urbanos. As práticas urbanas são propensas ao exercício coletivo, o que faz com que em sua estrutura interna possam ter diversos tipos de atores desempenhando diferentes funções ao longo da ação³⁰⁷. Além de seus proponentes, as práticas podem contar com atores externos contribuindo em determinados momentos e de variadas maneiras, conformando uma rede de apoio e parcerias que mobiliza recursos, sejam materiais ou financeiros, pela qual circula novas possibilidades³⁰⁸. Essa articulação pode ter importância, por vezes, para a viabilidade das ações, mas, invariavelmente, para ampliar poderes, criar oportunidades e avançar em relação aos processos experimentados sem uma capacidade tática. Além das formas de apoio, implica ainda avaliar sobre quem são os eventuais parceiros e apoiadores das ações, se públicos, privados ou coletivos, pois a origem dos recursos dedicados às práticas urbanas pode dizer muito sobre as condições pelas quais operam.

Método

Refere-se aos meios de ação, aos instrumentos, aos métodos como as práticas urbanas são realizadas. As práticas se dão em uma grande diversidade de aplicação fazendo com que o repertório dos métodos utilizados seja igualmente diverso. Mas em linhas gerais, ocorrem de modo combinado com propósitos de uma renovação política, fomentando novas formas de acessar a prática urbanística. Identificar os

³⁰⁵ Harvey (2014 [2012]); Brenner *et al* (2018).

³⁰⁶ Sandercock (1998); Holston (2016); Mirafra (2018).

³⁰⁷ Healey (1997, 2003).

³⁰⁸ Souza (2001, 2017).

métodos é então fundamental para compreender os modos de fazer, de mobilizar, de reivindicar, de responder aos problemas, de reposicionar questões urbanas na centralidade das práticas³⁰⁹. Dentre outros fatores, a natureza colaborativa, de exercício coletivo, a partir da partilha de significações, divergências, conhecimentos e competências, podem embasar meios de ação potentes para uma transformação e produção contra-hegemônica das cidades. Mesmo que certos meios confirmam um caráter provisório às práticas urbanas, as ações como são realizadas trazem não só formas experimentais ou circunstanciais em busca de rotinas, como podem ser concebidas ou aprimoradas para uma aplicação definitiva nas cidades³¹⁰.

Escala

Refere-se à escala de ação das práticas urbanas, indo desde as grandes até microações. A ação a partir da experiência inscrita no cotidiano, estabelecida como uma tática de microrresistências³¹¹ e de micropoderes³¹² dos indivíduos comuns, vocaliza uma escala própria da realidade, mais próxima do mundo vivido³¹³. Já a ação em torno de uma causa, quando articulada de forma mais abrangente e compartilhada entre muitos atores, permite um alcance para além do grupo imediato e de onde se realiza. As práticas urbanas discutidas pela literatura apresentam sobretudo ações em uma escala local, da rua, do bairro, junto às comunidades, sobre questões e valores que as afetam, e com efeitos mais imediatos e pontuais. Mas algumas práticas apresentadas em processos de planejamento urbano possuem escalas de ação mais ampliadas, para a cidade, para a região, além da possibilidade multiescalar quando postas em rede ou replicadas em diferentes locais, que ampliam ainda mais a repercussão e a extensão da escala³¹⁴.

Participação

Refere-se aos níveis de participação e à forma como os atores das práticas urbanas são envolvidos nos processos de planejamento urbano. A participação dos atores é

³⁰⁹ Holston (2016).

³¹⁰ Souza (2013, 2017).

³¹¹ Certeau (1998 [1980]).

³¹² Foucault (1998 [1979]).

³¹³ Lefebvre (2006 [1974]); Santos (2006 [1996]).

³¹⁴ Souza (2017).

um ponto a que os modelos revisados dedicaram atenção e que ganha particular importância quando da crise do próprio planejamento. As razões para o ideal participativo vão desde a busca por legitimidade, transparência e justiça à atividade ao incluir o componente social, passando pela busca por maior atuação coletiva em torno da ação pública³¹⁵, até a busca por protagonismo nas práticas pelos atores sociais em disputa com a esfera pública³¹⁶. Entre os modelos de planejamento há uma participação distinta dos atores em decorrência do modo de valorização dos seus diferentes interesses e meios, com concepções induzidas ou espontâneas na forma como são mobilizados e nas etapas determinadas em que atuam nos canais formais, conforme a disposição da abertura a seu contributo, se mais passivo e simbólico, ou se mais ativo e alargado. De um lado, processos em espaços institucionais se propõem democráticos, mas tendem à representatividade, sem alterar poderes decisórios, sendo a participação reduzida à validação da ação pública e de ditames neoliberais, oferecendo um risco de despolitização ao mediar contradições e conflitos³¹⁷. No outro extremo, processos em espaços inventados fora das estruturas institucionais propõem uma participação ampliada com formas coletivas e colaborativas de atuação popular direta e autodeterminada³¹⁸. Importa avaliar como se dá a participação popular no planejamento quanto ao próprio fim e resultados obtidos pelas práticas urbanas.

Decolonialidade

Refere-se ao caráter decolonial das práticas urbanas, à possibilidade de ruptura e contraposição aos padrões que guardam conexão com a colonialidade. A condução dada aos modos de ocupar, produzir e planejar as cidades, por um lado carregam ainda muitos dos pressupostos delineados pela lógica da colonialidade vinculada à experiência moderna colonial, que se mantém a dominar as relações socioespaciais com seus parâmetros homogeneizadores e hegemonzadores, e a reproduzir padrões de poder responsáveis por desigualdades, violências e submissões de vários tipos³¹⁹.

³¹⁵ Forester (1989); Innes (1995), Healey (1997, 2003).

³¹⁶ Friedmann (1987).

³¹⁷ Randolph (2007); Fainstein (2020).

³¹⁸ Holston (1995); Miraftab (2016); Souza (2017).

³¹⁹ Quijano (1968); Vainer (2014); Haesbaert (2021).

Por outro lado, um movimento decolonial é incitado pelas práticas urbanas ao centrarem-se em renovadas formas de fazer cidade, no reconhecimento de outros paradigmas atuantes sobre os territórios, na valorização da heterogeneidade socioespacial a partir dos diferentes saberes e ações cotidianas das realidades tradicionais e populares³²⁰. Há uma dimensão insurgente associada à decolonialidade³²¹ relativas a contestar estruturas opressoras e reivindicar discursos mais democráticos e plurais, especialmente de populações historicamente desfavorecidas nas hierarquias de poderes da colonialidade quanto à etnia, raça, gênero, sexualidade, classe, dentre outros quesitos sociais. Interessa revelar o contributo das distintas formas de decolonialidade trazidas pelas práticas urbanas.

Interações de poder

Refere-se a como as práticas urbanas se relacionam com instâncias de poder, à força de insurgência que pode ser gerada sobre os processos de planejamento urbano. Como última categoria, o enfoque está nas interações com a ordem de poderes dominantes, principalmente em relação ao Estado ou corporações capitalistas, no contexto de hegemonia do capitalismo neoliberal, na qual instâncias públicas operam sob influência privada na produção das cidades. Mesmo com alguns avanços democráticos em configurações de poder, pode ser mantida uma relação de subordinação, em que as práticas ocorrem de modo dependente e muito limitadas aos processos institucionalizados³²². Quando de uma maior abertura à população nos processos, em ações de forma conjunta, em uma coprodução, há intenção de mudanças, mas se absorvidas pelas estruturas e suas normas, podem ocorrer sem confrontar poderes³²³. Na outra ponta, práticas oposicionistas e resistentes às instâncias de poder incitam a urgência de transgressões, de territorializações contra-hegemônicas, de insurgências para lidar com questões urbanas³²⁴. Ao avaliar o tipo de interação com instâncias de poder, importa compreender o grau de insurgência alcançado pelas práticas urbanas.

³²⁰ Quijano (1995); Escobar (2008); Mignolo (2008); Walsh (2009).

³²¹ Miraftab (2018).

³²² Randolph (2007); Fainstein (2020).

³²³ Miraftab (2016); Souza (2017).

³²⁴ Holston (2016); Miraftab (2016); Souza (2017).

4.2.2 Subcategorias de análise: componentes práticos

A partir do delineamento das categorias de análise, o que se busca é expandir os componentes teóricos aos componentes de ação. Cada uma das categorias desdobra-se então em diferentes subcategorias, em diferentes possibilidades de manifestação das práticas urbanas.

Para tanto, as subcategorias são determinadas pela amostra previamente delimitada com todas as práticas que integram as Mostras de Urbanismo Colaborativo e do seu agrupamento por similaridades. Esse processo é centrado em analisar e identificar entre os discursos das práticas de Urbanismo Colaborativo os caracteres classificadores mínimos³²⁵, exigindo certa adequação de modo a obter a definição de subcategorias que respondam diretamente à caracterização das ações experienciadas e aos questionamentos levantados, reconhecendo que em cada prática podem coexistir diversas subcategorias que se complementam ou até mesmo que exponham contradições.

Sendo as subcategorias propostas com base nas práticas de Urbanismo Colaborativo, resulta, portanto, em uma estrutura em parte atrelada ao alcance desse conjunto. Mas tratando-se de um campo da ação, ao contrário de uma organização em blocos fechados, considera-se a associação ao momento em que ocorrem as análises e aos pontos de transmissão propiciados pelos dados acessados, visto que as práticas seguem transformando-se continuamente para acompanhar o dinamismo das cidades e abrindo-se para compor novas características.

Foi possível verificar algumas recorrências que, no entanto, não estão todas vigentes e nem são comuns ou tomadas como válidas a todas as práticas simultaneamente. Antes, foi pela profusão e diversidade que o que foi colocado sempre a cada prática, foi o potencial de contribuição a um quadro taxonômico representativo e aplicável à leitura e articulação entre suas informações. Assim, a partir da análise das práticas de Urbanismo Colaborativo aqui pautadas, os campos identificados e sua descrição detalhada são apresentados a seguir, conformando quarenta e três subcategorias inerentes às categorias.

³²⁵ Foucault (1999 [1966]).

Contexto

área degradada

área com preexistências, mas degradadas, abandonadas ou inadequadas

área ociosa

área pouco explorada ou subutilizada, como vazios urbanos, áreas residuais, estacionamentos

área de exclusão sociopolítica

falta aos moradores de determinada área, acesso à informação ou à meios que ajudem na formação de opinião e posicionamento sobre assuntos urbanos, na construção de políticas urbanas e na autonomia de gestão

área pública

área pertencente a entidades públicas e destinada ao uso comum e coletivo, ou ainda ao uso para estabelecimento e atividades governamentais

área privada

área de propriedade e uso privados, ligados ou não ao capital

área privada de interesse público

área que, ainda que de propriedade privada, tem seu uso destinado ao interesse social e coletivo

itinerante

relacionado a problemas que se replicam em diferentes locais ou que atingem determinadas situações ou grupos que transitam e não estão associados a uma única área

Propósito

infraestrutura urbana

práticas voltadas a suprir a falta, reduzir problemas ou melhorar condições de infraestruturas urbanas tais como habitação, saúde, educação, segurança, transporte/mobilidade, saneamento

espaço coletivo

práticas voltadas a prover, ativar ou melhorar condições de espaços para a coletividade, dispondo-os ao uso, à permanência, ao convívio

ambiental

práticas voltadas à preservação ou recuperação da natureza, às questões climáticas, aos problemas ambientais urbanos

documental

práticas voltadas às elaborações normativas, cartográficas, relatórios, projetos, planos, políticas

cidadania

práticas voltadas ao empoderamento, conscientização, mobilização e engajamento dos cidadãos em torno de uma causa ou de direitos

político

práticas voltadas à contestação, reivindicação e negociação de interesses e agendas, sobretudo de questões urbanas

Atores

grupo social civil

coletivos, ativistas, movimentos sociais, centros comunitários/bairro, associações, ONG, OSCIP

instituição de ensino

entidade educacional pública ou privada, como escolas, universidades, institutos

setor privado

empresa ou profissional, sendo pessoa jurídica ou pessoa física

setor público

executivo, legislativo, judiciário

Organização

hierárquica

práticas organizadas de cima para baixo (*top-down*), em relações verticalizadas com partes em posição de maior poder, com a centralidade de determinados atores

não-hierárquica

práticas organizadas de baixo para cima (*bottom-up*), de modo horizontal, descentralizadas, com compartilhamento de poder entre os atores

Apoio

inexistente

ausência de qualquer tipo de parceria ou apoio na realização da prática

material

equipamentos, ferramentas, instalações, produtos

financeiro

doações, editais, aportes, financiamentos, patrocínios

público

recursos obtidos de instituições e organizações públicas

privado

recursos obtidos de empresas/profissionais, instituições ou indivíduos

coletivo

recursos obtidos coletivamente, tal como na angariação de materiais ou na arrecadação de fundos

Método

apropriação

práticas baseadas na ocupação e controle dos espaços, modificando ou suspendendo sua destinação, propriedade ou estrutura de modo provisório ou definitivo

intervenção

práticas baseadas na modificação e reestruturação dos espaços, em intervenções físicas, seja construindo ou adaptando à novas necessidades e funções, seja em reinterpretações, produzindo novas relações e significações

educação

práticas baseadas em processos de aprendizagem, formação e capacitação por meio de cursos, oficinas, workshops, ateliês e toda experiência de compartilhamento de conhecimento

arte

práticas baseadas na experimentação artística, cultural, lúdica e afetiva dos espaços, estimulando e partilhando sensibilidades e ativismos

tecnologia

práticas baseadas em tecnologias sustentáveis, em novas tecnologias de informação, comunicação e colaboração, potencializando ações coletivas, colaborativas, virtuais, interativas, criativas

Escala

local

espaço pontual, rua, quarteirão, bairro, comunidade

cidade

perímetro urbano, município

regional

metrópole, estado, região geográfica

Participação

simbólica

quando há abertura em canais institucionais, em que a população é incluída e consultada nos processos, mas sem garantias de que suas questões sejam contempladas e sem possuir poderes decisórios, em geral apenas validando decisões prévias

legítima

quando, mesmo em canais institucionais, há processos democráticos em que as responsabilidades são compartilhadas com a população, que vai ter poderes delegados e exercer autoridade na tomada de decisões

autodeterminada

quando há participação popular direta, autônoma e independente, fora dos canais institucionais ou os utilizando se oportuno, exercendo um caráter político e insurgente, seja propositivo ou opositivo

Decolonialidade

decolonialidade do saber

práticas que propõem uma disputa epistêmica na produção do conhecimento, que vão legitimar, valorizar e propagar pensamentos, culturas e saberes das realidades cotidianas, tradicionais e populares

decolonialidade do ser

práticas que incitam o pertencimento, a representatividade e a emancipação de grupos sociais em suas singularidades e identidades, ampliando o reconhecimento e a visibilização da diversidade e pluralidade de formas de existir e de viver sobre as cidades

decolonialidade do poder

práticas que carregam forças políticas populares para problematizar e dinamizar as relações de poder hegemônicas e hierárquicas implicadas física, simbólica, cultural e epistemologicamente em todas as instâncias da vida social

Interações de poder

ausente

ausência de qualquer tipo de interação com instâncias de poder

subordinação

práticas dependentes e subordinadas aos processos oficiais institucionalizados para sua realização

coprodução

práticas independentes na sua constituição, mas que são realizadas conjuntamente com instâncias de poder, em que, cientes dos aspectos como atuam sobre os territórios, se submetem à negociação promovida institucionalmente para lograr seus propósitos

oposição

práticas sob arranjos fora do aparato institucional ou a ele se associando com o intuito de subverter e transgredir suas posições de poder e realizar modificações, através de resistências e lutas para romper com modelos instituídos e territorializar enunciados contra-hegemônicos

4.2.3 Quadro taxonômico de referência: componentes teórico-práticos

A síntese dos componentes teórico-práticos – categorias identificadas na pesquisa bibliográfica cruzadas com o conjunto de subcategorias observadas na pesquisa documental das práticas de Urbanismo Colaborativo – conformam o quadro taxonômico de referência, apresentado a seguir no Quadro 02.

Quadro 02 – Quadro taxonômico de referência.

● Contexto

área degradada	área ociosa	área de exclusão sociopolítica	área pública	área privada	área privada de interesse público	itinerante
----------------	-------------	--------------------------------	--------------	--------------	-----------------------------------	------------

● Propósito

infraestrutura urbana	espaço coletivo	ambiental	documental	cidadania	político
-----------------------	-----------------	-----------	------------	-----------	----------

● Atores

grupo social civil	instituição de ensino	setor privado	setor público
--------------------	-----------------------	---------------	---------------

● Organização

hierárquica	não-hierárquica
-------------	-----------------

● Apoio

inexistente	material	financeiro	público	privado	coletivo
-------------	----------	------------	---------	---------	----------

● Método

apropriação	intervenção	educação	arte	tecnologia
-------------	-------------	----------	------	------------

● Escala

local	cidade	regional
-------	--------	----------

● Participação

simbólica	legítima	autodeterminada
-----------	----------	-----------------

● Decolonialidade

decolonialidade do saber	decolonialidade do ser	decolonialidade do poder
--------------------------	------------------------	--------------------------

● Interações de poder

ausente	subordinação	coprodução	oposição
---------	--------------	------------	----------

Fonte: Elaboração pela autora.

Ademais do quadro taxonômico de referência abranger os elementos destacados no debate teórico construído e na variedade de experiências recorridas, não pretende trazer rigidez com categorias e subcategorias fixas em sua estrutura, não encerra em si um método finalizado ou que está estritamente limitado à apuração que aqui se propõe, sendo flexível para poder servir de suporte para outras análises, para que seja ajustado com a inclusão de demais elementos, ou para que seja operacionalizado com outras amostras de práticas urbanas. A finalidade de se elaborar um sistema taxonômico não se exaure na taxonomia em si, mas, complementarmente, poder realizar a análise das práticas urbanas a partir do seu alcance em um âmbito geral da temática.

O quadro taxonômico não se restringe a apenas uma sistematização teórico-prática, sendo também operativo. Para tanto, buscou-se auxílio na tecnologia através de plataforma digital para operar os componentes do quadro e os dados das práticas urbanas, de modo a permitir a visualização das diversas possibilidades de informações que podem ser geradas. O quadro taxonômico irá, assim, instruir a etapa empírica seguinte de estudo do caso do Urbanismo Colaborativo, com a análise individual das práticas participantes das Mostras de Urbanismo Colaborativo quanto à compreensão de como cada uma se aproxima dos componentes do quadro, como já referido, assim como dará aporte para a análise crítico-relacional do conjunto de práticas urbanas.

PRÁTICAS DE URBANISMO COLABORATIVO



5 PRÁTICAS DE URBANISMO COLABORATIVO

Colaboração significa união, parceria, o ato de fazer algo em conjunto com importância mútua. É um processo no qual as partes que veem diferentes aspectos de um problema exploram suas diferenças para procurar soluções que vão além de sua própria visão limitada do que é possível³²⁶.

Urbanismo Colaborativo remete ao fazer das cidades conjuntamente, ao exercício coletivo no fazer de seus territórios, à experimentação de ações colaborativas e de participação social para lidar com os desafios urbanos em diferentes realidades. Esse processo pode ser verificado através do estudo do caso do Urbanismo Colaborativo, o qual integra um esforço em se acercar das novas práticas urbanas e de se aprofundar sobre a dimensão insurgente.

Uma primeira análise é realizada recorrendo ao conjunto de práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo participantes das Mostras de Urbanismo Colaborativo, em que cada uma é explorada individualmente e colocada em relação ao quadro taxonômico de referência. Por um lado, o estudo em detalhe de cada prática retornando à taxonomia para proceder uma comparação orientada³²⁷ serve de instrumento de avaliação ao quadro elaborado, certificando sobre a sua validade. Além disso, esse procedimento dá subsídios para discutir os princípios indicados enquanto orientadores para possíveis interpretações do panorama geral obtido acerca do Urbanismo Colaborativo.

Nesse sentido, é então realizado um processo comparativo entre os princípios indicados, ou seja, entre as categorias e os resultados obtidos dentre as possibilidades de suas subcategorias, em temas pertinentes à investigação das insurgências urbanas. Trata-se de uma análise sob uma abordagem crítico-relacional, cruzando os referenciais teóricos revisados com a realidade experienciada pelo conjunto de práticas, avançando as ponderações sobre a dimensão insurgente no planejamento urbano relativas às práticas de Urbanismo Colaborativo.

³²⁶ Gray (1989, p. 5).

³²⁷ Bourdieu *et al* (1999 [1968]).

5.1 Modos de olhar para as práticas

Dentre a diversidade de práticas autodenominadas Urbanismo Colaborativo participantes das Mostras de Urbanismo Colaborativo, é importante olhar agora para as características de cada uma, para suas formas específicas de ação, observar detalhadamente as particularidades dentro desse conjunto. Relativamente a cada uma das práticas urbanas, procedeu-se a análise de suas características individuais que foram colocadas em relação ao quadro taxonômico de referência, quanto à compreensão de como se aproximam dos princípios componentes do quadro.

Ao mesmo tempo, tais práticas urbanas valeram de objeto de avaliação ao quadro taxonômico. Com as análises tem-se a apreensão da forma com que os componentes são atendidos e da sua aplicabilidade no que se refere aos resultados alcançados por cada uma das experiências.

Ao ser selecionado um conjunto com importância particular dentre as práticas urbanas, possibilita-se que uma análise cientificamente válida seja feita. Para tanto, foi definido o método de estudo de caso, considerado o recurso técnico adequado para a análise por permitir conhecer um processo em desenvolvimento em diversos locais a partir da exploração intensa do caso do Urbanismo Colaborativo enquanto prática de planejamento insurgente. Segundo Becker³²⁸ o método de estudo de caso geralmente tem um propósito duplo, por um lado buscando uma compreensão abrangente do grupo em estudo, ao mesmo tempo que tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais.

Se dedicar às realidades do caso do Urbanismo Colaborativo e passar pela sensibilização de suas experiências tem como finalidade somar às discussões sobre o papel das novas práticas urbanas na busca de uma renovação do planejamento urbano. Tenciona-se que dessa etapa dirigida ao conhecimento empírico, resulte uma avaliação não somente acerca das semelhanças e diferenças, mas em torno das potencialidades e limitações enquanto práticas de planejamento urbano. Para mais, interessa decifrar em que medida essas distintas experiências de Urbanismo

³²⁸ Becker (1993, p. 118).

Colaborativo têm dado respostas aos desafios do planejamento urbano no contexto neoliberal através da perspectiva das insurgências urbanas.

Para somar, portanto, à discussão sobre o nível de insurgência trazido pelo caso do Urbanismo Colaborativo, procede-se a análise de cada uma das práticas urbanas do conjunto, que estão apresentadas individualmente no Anexo C.

Na condição de pesquisadora, a partir da coleta de dados sobre as experiências de Urbanismo Colaborativo, houve que se atentar para a necessidade de constituir uma leitura minuciosa e aprofundada dos diferentes discursos das práticas como forma de interpretação dos pesquisados. Para além dos discursos constantes na documentação analisada e transmitidos em meios de comunicação acessíveis *online*, o atual conteúdo publicamente disponível pode ainda fornecer informações adicionais sobre as consequências ou continuidade das iniciativas, pois muito embora preservem certos aspectos, estão em contínua transformação no tempo transcorrido desde que foram iniciadas. Desse modo, a leitura das práticas pode ser acompanhada do acesso a mais informações nos seus respectivos sítios eletrônicos indicados.

No Anexo C as práticas estão organizadas por região, na mesma ordem em que foram anteriormente listadas no Quadro 01. O conteúdo de cada prática está estruturado nos seguintes tópicos indicados no Quadro 03 a seguir: imagem de referência, nome da prática, nome da entidade proponente, localização (cidade/UF), ano de realização, ou ano de início quando indicado continuidade, sítio eletrônico, ano de participação na Mostra de Urbanismo Colaborativo, breve descrição e análise de acordo com a taxonomia, tendo por base as categorias taxonômicas, constando, para cada uma, a subcategoria ou o grupo de subcategorias que responde à prática, tendo em vista algumas categorias aceitarem múltiplas classificações.

Quadro 03 – Conteúdo das práticas de Urbanismo Colaborativo.

Região		
Imagem de referência 	Nome da prática Entidade proponente Cidade/UF (Ano de realização) Sítio eletrônico Ano de participação na Mostra <i>Breve descrição</i>	Contexto Propósito Atores Organização Apoio Método Escala Participação Decolonialidade Interações de poder

Fonte: Elaboração pela autora.

A partir do conteúdo apresentado no Anexo C é possível fazer uma leitura isolada de cada prática, de suas características individuais. Trata-se de rastrear a cada prática as condições de ocorrência, quais táticas utiliza, que rupturas provoca, que princípios envolve. Mas é possível estender a forma de leitura para comparar determinada prática em relação ao conjunto, confrontar os elementos, averiguar as articulações entre as abordagens. Significa poder verificar, numa categoria, através de quais subcategorias uma determinada prática se relaciona com outras, os pontos em comum, o que as diferenciam, as suas particularidades dentro do conjunto.

Para auxiliar em tais análises, utilizou-se uma plataforma digital, optando-se pela plataforma *Kumu*³²⁹ por disponibilizar acesso livre, gratuito e colaborativo. A plataforma propõe-se a tratar de sistemas complexos através do mapeamento visual de fatores que estão interligados de maneiras que podem ser difíceis de entender. Por meio de recursos interativos, possibilita a organização e visualização de dados, totais ou parciais, em diversos arranjos.

A plataforma propicia uma estruturação mais detalhada das relações entre as práticas de Urbanismo Colaborativo e os componentes do quadro taxonômico. São as próprias características individuais das práticas que conformam uma rede dinâmica entre a dimensão estrutural, a dimensão processual e a dimensão sociopolítica do conjunto, onde cada parte é relevante quanto a verificação dos atributos insurgentes.

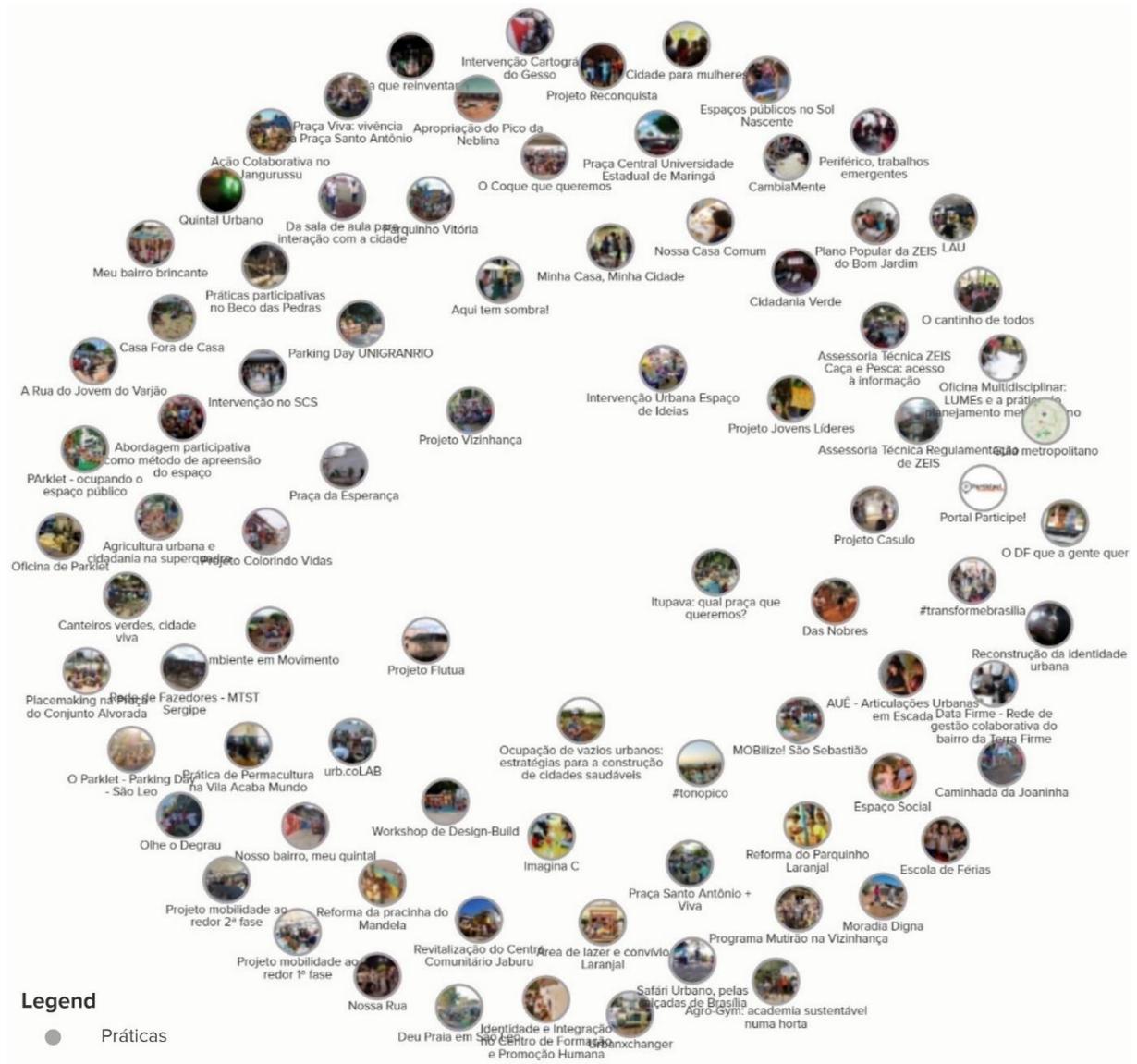
No cabeçalho da plataforma³³⁰ estão disponíveis para acesso diferentes arranjos desenvolvidos acerca do Urbanismo Colaborativo, a partir dos quais foram geradas as figuras aqui apresentadas. Sugere-se a visualização de cada um dos arranjos diretamente na plataforma através dos respectivos links indicados, de modo que sejam utilizados os recursos interativos disponíveis, cuja representação simplificada nas figuras é incapaz de proporcionar.

Uma visualização inicial é da totalidade do conjunto de práticas urbanas participantes das Mostras de Urbanismo Colaborativo, as quais integram o estudo do caso do Urbanismo Colaborativo. Para cada uma das práticas, ao selecioná-las individualmente na plataforma, tem-se acesso a igual conteúdo que está apresentado no Anexo C.

³²⁹ Disponível em <www.kumu.io>

³³⁰ Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo>

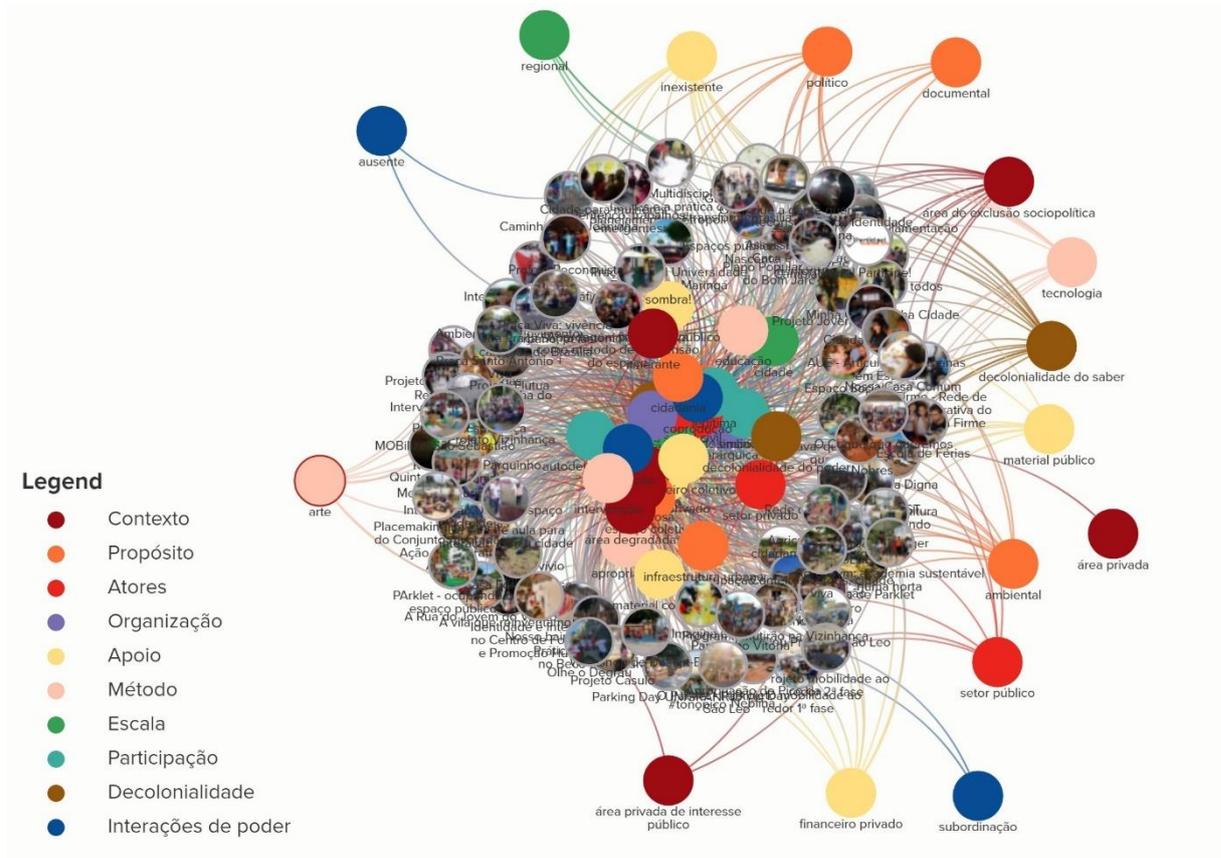
Figura 10 – Visualização do conjunto de práticas urbanas.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/2-praticas>

A seguir está a visualização geral das práticas de Urbanismo Colaborativo e de todas as conexões existentes de acordo com a taxonomia. Em cada ponto está representado um elemento, sendo as práticas urbanas caracterizadas por suas imagens de referência, e as subcategorias caracterizadas por cores inerentes às categorias a que pertencem, conforme a legenda. As linhas representam as conexões existentes entre as práticas urbanas e as subcategorias.

Figura 11 – Visualização geral da taxonomia do Urbanismo Colaborativo.



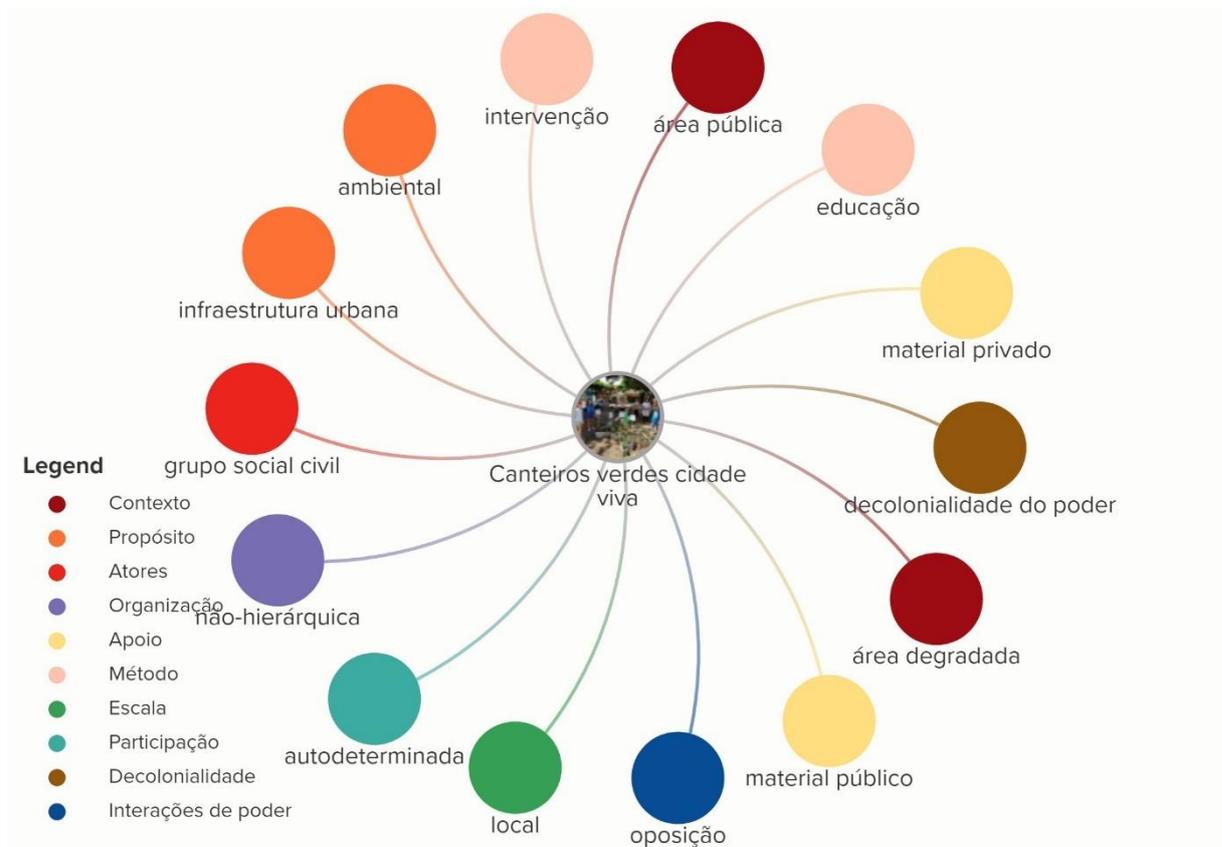
Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo>

Na configuração resultante, no centro estão as subcategorias que possuem mais conexões, o que significa que caracterizam uma maior quantidade de práticas urbanas. Vê-se que não se trata de uma forma rígida e hierárquica comum aos sistemas de classificação. A configuração é de uma rede dinâmica, na qual cada prática tem possibilidade de estabelecer novas interações e interrupções com os componentes da taxonomia, derivando outras articulações diante de toda a diversidade do conjunto, outras relações de maior ou menor nível de insurgência.

Ademais da totalidade de dados representados simultaneamente na vista geral, é possível isolar determinados elementos de interesse, para que sejam geradas vistas parciais demonstrando apenas uma parte da rede e de seus dados e conexões, correspondentes a recortes da vista geral. Conforme a necessidade, é possível focar especificamente nos pontos de maior importância para as análises.

Nesse sentido, pode ser isolada uma determinada prática urbana, tendo-se destacadas as subcategorias pelas quais é caracterizada. Como por exemplo a visualização da prática “Canteiros verdes cidade viva” da cidade de Belém/PA apresentando todas as subcategorias que possuem conexões diretas com a prática.

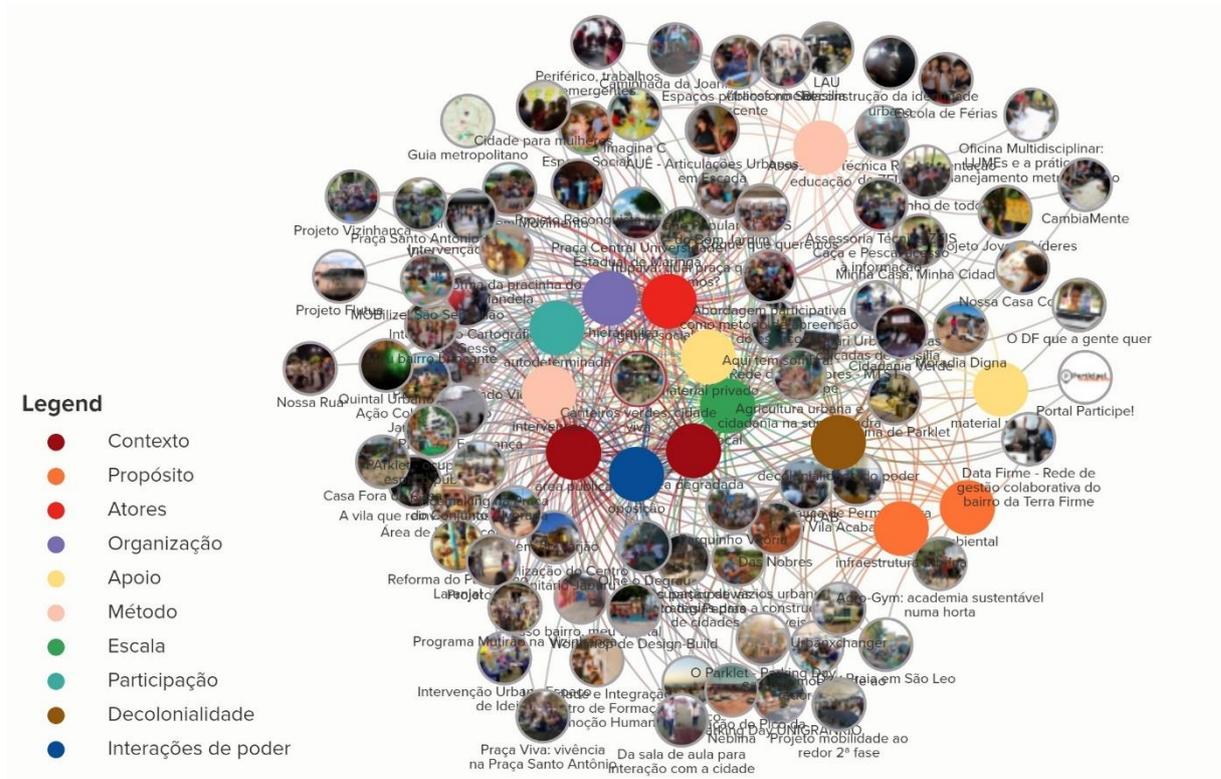
Figura 12 – Visualização de prática urbana individualmente.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-pratica-com-grau-de-conexao-1/canteiros-verdes-cidade-viva?focus=1>

Além das conexões diretas, uma determinada prática urbana pode ser analisada com demais graus de conexões existentes. Na Figura 13 está em foco a mesma prática “Canteiros verdes cidade viva” (ao centro indicada com uma borda vermelha), porém apresentando dois graus de conexões, sendo os pontos que se conectam diretamente à prática em um primeiro grau, e os pontos que se conectam a esses, em um segundo grau. Pode-se assim verificar por meio de quais subcategorias a prática em foco está conectada com outras práticas urbanas do conjunto.

Figura 13 – Visualização de prática urbana com mais graus de conexões.

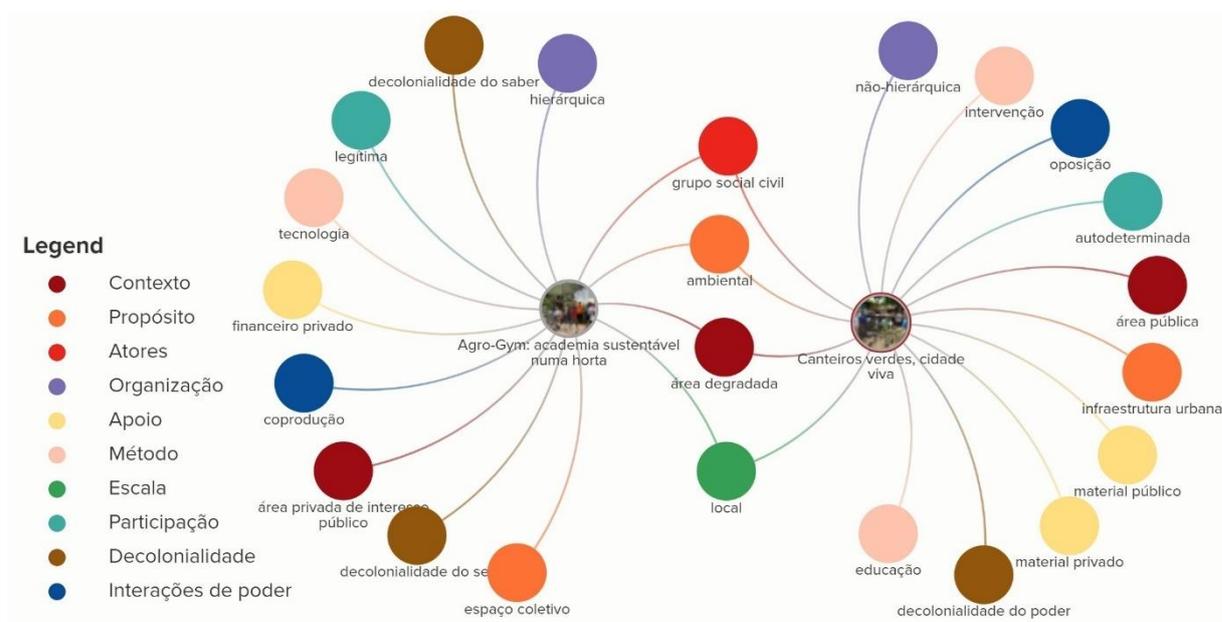


Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-pratica-com-grau-de-conexao-2/canteiros-verdes-cidade-viva?focus=2>

A partir da visualização com dois graus de conexões, verifica-se que a prática “Canteiros verdes cidade viva” proposta por moradores de bairro da cidade de Belém/PA tem como subcategorias em comum, por exemplo, com a prática “Agro-Gym: academia sustentável numa horta” proposta pelo Instituto Tico-Tico de São Paulo/SP, o grupo social civil como atores, o propósito ambiental (sendo a requalificação de um canteiro central na primeira prática e a criação de academia movida por energia humana com papel de irrigação à compostagem em horta comunitária na segunda prática), o contexto de área degradada (sendo uma área pública - canteiro central em um trecho no decorrer de dez quadras da avenida Rômulo Maiorana - na primeira prática e uma área privada de interesse público - Viveiro Escola de União de Vila Nova - na segunda prática), e a escala de ação local (sendo o bairro Marco de Belém/PA na primeira prática e a Várzea do Rio Tietê no Distrito de São Miguel Paulista de São Paulo/SP na segunda prática). A relação entre as duas práticas

urbanas pode ainda ser isolada, demonstrando mais claramente as conexões das subcategorias as quais possuem em comum, conforme a Figura 14.

Figura 14 – Visualização da relação entre duas práticas urbanas.

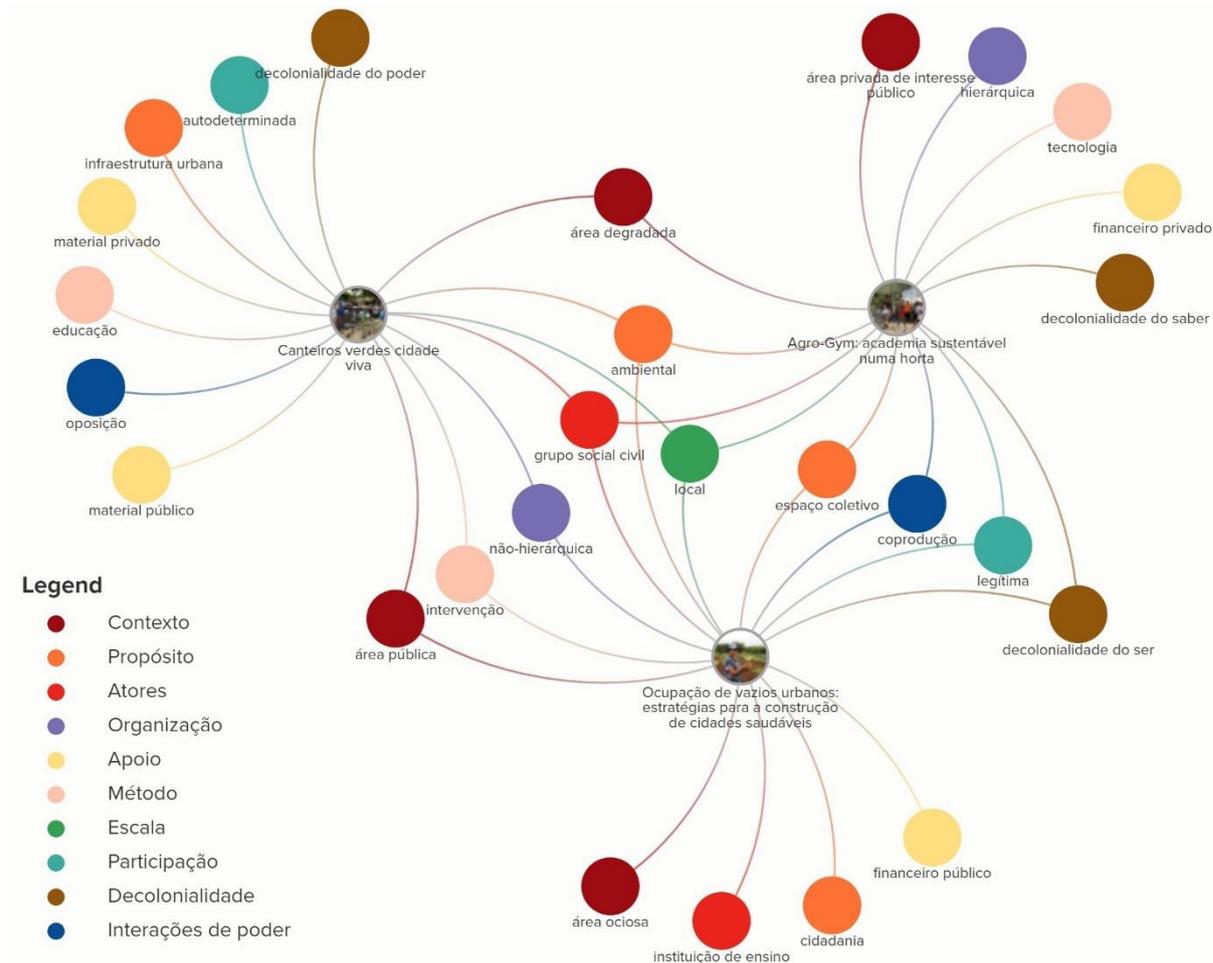


Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-relacao-entre-duas-praticas>

Dentre práticas urbanas tão diversas, embora integrando uma mesma tipologia, uma leitura comparativa permite gerar uma aprendizagem entre experiências, revelando quais características poderiam ser potencializadas ou restringidas para levar a uma classificação diferente, se assim intencionado.

A comparação pode ser realizada não somente em duplas, mas entre mais práticas urbanas de interesse, como por exemplo na Figura 15, em que foi acrescida na relação a prática “Ocupação de vazios urbanos: estratégias para a construção de cidades saudáveis” junto às práticas “Canteiros verdes cidade viva” e “Agro-Gym: academia sustentável numa horta” anteriormente combinadas. Nas conexões estabelecidas por essa triangulação de práticas, verifica-se que o grupo social civil como atores, o propósito ambiental e a escala de ação local são as subcategorias em comum existentes, assim como há outras subcategorias em comum somente entre duplas de práticas.

Figura 15 – Visualização da relação entre três práticas urbanas.

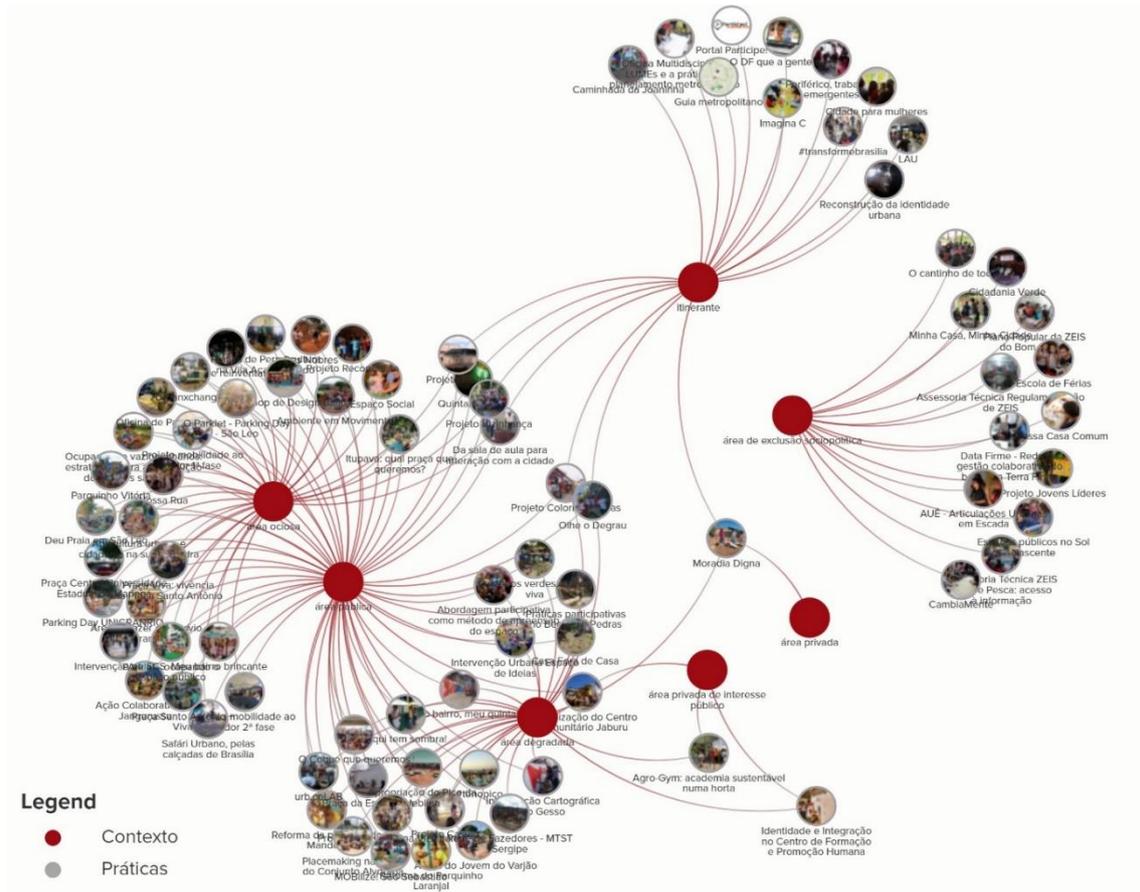


Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-relacao-entre-tres-praticas>

Outra visualização possível é ser isolada uma determinada subcategoria, tendo-se destacadas as conexões com todas as práticas urbanas que possuem tal característica. Nessa forma de vista parcial demonstra-se quais são as práticas que se relacionam umas com as outras através da subcategoria em foco. A Figura 16 traz como exemplo somente a subcategoria área pública, pertencente à categoria contexto, na qual verifica-se que possui conexões com grande parte do conjunto, assim como identifica-se precisamente quais são essas práticas.

práticas caracterizadas pela subcategoria itinerante e na totalidade de práticas caracterizadas pela subcategoria área de exclusão sociopolítica.

Figura 17 – Visualização de categoria e subcategorias.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-contexto>

Com base no levantamento em detalhe das práticas de Urbanismo Colaborativo e das possibilidades oferecidas pela plataforma, a partir das métricas extraídas é então elaborada uma síntese quantitativa das características identificadas no conjunto sobre cada uma das subcategorias. No Quadro 04 essa síntese quantitativa das práticas de Urbanismo Colaborativo é apresentada. Ressalta-se que, apesar do conjunto conter um total de 83 práticas urbanas, em algumas categorias o somatório de respostas ultrapassa tal valor, dado que a cada uma podem coexistir diversas subcategorias. Principalmente as categorias contexto e apoio já foram propostas prevendo a combinação de mais de uma subcategoria.

Quadro 04 – Síntese quantitativa das práticas de Urbanismo Colaborativo.

● Contexto

área degradada	área ociosa	área de exclusão sociopolítica	área pública	área privada	área privada de interesse público	itinerante
27	32	13	56	01	03	18

● Propósito

infraestrutura urbana	espaço coletivo	ambiental	documental	cidadania	político
13	48	13	05	55	12

● Atores

grupo social civil	instituição de ensino	setor privado	setor público
59	40	14	07

● Organização

hierárquica	não-hierárquica
37	46

● Apoio

inexistente	material	financeiro	público	privado	coletivo
15	54	51	22	41	42

● Método

apropriação	intervenção	educação	arte	tecnologia
21	34	30	09	11

● Escala

local	cidade	regional
66	13	04

● Participação

simbólica	legítima	autodeterminada
25	33	25

● Decolonialidade

decolonialidade do saber	decolonialidade do ser	decolonialidade do poder
17	56	25

● Interações de poder

ausente	subordinação	coprodução	oposição
02	02	53	26

Fonte: Elaboração pela autora.

Para esse modo de síntese, cabe olhar para quais são as características que possuem maior ou menor recorrência no conjunto. Não se trata de basear a importância em maiores frequências, ainda que por serem importantes é que são frequentes³³¹, mas justamente poder avaliar o que representam dentre a diversidade com que as práticas se realizam. No Quadro 05 são apresentadas as subcategorias menos e mais recorrentes entre as práticas urbanas, a cada categoria taxonômica.

Quadro 05 – Levantamento de subcategorias menos e mais recorrentes.

Categorias	Subcategorias menos recorrentes	Subcategorias mais recorrentes
● Contexto	área privada	área pública
● Propósito	documental	espaço coletivo
● Atores	setor público	grupo social civil
● Organização	hierárquica	não-hierárquica
● Apoio	inexistente	material
● Método	arte	intervenção
● Escala	regional	local
● Participação	simbólica; autodeterminada	legítima
● Decolonialidade	decolonialidade do saber	decolonialidade do ser
● Interações de poder	ausente; subordinação	coprodução

Fonte: Elaboração pela autora.

Isoladamente as indicações tão somente quantitativas trazidas sobre as práticas, seguramente não são capazes de retratar todo o âmbito do Urbanismo Colaborativo, ademais de serem um importante revelador do conjunto analisado. Interessa uma quantificação atrelada à tipificação sobre cada uma das categorias e subcategorias específicas dentre o panorama geral do Urbanismo Colaborativo proeminentes em torno das insurgências urbanas.

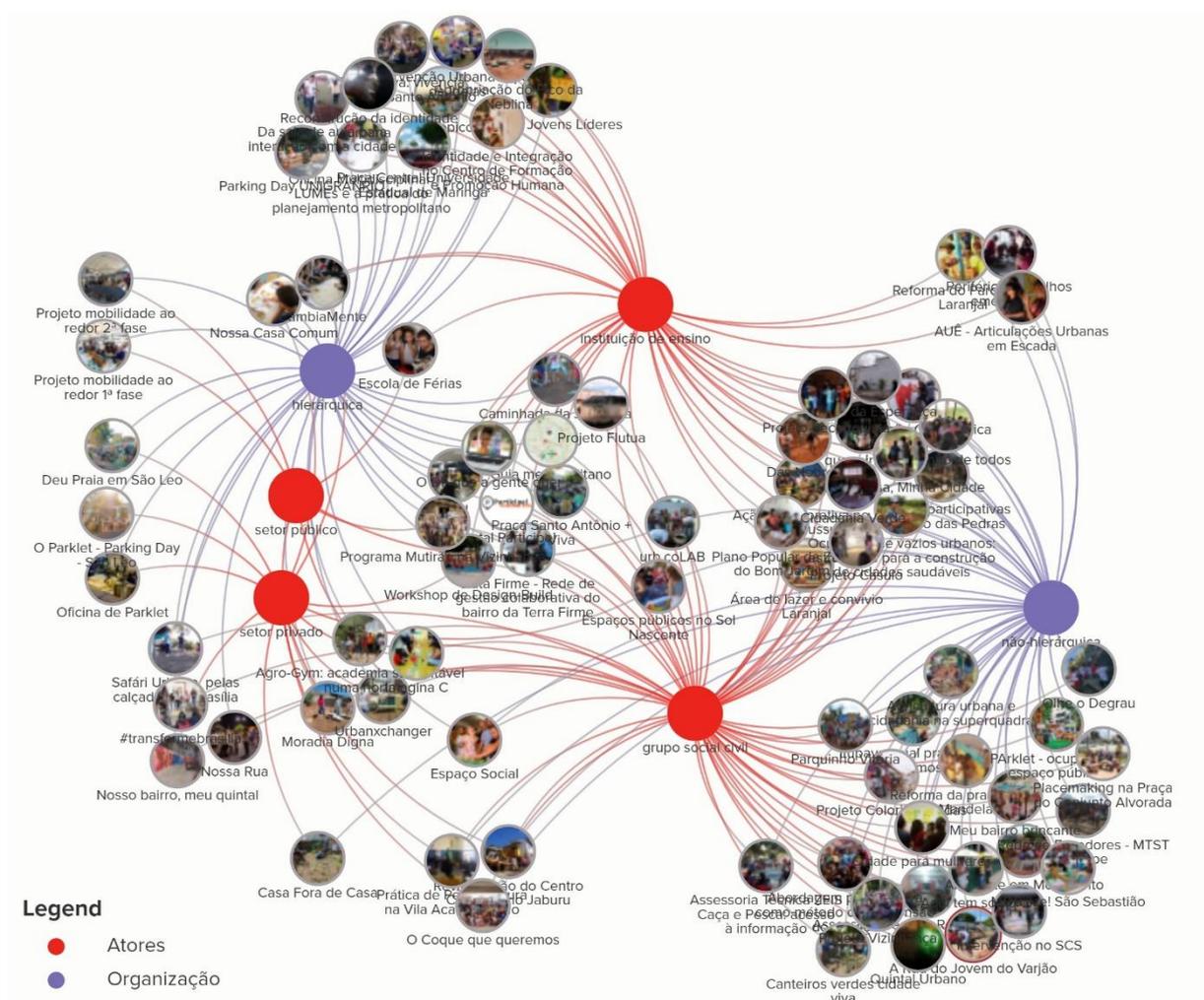
Para tanto, outro modo de visualização através da plataforma é poder formar grupos de certas categorias e subcategorias as quais interessam analisar sob um delineamento específico. As variadas possibilidades de combinações entre categorias permitem estabelecer novas interpretações a respeito de dados utilizados também em vistas mais simplificadas.

Ao combinar a categoria atores com a categoria organização, por exemplo, verifica-se que o tipo de proponente das práticas urbanas repercute em grande

³³¹ Foucault (1999 [1966], p. 313).

medida a maneira como as relações internas se desenvolvem. As práticas que envolvem grupo social civil apresentam majoritariamente uma organização não-hierárquica, mesmo quando em conjunto com outras subcategorias de atores. Já a forma de organização hierárquica das práticas é mais recorrente quando envolve atores do setor público e do setor privado. Quanto à subcategoria instituição de ensino, as conexões indicam uma similaridade entre as subcategorias hierárquica e não-hierárquica. As conexões entre cada uma das práticas e as subcategorias inerentes às duas categorias em foco na Figura 18, junto aos seus dados quantitativos gerados e apresentados no Quadro 06, indicam que as formas de organização vão tender de acordo com as articulações de atores.

Figura 18 – Visualização da relação entre categoria atores e categoria organização.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/relacao-categoria-atores-e-organizacao>

Quadro 06 – Relação quantitativa entre categoria atores e categoria organização.

● Categoria Atores	● Categoria Organização	Nº de práticas	
grupo social civil	não-hierárquica	41	59
	hierárquica	18	
instituição de ensino	não-hierárquica	19	40
	hierárquica	21	
setor privado	não-hierárquica	05	14
	hierárquica	09	
setor público	não-hierárquica	02	07
	hierárquica	05	

Fonte: Elaboração pela autora.

Nota-se como são potentes os modos de isolar ou de relacionar distintos elementos para o delineamento das análises, considerando-se os variados arranjos possíveis. Observar as práticas de Urbanismo Colaborativo a partir da dinâmica de conexões e dos seus respectivos quantitativos, além das particularidades, indicam tendências em que é possível verificar aspectos de orientação insurgente.

Extrapolando o olhar inicial sobre as práticas, no que segue, são então explorados os diferentes modos de olhar para o caso do Urbanismo Colaborativo demonstrados, seja aprofundando cada uma das categorias taxonômicas ou em combinações específicas relativas a uma abordagem crítica-relacional do conjunto de práticas urbanas.

5.2 Decifrando insurgências no Urbanismo Colaborativo

De visualizações individualizadas a um panorama geral do Urbanismo Colaborativo, avança-se aqui para uma abordagem crítico-relacional do conjunto de práticas urbanas à luz das construções teóricas e utilizando-se como base os princípios componentes do quadro taxonômico de referência. Trata-se de revisitar conceitos e temas, considerando-se o conjunto colocado em relação a um mesmo referencial, com o objetivo de melhor conduzir e qualificar uma avaliação em profundidade de como essas práticas são realizadas, em busca de respostas sobre seus níveis de insurgência em relação aos processos de planejamento urbano.

O quadro taxonômico consistiu em um meio de reunir e sistematizar o conhecimento teórico e empírico produzido no desenvolvimento do trabalho de tese, sendo as suas categorias a partir de agora retomadas como instrumento reflexivo. Logo, a forma de aplicação da taxonomia não finda na caracterização das práticas de Urbanismo Colaborativo, estendendo-se também para sua revisão crítica através das categorias e, conseqüentemente, de articulações entre as subcategorias.

Com a expectativa de expor as distintas configurações de análise, apoia-se em dimensões das práticas urbanas que foram estruturantes da taxonomia. Percorre-se assim a dimensão estrutural, que se concentra sobre as categorias contexto, propósito, atores, organização; a dimensão processual sobre apoio, método, escala; e a dimensão sociopolítica sobre participação, decolonialidade e interações de poder.

Em qualquer uma dessas dimensões busca-se identificar as forças que vão na direção insurgente. Por outro lado, as mesmas dimensões podem informar limitações, pois embora o Urbanismo Colaborativo se coloque com uma nova prática urbana com intuito manifestado de construir uma outra abordagem sobre as cidades e seu planejamento, sobretudo por um viés coletivo e participativo, o intuito por si só não garante a sua realização.

A condição fundamental para a busca em perfazer esses novos caminhos ao planejamento está no acometimento das cidades pela ordem neoliberal exacerbado nas situações da vida cotidiana³³². A negligência com direitos cidadãos e com

³³² Brenner *et al* (2018); Harvey (2008 [2005]).

interesses públicos em questões inerentes aos equipamentos, aos serviços, às terras, à legalidade, alcança não apenas aspectos físicos, mas se constitui um aspecto da vida em si, contribui para uma existência à margem.

Cada um desses fatores, associados tanto a um desenvolvimento não planejado ou a um planejamento restritivo, acentuam desigualdades, segregações e invisibilizações de populações mais vulneráveis. Conjetura essa que gera insatisfação e descrédito no caráter democrático das instituições públicas e do próprio planejamento urbano, argumentado extensivamente por Miraftab³³³, e que, por sua vez, leva ao crescimento de insurgências urbanas, seja em contraposição ou com a proposição dos próprios processos de ação sobre as cidades.

Ao encontro da verificação da questão insurgente, a cada categoria taxonômica explorada a seguir é apresentada a vista gerada pela plataforma digital, demonstrando as conexões das diferentes subcategorias com cada uma das 83 práticas de Urbanismo Colaborativo do conjunto analisado, assim como os respectivos dados quantitativos em detalhe. Todas as vistas podem ser acessadas para interação *online* através dos links indicados.

Contexto

Os contextos combinam os locais sujeitos à ação e seus problemas que afetam uma coletividade na busca por soluções. Nota-se nas práticas urbanas analisadas um envolvimento da população em torno de determinados contextos que têm importância por se associarem às suas realidades, às suas demandas não atendidas.

Demandas que em grande medida estão associadas às lutas pelo direito à cidade³³⁴, enquanto direito a criar uma outra vida urbana, de ser parte da cidade. Muito mais do que o acesso aos recursos que a cidade incorpora, para Harvey é um direito de transformar e de reinventar a cidade. Contudo, esses ideais dependem de um exercício coletivo em relação aos processos de urbanização, cujo desafio situa-se no fato do direito à cidade estar circunscrito a poucos e principais detentores do controle sobre os seus destinos.

³³³ Miraftab (2016, 2018).

³³⁴ Lefebvre (2008 [1968]); Harvey (2014 [2012]).

Justamente nesse ponto, o contexto do surgimento de certas iniciativas está na necessidade em combater as assimetrias de poder existentes entre os participantes dos processos de produção e planejamento das cidades. Muitas vezes há o despreparo e exclusão sociopolítica da população de determinada área no que se refere à falta de acesso à informação ou à meios que auxiliem na formação de opinião e de posicionamento sobre os assuntos urbanos.

Quadro 07 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria contexto.

● Categoria contexto	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas	
área degradada	área pública	21	27
	área pública área itinerante	02	
	área privada área itinerante	01	
	área pública área privada de interesse público	01	
	área privada de interesse público	02	
área ociosa	área pública	28	32
	área pública área itinerante	04	
área de exclusão sociopolítica	-	13	13
área pública	área ociosa	28	56
	área ociosa área itinerante	04	
	área degradada	22	
	área degradada área itinerante	02	
área privada	área degradada área itinerante	01	01
área privada de interesse público	área degradada	02	03
	área pública área degradada	01	
área itinerante	-	11	18
	área pública área degradada	04	
	área pública área ociosa	02	
	área privada	01	

Fonte: Elaboração pela autora.

São verificadas 13 práticas nesse contexto de áreas de exclusão sociopolítica, e que buscam prover autonomia de ação às comunidades tais como em Cidadania Verde, Data Firme, Espaços públicos no Sol Nascente, Minha Casa Minha Cidade, e O cantinho de todos. Também especificamente às comunidades de baixa renda assentadas em Zonas Especiais de Interesse Social, como a Assessoria Técnica da ZEIS Caça e Pesca, Assessoria Técnica da ZEIS de Mucuripe-Lagamar-Pici, e Plano Popular da ZEIS do Bom Jardim, ambas realizadas em Fortaleza/CE. E ainda às comunidades escolares periféricas em situação vulnerável, indicando um papel de

contribuição das ações na formação crítica de crianças e de jovens a se posicionar socialmente e politicamente, como em AUÊ - Articulações Urbanas em Escada, CambiaMente, Escola de Férias, Nossa Casa Comum, e Projeto Jovens Líderes.

Dentre os contextos menos recorrentes, apenas 03 casos são em áreas privadas de interesse público, que se tratam também de áreas degradadas. São características das práticas Agro-Gym: academia sustentável numa horta, Identidade e Integração no Centro de Formação e Promoção Humana, e Revitalização do Centro Comunitário Jaburu, sendo esta última realizada junto com a área pública adjacente igualmente em situação de degradação.

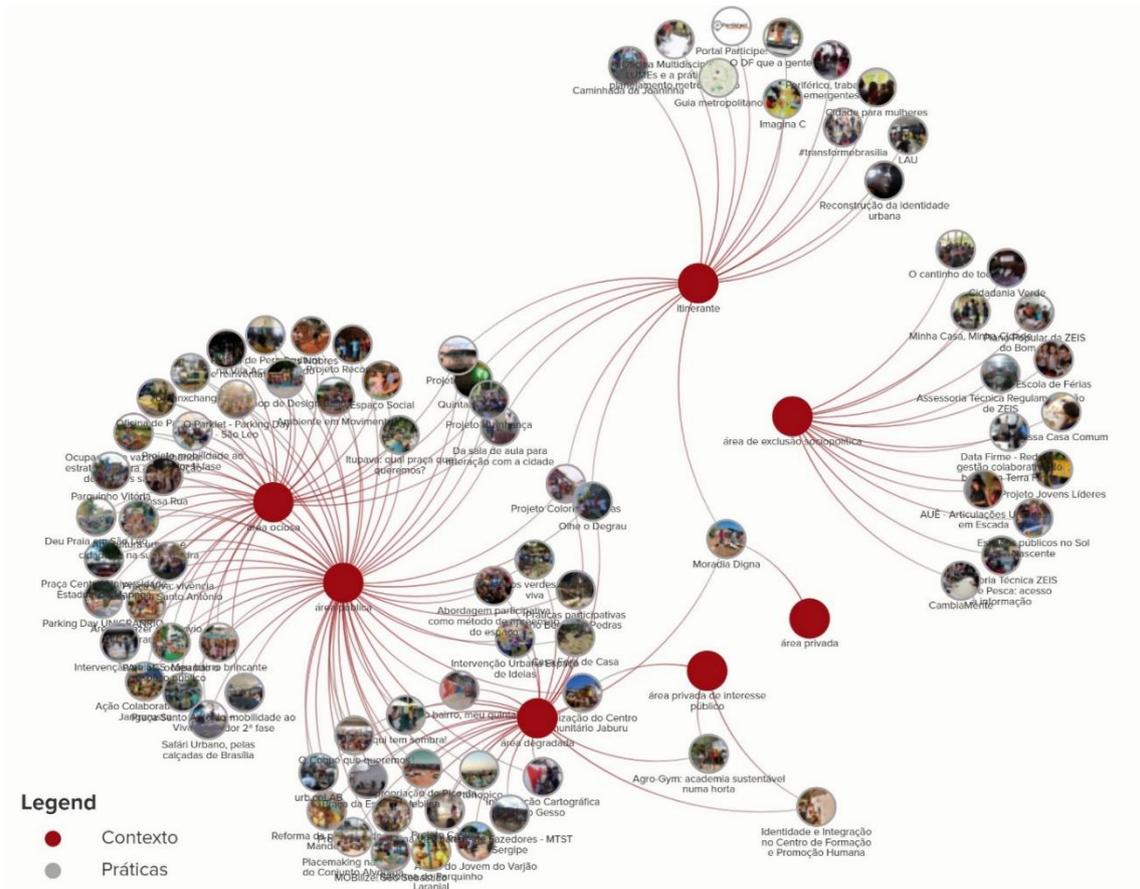
A subcategoria áreas privadas compreende apenas 01 prática, a qual soma os contextos de áreas degradadas e áreas itinerantes. É a Moradia Digna proposta pela Secretaria Municipal de Habitação da cidade de Limeira/SP em conjunto com famílias de baixa renda, na reforma ou construção de suas residências. Unindo assistência técnica, olaria ecológica para produção de tijolos, banco de materiais doados e capacitação de mão-de-obra, a prática contempla diversas propriedades privadas com fim habitacional de interesse social.

É interessante notar que um total de 18 práticas se distinguem por um contexto itinerante, sendo uma característica exclusiva de 11 delas, e as outras 07 combinadas a mais contextos. São práticas que abrangem questões que se repetem em vários locais cujas resoluções são buscadas por meio de intervenções de revitalização como por exemplo Imagina C, Olhe o degrau, Projeto Colorindo Vidas, e Moradia Digna citada anteriormente, e por meio de apropriações espaciais como Projeto Flutua, Projeto Vizinhança, Quintal Urbano, e Da sala de aula para interação com a cidade. Ou práticas que abrangem questões que transitam e, portanto, não estão associadas a um único local, por exemplo ocorrendo virtualmente como no Guia Metropolitano, O DF que a gente quer, e Portal Participe, ou ainda atendendo a múltiplas situações ou grupos e não a locais, como verificado em #transformebrasilia, Caminhada da Joaninha, Cidade para mulheres, LAU, Periférico trabalhos emergentes, Reconstrução da identidade urbana, e Oficina Multidisciplinar LUMEs.

Independente se práticas dedicadas à um único local ou se itinerantes, demonstram predominante demandas relacionadas ao uso e à valorização de áreas públicas. São 56 práticas que possuem áreas públicas como contexto, sejam praças,

ruas, vazios urbanos, espaços simbólicos, que se encontram ociosas em 32 casos ou degradadas em 24 casos, sem cumprir sua função social prevista constitucionalmente, pelas quais ocorrem mobilizações para trazê-las à vida coletiva de suas comunidades.

Figura 19 – Visualização da categoria contexto.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-contexto>

Embora sobressaia no conjunto práticas voltadas às áreas públicas, áreas ociosas e áreas degradadas, as demais subcategorias menos frequentes carregam também demandas das coletividades enquanto orientação principal, sendo os distintos contextos passíveis de subversão e de ações insurgentes. Vê-se que as lutas trazidas pelas práticas de Urbanismo Colaborativo vão além da busca por melhores espaços públicos, mas também por inclusão sociopolítica, por acesso à serviços e infraestruturas, por áreas urbanas adequadas às necessidades e interesses coletivos.

Propósito

Foram identificados variados propósitos entre as práticas de Urbanismo Colaborativo, relativos tanto a uma dimensão material em termos jurídico-políticos, normativos e produtivos, quanto a uma dimensão imaterial em termos subjetivos e de identidade. Por sua vez, a recorrência de tais propósitos ocorre de formas combinadas na maior parte dos casos, conforme apresentado no Quadro 08.

Quadro 08 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria propósito.

● Categoria propósito	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas	
infraestrutura urbana	espaço coletivo	08	13
	ambiental	01	
	cidadania	03	
	político	01	
espaço coletivo	-	13	48
	infraestrutura urbana	08	
	ambiental	02	
	ambiental cidadania	05	
	cidadania	18	
	político	02	
ambiental	infraestrutura urbana	01	13
	infraestrutura urbana espaço coletivo	02	
	espaço coletivo	02	
	espaço coletivo cidadania	05	
	cidadania	03	
documental	cidadania	02	05
	cidadania político	02	
	político	01	
cidadania	-	16	55
	infraestrutura urbana	03	
	espaço coletivo	18	
	espaço coletivo ambiental	05	
	ambiental	03	
	documental	02	
	documental político	02	
	político	06	
político	infraestrutura urbana	01	12
	espaço coletivo	02	
	documental	01	
	documental cidadania	02	
	cidadania	06	

Fonte: Elaboração pela autora.

Verificam-se entre as práticas situações em que segmentos populares buscam ter um papel ativo na construção de políticas urbanas. Por exemplo, moradores de áreas de ocupação frente aos processos de regularização fundiária, alguns em Zonas Especiais de Interesse Social. Ou mesmo em áreas já regularizadas, a luta é pela obtenção de direitos previstos e dificilmente garantidos, é pela autonomia de gestão local, e contra a pressão imobiliária que invariavelmente as ameaça. São características das práticas Assessoria Técnica da ZEIS Caça e Pesca, Assessoria Técnica da ZEIS de Mucuripe-Lagamar-Pici, Minha Casa Minha Cidade, O cantinho de todos, e Plano Popular da ZEIS do Bom Jardim.

Também há luta política de oposição, por exemplo em evitar a imposição de determinadas decisões sobre os espaços públicos, como nas práticas Praça Central Universidade Estadual de Maringá, e Itupava: qual praça que queremos, que se opõem aos projetos rodoviários previstos a atingir as praças. Outras práticas como Aqui tem sombra, Cidade para mulheres, O DF que a gente quer, Oficina Multidisciplinar LUMEs, e Portal Participe, a força política direciona-se não a um local, mas a determinadas pautas.

Os segmentos populares assinalam que as cidades são produzidas e atravessadas por jogos de forças e que, quando mobilizados a assumirem o protagonismo, não basta que apenas sejam ouvidos, mas que adquiram poderes políticos. Esse propósito político, de reivindicação e negociação de interesses e agendas, está presente nas 12 das práticas urbanas elencadas, mas de modo geral está intrínseco a vários outros objetivos principais manifestados.

Tem-se alguns objetivos normativos e documentais quanto a elaboração de políticas e de diretrizes para instrumentos urbanísticos, como em contextos de áreas de exclusão sociopolítica ou em contextos itinerantes já abordados. O propósito documental é o menos recorrente, tocante a apenas 05 práticas, além de apresentar poucas combinações, apenas com as subcategorias cidadania e/ou político, como no Guia Metropolitano, O DF que a gente quer, Plano Popular da ZEIS do Bom Jardim, Portal Participe, e Reconstrução da identidade urbana.

Outros são propósitos de cunho ambiental, os quais caracterizam 13 práticas. Variam em sustentabilidade ambiental, incluindo preservação ou recuperação de áreas verdes e de recursos hídricos, ou a reintegração de locais de descarte irregular

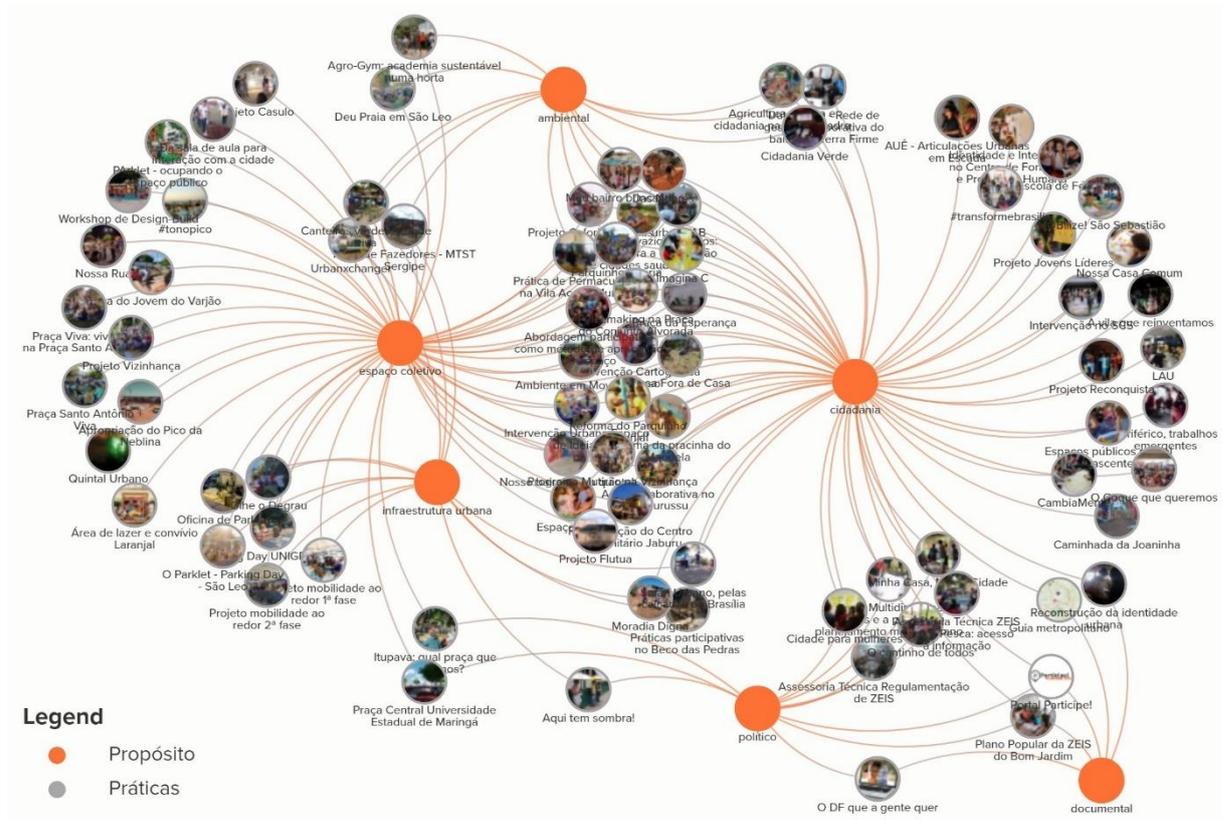
de resíduos, como em Canteiros verdes cidade viva, Cidadania Verde, Data Firme, Deu Praia em São Leo, Parquinho Vitória, e urb.coLAB. Há também a promoção de permacultura em Das Nobres, Prática de Permacultura na Vila Acaba Mundo, e Rede de Fazedores - MTST Sergipe, assim como a promoção de agricultura urbana em Agro-Gym: academia sustentável numa horta, Agricultura urbana e cidadania na superquadra, Ocupação de vazios urbanos: estratégias para a construção de cidades saudáveis, e Urbanxchanger. Nota-se que são práticas voltadas a uma mobilização para o cuidado ambiental e seu fomento, não ocorrendo combinadas com um propósito documental ou político.

Por vezes o propósito comum a atingir é infraestrutura urbana, identificado em 13 práticas com algumas variações. Por exemplo, de acessibilidade em Práticas participativas no Beco das Pedras, de habitação em Moradia digna, de mobiliário e equipamentos em Aqui tem sombra, Rede de Fazedores - MTST Sergipe, e Urbanxchanger. Mas principalmente quanto a mobilidade urbana, em Canteiros verdes cidade viva, Oficina de Parklet, Olhe o Degrau, O Parklet - Parking Day - São Leo, Parking Day UNIGRANRIO, Projeto mobilidade ao redor (1ª e 2ª fases), e Safári Urbano pelas calçadas de Brasília, tratando sobre caminhabilidade e distribuição do espaço viário para todos os tipos de usuários.

Para mais, as práticas urbanas apresentam dois propósitos destacados – cidadania e espaços coletivos, que correspondem a 55 e 48 práticas, respectivamente. Além de combinados entre si e com os demais propósitos, ambos são os únicos verificados como característica exclusiva de algumas práticas, sendo 16 práticas somente com a subcategoria cidadania e 13 somente com a subcategoria espaços coletivos, o que reforça a distinção de tais propósitos no conjunto.

Há práticas voltadas a prover espaços para a coletividade, dispondo-os ao uso, à permanência, ao convívio de suas comunidades. São práticas que indicam uma visão estratégica mais ampla, pois além da escassez de espaços coletivos em si, manifestam a intenção em estabelecer relações, em fortalecer as conexões das pessoas com os locais. Soma-se a importância desses espaços como um elemento referencial que sinaliza física e simbolicamente a organização e ação social, e que se converte no reconhecimento político do uso coletivo como forma de resistência.

Figura 20 – Visualização da categoria propósito.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-propósito>

Vê-se assim que as iniciativas transitam entre domínios da materialidade e da imaterialidade, sob um aspecto relacional dos quais tratam autores como Santos, Porto-Gonçalves e Haesbaert³³⁵. Possuem, por um lado, atributos empíricos que repercutem de modo concreto sobre o mundo material, a partir de processos físico-espaciais, que aspiram sua melhoria e qualificação, mas para a coletividade. Por outro lado, possuem atributos subjetivos que repercutem em processos de significação e apropriação cidadã sobre os espaços. Nesse sentido, as ações em termos simbólicos são fundamentais para produzirem movimentos sobre os espaços e consequências práticas sobre as cidades, pelos e para os cidadãos.

Sob esse aspecto relacional pode também ser observada a busca por cidadania que perpassa grande parte das práticas estudadas, referindo-se ao empoderamento e engajamento cidadão em torno de direitos ou de determinadas causas. Tendo em

³³⁵ Santos (1997 [1985]); Porto-Gonçalves (2002); Haesbaert (2007b).

conta que um acesso igualitário a direitos se torna cada vez mais dificultado, sobretudo frente ao neoliberalismo, é possível olhar, nessas práticas, para mudanças no exercício da cidadania.

Cabe referir o conceito de cidadania insurgente proposto por Holston³³⁶, como uma expandida concepção de cidadania, que questiona a democracia e seu regime de privilégios, para destacar os novos atores políticos e novas formas de organização. Formas de organização próprias que, dada a distribuição desigual de direitos, insurgem nos centros urbanos demandando o alargamento dos direitos e impondo alternativas pelas quais tenham participação na produção da vida urbana.

As práticas do conjunto vão ao encontro dessa concepção de cidadania. Apesar das inúmeras variações com que aspiram cidadania e dos modos como é obtida em cada caso, identifica-se que fora dos domínios de cidadania disponíveis, não mais são tomadas as questões urbanas unicamente a partir de necessidades essenciais ou a serviços públicos, mas do ponto de vista de reivindicar direitos urbanos, direitos a ocupar a função de produzir e planejar as cidades, e criar as próprias formas de cidadania democrática.

Assim como quando anteriormente tratado dos distintos contextos de surgimento das práticas urbanas, verifica-se agora nos seus propósitos de realização que há um enfoque no aprimoramento de espaços urbanos e, em consequência, da qualidade da vivência das populações, principalmente daquelas historicamente excluídas. Desse modo, ademais das preocupações socioespaciais abrangidas, as práticas de Urbanismo Colaborativo alcançam também atributos inerentemente sociopolíticos, perseguem uma força de mudança, em que se pode depreender que quaisquer variações da categoria propósito podem conter um caráter insurgente, ao tempo que não se mostram excludentes para tal possibilidade.

³³⁶ Holston (1995, 2013, 2016).

Atores

Quando se trata da categoria atores, vê-se que as práticas de Urbanismo Colaborativo dispuseram conjunturas que indicam uma aproximação ou um afastamento quanto ao caráter insurgente. O conjunto das práticas mostra a existência de uma diversidade de atores com distintos graus de envolvimento na produção das cidades e no seu planejamento urbano, sendo que muitas das ações analisadas foram propostas conjuntamente por mais de um tipo de ator.

Quadro 09 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria atores.

● Categoria atores	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas	
grupo social civil	-	29	59
	instituição de ensino	19	
	instituição de ensino setor público	02	
	instituição de ensino setor privado	01	
	setor público	02	
	setor privado	06	
instituição de ensino	-	14	40
	grupo social civil	19	
	grupo social civil setor público	02	
	grupo social civil setor privado	01	
	setor público	01	
	setor privado	03	
setor privado	-	04	14
	grupo social civil	06	
	grupo social civil instituição de ensino	01	
	instituição de ensino	03	
setor público	-	02	07
	grupo social civil	02	
	grupo social civil instituição de ensino	02	
	instituição de ensino	01	

Fonte: Elaboração pela autora.

Os atores à frente das práticas urbanas são em sua maioria grupos sociais civis, que se instituem enquanto coletivos, ativistas, comunidades de moradores, associações, ONGs. Dentre essas variações ocorrem tanto relações temporárias, quanto relações duradouras, sejam mais espontâneas ou com a formalização de um grupo com atuação constante sobre um local ou sobre uma causa em distintos locais, por vezes havendo a constituição jurídica.

lembra Friedmann³³⁸, não são os mesmos movimentos populares do passado, e apesar de carregarem muito das lutas históricas já travadas, hoje os atores sociais demarcam novas reivindicações, com intuito maior de autonomia, em estarem engajados em ser por si mesmos. Suas mobilizações mantêm a importância como crítica à ordem vigente, mas buscam formas de atuação para além das institucionalidades e de suas restritivas imposições, buscam alterar as relações de forças para a reconstrução de valores democráticos e dos rumos no planejamento.

Em que pese a maior recorrência dos grupos sociais civis como atores em 59 práticas do conjunto, é interessante observar que são proponentes únicos em 29 dessas práticas, assumindo para si as responsabilidades na sua realização. No montante das outras 30 práticas ocorre uma atuação combinada com uma ou mais subcategorias de atores - o setor privado, o setor público e, principalmente, as instituições de ensino.

Verifica-se assim uma recorrência destacada também das instituições de ensino, estando envolvidas em 40 práticas urbanas. Ainda que por vezes também sejam proponentes únicos, como em 14 dessas iniciativas, em grande parte das vezes as instituições de ensino atuam juntamente com outros atores, a partir de suas solicitações, sobretudo com os grupos sociais civis já referidos.

A área de arquitetura e urbanismo aparece com frequência dentre as instituições de ensino levantadas, mas não somente, havendo transdisciplinaridade de áreas envolvidas, assim como de distintos níveis escolares. Há indicações até mesmo do surgimento de coletivos a partir da academia, por intermédio de estudantes, docentes e pesquisadores.

Através de atividades de ensino, de pesquisa e, especialmente, de extensão, vê-se que a maior contribuição das instituições acadêmicas é com a fundamentação técnica das comunidades como suporte a processos participativos, a argumentação coletiva e a movimentos emancipatórios. Mas é possível ressaltar contribuições também do ponto de vista epistemológico, quando o modo pedagógico ocorre em torno da realidade e do ensino transformador a que Mirafteb³³⁹ aponta a necessita de evocar, assim como contribuições de publicações de pesquisas que investigam tais

³³⁸ Friedmann (2011).

³³⁹ Mirafteb (2016).

práticas urbanas, subsidiando importantes dados e valorizando-as na construção do conhecimento científico.

O setor privado, sejam empresas ou profissionais, são atores identificados em 14 das práticas urbanas, majoritariamente das áreas da arquitetura, do urbanismo, do planejamento, das artes. Algumas são iniciativas apenas do setor privado, como a Casa Fora de Casa, Deu Praia em São Leo, O Parklet - Parking Day - São Leo, e Oficina de Parklet, e outras identifica-se a parceria com instituições de ensino, como em CambiaMente, Espaços públicos no Sol Nascente, e Nossa Casa Comum. Já nas práticas Imagina C, Nosso bairro meu quintal, O Coque que queremos, Prática de Permacultura na Vila Acaba Mundo, Revitalização do Centro Comunitário Jaburu, Urbanxchanger, e Workshop de Design-Build, o importante a destacar são os processos bastante abertos e com uma mudança de abordagem, em que os profissionais atuam como cocriadores junto com os membros das comunidades, ou mesmo como facilitadores na construção das ideias, colocando-se lateralmente para sobressair o papel ativo dos atores sociais.

Ainda o setor público está dentre os atores em apenas 07 práticas, sendo Escola de Férias, Espaço social, Moradia Digna, Programa Mutirão na Vizinhança, Projeto mobilidade ao redor (1ª e 2ª fases), e urb.coLAB. Verifica-se que tais práticas são parte de ações experimentais ou de programas já implementados pelos governos.

O aspecto relevante pode ser atribuído ao fato dos gestores apresentarem propostas focadas em inovar em relação aos próprios procedimentos institucionais, especialmente de forma coparticipada com atores sociais, que demonstram alto grau de engajamento ao longo dos processos. No entanto, diferentemente das instituições de ensino e do setor privado que, em alguma medida buscam instigar a autonomia dos grupos sociais civis, quando se trata do setor público, uma emancipação parece dificultada ou impossibilitada pela dependência que se estrutura nessa relação.

Nesse sentido, tem-se subcategorias de atores que se distinguem quanto ao nível de insurgência, dadas às formas e com que interesses atuam nas práticas urbanas. Muito dessa condição se deve também ao tipo de organicidade que se desenvolve nas práticas, e que pode guardar correlação com os próprios atores envolvidos, como abordado a seguir a respeito da categoria organização.

Organização

A forma de organização das práticas urbanas interfere em como as relações de poder ocorrem internamente, de modo que os atores que assumem maior centralidade têm o poder ampliado, pois se tornam essenciais aos processos. Logo, por um lado há processos hierárquicos, organizados de cima para baixo (*top-down*), com partes em posição de maior poder³⁴⁰, seja o domínio técnico de profissionais, as estruturas institucionais do Estado, ou mesmo as lideranças comunitárias em certos casos. Por outro lado, há processos não-hierárquicos, organizados de baixo para cima (*bottom-up*), em que o poder é compartilhado entre os atores³⁴¹.

Esses processos referenciados pela literatura marcam presença bastante equivalente entre as práticas analisadas. A maior parte dos processos se mostram não-hierárquicos, porém há processos que se propõem democráticos, mas que na verdade se instituem hierárquicos, exatamente por não obterem uma descentralização nas formas organizativas das práticas.

Quadro 10 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria organização.

● Categoria organização	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas
hierárquica	-	37
não-hierárquica	-	46

Fonte: Elaboração pela autora.

Nos casos de iniciativa do setor público, mesmo suscitando o engajamento da sociedade civil nos processos, como já mencionado, uma vez a prática sendo iniciada institucionalmente, é idealizada uma autoridade e conseqüente relação verticalizada de dependência das estruturas do governo para sua realização. No mesmo sentido, em iniciativas do setor privado ou de instituições de ensino, nos casos em que se constata a centralidade de tais atores, o grau de envolvimento da sociedade civil não leva a tomarem para si uma posição independente nos processos, mesmo que em situações haja incentivo para isso.

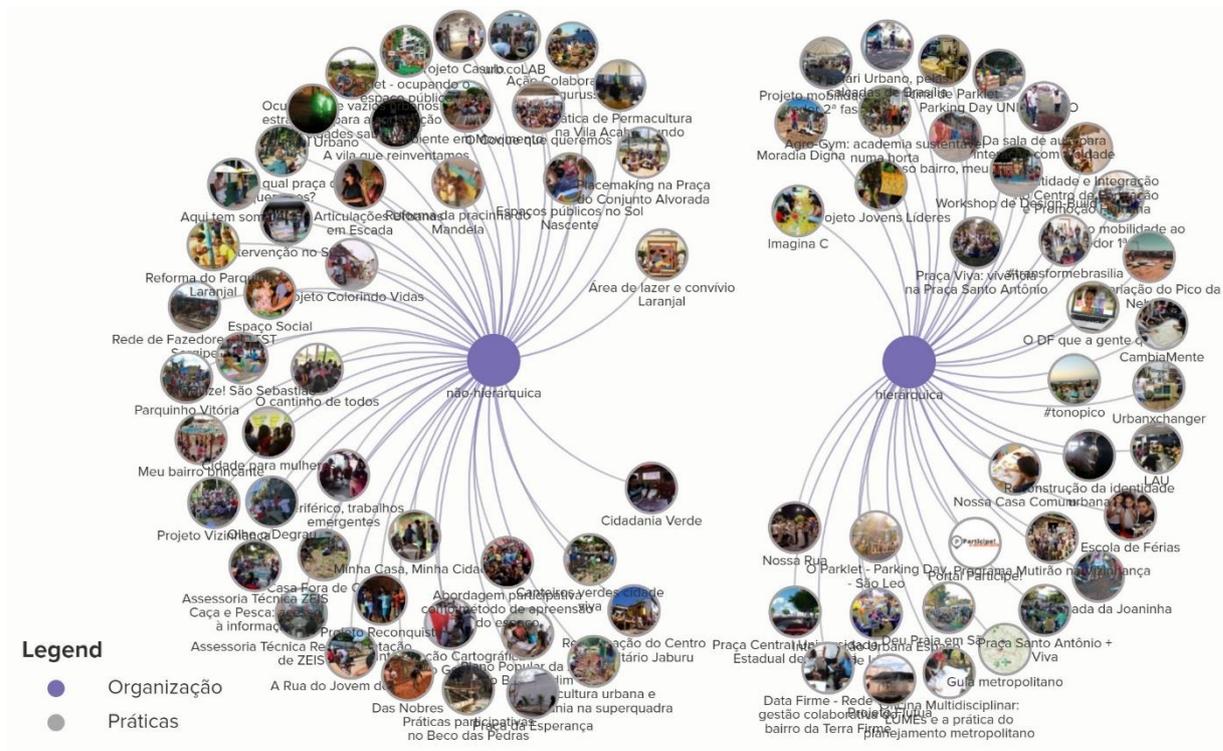
³⁴⁰ Harvey (2014 [2012]); Brenner *et al* (2018).

³⁴¹ Sandercock (1998); Holston (2016); Mirafab (2018).

No entanto, concordando com Souza³⁴², ter a dimensão da verticalidade mesclada com elementos de horizontalidade impede que seja um autoplanejamento genuíno, mas não diminui a relevância dessas práticas, tampouco do papel desses tipos atores em buscar novas maneiras de agir sobre o urbano, pois também organizam processos não-hierárquicos, construídos de forma compartilhada com a sociedade civil, sinalizando possibilidades de rupturas.

Já nos casos de iniciativa de grupos sociais civis verifica-se que tendem à horizontalidade, na sua maioria com uma organização caracterizada pela ausência de hierarquia e de um caráter centralizador, acentuando a valorização da democracia. Significa que pode haver uma referência dos atores proponentes das práticas, mas os processos não destacam autoridades, são orgânicos e flexíveis, todos fazem parte das decisões, o que faz com que o sucesso de realização esteja baseado na auto-organização e autonomia dos envolvidos.

Figura 22 – Visualização da categoria organização.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-organizacao>

³⁴² Souza (2017).

Ademais do foco na categoria organização apresentado na Figura 22, as referidas relações com a categoria atores podem ser também visualizadas na Figura 18 apresentada anteriormente.

O que se percebe na análise das práticas urbanas do conjunto é que quando assumem uma organização aberta, heterogênea e horizontal, contribuem para relações mais amplas entre distintos atores. Tanto no que diz respeito a diversidade de pessoas que integram coletivos, comunidades, associações, como a ter vários desses grupos, profissionais, empresas, órgãos públicos, como um agrupamento de atores a volta das ações.

São agrupamentos que se modificam a cada prática, de acordo com as circunstâncias, mas que contrapõem os preceitos de individualismo da ordem neoliberal³⁴³ ao promoverem a coletividade e a colaboração. Embora os distintos interesses imanentes à diversidade de atores em processos colaborativos, tal qual argumentam autores como Randolph e Fainstein³⁴⁴, a superação de dificuldades e as negociações em prol de propósitos comuns não podem perder de vista divergências e diferenças, fundamentais para realmente agregar experiências sociopolíticas.

Nesse sentido, são potentes as formas de organização não-hierárquica verificadas nas práticas de Urbanismo Colaborativo em grande medida devido às relações entre os atores envolvidos, uma vez que somam diferentes saberes, capacidades e meios de ação. São gerados aprendizados com a aceitação das diferenças e fortalecidas não só as possibilidades de resultados, como do poder de cada ator em gerar transformações quando articulados coletivamente. Trata-se de um modo de compartilhamento de poder, cuja dimensão insurgente está atrelada justamente à organização não-hierárquica por oportunizar um desafio às relações verticalizadas que em geral se impõem na produção das cidades.

³⁴³ Harvey (2008 [2005]).

³⁴⁴ Randolph (2007); Fainstein (2020).

Apoio

Cabe enfatizar que há atores externos contribuindo em determinados momentos das práticas urbanas, conformando uma rede de parcerias e de apoio, em que são mobilizados recursos, sejam materiais ou financeiros. Isso porque as práticas surgem a partir da mobilização de certos atores, enquanto recursos humanos, mas sem necessariamente disporem dos demais recursos para sua realização.

Promover ações pelas cidades, denunciando problemas e propondo soluções, traz também como desafio a limitação de recursos, geralmente muito escassos ou indisponíveis. Vê-se que o foco em ações impactantes e transformadoras a partir de ideias simples, de baixo custo e de fácil execução é um ponto em comum entre as práticas analisadas, que fazem o reconhecimento de recursos locais e definem expectativas realistas e adequadas às condições de obtenção de recursos a serem complementados, recorrendo a eventuais parceiros e apoiadores.

Ter o campo de ação como um interesse compartilhado entre diferentes atores pode ser favorável para articular distintos tipos de apoio, materiais ou financeiros, e aliar distintos tipos de apoiadores, sejam públicos, privados ou coletivos. As relações em torno dos apoios verificados no conjunto de práticas são apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria apoio.

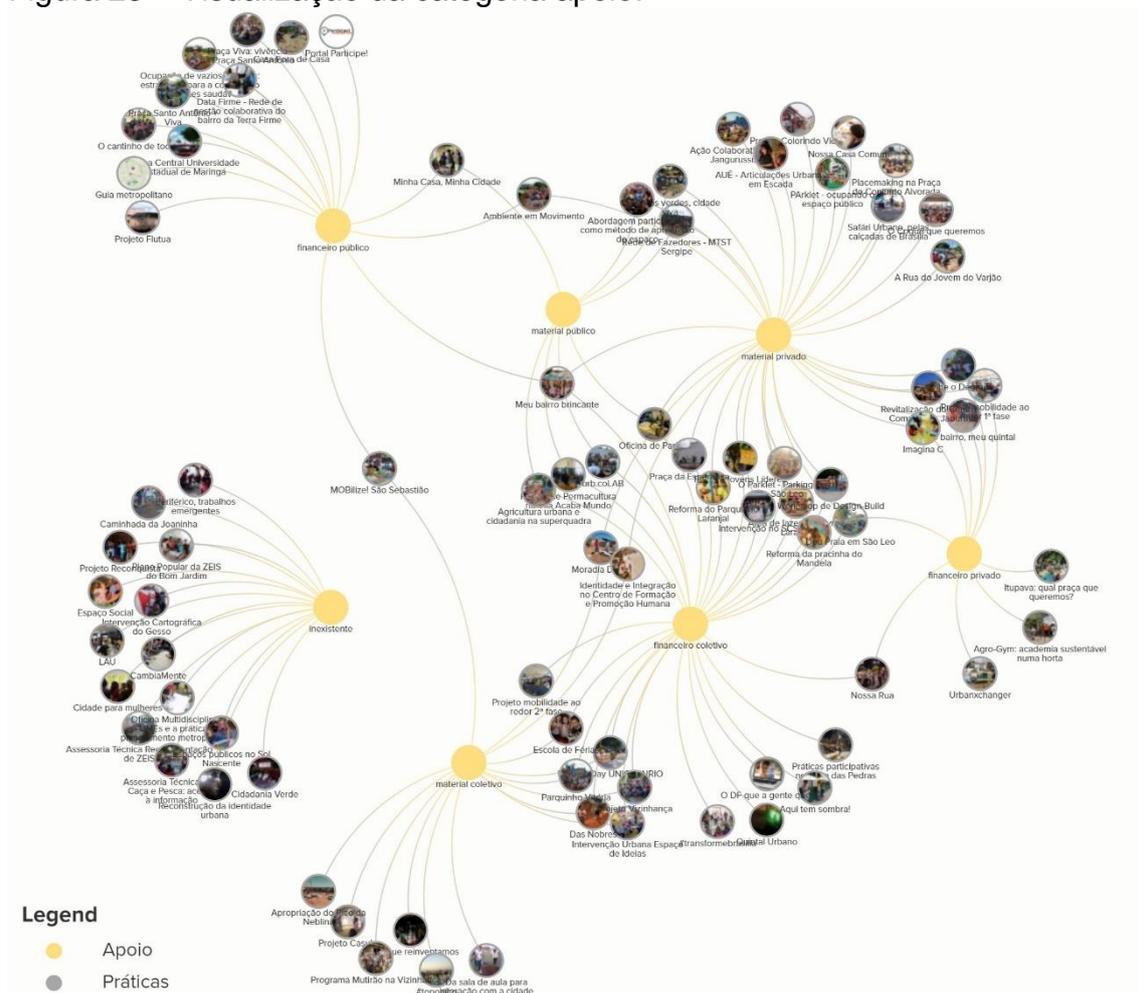
● Categoria apoio	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas	
inexistente	-	15	
material	público	08	54
	privado	31	
	coletivo	15	
financeiro	público	14	51
	privado	10	
	coletivo	27	
público	material	08	22
	financeiro	14	
privado	material	31	41
	financeiro	10	
coletivo	material	15	42
	financeiro	27	

Fonte: Elaboração pela autora.

Recursos provenientes dos próprios proponentes foram fundamentais para viabilizar a implementação das práticas urbanas. Mas os apoios externos, recebidos na grande parte dos casos, provaram ser um fator bastante importante para criar novas oportunidades em relação aos processos experimentados.

Há uma recorrência bastante equivalente entre os tipos de apoio, sendo de recursos materiais em 54 práticas e de recursos financeiros em 51 práticas. Já no que se refere aos tipos de apoiadores, é menos recorrente os apoiadores públicos em 22 práticas, e há uma equivalência entre apoiadores privados em 41 práticas e apoiadores coletivos em 42 práticas. Vê-se ainda que a união de diferentes tipos de apoio e de apoiadores caracterizam 49 práticas. Em apenas 15 práticas não há indicação de qualquer apoio recebido.

Figura 23 – Visualização da categoria apoio.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-apoio>

O apoio através de recursos materiais, indicado em 54 práticas, refere-se a equipamentos, produtos e instalações, doados ou cedidos para uso temporário na realização das ações. Os recursos materiais foram providos destacadamente, em 31 desses casos, por parceiros privados, por empresas ou por cidadãos individualmente. Foram também recursos providos de modo coletivo, como por exemplo pelos membros das comunidades diretamente envolvidas, em 15 dos casos. Ou ainda, por órgãos públicos em apenas 08 dos casos, que forneceram certos materiais construtivos, itens para pintura, insumos e mudas para plantio.

Esses números expressivos evidenciam a dificuldade das práticas em disporem por si só dos recursos materiais e a importância dos esforços investidos até mesmo por diferentes tipos de apoiadores em um mesmo caso. Os apoios se mostram fundamentais para conceder um lugar de ação, para oportunizar uma capacidade de promover as próprias respostas às demandas, sobretudo pelas características de cocriação e autoprodução muito presentes entre as práticas do conjunto.

Quanto aos recursos financeiros como forma de apoio, indicados em 51 práticas, em sua maioria foram angariados coletivamente, em 27 desses casos, sejam contribuições de modo espontâneo ou em campanhas de arrecadação, algumas de maneira virtual através de plataformas conhecidas como *crowdfunding*.

Nas situações de financiamento público, em 14 dos casos, há de se observar que na prática Data Firme os recursos foram provenientes de emenda parlamentar, e nas demais foram através de editais. Sejam editais de instâncias governamentais, como em Ambiente em Movimento (Programa Governamental Ceará Pacífico), Casa Fora de Casa (Fundo Estadual de Arte e Cultura de Goiás), Meu bairro brincante (Fundo Ciranda: Cidade das Crianças), MOBilize São Sebastião (Fundo Casa do Programa CASA Cidades), Ocupação de vazios urbanos (Ministério da Saúde), e Projeto Flutua (Lei de Incentivo à Cultura), ou editais de instituições de ensino, como em Guia metropolitano (UFMG), Minha Casa Minha Cidade (UFBA), O cantinho de todos (UnB), Praça Viva: vivência na Praça Santo Antônio (UFSM), Praça Santo Antônio+Viva (UFSM), Portal Participe (UFPA), e Praça Central Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Menos recorrente, em 10 dos casos, houve o financiamento privado, parte proveniente de empresas patrocinadoras, como em Deu Praia em São Leo, Itupava: qual praça que queremos, e Nossa Rua, e parte através de editais de entidades nacionais e internacionais como fundações, institutos e ONGs, como em Agro-Gym: academia sustentável numa horta (Instituto Jatobás), Imagina C (Fundação Bernard Van Ler), Olhe o Degrau (ONU-Habitat das Nações Unidas), Nosso bairro meu quintal (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Projeto mobilidade ao redor 1ª fase (NTU, ANPTrilhos), Revitalização do Centro Comunitário Jaburu (ONG Brazil Foundation), e Urbanxchanger (ONG Alfred Herrhausen).

Observa-se que as diferentes relações entre subcategorias, as quais caracterizam 49 práticas do conjunto, como já referido, não necessariamente têm sempre todas as possibilidades de rede acionadas. Nesse sentido, são 03 as práticas que mais acumulam apoios e apoiadores, sendo Deu Praia em São Leo, que conta com material privado, financeiro privado e financeiro coletivo; Meu bairro brincante, com material privado, financeiro público e financeiro coletivo; e Oficina de Parklet, com material privado, material público e financeiro coletivo.

Pode-se considerar que as práticas com uma rede de apoio ampla e diversificada expandem sua esfera de influência e de alianças políticas, tendo maiores condições de atingirem seus propósitos quanto aos processos de planejamento, até mesmo sendo de contrariedade aos mecanismos hegemônicos estabelecidos. Por outro lado, práticas independentes de qualquer apoio podem ser consideradas mais disruptivas, na medida em que apoios deixariam margem para interferências nos processos, pela situação de vulnerabilidade das comunidades frente ao contexto de mercantilização das cidades. No entanto, apesar da importância em se conhecer quais os recursos faltantes e com quem essas práticas estão se articulando para supri-los, esse não é um componente que isoladamente distingue o caráter insurgente.

Método

Tal como na categoria apoio, não se constata uma distinção do caráter insurgente quando analisados os vários métodos utilizados no conjunto de casos. Compreende-se todas as variações desse componente como formas de acessar a prática urbanística, que combinadas com propósitos sociopolíticos, tensionam a lógica da cidade neoliberal para instituir um outro percurso de produção do urbano. Mesmo que esses métodos não sejam suficientes para modificar as desigualdades de poder, abrem as brechas que estão sendo aproveitadas pela população.

À medida que a crise urbana avança e fragiliza os instrumentos democráticos, a população inova não só com outros espaços de ação, mas também em renovar os métodos de realização. Superam as dificuldades desenvolvendo articulações colaborativas entre diferentes atores e seus múltiplos modos de fazer táticos e resistentes³⁴⁵. A questão aqui não são tanto as especificidades nos modos de fazer, e sim os princípios que lhes conferem capacidade inovadora e imaginativa para uma transformação e produção contra-hegemônica das cidades.

A escolha dos métodos nessas práticas urbanas decorre da identificação das oportunidades de cada contexto e, como já visto, demonstra ser indissociável da atenção à simplicidade, aos custos e à facilidade de execução, assim como ser pautada na promoção da colaboração. Além disso, são métodos que priorizam um forte impacto na aproximação da população com os processos, com o coletivo e com o local de realização, conduzindo a diferentes meios de ação.

Além do repertório dos métodos indicados pelas práticas de Urbanismo Colaborativo ser bastante diverso, verifica-se que em 26 dos casos são utilizados dois ou mais métodos conjuntamente, ampliando ainda mais as possibilidades nos modos de fazer. No entanto, em sua maioria, em 57 dos casos, há aplicação de um método unicamente, sem haver combinações com as demais subcategorias. Tais relações são apresentadas no Quadro 12.

³⁴⁵ Certeau (1980).

Quadro 12 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria método.

Categoria método	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas	
apropriação	-	14	21
	intervenção	02	
	arte	04	
	tecnologia	01	
intervenção	-	21	34
	apropriação	02	
	educação	04	
	educação arte	01	
	arte	04	
	tecnologia	02	
educação	-	22	30
	intervenção	04	
	intervenção arte	01	
	tecnologia	03	
arte	apropriação	04	09
	intervenção	04	
	intervenção educação	01	
tecnologia	-	05	11
	apropriação	01	
	intervenção	02	
	educação	03	

Fonte: Elaboração pela autora.

Mesmo métodos que são pouco frequentes entre os casos, ainda assim apresentam uma importante aplicação. A tecnologia, por exemplo, é base para a realização de 11 práticas do conjunto. Em Agro-Gym: academia sustentável numa horta, Das Nobres, Moradia Digna, Programa Mutirão na Vizinhaça, e Urbanxchanger são utilizadas técnicas voltadas à prototipagem, à sustentabilidade, à bioconstrução e à permacultura, inclusive como atos de memória, dado o resgate de procedimentos e formas construtivas de uma comunidade.

Há também o uso das novas tecnologias de informação, com importância de conectar espaços urbanos digitais e presenciais e promoverem um novo engajamento cívico e contrapoderes pela internet, tal como aponta Holston³⁴⁶. Tais tecnologias estão presentes em plataformas digitais utilizadas como meio de construção colaborativa de ideias cidadãs e de ampliação do processo participativo em projetos

³⁴⁶ Holston (2016).

e planos, como em #transformebrasil, Data Firme, Guia metropolitano, O DF que a gente quer, Portal Participe, e Reconstrução da identidade urbana.

Cabe ainda mencionar as mídias digitais utilizadas como meio de divulgação e de organização, que demonstram ser especialmente válidas para mobilizar mais pessoas e para a afirmação das ações. As mídias digitais, como redes sociais e *blogs* são utilizadas, mesmo que não como método principal, por quase todas as práticas urbanas, permitindo produzirem os próprios discursos sobre sua atuação e as experiências vividas nos processos, cujos sítios eletrônicos constam no levantamento apresentado no Anexo C. No entanto, embora a importância do meio digital, possibilitando articular diferentes atores, até mesmo distantes fisicamente, e criar redes que transpõem o próprio campo de ação, as práticas analisadas têm o meio físico como principal enfoque para conectar as pessoas.

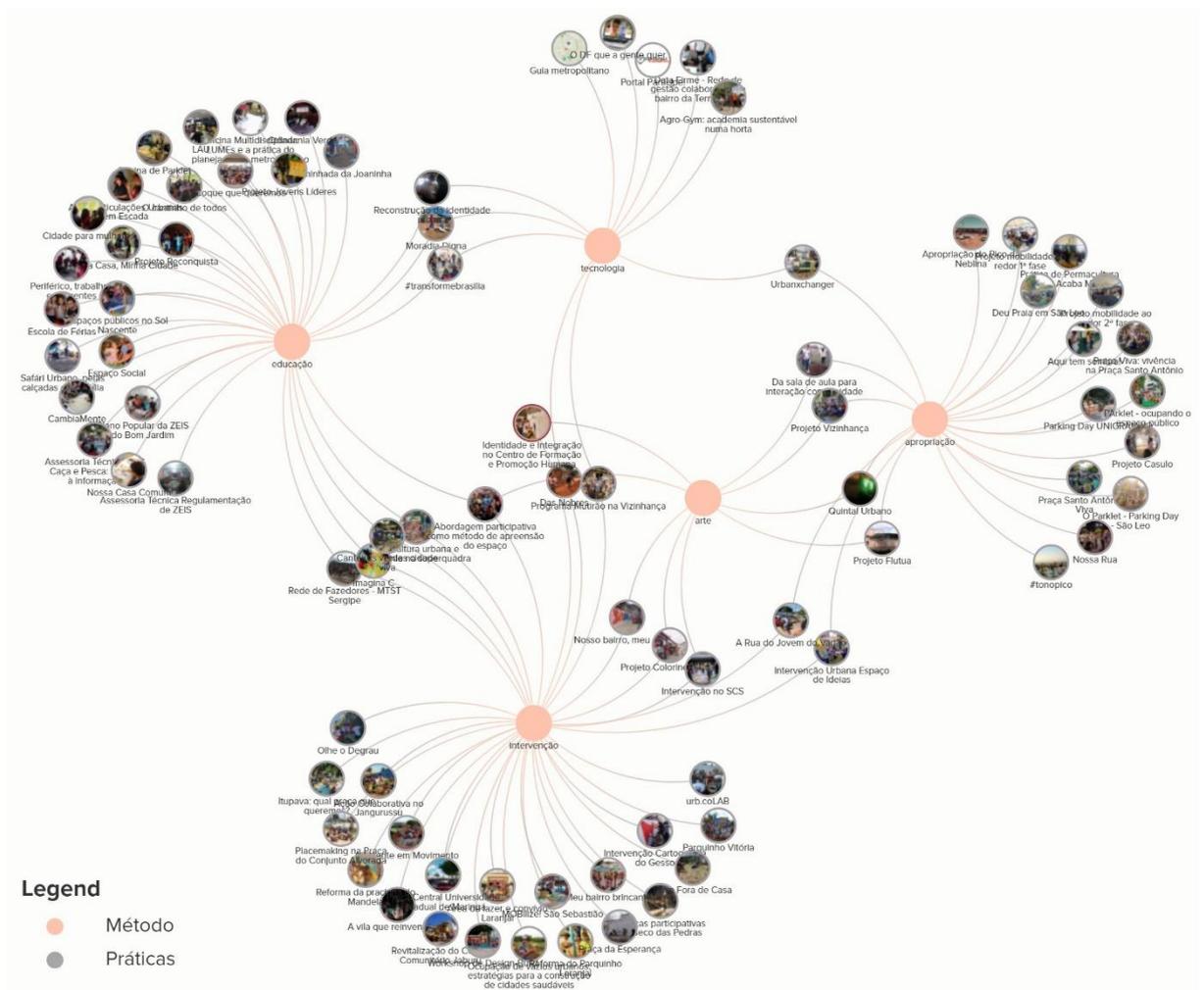
O uso da arte como método indicado em 09 dos casos promove a ativação artística e cultural dos espaços, estimulando e compartilhando sensibilidades e ativismos. Certas práticas estão baseadas em instalações e experimentações efêmeras expositivas, performáticas, lúdicas, como meio de construir relações afetivas duradouras nos espaços, como em Da sala de aula para interação com a cidade, Projeto Flutua, Projeto Vizinhança, e Quintal Urbano. Outras já buscam deixar marcas gravadas nos muros, nas fachadas, nos espaços coletivos das cidades, com pinturas e murais explorando temas sociais ou históricos, feitos pelas comunidades, por vezes envolvendo artistas com oficinas de grafite e muralismo. São métodos orientados para a valorização e resignificação local através da arte urbana, característicos das práticas Abordagem participativa como método de apreensão do espaço, Identidade e Integração no Centro de Formação e Promoção Humana, Intervenção no SCS, Nosso bairro meu quintal, e Projeto Colorindo Vidas.

Já os processos que assumem a educação como método são destacados por 30 das práticas, em uma triangulação entre ensinar, aprender e agir. Por um lado, as atividades educativas estão na interlocução com as comunidades em um esforço de ampliar a consciência crítica e incluir novas reflexões sobre as questões urbanas que, por sua vez, possam abrir novas frentes de manifestação e ação às condições socioespaciais, às injustiças, à igualdade efetiva de participação popular sobre as cidades e seu planejamento. Por outro lado, verifica-se o enfoque em educação do

ponto de vista técnico e político sobre os assuntos urbanos, por meio do compartilhamento de conhecimento em oficinas, workshops, ateliês, tendo a capacitação como aliada do empoderamento das comunidades para a autonomia, para a participação em processos decisórios, para a autogestão dos territórios enquanto seus locais de vida, para realmente porem em ação as ideias aí geradas.

Entre os casos, a educação se mostra um mecanismo importante nas disputas por espaços de poder, em situações de contraposição a negociações excludentes, a políticas públicas e a decretos impositivos. A partir da educação crítica, técnica e política, as comunidades propõem alternativas de inclusão democrática em instâncias deliberativas próprias, assim como fortalecem a participação em debates públicos.

Figura 24 – Visualização da categoria método.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-metodo>

Muitas das práticas analisadas dão centralidade aos espaços urbanos, que constituem o campo para as operações, para as reivindicações, para as conexões que dão forma às ações coletivas e que vão repercutir em processos materiais e imateriais sobre os territórios. Processos esses no sentido relacional³⁴⁷, em que as ações são tanto a respeito do aspecto material, da funcionalidade, do uso dos territórios para lazer, para convívio, para plantio, quanto do aspecto imaterial, que tem nos territórios o local simbólico, de identidade, de significações.

Destaca-se em 21 das práticas a apropriação dos espaços como um método orientado não apenas a dar visibilidade ao local, mas principalmente para marcar a presença coletiva quanto ao direito de acessar e de produzir as cidades e, portanto, de participar das decisões sobre como os espaços são planejados e utilizados. As práticas de apropriação buscam assim pelo controle dos espaços, modificando ou suspendendo seus usos, mesmo que momentaneamente, como meio de manifestar insatisfações, de experimentar novos feitos, de reivindicar o espaço público para a coletividade e de contrapor os processos de especulação e de privatização que sobressaem sobre as áreas das cidades.

Com a apropriação física, os espaços são também ressignificados. As atividades, eventos, vivências são realizados como táticas para ativação e ocupação dos espaços e para estabelecer vínculos da população a partir de novas significações. Com essas práticas, amplia-se a possibilidade de haver o pertencimento da população em relação aos espaços e, de modo cíclico, promover o cuidado a partir do uso e o envolvimento com as pautas urbanas, que projete ações futuras de melhoria da ambiência urbana para a coletividade.

Tais ações podem tratar-se de intervenções, enquanto método mais recorrente entre 31 dos casos, baseado na modificação e reestruturação física dos espaços que possibilitam novas experiências e vivências. As intervenções abrangem demandas cotidianas, que buscam ser supridas com a construção ou adaptação dos espaços às novas funções e necessidades reais, como mobiliários, equipamentos comunitários, ajardinamentos, principalmente pelas condições de abandono e degradação na maior parte das vezes. Ademais se intervenções mais pontuais ou mais abrangentes, vê-se

³⁴⁷ Santos (1997 [1985]); Porto-Gonçalves (2002); Haesbaert (2007b).

que da mobilização à execução há um envolvimento intenso, de forma coletiva e colaborativa, que fortalece as relações entre os participantes e destes com o local.

Para tanto, as intervenções ocorrem também por meio de reinterpretações, produzindo novas relações e significações com os espaços. De maneiras diversas as contribuições extrapolam a intervenção física, pois se altera a visão e o pertencimento acerca do local, que de subutilizado ou esquecido passa a ter sua vida renovada, a ser parte da vida cotidiana de suas comunidades.

A prática denominada Abordagem participativa como método de apreensão do espaço, por exemplo, proposta pelo Coletivo Camaleão, promove a revitalização de espaços degradados no residencial Vitória da Resistência de Aracaju/SE, a partir de oficina de grafite e de atividades lúdicas voltadas para a sustentabilidade ambiental. É a prática do conjunto analisado que reúne mais métodos conjuntamente, sendo intervenção, educação e arte. Tratando-se de um residencial originado de uma ocupação urbana que resistiu durante catorze anos, ademais de melhorias ao local, os métodos são utilizados como meios para evidenciar a consolidação da comunidade e destacar os seus moradores como principais atores produtores desse espaço.

Nesse movimento para uma transformação socioespacial fica evidente que para as comunidades a atuação nos espaços urbanos, seja em apropriações ou em intervenções, configura um importante ato político e de luta nas disputas de poder territorial. Em um contexto neoliberal, em que o desenvolvimento do planejamento pelo Estado tende a garantir os interesses de agentes econômicos, as práticas urbanas não só revelam as disputas sobre as cidades como as contestam, reivindicam o acesso às cidades, demandam a ampliação da experiência democrática, e criam os próprios mecanismos para isso.

Pode-se pensar assim, a partir de Haesbaert³⁴⁸, nas práticas de apropriação e intervenção como ações que geram novas territorialidades, como processos de territorialização em permanente construção, sempre abertos à transformação. Muitas das práticas urbanas surgem em reação à privação e à precarização dos territórios e das condições de vida, as quais ocasionam muito da perda de conexão e de identificação. Nesse sentido, as práticas são reativas, mas também proativas,

³⁴⁸ Haesbaert (2004, 2007b).

buscando a reconstrução dos territórios enquanto referenciais que levem à retomada das relações de significação pela população e a sua reinserção territorial.

Quer se olhe do ponto de vista de um apoderamento físico ou simbólico, essas ações de territorialização representam a luta por novas relações de poder em torno dos processos urbanos. Em grande medida as práticas urbanas contrapõem a ordem vigente em seus termos neoliberais para, de forma estratégica, imprimir outros modos de fazer, outros modos de sentir, associados à realidade, cujas repercussões são potentes para influenciar maiores transformações. Por outro lado, certas práticas, mesmo quando atuam de forma independente das estruturas institucionais e confrontam seus poderes, nem sempre são voltadas a transformar os sistemas hegemônicos, pois resistem a questões mais específicas, defendem interesses mais imediatos partilhados no cotidiano.

Essas práticas se relacionam às microrresistências delineadas por Certeau³⁴⁹, como desvios táticos cotidianos dos sujeitos comuns perante os poderes dominantes. As táticas mostram-se operações transgressoras e políticas, que escapam aos controles dos sistemas de regras impostos, que alteram o sentido da ordem de poder para experimentar uma reinvenção do cotidiano e das cidades.

Assim é que se desenvolvem muitas das ações sobre o urbano experienciadas, subvertendo a lógica programada para responder aos desafios em situações do cotidiano. Através de distintos métodos, as práticas de Urbanismo Colaborativo constroem dinâmicas próprias de atividade, abrindo possibilidades para intervir nas cidades através de ações coletivas e colaborativas, principalmente com os membros das comunidades diretamente envolvidas.

³⁴⁹ Certeau (1980).

Escala

Nas práticas de Urbanismo Colaborativo são desenvolvidas ações cuja extensão concerne à realidade de seus participantes, são associadas a determinadas áreas de interesse, derivam sua força das condições e dos meios disponíveis. Ainda assim, são capazes de gerar um grande impacto ao alcance que se propõem, ou mesmo o ultrapassando, exatamente pela simplicidade de sua natureza e pela relevância de suas finalidades.

Verifica-se que o alcance das práticas urbanas do conjunto, no que se refere à escala geográfica, compreende a escala local, a escala da cidade ou a escala regional. Além de alcances distintos, as escalas comportam também especificidades.

Quadro 13 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria escala.

● Categoria escala	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas
local	-	66
cidade	-	13
regional	-	04

Fonte: Elaboração pela autora.

Majoritariamente em 66 das práticas é indicada uma escala local, considerada aqui como os espaços pontuais, a rua, a praça, o quarteirão, o bairro. Sendo iniciativas em menor escala, com processos mais simplificados, construídas a partir de questões e valores que afetam as comunidades, designam uma maior possibilidade de adesão, de consolidação das ações e de resultados mais imediatos.

Grande parte do poder das práticas locais se mostra especialmente na participação das comunidades, que trazem contribuições por terem uma visão de dentro, provenientes dos seus cotidianos vivenciados. Mas também essa participação em muito é impulsionada pela abertura ao debate e à deliberação ao nível local, que é então fortalecido como escala decisória, indo ao encontro da busca por ganhos de autonomia local e novas dinâmicas decisórias democráticas³⁵⁰.

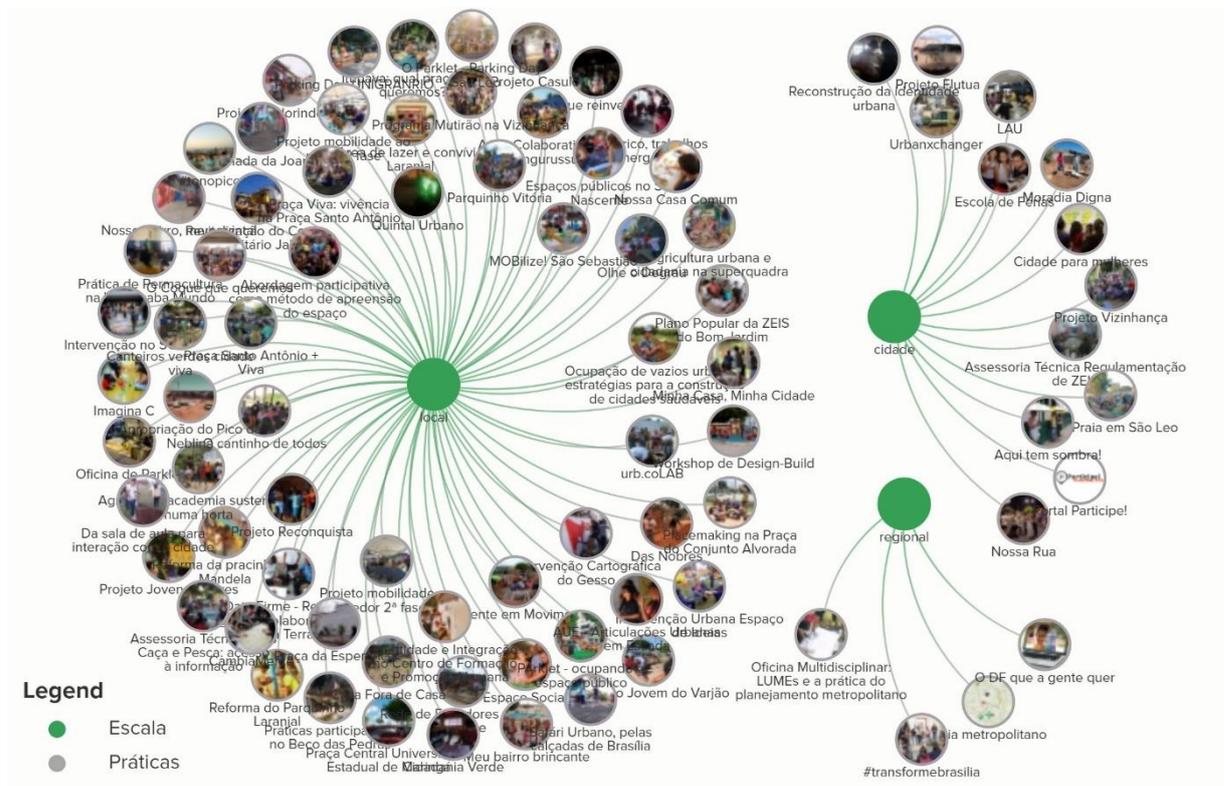
As práticas na escala da cidade ou do município ocorrem em 13 casos. Apesar de muito distintas, apresentam algumas características comuns, como o fato de

³⁵⁰ Souza (2017).

ocorrerem em uma área que é referência municipal e por isso propõem o envolvimento de todos os munícipes, como em Deu Praia em São Leo, e Nossa Rua. Porém a maioria ocorre em relação a uma causa e não a uma área determinada, abrangendo, portanto, pessoas de diversas áreas da cidade, seja pelo formato itinerante ou virtual, como em Aqui tem sombra, Assessoria Técnica Regulamentação de ZEIS, Cidade para mulheres, Escola de Férias, LAU, Moradia Digna, Portal Participe, Projeto Flutua, Projeto Vizinhança, Reconstrução da identidade urbana, e Urbanxchanger.

Já as práticas na escala regional são pouco frequentes, em apenas 04 casos, considerando-se não só as regiões geográficas, mas as regiões metropolitanas e mesmo o âmbito estadual. Também as práticas na escala regional se dividem entre o formato itinerante, em ações desenvolvidas na abrangência metropolitana ou estadual, como em #transformebrasilia, e Oficina Multidisciplinar LUMEs, assim como há ações no formato virtual, por meio de plataformas digitais voltadas para uso em iguais abrangências, como no Guia metropolitano, e O DF que a gente quer.

Figura 25 – Visualização da categoria escala.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-escala>

A escala de ação pode ser alterada, por exemplo, ao mobilizar novos atores ou articular apoiadores, não necessariamente ampliando o alcance espacial, mas o poder de influência no nível escalar já incidido. Ou mesmo haver a extensão espacial, de uma rua para o bairro, para a cidade, para além da cidade. As reivindicações dos participantes podem mudar, iniciando com determinadas demandas e expandindo as áreas ou as causas com os quais se envolvem. Também as ações, quando largamente compartilhadas pelas suas redes presenciais ou digitais, permitem uma repercussão que extrapola seus participantes e onde se realizam, sendo projetadas para outras escalas, tendo as soluções com base nas experiências replicadas ou adaptadas para dar respostas a problemas semelhantes em contextos distintos.

Não há dentre o conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo nenhuma iniciada em nível nacional ou em nível internacional, e embora sejam em sua maioria ações localizadas, podem ser consideradas como parte de um contexto global contemporâneo em que uma série de iniciativas similares surgem em reação à conjuntura neoliberal em diversas cidades pelo mundo³⁵¹. Mesmo ações locais podem ter efeito transescalar ao colocarem em pauta não só uma atividade específica, mas também reflexões sobre o urbano, que reforçam a sensibilização de que são relacionadas a escalas mais amplas, de que estão em conexão com o mundo.

Nas diferentes características e arranjos socioespaciais entre as escalas geográficas, distingue-se a escala local como cada vez mais importante aos espaços urbanos de uma perspectiva insurgente do domínio e da prática de planejamento. Essas práticas que surgem nas ruas, nos bairros, junto às comunidades, evidenciam o argumento de Sandercock³⁵² de que grandes mudanças são construídas a partir de minúsculas emancipações. São os acúmulos de milhares de mudanças em pequena escala que podem gerar um horizonte de maiores transformações nas cidades, gerar novos caminhos para cidades mais inclusivas.

³⁵¹ Harvey (2014 [2012]); Holston (2016).

³⁵² Sandercock (1999, n.p.).

Participação

Em que pese as diferenças quanto ao alcance das práticas analisadas, possuem em comum o intuito de promover ou ampliar a participação popular nos processos decisórios sobre o urbano. Não se trata dos processos participativos institucionais de planejamento urbano, mas dos canais participativos autônomos, criados através das novas práticas urbanas para reivindicar demandas e influenciar a produção das cidades e seu planejamento. Assim como elucida Miraftab³⁵³, à medida que a ilusão na inclusão através dos canais formais desaparece, ao não ter suas reais demandas consideradas, os cidadãos estão conduzindo ações sociais diretas para alcançar cidades mais justas e participativas.

Quadro 14 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria participação.

● Categoria participação	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas
simbólica	-	25
legítima	-	33
autodeterminada	-	25

Fonte: Elaboração pela autora.

Nota-se, entretanto, que em 25 práticas do conjunto essa participação não ocorre de fato, indicando ser apenas simbólica. Quando determinados atores concentram os processos de construção das ações, os demais atores envolvidos são destituídos de poderes decisórios, em geral apenas validando decisões prévias, não participando assim de todas as etapas. Mesmo em situações em que a população é incluída e consultada nos processos, considera-se sua participação simbólica quando não há garantias de que suas questões sejam contempladas, em muito se encerrando no campo das ideias e não havendo deliberações com a previsão de executá-las.

Em grande medida essas situações estão combinadas a uma forma de organização hierárquica das práticas, com partes em maior poder e centrais na realização das ações, restando aos demais uma participação simbólica e esvaziada de poderes. Ao mesmo tempo, o ponto crítico pode estar na dificuldade em estabelecer um engajamento da população, relacionado ao sentimento de não

³⁵³ Miraftab (2018).

pertencimento, na qual a participação só é instigada na medida em que as relações são ressignificadas, contribuindo para evitar a centralização das ações.

De outro lado, são 33 práticas predominantes que promovem uma participação legítima. São aquelas que buscam estabelecer processos efetivamente democráticos, em que as responsabilidades e as decisões são compartilhadas entre os atores, os quais tem poderes delegados e são envolvidos em todas as etapas das ações.

A participação nos processos, mesmo que signifique uma mobilização de forma induzida, inclui o componente social e apresenta uma atuação mais ativa e coletiva. A dimensão da coletividade, que pode ser percebida nesse tipo de participação, está em torno principalmente da elaboração de planos de ação e de projetos participativos juntamente com as comunidades, da discussão dos instrumentos urbanísticos em processos de regularização fundiária ou de revisão de planos diretores, assim como de melhorias para os espaços urbanos, as quais são idealizadas conjuntamente e executadas através de mutirões colaborativos.

No outro extremo, destacam-se as 25 práticas embasadas na participação autodeterminada, em que a atuação da população ocorre de forma direta, autônoma e independente. Por meio dessa forma de participação, a população exerce um caráter político, seja propositivo ou opositivo, como resposta ao modelo hegemônico de planejamento urbano. De maneira espontânea, atua propositivamente e toma para si o compromisso de construção de alternativas para suas pautas, independentemente das estruturas institucionais, ou mesmo em sua contraposição, mostrando outras formas de lutar e de resistir nas cidades.

Essas práticas urbanas não ficam limitadas aos espaços convidados, dos quais fala Miraftab³⁵⁴, em que as ações são sancionadas pelos grupos dominantes por meio de canais institucionais como conselhos, fóruns, assembleias e audiências. Para tanto, são criados outros mecanismos para as ações, constituindo os chamados espaços inventados, onde são determinados os próprios termos de uma participação ampliada com formas coletivas e colaborativas de atuação.

Os casos de participação autodeterminada, dentre toda a diversidade das práticas analisadas, invariavelmente são organizados de forma horizontal, produzindo

³⁵⁴ Miraftab (2009, 2016).

Decolonialidade

Nas trajetórias de luta da população, que se cruzam com suas trajetórias de vida, é que as diferentes formas de desigualdade e de exclusão vão sendo questionadas e que a força política vai sendo consolidada. Quando se trata de considerar os vários tipos de desigualdade e de exclusão pelos quais os processos urbanos são atravessados enquanto campo em disputa, as novas práticas urbanas revelam contributos quanto à dimensão da decolonialidade debatida na literatura³⁵⁵ no que se refere às relações entre ser, saber e poder, e à superação da colonialidade cuja formação socioespacial está atrelada. Ao produzirem uma articulação entre distintas formas de fazer cidade e reconhecerem outras ações sobre os territórios, essas práticas desacomodam os padrões instituídos entre os modos de vida, os quais são exercidos a partir de hierarquias sociais, culturais, territoriais e epistêmicas.

Um movimento decolonial, em alguma medida, é indicado no conjunto de práticas analisadas, de forma destacada quanto à decolonialidade do ser, e em menor frequência quanto à decolonialidade do poder e do saber. Em sua maioria, somando 68 das práticas, há indicação de somente um dos tipos de decolonialidade, sendo as demais 15 práticas caracterizadas por combinações entre as subcategorias. Mas em comum são práticas que expõem uma crítica aos parâmetros homogeneizadores e hegemoneizadores e aos processos de invisibilização decorrentes.

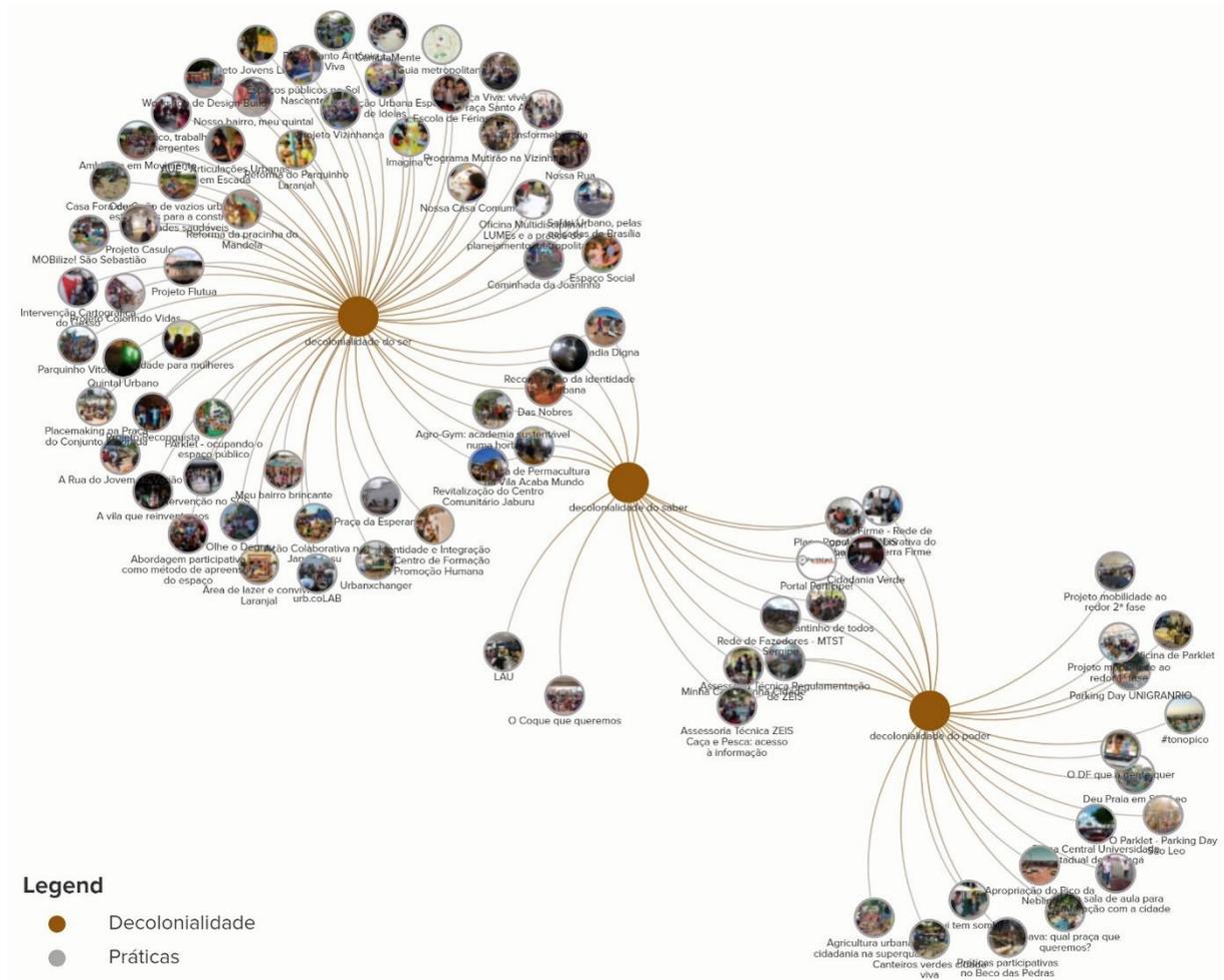
Quadro 15 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria decolonialidade.

● Categoria decolonialidade	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas	
decolonialidade do saber	-	02	17
	decolonialidade do ser	06	
	decolonialidade do poder	09	
decolonialidade do ser	-	50	56
	decolonialidade do saber	06	
decolonialidade do poder	-	16	25
	decolonialidade do saber	09	

Fonte: Elaboração pela autora.

³⁵⁵ Quijano (1995); Escobar (2008); Mignolo (2008); Walsh (2009).

Figura 27 – Visualização da categoria decolonialidade.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-decolonialidade>

Do processo relacional entre os atores envolvidos nas práticas urbanas, é evidenciada a potência da heterogeneidade de experiências, formações, aptidões e ideias, que somam saberes tradicionais e populares para a construção conjunta das ações. As práticas priorizam a identificação e valorização das diferentes formas de conhecimento das realidades cotidianas, existentes na área de ação e a respeito dela, tirando partido de saberes próprios da diversidade de atores em presença, muitos dos quais foram historicamente negados. Torna-se uma oportunidade de mostrar que para ações colaborativas não prevalece uma postura técnico-científica, mas também uma base empírica, em que todos os participantes possuem contribuições a compartilhar.

Ao mesmo tempo, abre-se uma disputa epistêmica na produção do conhecimento ao ser legitimado e propagado pensamentos e saberes outros que não são orientados por preceitos hegemônicos. Surge como relevante o exercício coletivo no modo como o conhecimento é gerado e difundido. Até mesmo pela presença da academia entre muitas das práticas, que busca a interação disciplinar e a produção do conhecimento sobre a realidade, associando as pesquisas com as ações, e assim atualizando epistemologias em relação ao planejamento urbano.

Essa decolonialidade do saber é recorrente em apenas 17 práticas do conjunto. Ao mesmo tempo, é única subcategoria que ocorre combinada com todas as outras. São 06 dessas práticas combinadas à decolonialidade do ser, em Agro-Gym: academia sustentável numa horta, Das Nobres, Moradia Digna, Prática de Permacultura na Vila Acaba Mundo, Reconstrução da identidade urbana, e Revitalização do Centro Comunitário Jaburu, outras 09 práticas são combinadas à decolonialidade do poder, sendo Assessoria Técnica Regulamentação de ZEIS, Assessoria Técnica ZEIS Caça e Pesca, Cidadania Verde, Data Firme, Minha Casa Minha Cidade, O cantinho de todos, Plano Popular da ZEIS do Bom Jardim, Portal Participe, e Rede de Fazedores - MTST Sergipe, além de 02 práticas que não indicam tais combinações, sendo LAU e O Coque que queremos.

Se as práticas urbanas se fortalecem com os distintos saberes dos atores, são as suas singularidades e identidades, os encontros de diferenças, que vão incitar o pertencimento e a representatividade em torno das ações. Ao reconhecer e visibilizar a diversidade e a pluralidade de formas de existir e de viver, especialmente das populações que têm sido relegadas no planejamento urbano e que enfrentam várias desigualdades nas cidades, vê-se que a contrapartida é a construção de significações e maior engajamento dessas populações como parte ativa nas iniciativas.

Trata-se da decolonialidade do ser, recorrente em um total de 56 práticas, sendo 06 delas combinadas à decolonialidade do saber, já elencadas acima. A decolonialidade do ser aparece no conjunto de práticas a respeito de diversas questões, como de gênero – mulheres, de raça – quilombolas, de etarismo - crianças e jovens, de deficiência – acessibilidade, e de classe – quesito esse que perpassa várias das ações, principalmente em situações de moradores de ocupações e assentamentos mais vulneráveis. Entretanto, cabe sublinhar que nas experiências em

foco, a decolonialidade está não só para os grupos que carregam esses marcadores, mas para todos que superam as supressões, resgatam suas identidades e passam a se entender como parte da produção das cidades juntamente com outros seres e saberes tão importantes quanto.

São forças decoloniais, no sentido apresentado por Quijano³⁵⁶, para romper com os padrões de poder construídos por relações de dominação e exploração, os quais se mantêm e se reproduzem ainda hoje por meio do neoliberalismo. Dentre o conjunto analisado, 25 práticas são caracterizadas pela decolonialidade do poder, sendo 09 delas também caracterizadas pela decolonialidade do saber, já elencadas anteriormente, as quais indicam um poder social e um poder político a partir de e para o enfrentamento de poderes hegemônicos.

Conforme se tornam visíveis as desigualdades em termos de condições de vida urbana e de relações espaço-territoriais, são também colocadas a vista as assimetrias de poder existentes. É a partir da recusa e da problematização das estruturas de poderes implicados sobre as cidades e sobre todas as instâncias da vida que as práticas urbanas buscam estabelecer forças de um contrapoder.

Vê-se nas práticas de Urbanismo Colaborativo uma possibilidade de operar através de uma lógica distinta da orientada pelos mecanismos institucionais de inclusão e diversidade, dado o reconhecimento de outros paradigmas sobre o urbano em que as diferenças são constitutivas. Um caráter decolonial pode ser conferido às práticas por considerarem as distintas relações socioespaciais e terem como potentes as formas populares de ser, pensar e fazer presentes nas realidades cotidianas.

A relevância, no entanto, não concerne simplesmente ao caráter decolonial manifestado, mas também às interações de poder que cada prática se vale tanto para superar o legado colonial quanto para gerar um movimento no sentido insurgente sobre as cidades e seu planejamento.

³⁵⁶ Quijano (1995).

Interações de poder

Ao analisar as práticas do conjunto, o que se pode observar são dinâmicas que combinam arranjos e resistências para dar novos contornos ao planejamento urbano. A articulação entre diferentes atores, possibilitando a troca de conhecimentos e a organização de redes de apoio, assim como a capacitação técnica e política, são características presentes que contribuem para o empoderamento popular do ponto de vista crítico como de ações frente às disputas de poder.

Através do exercício variado de ações e de experimentações de coletividades sobre os territórios, é que essas práticas buscam a desestabilização das estruturas de poder dominantes para a instauração do poder da população em intervir nos processos urbanos. Entretanto, uma vez que as estruturas dificilmente prescindem do poder, se trata muito mais do fortalecimento dos contrapoderes das práticas para estarem conquistando algo de suas reivindicações.

Nesse sentido, a questão central nas disputas de poder é tanto resistir às relações de dominação hegemônicas, como propor contra-hegemonias para as cidades. Ao tempo que é urgente interromper quaisquer modos de exploração e de submissão, e que seja esse o intuito das novas práticas urbanas, há distintas interações estabelecidas com as instâncias de poder. Seja em relação ao Estado como estrutura de poder heterônoma ou em relação às corporações capitalistas, principalmente pelo contexto neoliberal, na qual instâncias públicas operam sob influência privada na produção das cidades.

As interações de poder respondem às realidades de cada contexto, conforme discutido por Souza³⁵⁷, variando de ações diretas à luta institucional, que pode ocorrer contra o Estado, apesar do Estado ou com o Estado. Até mesmo práticas mais radicais e democráticas de planejamento urbano, Sandercock³⁵⁸ também argumenta que às vezes podem ocorrer em face do poder, às vezes nos interstícios e, ocasionalmente, em posições de poder estatal.

Os quantitativos das diferentes formas verificadas entre as práticas urbanas de como se relacionam com instâncias de poder são apresentados no Quadro 16.

³⁵⁷ Souza (2017).

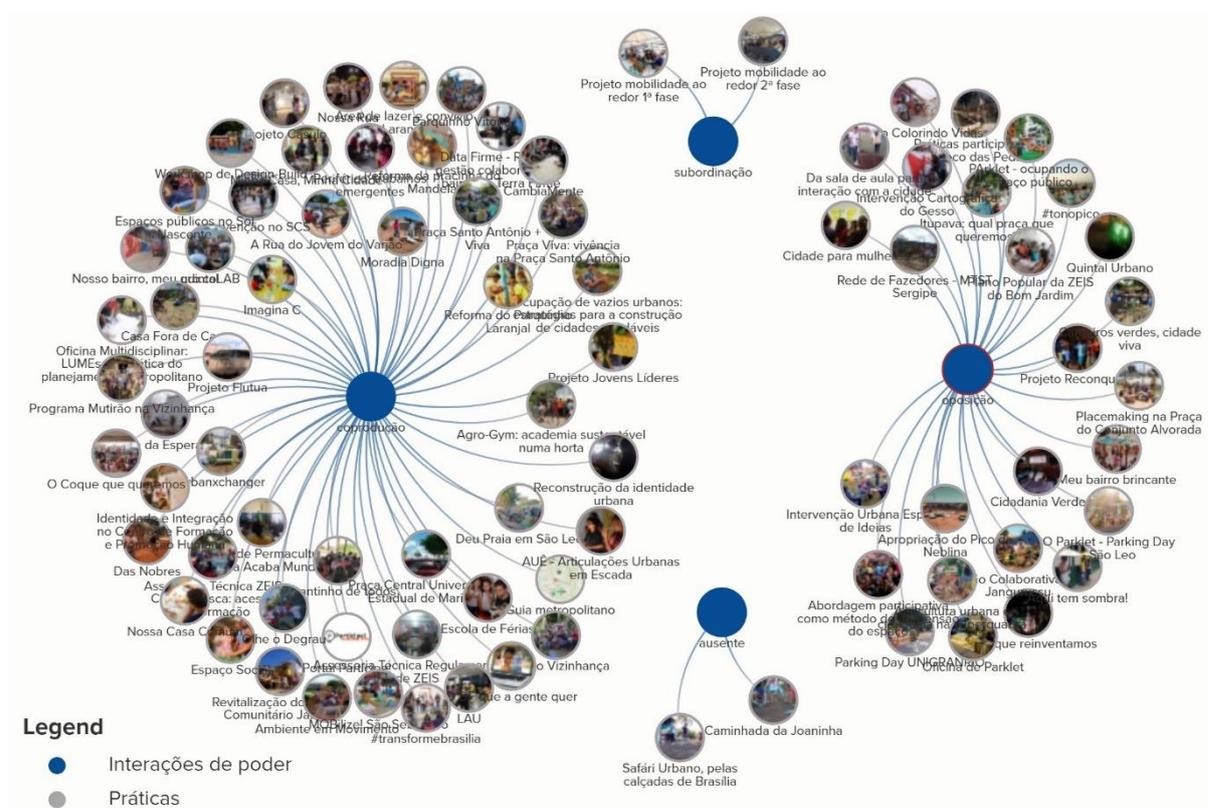
³⁵⁸ Sandercock (1999).

Quadro 16 – Relação quantitativa entre subcategorias da categoria interações de poder.

● Categoria interações de poder	Conexões com demais subcategorias	Nº de práticas
ausente	-	02
subordinação	-	02
coprodução	-	53
oposição	-	26

Fonte: Elaboração pela autora.

Figura 28 – Visualização da categoria interações de poder.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/categoria-interacoes-de-poder>

Quanto às variações dentre as práticas analisadas, foram apenas 02 casos que não informaram qualquer tipo de interação com as instâncias de poder, sendo então considerada a ausência de interação em Caminhada da Joaquina, e Safári Urbano pelas calçadas de Brasília.

Em igual quantidade, tem-se 02 casos com uma relação de subordinação, os quais são propostos pelo setor público e se mantém em um processo restritivo. Trata-se do Projeto mobilidade ao redor desenvolvido em uma 1ª e uma 2ª fase pela

Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades em Brasília/DF, que somando uma organização hierarquizada e uma participação simbólica da população e, ainda que testando uma ação urbana colaborativa, a realização é dependente do próprio órgão.

As práticas do conjunto apresentam majoritariamente interações de coprodução, em que 53 casos são independentes na sua constituição, mas são realizados conjuntamente com alguma instância de poder. Refere-se aqui aos atores de maior poder que atuam com os grupos sociais civis, como o setor público, setor privado ou instituições de ensino.

Presencia-se nas práticas que a coprodução pressupõe uma atuação conjunta, de forma coletiva e colaborativa, com base em interesses comuns, em que as partes envolvidas são tanto corresponsáveis pelas decisões e realizações, como partilham dos benefícios da relação estabelecida. Essa relação ocorre espontaneamente ou com algum nível de formalização organizacional, mas sempre com a contribuição individual de cada uma das partes sendo ampliada por se associarem, em que uma reforça a ação da outra.

O principal a considerar nas relações de coprodução é que se mantenha a centralidade nos propósitos coletivos diante de quaisquer interesses particulares daqueles que possuem posição de maior poder, atentando aos riscos permanentes de interferência e cooptação que essas interações oferecem. Pode-se pensar na luta institucional referida por Souza³⁵⁹, em que é preciso não ser displicente a tais riscos e avaliar as oportunidades, mas que vale a pena a interação com instâncias de poder para taticamente negociar e promover certos objetivos, aproveitando-se de margens de manobra propiciadas por conjunturas favoráveis de instâncias com perfil crítico e abertas à participação direta da população. Com base no autor, essas práticas, ainda que indiretamente, contêm um caráter insurgente.

Entretanto, são as práticas em oposição às instâncias de poder que, mesmo não sendo a maioria, em 26 casos, se mostram mais relevantes quanto ao caráter insurgente. Se a população recorre a canais formais e até mesmo se associa a determinadas instâncias quando considera oportuno, é tanto para lograr seus

³⁵⁹ Souza (2017).

propósitos, como pode ser com o intuito de subverter e transgredir as posições de poder dominantes e realizar modificações. Por outro lado, a atuação popular não se limita aos recursos oficiais, e uma postura oposicionista e resistente é ainda instituída através de ações diretas, autônomas e independentes, enquanto desvios de poder.

Fazendo uma aproximação entre as práticas do conjunto e a abordagem conceitual³⁶⁰ do planejamento urbano insurgente, através de cada uma das categorias analíticas o que se consegue inferir é que quando tais práticas se colocam em reação aos modos institucionalizados de planejamento urbano em sua orientação neoliberal, é justamente porque buscam por sua renovação, porque requerem integrar a produção das cidades e as decisões sobre seus territórios. Essas práticas exercem um contrapoder de reivindicar o seu reconhecimento como formas de planejamento. A população quando se articula para lutar por suas demandas, para atuar sobre os territórios e para discutir sobre as questões urbanas, está não só demonstrando oposição ao poder instituído, como sendo propositiva, mostrando alternativas de um modo de planejar coletivo e colaborativo, mas também insurgente.

Se cada uma das categorias, em suas conexões entre subcategorias e respectivas relações quantitativas, demonstra as particularidades sustentadas nas experiências de Urbanismo Colaborativo, com base em uma análise cruzada das avaliações apresentadas é possível encerrar o panorama quanto à capacidade insurgente que pode ser gerada por essas práticas urbanas relativamente aos processos de planejamento urbano.

³⁶⁰ Holston (1995, 2013, 2016); Sandercock (1998, 1999); Miraftab (2009, 2016, 2018); Friedmann (2011); Souza (2013, 2017).

5.3 Possíveis demarcações insurgentes

Ao olhar para o conjunto das práticas urbanas a partir de cada um dos componentes analíticos e da relação entre suas variações, pode-se identificar as linhas de forças insurgentes que orientam o caso do Urbanismo Colaborativo. Quando analisadas isoladamente cada uma das práticas, vê-se em detalhe os distintos elementos que integram seus processos. O que, entretanto, possibilita-se ao serem colocadas em conjunto, é compreender as potencialidades e os limites desses elementos do ponto de vista de uma experiência insurgente de planejamento urbano.

O esforço nesse final de capítulo está em estabelecer um sistema de gradação dos níveis de insurgência, tomando como base o conhecimento teórico e a abordagem crítico-relacional construída sobre o conjunto de práticas urbanas. O sistema de gradação deve ser então composto pelas categorias e subcategorias percorridas, enquanto critérios consistentes para assegurar quais são pautadas por atributos insurgentes menos e mais destacados. Interessa, portanto, que a gradação possa ser operada como um filtro entre as práticas de Urbanismo Colaborativo, como um balizador daquelas práticas cujos níveis de insurgência considera-se que estão no topo de demarcação de atributos que a literatura sobre planejamento insurgente coloca na sua construção.

De início, importa ressaltar que a visão do conjunto permite maior clareza para também identificar quais as categorias não são critérios distintivos de insurgência e, portanto, não compõem o sistema de gradação. São as categorias referentes ao **contexto, propósito, apoio, método e decolonialidade**. Isso não significa que não apresentam atributos insurgentes. Ao contrário. Significa que, nas práticas analisadas, todas as variações dessas categorias, ou seja, todas as subcategorias, apresentam alguma característica que responde às que são colocadas pela literatura. Apesar de não valerem como marcadores, são categorias fundamentais à investigação pois evidenciam muitas das formas como as insurgências urbanas têm se manifestado.

De outro lado, as categorias referentes aos **atores, organização, escala, participação e interações de poder** consistem em marcadores dos níveis de insurgência, justamente porque não são todas as suas variações de subcategorias que apresentam tais características. Enquanto são eminentes em algumas variações,

as quais compõem o maior nível no sistema de gradação, outras variações demonstram ser pouco relevantes ou mesmo conjunturas que se afastam do caráter insurgente, e compõem assim o menor nível no sistema de gradação.

No Quadro 17 consta a síntese dos níveis de insurgência anteriormente analisados. Nas categorias **contexto**, **propósito**, **apoio**, **método** e **decolonialidade** todas as subcategorias possibilitam um mesmo nível e são representadas com graficação constante, enquanto as categorias **atores**, **organização**, **escala**, **participação** e **interações de poder** são representadas com graficação ascendente, que indicam a gradação do menor ao maior nível verificado entre as subcategorias.

Quadro 17 – Síntese dos níveis de insurgência das categorias e subcategorias.

Contexto						
área degradada	área ociosa	área de exclusão sociopolítica	área pública	área privada	área privada de interesse público	itinerante
Propósito						
infraestrutura urbana	espaço coletivo	ambiental	documental		cidadania	político
Atores						
setor público		setor privado		instituição de ensino		grupo social civil
Organização						
hierárquica						não-hierárquica
Apoio						
inexistente	material	financeiro	público	privado		coletivo
Método						
apropriação	intervenção		educação	arte		tecnologia
Escala						
cidade; regional						local
Participação						
simbólica			legítima			autodeterminada
Decolonialidade						
decolonialidade do saber			decolonialidade do ser			decolonialidade do poder
Interações de poder						
subordinação		ausente		coprodução		oposição

Fonte: Elaboração pela autora.

O sistema de gradação é apresentado no Quadro 18 somente com as categorias que possuem níveis de distinção, informando a cada uma, as subcategorias com menor e com maior nível de insurgência identificadas no conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo. As subcategorias destacadas nos dois opostos da gradação são igualmente importantes enquanto demarcações insurgentes, pois sintetizam os processos recorridos em torno das questões a que se busca dar respostas.

Quadro 18 – Sistema de gradação dos níveis de insurgência.

Categorias	Subcategorias com menor nível de insurgência	Subcategorias com maior nível de insurgência
● Atores	setor público	grupo social civil
● Organização	hierárquica	não hierárquica
● Escala	cidade; regional	local
● Participação	simbólica	autodeterminada
● Interações de poder	subordinação	oposição

Fonte: Elaboração pela autora.

O ponto em comum entre as diferentes categorias, em ambos grupos de subcategorias, é serem expressões de iniciativas carregadas de um alto valor como formas de ação sociopolítica sobre os territórios para acessar a prática urbanística. São expressões de iniciativas que partem de uma luta pelo direito de produzir as cidades, de produzir os territórios em que se vive. Territórios estes representativos das realidades urbanas de todas as regiões do país. O ponto que coloca as categorias em grupos distintos é especificamente a dimensão insurgente, em disporem de níveis de insurgência urbana que se diferem.

O menor nível de insurgência refere-se aos componentes que não expressam a uma natureza resistente e contestatória sobre os processos urbanos ou de disputa com as formas hegemônicas de planejamento e de produção das cidades, ainda que originalmente possam ser essas as intenções das práticas que os informaram. Contudo, não são componentes que em si mesmos desqualifiquem, tampouco invalidem as experiências as quais possam indicá-los. Ao mesmo tempo, essa combinação de componentes constitui *a priori* a possibilidade de caracterizar as práticas com menor comprometimento com a dimensão insurgente.

Seriam essas práticas propostas pelo setor público, em que prevalece uma forma de organização hierárquica e verticalizada com partes em posição de maior poder, com ações abrangendo a escala da cidade ou a escala regional, metropolitana ou estadual, em que é promovida uma participação popular simbólica e destituída de poderes decisórios, através de uma relação subordinada e dependente das instâncias de poder para sua realização.

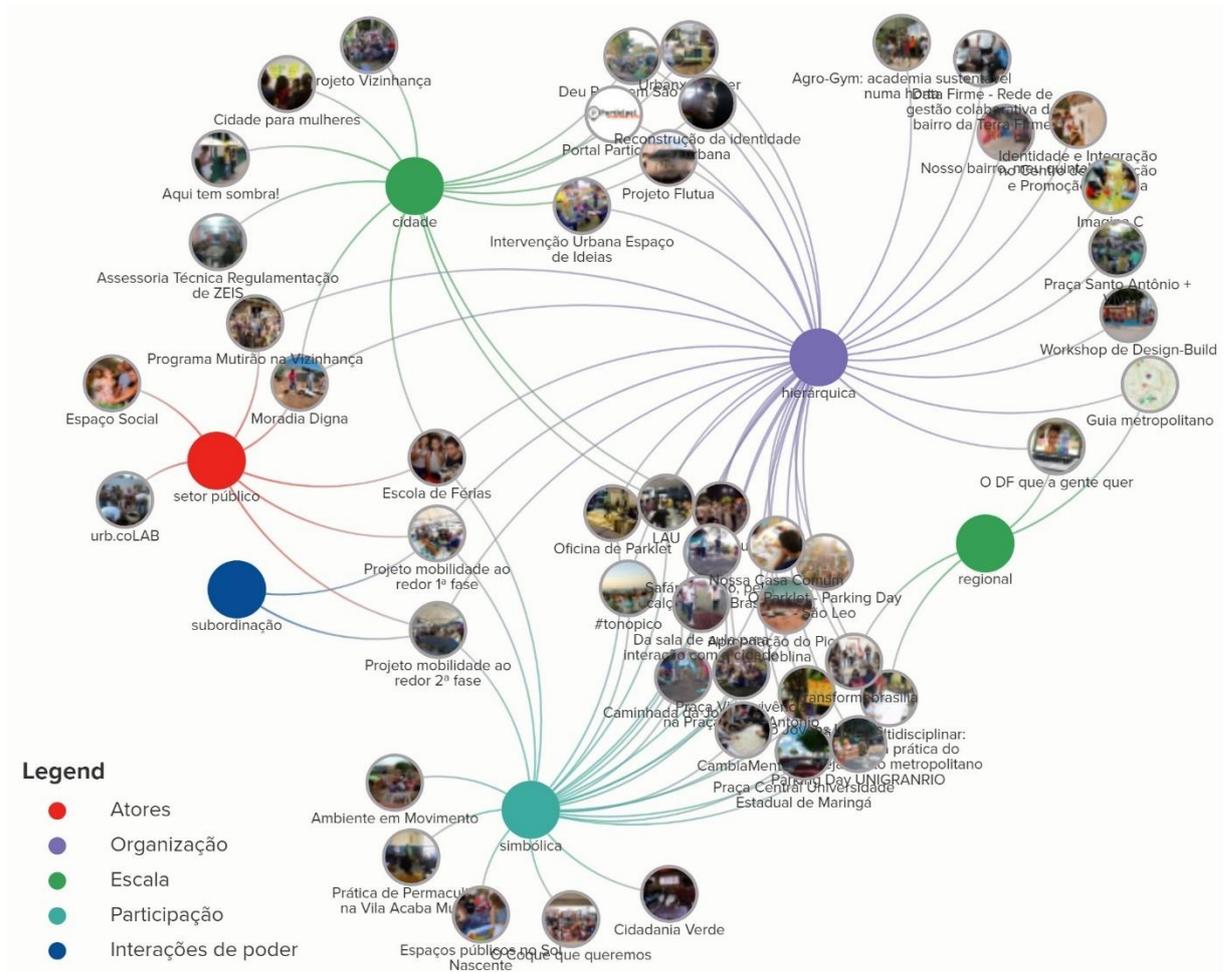
No outro extremo, o maior nível de insurgência refere-se aos componentes que expressam a centralidade na resistência, na contraposição e na transformação quanto às condições de vida urbana e às relações de poder nas cidades e em seu planejamento. Em todo esse grupo constam os graus mais elevados de arranjos sociopolíticos que permitam conduzir lutas transgressoras e emancipatórias. Conclui-se que essa combinação de componentes constitui a possibilidade de caracterizar as práticas com maior comprometimento com a dimensão insurgente.

Seriam essas práticas protagonizadas por grupos sociais civis, organizadas de forma não hierárquica e com base na horizontalidade e no poder compartilhado, com ações abrangendo uma escala local, em que é promovida uma participação autodeterminada da população em defesa de poderes decisórios, através de uma relação de oposição às instâncias de poder, com o intuito transgressor para realizar modificações ou propositivo para realizar ações diretas e independentes.

Utiliza-se do sistema de gradação apresentado, retornando novamente sobre o conjunto de casos, para que possa ser operado como um balizador entre as práticas de Urbanismo Colaborativo, filtrando aquelas que, em menor e em maior intensidade, respondem aos atributos insurgentes. Em absoluto o intuito da gradação é proceder qualquer tipo de julgamento quanto a piores ou melhores práticas, ou subestimar a importância de quaisquer práticas em sentindo amplo ou mesmo em relação ao conjunto. Também não é o intuito do estudo realizar uma nova análise individual sobre as práticas destacadas através da gradação. Desde as práticas de Urbanismo Colaborativo o que se pretende é discorrer sobre como são realizadas, sobre suas contribuições enquanto novas formas de fazer planejamento, sobre que práticas podem ser consideradas um planejamento insurgente.

Relações com menor nível de insurgência

Figura 29 – Visualização das relações com menor nível de insurgência.



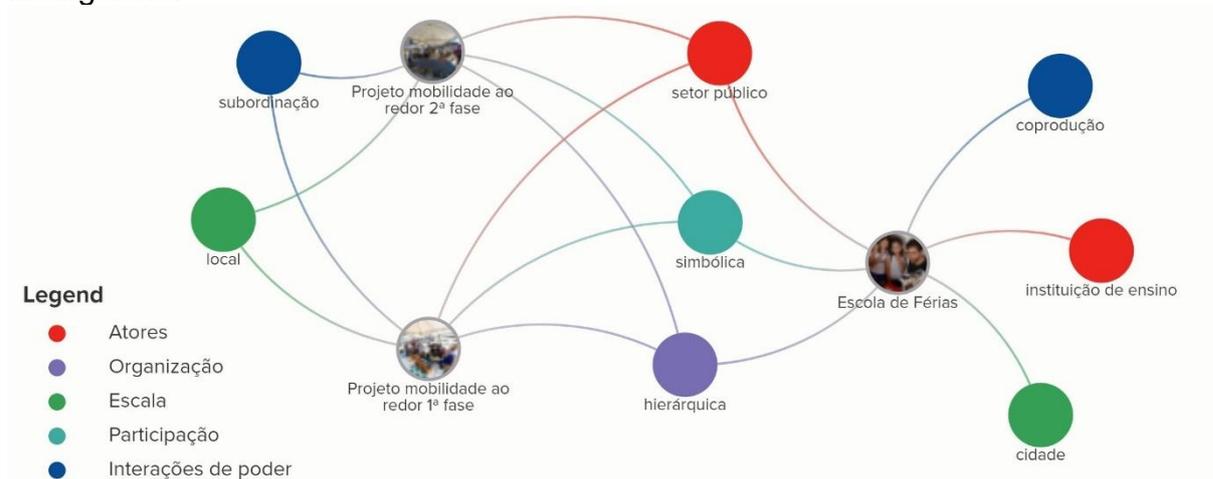
Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <<https://www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-categorias-menor-insurgencia>>

A partir do cruzamento do conjunto de casos em relação ao sistema de gradação, o que se verifica é que nenhuma das práticas de Urbanismo Colaborativo apresenta uma combinação com todos os cinco componentes que remetem ao menor nível de insurgência. No entanto, há 03 práticas que apresentam quatro desses componentes. São elas:

- Escola de Férias** - Rede do Programa Ciência Sem Fronteiras, Paraná/RN
- Projeto mobilidade ao redor 1ª fase** - Ministério das Cidades, Brasília/DF
- Projeto mobilidade ao redor 2ª fase** - Ministério das Cidades, Brasília/DF

Esse grupo de práticas possui em comum a tipologia de atores - setor público, a organização - hierárquica, e a participação - simbólica, variando quanto à escala e às interações de poder. Na primeira prática - Escola de Férias - a escala é a da cidade e a interação é de coprodução, somando ainda a instituição de ensino como tipologia de atores, e na segunda e terceira práticas - Projeto mobilidade ao redor (1ª e 2ª fases) - a escala é local e a interação é de subordinação. As variações podem ser melhor visualizadas ao isolar as práticas em foco.

Figura 30 – Visualização das práticas com quatro componentes de menor nível de insurgência.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <<https://www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-categorias-menor-insurgencia-4-subcat>>

As variações indicam a presença distinta do componente insurgente. Na prática Escola de Férias trata-se da interação de coprodução, que não integra o sistema de gradação pois está em um nível intermediário de insurgência. No Projeto mobilidade ao redor (1ª e 2ª fases) trata-se da escala local, que está no maior nível de insurgência na gradação. Isso para dizer que no Projeto mobilidade ao redor há indicação de um maior nível de insurgência em comparação à Escola de Férias, dadas as gradações relativas ao quinto componente que varia entre as práticas.

Das análises realizadas é possível destacar aspectos críticos resultantes desse grupo de práticas de menor nível de insurgência. Desde a idealização até a execução, são práticas que ocorrem de maneira impositiva a partir de setores públicos e do predomínio de conhecimentos técnico-científicos. A ausência de articulação com

conhecimentos populares como condicionante, denuncia organizações e relações hierárquicas de poder pelos proponentes.

Vê-se que não há uma atuação ostensiva dos setores públicos para o envolvimento dos atores sociais em todas as etapas, resultando que a abertura para manifestarem suas questões se dá somente no decorrer de processos já definidos, ou nem mesmo isso, ficando limitados a beneficiários das ações. O modo como são desperdiçadas as competências sociais consiste em uma fragilidade quanto ao componente participativo, em muito comprometendo a correspondência das práticas no que se refere ao caráter insurgente.

A Escola de Férias consiste em um projeto governamental criado pela Rede do Programa Ciência Sem Fronteiras, onde estudantes universitários, após intercâmbio acadêmico no exterior, ministram cursos em cidades do Brasil carentes de desenvolvimento, como a prática em foco no Paraná/RN. Apesar de indicar interações de poder de coprodução pela realização conjunta com instituições de ensino devido ao alto índice de desistência escolar na cidade, as crianças e adolescentes envolvidos se beneficiam das atividades, mas não atuam na sua construção, tratando-se muito mais de uma participação simbólica.

Situação equivalente ocorre no Projeto mobilidade ao redor, proposto pela Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades em Brasília/DF. São duas as linhas de atuação do projeto, sendo a mobilidade corporativa para incentivar o uso de modos saudáveis de transporte entre servidores, e a apropriação da rua que dá acesso ao Ministério para testar melhorias para caminhabilidade e espaços de convivência aos pedestres.

O projeto tem seu desenvolvimento por uma equipe de servidores, havendo uma relação subordinada e dependente do órgão para realização. Na 1ª fase do projeto, as frentes de ação são tratadas apenas internamente, com representação reservada aos servidores e, já na 2ª fase do projeto há uma interlocução com o poder público local e instituições vizinhas. Ainda assim, mantém-se uma posição hierarquizada do proponente, dado que à população cabe somente a adesão aos incentivos de mobilidade e a utilização dos espaços disponibilizados, o que diz respeito a uma participação simbólica.

Por outro lado, das análises é possível ainda destacar determinados aspectos que conferem importância a esse grupo de práticas. Mesmo que respondam em menor medida aos critérios insurgentes, apresentam também resultados exitosos.

As atividades da Escola de Férias, para mais do processo educativo em temas como cultura, inovação e tecnologia, trazem a ampliação da consciência cidadã como principal aliada da aprendizagem. Cerca de 500 estudantes do ensino infantil ao ensino médio, a partir de suas realidades, desenvolvem propostas de melhoria para os diversos problemas da cidade, apresentando-as junto às próprias instituições de ensino e aos gestores municipais. Apesar do envolvimento restrito a tais etapas, o contato com temas e atores diferentes dos habituais permitem incluir novas reflexões sobre as questões inerentes à vida urbana, em que a construção do conhecimento não é apenas científica e técnica, mas também crítica e política.

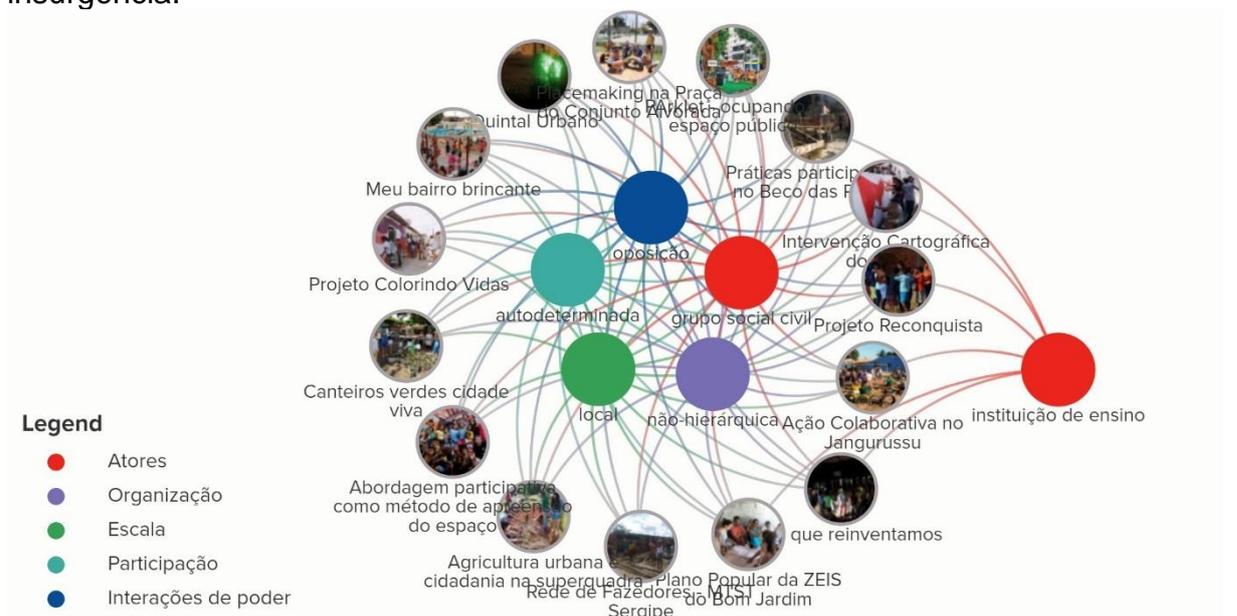
No Projeto mobilidade ao redor, para as 6.500 pessoas estimadas entre o órgão proponente e as instituições vizinhas, são promovidas possibilidades de permanência no espaço da rua, de interação social e de atenção para a mobilidade urbana e qualidade das cidades. As decisões referentes às ações, inicialmente internas à equipe, são estendidas para grupos de trabalho com intuito de discutir as demandas locais. Ainda da centralização na forma organizativa, demonstra o repensar do poder institucionalizado com a proposição de uma iniciativa inovadora e experimental que busca a inserção de outros valores às atribuições públicas.

Em uma análise geral, conclui-se que esse grupo de práticas apresenta uma desconexão entre a idealização e a execução que afasta do caráter insurgente, apesar de alguns aspectos serem indicados. Contudo, o fato mais relevante a observar é que a totalidade do conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo não apresenta uma combinação com todos os cinco componentes que remetem ao menor nível de insurgência. Do contrário, quase a totalidade, ou seja, 79 práticas demonstram um nível alto de insurgência em torno de ao menos um componente do sistema de gradação (conforme Figura 31), além é claro, de todos os outros componentes também presentes - contexto, propósito, apoio, método, decolonialidade - que não constituem demarcações, como já exposto. Nesse sentido é que interessa olhar em detalhe também para o grupo de práticas que indica um maior nível de insurgência.

- PArklet ocupando o espaço público** - Laboratório da Cidade, Belém/PA
- Canteiros verdes cidade viva** - Moradores de bairro, Belém/PA
- Plano Popular da ZEIS Bom Jardim** - Arq-PET-CAU-UFC e sociedade civil, Fortaleza/CE
- Placemaking na Praça do Conjunto Alvorada** - Coletivo A-braço, Fortaleza/CE
- Ação Colaborativa no Jangurussu** - Coletivo A-braço, Fortaleza/CE
- Rede de Fazedores - MTST Sergipe** - Coletivo Abrigo, Aracaju/SE
- Abordagem participativa como método de apreensão do espaço** - Coletivo Camaleão, Aracaju/SE
- Projeto Colorindo Vidas** - Coletivo Colorindo Vidas, Fortaleza/CE
- Meu bairro brincante** - Coletivo Massapê, Olinda/PE
- Quintal Urbano** - Coletivo Quintal Urbano, Natal/RN
- Intervenção Cartográfica do Gesso** - LUE-CAU-UniFAP e sociedade civil, Crato/CE
- Agricultura urbana e cidadania na superquadra** - Coletivo 416N, Brasília/DF
- Projeto Reconquista** - ENEA-FENEA e sociedade civil, Goiânia/GO
- A Vila que reinventamos** - Periférico-UnB e sociedade civil, Brasília/DF
- Práticas participativas no Beco das Pedras** - EMAV-UFRGS e sociedade civil, Porto Alegre/RS

As relações estabelecidas podem ser melhor visualizadas ao isolar as práticas em foco. Vê-se que cada uma das práticas se conecta com todos os componentes - grupo social civil, não hierárquica, local, autodeterminada, oposição - além de alguns casos que somam a instituição de ensino como tipologia de atores.

Figura 32 – Visualização das práticas com cinco componentes de maior nível de insurgência.

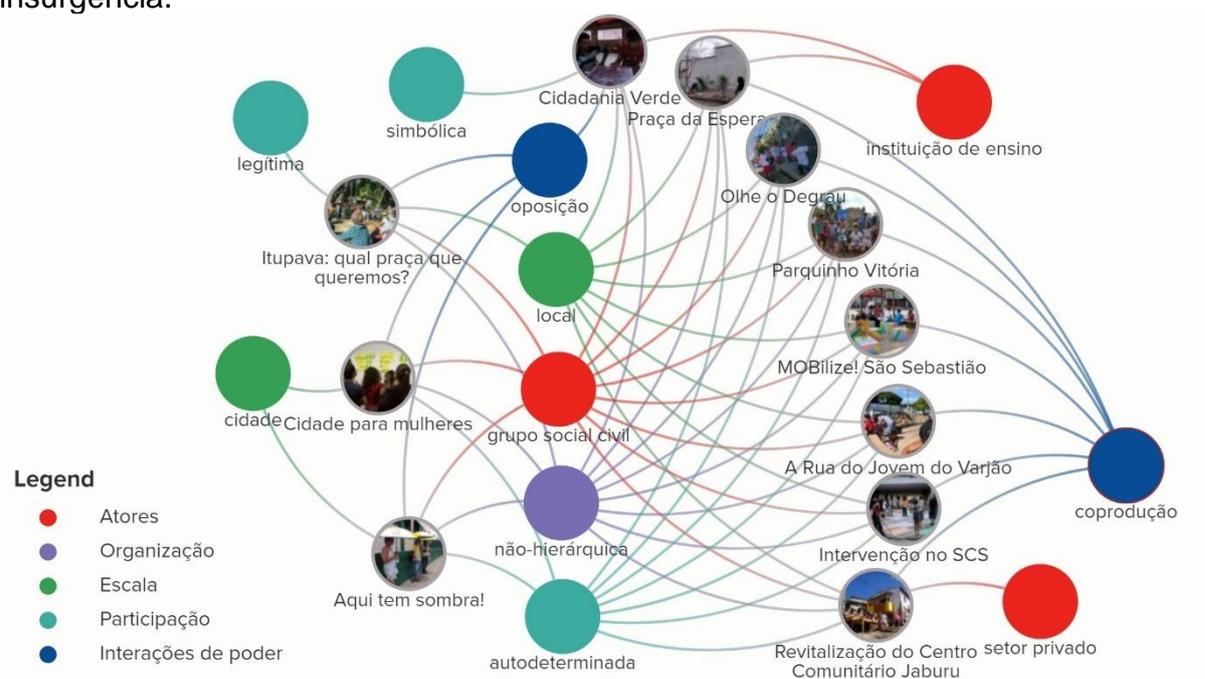


Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <<https://www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-categorias-maior-insurgencia-5-subcat>>

Dado que na análise quanto aos menores níveis de insurgência, pontuou-se as práticas que apresentam quatro dos componentes da gradação, considerou-se pertinente trazer essa informação também quanto aos maiores níveis de insurgência. Com a combinação de quatro componentes há 11 práticas, as quais agrupam-se também ao centro da rede mostrada na Figura 31, no entorno das demais. São elas:

Cidade para mulheres - Laboratório da Cidade, Belém/PA
Cidadania Verde - Arq-PET-CAU-UFC e sociedade civil, Fortaleza/CE
Aqui tem sombra! - Cubo Urbano, Juazeiro do Norte/CE
A Rua do Jovem do Varjão - MOB-Movimente e Ocupe seu Bairro, Brasília/DF
Intervenção no SCS - MOB-Movimente e Ocupe seu Bairro, Brasília/DF
MOBilize! São Sebastião - MOB-Movimente e Ocupe seu Bairro, Brasília/DF
Olhe o degrau - Cidade Ativa, São Paulo/SP
Parquinho Vitória - Coletivo Agroecologia na Periferia, Belo Horizonte/MG
Revitalização do Centro Comunitário Jaburu - Palete Parque, Vitória/ES
Itupava: qual praça que queremos? - Sociedade Global, Curitiba/PR
Praça da Esperança - TaliesEM-EMAU-UCS e sociedade civil, Caxias do Sul/RS

Figura 33 – Visualização das práticas com quatro componentes de maior nível de insurgência.



Fonte: Elaboração pela autora. Disponível em <<https://www.kumu.io/michellecmorais/urbanismo-colaborativo#taxonomia-do-urbanismo-colaborativo/vista-de-categorias-maior-insurgencia-4-subcat>>

Esse grupo de 11 práticas possuem variações quanto ao quinto componente, agora opostamente, de menor ou intermediária insurgência, cujas relações podem ser melhor visualizadas na Figura 33. Importa destacar que as variações aparecem acerca da escala da cidade, da participação simbólica e participação legítima e, mais recorrente, da interação de coprodução, além de práticas que somam a instituição de ensino ou o setor privado como tipologia de atores. Se comparadas entre si, essas práticas poderão indicar níveis distintos de insurgência dadas as gradações dos componentes variáveis.

Significa que há indicação de um menor nível de insurgência nas práticas Aqui tem sombra, e Cidade para mulheres, caracterizadas pela escala da cidade, e na prática Cidadania Verde, caracterizada por uma participação simbólica, pois ambos componentes conformam o menor nível de gradação. As demais práticas desse grupo indicam maior insurgência devido ao quinto componente com um nível intermediário que não integra o sistema de gradação, sendo de uma participação legítima em Itupava: qual praça que queremos, e de interação de coprodução em A Rua do Jovem do Varjão, Intervenção no SCS, MOBilize São Sebastião, Olhe o degrau, Parquinho Vitória, Praça da Esperança, e Revitalização do Centro Comunitário Jaburu.

Por outro lado, o grupo de 15 práticas as quais possuem em comum os cinco componentes, apesar de muito distintas, indicam igual nível de insurgência de acordo com o sistema de gradação, ou seja, o maior nível de insurgência entre a totalidade dos casos analisados. Devido às inúmeras possibilidades de combinações decorrentes da variedade de componentes, essas 15 práticas representam uma quantidade muito expressiva em relação ao conjunto, mais ainda se forem também somadas as outras 11 práticas apresentadas, o que corresponde à aproximadamente um terço das práticas de Urbanismo Colaborativo serem pautadas por atributos insurgentes mais destacados.

Entretanto, das análises realizadas é possível indicar aspectos críticos resultantes desses grupos de práticas de maior nível de insurgência.

Por exemplo, quando há uma articulação entre diferentes tipologias de atores, a mobilização de seus distintos saberes exige cuidado para evitar desigualdades quanto às relações de poder. O modo como o conhecimento técnico-científico requisitado de instituições de ensino em torno da capacitação para a prática

urbanística de grupos sociais civis, em parte impõe sua legitimidade sobre os saberes populares locais, que por sua vez podem não ser suficientemente aproveitados. Contudo, havendo uma atuação conjunta, a visão profissional pode contribuir com um levantamento aprofundado e informações até mesmo desconhecidas localmente, como nas práticas Cidadania Verde, e Plano Popular da ZEIS Bom Jardim, ambas desenvolvidas pela Universidade Federal do Ceará (Arq-PET-CAU-UFC) e pela comunidade do Bairro Bom Jardim, em Fortaleza/CE.

As disputas de poder também se dão a partir de interesses distintos e concorrentes entre os atores envolvidos, o que resulta em dificuldades de apoderamento dos objetivos e de engajamento nas ações. Quando as práticas urbanas tem seu ponto de partida em determinados contextos consolidados, as aspirações podem não ser consensuais e a relevância acabar questionável.

Antes de se tornarem bem-sucedidas, algumas práticas passaram por esses impasses, como a Agricultura urbana e cidadania na superquadra, proposta pelo Coletivo 416N em Brasília/DF, em que a criação de uma horta urbana inicialmente foi rejeitada por parte da vizinhança e pelo poder público, dadas as normas de proteção ao patrimônio e de gerenciamento de áreas públicas. Também é o caso do Canteiros verdes cidade viva, proposto por grupo de moradores de bairro em Belém/PA, que persistiu para obter adesão da comunidade e de gestores na retomada do caráter de rua de lazer com o desafio de reverter a situação de degradação ambiental do canteiro central dado o uso irregular para estacionamento de veículos e descarte de entulhos.

A falta de clareza na definição dos objetivos e a inexistência de um plano que sirva como referencial para os participantes, pode afetar na assertividade das escolhas, mas principalmente dificultar a verificação do alcance das ações. São aspectos indicados em Cidade para mulheres e Quintal Urbano, e que podem conferir imprecisões pela variedade de ações com que ambas exploram suas questões.

No caso da prática Cidade para mulheres, desenvolvida pelo Laboratório da Cidade em Belém/PA, propõe o repensar da cidade a partir de uma perspectiva de gênero, utilizando para isso palestras, oficinas, cinemas, rodas de discussão, podcast e intervenções colaborativas. Já o Quintal Urbano, desenvolvido pelo Coletivo de mesmo nome em Natal/RN, com o objetivo de ativação dos espaços públicos para

lazer e sociabilidade, realiza oficinas participativas, workshops, exposições fotográficas, intervenções artísticas e mutirões de limpeza em praças.

A definição de objetivos excessivos frente às condições existentes para um período determinado e a ausência de distinção de prioridades, sobretudo na transição da idealização à execução, conduz a incompletudes e pendências nas ações. Não gerar efeitos visíveis pode ser crítico por não proporcionar uma celebração de resultados conquistados entre os atores e ocasionar uma desmobilização.

Como no Projeto Reconquista, proposto em Goiânia/GO por participantes do Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura (ENEA-FENEA) e moradores do Residencial Real Conquista, loteamento afastado do território urbanizado e sem infraestrutura, para o qual mais de 14.000 pessoas foram removidas da ocupação Sonho Real, e que demanda também por espaços de cultura, esporte e lazer. Apesar da pertinência do projeto, que consiste na urbanização de duas praças vazias, o resultado limita-se ao desenvolvimento colaborativo das ideias e à realização de ações culturais, ficando pendente a viabilização da construção das praças.

É também o caso da prática Itupava: qual praça que queremos, da ONG Sociedade Global em Curitiba/PR, que se contrapõe ao projeto de binário previsto para o local, e propõe a organização de um plano de ação coletivo e de uma agenda de atividades culturais devido aos conflitos de usos e interesses existentes, assim como de um grupo autogestionado para as ações. Apesar da articulação de diversos usuários da praça, moradores e comerciantes do entorno, o resultado limita-se a limpeza e a intervenção com horta e mobiliários, ficando as demais metas pendentes.

Ainda assim, das análises desses grupos de práticas de maior nível de insurgência é possível destacar principalmente resultados exitosos.

Mesmo as práticas propostas em torno de objetivos modestos e coerentes à capacidade de execução considerada, apresentam resultados potentes. A prática Aqui tem sombra, do Coletivo Cubo Urbano de Juazeiro do Norte/CE, contempla a questão da mobilidade urbana com a construção de abrigos temporários e compartilháveis através de sombrinhas para oferecer proteção aos usuários de ônibus. Trata-se de uma ação pontual, de curto prazo e de baixo custo, e que demonstra melhorias aos usuários, os quais acolhem a ação de modo espontâneo como uma demanda urgente,

além de ser um meio de reclamar ao poder público a ausência e ineficiência dos abrigos nos pontos de ônibus da cidade.

Também A Rua do Jovem do Varjão, desenvolvida pelo Coletivo MOB-Movimento e Ocupe seu Bairro em Brasília/DF, inicialmente com o fechamento temporário de um trecho da rua aos veículos para criar um espaço de lazer, avança para além do objetivo de origem. A partir da experiência de apropriação urbana, através de processo participativo com crianças e jovens, são definidas diretrizes que resultam em ações de intervenção física na rua e na praça, proporcionando espaços permanentes para o uso da comunidade.

O modo como as práticas são socialmente construídas, com o envolvimento de atores locais desde seus cotidianos, em muito contribui para uma eminente realização. Quando há ampla abertura para a discussão de interesses e de necessidades, faz com que haja um engajamento comprometido com ações coletivas e colaborativas, seja pelas realidades coincidentes, seja pela urgência em lidar com os desafios urbanos. São ações que priorizam questões comuns a responder, que avaliam cada uma das possibilidades a investir, e com isso sustentam as escolhas feitas.

Em alguma medida todas as práticas indicam processos participativos, mas alguns casos expõem métodos com maior ênfase em relação aos atores locais, como A Rua do Jovem do Varjão, A Vila que reinventamos, Abordagem participativa como método de apreensão do espaço, Ação Colaborativa no Jangurussu, Intervenção Cartográfica do Gesso, Meu bairro brincante, MOBilize São Sebastião, Olhe o degrau, Parquinho Vitória, Placemaking na Praça do Conjunto Alvorada, Praça da Esperança, Práticas participativas no Beco das Pedras, e Revitalização do Centro Comunitário Jaburu. São práticas que tiram partido das potencialidades locais e das competências sociais disponíveis, promovendo a construção de um repertório de saberes diversos com base nas dinâmicas socioespaciais existentes.

A capacidade de articulação de distintos saberes técnicos, científicos e populares imprimem força às ações cidadãs na transformação de seus locais de vida. Saberes que são mobilizados também ao colocar em interlocução diferentes tipologias de atores, que passam a combinar experiências e conhecimentos de forma compartilhada e voltada para assuntos comuns.

No entanto, vê-se que nessas 26 práticas em foco, apenas algumas indicam atuação de diferentes atores. Não aparece nenhuma articulação do grupo social civil com o setor público, e com o setor privado tem-se o único caso da Revitalização do Centro Comunitário Jaburu, ao tempo que com instituições de ensino tem-se 08 casos, sendo A Vila que reinventamos, Ação Colaborativa no Jangurussu, Cidadania Verde, Intervenção Cartográfica do Gesso, Plano Popular da ZEIS Bom Jardim, Praça da Esperança, Práticas participativas no Beco das Pedras, e Projeto Reconquista. Tem-se as demais 17 práticas indicando unicamente grupo social civil como atores, o que reflete tratar-se da tipologia mais recorrente em todo o conjunto e, principalmente, demonstra que os diferentes saberes importantes à realização das ações estão em grande parte disponíveis entre os atores sociais.

Esses arranjos com a participação destacada dos atores sociais abrem a possibilidade para atuarem diretamente na concretização de transformações em pontos estratégicos que possam ocasionar melhorias em suas vidas. Transformações muitas vezes associadas a uma revitalização urbana, que pode ser induzida por meio de atividades que promovam a ocupação e valorização dos espaços.

Registra-se entre as práticas a grande recorrência da proposição de mutirões colaborativos, em que fica clara a ampla adesão das comunidades e o acolhimento como um importante mecanismo de participação autodeterminada. Importante também como mecanismo sociopolítico para intervir e ressignificar as relações sobre as cidades, quer na recuperação de espaços existentes, quer atribuindo usos para espaços ociosos, de forma permanente ou temporária.

As práticas que indicam mutirões colaborativos bem-sucedidos são A Rua do Jovem do Varjão, A Vila que reinventamos, Abordagem participativa como método de apreensão do espaço, Ação Colaborativa no Jangurussu, Intervenção Cartográfica do Gesso, Intervenção no SCS, Meu bairro brincante, MOBilize São Sebastião, Olhe o degrau, PArklet ocupando o espaço público, Parquinho Vitória, Placemaking na Praça do Conjunto Alvorada, Praça da Esperança, Práticas participativas no Beco das Pedras, Projeto Colorindo Vidas, Rede de Fazedores, e Revitalização do Centro Comunitário Jaburu. Verifica-se a partir das práticas, que mesmo se operadas de forma experimental significam um avanço de transformações futuras duradouras pois

oportunizam a ativação dos espaços e da vida urbana, a que correspondem resultados também sob uma dimensão imaterial.

Enquanto as realizações materiais estão centradas em resultados mais imediatos, a dimensão imaterial envolve resultados mais prolongados, como reconhecimento, conscientização ou empoderamento, os quais são decorrentes das mesmas realizações. Através das práticas experienciadas, se constituem vínculos de identidade e pertencimento sobre os territórios, que conferem sentido a uma atuação cidadã que possa construir outras concepções de poder e trazer novos significados às formas de produção das cidades

Essa abordagem que transcende aspectos materiais para somar aspectos imateriais de uma força social e política que reposiciona poderes, coloca em evidência a noção de insurgências urbanas como característica não apenas do grupo de práticas a frente do maior nível indicado pelo sistema de gradação, mas da totalidade do conjunto. Nesse sentido, cabe concluir ainda algumas aprendizagens relativamente ao conjunto de experiências de Urbanismo Colaborativo.

•••

A inserção de novas abordagens e de novos conceitos nas práticas de planejamento urbano não ocorre sem dificuldades. Apesar disso, as experiências indicam que é possível o desenvolvimento de práticas urbanas de protagonismo popular exitosas a partir da associação de desejos, necessidades e disponibilidades, as quais são transformadas em ações coletivas e colaborativas que podem contribuir para a construção de outras visões para as cidades e seu planejamento. Ao tempo que alinham forças em torno de desafios urbanos prioritários, essas práticas elucidam não se tratar de uma substituição aos desígnios do planejamento, mas de ampliar o campo de possibilidades para sua realização.

Dentre as possibilidades, vê-se que atrelada às práticas está o princípio participativo, com o engajamento de comunidades e de organizações e a articulação entre diferentes tipos de atores, o que permite experimentar modos de liderança, de ensinamentos mútuos e de relações institucionais. Contudo, mostrou-se que não é a incorporação pelas institucionalidades que confere legitimidade às práticas, mas sim

quando baseadas na participação de atores locais que se tem mais probabilidade de continuidade das ações e dos processos de mudanças. É quando os atores locais se sentem pertencentes às ações, quando suas questões são realmente tidas em conta, que se tornam empoderados a ocupar um papel ativo e reativo sobre as cidades e afirmar um contrapoder para a construção autônoma do urbano.

Há um enfoque em resultados mais imediatos que denunciem problemas, que respondam urgências, que desafiem contradições, mas que possibilitam experimentar visões para o futuro e sustentar esforços prolongados. Para tanto, empenhar esforços que assegurem a realização das práticas urbanas implica dedicação e comprometimento. Por isso destaca-se a importância de ter clara a definição dos objetivos e dos meios disponíveis, de modo a não correr o risco de acometer a disposição participativa, de desmobilizar recursos e apoios, ou mesmo de gerar incertezas sobre as ideias serem realmente executadas.

Aprendizagens que só confirmam o potencial de transformação das cidades a partir de seus atributos locais e da junção de vontades. O quanto as cidades possuem atributos desperdiçados, sejam seus elementos identitários, valores históricos, e os próprios atores locais, em muitas vezes invisibilizados nos processos urbanos. Os segmentos populares mostram-se uma fonte imensa de recursos, cujos saberes e táticas exercidos na vida cotidiana, quando devidamente reconhecidos, podem impulsionar a relação do local às políticas públicas da cidade.

Ao demonstrarem uma preocupação em reposicionar os pressupostos socioespaciais, as práticas trazem também aprendizagens do ponto de vista da decolonialidade do urbano. A valorização dos atores comumente excluídos das políticas, junto a valorização das capacidades da união de saberes e de concepções de poderes com base no compartilhamento, como importantes a compor a produção das cidades, contribuem para um movimento de resistência e de ruptura nas dinâmicas que de fato são operadas no planejamento urbano. É também por tais características que as práticas de Urbanismo Colaborativo guardam relações e afirmam-se como uma expressão das insurgências urbanas.

Uma vez que as insurgências se manifestam de muitas maneiras, olhar para cada uma das práticas urbanas individualmente se mostra importante para atentar para suas particularidades, para seus traços característicos. Mas extrapolar esse olhar

se torna fundamental para uma análise crítica-relacional sobre o conjunto, identificando no caso do Urbanismo Colaborativo as aprendizagens sob a perspectiva das insurgências urbanas.

É interessante observar como as práticas ocorrem com incidências distintas de temas, de processos e de locais, apresentando resultados também diversos. No que o conjunto permite confirmar, essa diversidade quando referida em termos insurgentes é potente, considerando-se os inúmeros arranjos possíveis.

O principal a considerar é que as insurgências urbanas são como múltiplas camadas sobrepostas. A combinação entre diferentes camadas, equivalentes às categorias e subcategorias indicadas, leva aos distintos níveis de intensidade insurgente entre as práticas urbanas. Logo, ao se alterar ou eliminar qualquer subcategoria, os panoramas apresentados mudam facilmente, sendo possível observar combinações de diversas tipologias específicas de práticas.

É possível inferir que do conjunto de práticas de Urbanismo Colaborativo, os níveis de insurgência não se mostram lineares, adequam-se aos distintos contextos, acompanham as demandas cotidianas, resultando em combinações de intensa insurgência, intercaladas a outras de relativa indiferença a essa dimensão. Isso porque algumas práticas são ainda atravessadas por paradigmas tradicionais da ordem vigente, enquanto outras se destacam por escaparem a tais paradigmas e trazerem novas possibilidades, trazerem formas de insurgências urbanas. De todo modo, é no decorrer dos processos e das articulações aí constituídas, que está a força de trazerem alternativas às realidades pelas quais as populações insurgem.

Se por um lado não são todas as práticas de Urbanismo Colaborativo que apresentam um alto nível de insurgência, ao mesmo tempo trata-se de uma dimensão que perpassa em alguma medida todos os casos analisados. Enquanto uma aposta de mudanças no pensamento e na prática de planejamento urbano, o Urbanismo Colaborativo deve considerar a crítica as suas contradições e fraquezas, para mirar em suas possibilidades e potências anunciadas pelas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar este trabalho de tese buscava-se verificar se e como as práticas urbanas contemporâneas eram capazes de se estabelecer como formas renovadas de planejamento urbano. As insurgências urbanas seriam a centralidade para o estabelecimento de uma nova forma de atuação sobre as cidades e de um planejamento urbano insurgente, pela qual optou-se por investigar as experiências autodenominadas Urbanismo Colaborativo, presentes em distintos locais do Brasil.

Cabe destacar que se tratam de novas práticas urbanas, fora das instâncias de poder hegemônicas e protagonizadas pela sociedade civil, que surgiram ao redor do mundo neste início de século, carregando muito da força de lutas sociopolíticas anteriores, mas que hoje são consoantes às próprias transformações das cidades. Hoje se colocam como insurgências ao contexto neoliberal contemporâneo de complexidades urbanas, de conflitos de interesses, de redução do Estado na promoção do planejamento, de realização capitalista nos territórios e em todas as esferas da vida. São práticas que assumem um novo sentido pelo seu potencial propositivo e desafiador, em que não buscam por uma melhor representação ou inclusão, mas por autonomia em relação às estruturas institucionais, e por ampliar os poderes nas lutas pelas suas causas e interesses.

O repertório teórico-conceitual sobre as insurgências urbanas que se toma como referência para orientar o desenvolvimento do trabalho, relaciona-se às noções de práticas insurgentes e de planejamento urbano insurgente, as quais reconhecem ativismos e movimentos sociais urbanos como formas de planejamento, na contramão de suas invisibilidades - práticas e teóricas. São também abordadas noções teóricas de participação popular, de territorializações, de práticas espaciais e de decolonialidade no urbano, sempre associadas às insurgências, e que combinadas sustentam as reflexões ao longo da tese.

Se debruçar sobre as insurgências dessas novas práticas urbanas é questionar os paradigmas tradicionais de planejamento urbano e as assimetrias de poder existentes nos processos de produção das cidades. É revelar formas de planejamento que desviam a lógica dominante, a partir de um arranjo pautado por princípios de

coletividade, de colaboração e de democracia, apontando outra perspectiva de pensar e de fazer as cidades, por meio de práticas urbanas insurgentes.

Constata-se, porém, que a dimensão insurgente não está em todas as novas práticas urbanas. A crise urbana provocada pela hegemonia neoliberal a que as práticas buscam saídas, alcançam distintamente cada contexto e conduzem a reações também distintas. Se nessas práticas as reações de contraposição são em geral manifestadas, por vezes a dureza das condições de vida trata de dissipá-las. Por vezes as formas de organização são situacionais e as ações ocorrem a partir de causas muito localizadas, buscando resolver ou amenizar problemas que não deixam de ser legítimos, mas sem questionar ou denunciar o que os originou.

É indiscutível a importância com que a população busca enfrentar ativa e conjuntamente os desafios urbanos, com os meios e as capacidades sociais que lhes são disponíveis. A fragilidade que pôde ser evidenciada nesse enfrentamento, no entanto, é quando da ausência de um caráter crítico aos conflitos nas cidades e em seu planejamento. Quando as práticas urbanas assumem a iniciativa de certas atividades devido à omissão do Estado como principal agência promotora do planejamento, mas não se contrapõem a essa desresponsabilização, em certa medida contribuem para a efetivação de uma desregulação e, por conseguinte, não oferecem dificuldade ao desenvolvimento neoliberal.

Apesar disso, nem tudo é negativo. Em sua maioria, as novas práticas se propõem e demonstram contribuir para o questionamento e problematização a um padrão urbano no quadro capitalista neoliberal, que sistematicamente exclui grande parte da população dos processos decisórios sobre os destinos das cidades e que aprofunda vários tipos de desigualdade ao privilegiar determinados grupos em detrimento da coletividade. Verificou-se que as práticas urbanas se afirmam insurgentes quando, para lutar por democratização, engendram intenções táticas de resistência frente a estratégias das instâncias dominantes, quando organizam contrapoderes em sentido crítico ao poder heterônomo. Isso mostra um maior empoderamento político nas práticas insurgentes, quando comparadas às iniciativas citadas desprovidas desse sentido, visto que instigam um engajamento popular para além de ações específicas quanto às suas urgências, mas também em torno de

questões urbanas estruturais e na conquista de direitos, especialmente em integrar a produção das cidades e em ocupar a função de planejar.

As distinções observadas entre as práticas urbanas contemporâneas, que permitem confirmar a inexistência de unidade quanto à dimensão insurgente, são aprendizados obtidos através da construção teórico-conceitual assim como da análise dos dados empíricos que integram o caso do Urbanismo Colaborativo. As práticas de Urbanismo Colaborativo expressam com clareza essas distinções, em que há maiores ou menores níveis de insurgência urbana identificados.

Ademais de um conjunto bastante amplo de práticas analisadas, de que já se pode deduzir muitos propósitos pretendidos e variadas táticas utilizadas para alcançá-los, percebe-se nas experiências que ultrapassam a defesa de interesses isolados, e que representam lutas por causas comuns ligadas aos cotidianos, assim como resistências aos processos hegemônicos que em pouco ou em nada as contemplam. Apesar disso, não é possível considerar o Urbanismo Colaborativo como uma tipologia de prática insurgente homogênea, uma vez que não reúne uma pauta específica entre as causas partilhadas, ou ainda, as muitas pautas se cruzam em um mesmo território, o que conduz a distintas configurações em torno das insurgências.

Nesse sentido é que o procedimento metodológico desenvolvido por meio de um sistema taxonômico de referência, composto por categorias desdobradas em várias subcategorias analíticas, em muito contribuiu para que as particularidades de cada prática fossem distinguidas e para que as considerações detalhadas de todos os componentes fossem pontuadas. Também o suporte na tecnologia através de uma plataforma digital contribuiu para operar todos os componentes e visualizar as diversas possibilidades de informações que poderiam ser relacionadas. O conhecimento gerado em ambos processos é que comprova que a dimensão insurgente está presente entre as práticas de Urbanismo Colaborativo, assim como a existência de diferentes níveis de insurgência.

Já a elaboração de um sistema de gradação de atributos insurgentes permitiu identificar as práticas que, em menor e maior intensidade, respondem a tais atributos. Certamente essa identificação não foi a contribuição mais relevante. As distinções dos níveis de insurgência trazem muitas informações. Mostram que as práticas urbanas emanam da realidade vivenciada, são inerentes às conjunturas em que se inserem,

onde as mesmas contradições que atravessam as cidades são também possíveis de se manifestarem nas ações ditas oposicionistas, pois nem sempre são capazes de realizar tudo o que se propõem. Que as práticas enxergam as coexistências, mas buscam reposicionar especialmente os segmentos populares no centro das ações e tornar visíveis suas questões contra-hegemônicas comumente invisibilizadas. Que padrões normativos incidem sobre algumas práticas, enquanto outras vão se emancipar e induzir alguma transgressão à ordem que se impõe. Mas mostram principalmente que, apesar de serem distintos os níveis de intensidade, as insurgências perpassam todas as práticas analisadas.

Pode-se considerar então que o Urbanismo Colaborativo não é em si insurgente em sua totalidade de atributos, mas que traz experiências de planejamento insurgente, tendo em conta que responde a princípios definidos na literatura³⁶¹ de referência como planejamento urbano insurgente. Sobretudo por se tratar de um tipo de prática em que há uma compreensão, em menor ou maior medida, do sistema de domínio no qual se insere e contra o qual se opõe, em que há uma percepção da complexidade das causas que reivindica, em que há um agir tático autodeterminado e também em interações com instâncias de poder para que se tenha sempre a conscientização popular quanto à responsabilidade pública.

Desse modo, vê-se que as práticas urbanas do conjunto não dispensam os mecanismos formais existentes como modo tático de obtenção de proveitos específicos, apesar de não se limitarem a aberturas nos processos institucionalizados de planejamento. Se colocam em prol de experiências democráticas de participação popular no desenvolvimento das cidades, dispendo-se a criar processos próprios estendidos a formas de ação direta. Ao deslocarem os processos participativos de seu formato tradicional, para que haja uma descentralização em termos deliberativos e decisórios e uma reorientação às relações sociais, fazem perceber a importância dos cidadãos comuns, dos moradores das comunidades, dos grupos sociais organizados, assim como das articulações que podem ser constituídas entre diversos atores.

Nesse aspecto, as práticas urbanas expõem formas coletivas e colaborativas de ação, cuja relevância está em unir distintas visões sobre uma determinada

³⁶¹ Holston (1995, 2013, 2016); Sandercock (1998, 1999); Miraftab (2009, 2016, 2018); Friedmann (2011); Souza (2013, 2017).

realidade urbana, as quais se somam no exercício de compartilhamento de poderes de decisão e de realização. A constatação é que os componentes de coletividade e de colaboração, ao tempo que instigam a participação popular, também ampliam a perspectiva de mudanças nas relações políticas definidoras das cidades.

Pensar essas práticas como um processo que recupera e invoca uma democracia participativa significa ainda a disposição que demonstram na promoção de valores decoloniais. Ao reconhecerem novos atores no planejamento urbano e explorarem arranjos coletivos, abrem possibilidades para novas racionalidades, para um fazer colaborativo das cidades que não opera através de consensos e de nivelamentos, mas a partir da heterogeneidade das experiências vividas e de quesitos sociais, tais como etário, gênero, raça, sexualidade, classe.

Para mais, as práticas de Urbanismo Colaborativo estão associadas às experiências biográficas de seus atores, os quais vivem no local, possuem redes sociais e familiares, estabelecem vínculos com base em relações simbólicas e identitárias constituídas pela territorialidade. Atores que carregam suas questões e são essas que efetivamente os levam a uma conduta ativa, que exprimem emergências de uma atitude insurgente. A decolonialidade desde aí gerada pode ser compreendida pela disposição em visibilizar e legitimar a diversidade social, em valorizar a potência dos saberes populares, em atualizar as relações de poder através das forças sociopolíticas concebidas no cotidiano das populações, que vêm ocupando brechas, buscando provocar rupturas nos postulados do planejamento urbano³⁶².

As práticas de Urbanismo Colaborativo, no entanto, não devem ser vistas como realizadoras de grandes rupturas e transformações, tampouco como isentas de qualquer contradição. Embora as experiências analisadas revelem que têm entre si aplicações insurgentes, observa-se que os poderes que acessam limitam-se a atenuar os impactos adversos das relações normalizadas na lógica da cidade neoliberal, e não a ocasionar interrupções estruturais definitivas. São práticas que em geral possuem arranjos insuficientes para subverter totalmente a noção tradicional de planejamento urbano. Mas claramente permitem notar que, ainda assim, alcançam importantes resultados, seja transformando os espaços de vida das populações envolvidas, seja

³⁶² Cf. Miraftab (2016, 2018).

atingindo suficientemente as instâncias de poder de modo a conquistar interesses ou a interromper a execução de processos indesejados, ou ao menos tornando-se práticas de difícil entrave por parte das institucionalidades vigentes.

Na própria designação de um planejamento urbano que se constitui insurgente, as grandes mudanças são construídas a partir de inúmeras pequenas realizações³⁶³. E as práticas de Urbanismo Colaborativo vão justamente realizar pequenos feitos nas cidades, provocar emancipações nas realidades cotidianas, priorizar modificações no presente como oportunidades para um futuro diferente. São práticas que se interpõem a perpetuação de sistemas opressores na produção do urbano e tratam de inventar caminhos próprios de ações, ainda que modestas, como recusa à apreensão de sua potência. Ao determinarem seus processos, anunciam formas mais flexíveis e dinâmicas do que as estruturas institucionais, e por isso voltam-se para experiências diretas, pois não querem inserir-se em regras prescritas, ou mesmo no planejamento urbano através somente dos meios oficiais.

O Urbanismo Colaborativo pode ser considerado assim como um exercício de contrapoder que se organiza pelas coletividades sobre os territórios e que possibilita a convergência de diversas lutas a encontrarem uma esfera de disputa para a reinvenção do planejamento urbano. Mas dado os distintos níveis de insurgência que o Urbanismo Colaborativo apresenta, revela também a necessidade do pensamento crítico melhor embasar essas práticas para que, além de um significado de contestação e de proposição de alternativas ao *status quo* estabelecido, possam avançar quanto ao aspirado processo de desestabilização dos poderes dominantes sobre as cidades, para que haja pleno empoderamento da população para o planejamento e a gestão de seus territórios.

Enquanto reivindicam a desestabilização dos poderes dominantes, as práticas de Urbanismo Colaborativo vão instituir outras concepções de poder, vão fortalecer seus contrapoderes. É nesses jogos de forças que as práticas do conjunto trazem indicações quanto às possibilidades de articulação sociopolítica nos assuntos sobre o território conseguem se colocar como insurgências urbanas e, portanto, de que condições são necessárias para a construção de um planejamento urbano insurgente,

³⁶³ Cf. Sandercock (1999).

de que se pode depreender que as iniciativas que sustentam um maior nível de insurgência reúnem maiores condições para tal.

Se as práticas urbanas sugerem uma nova via de atuação da sociedade civil em uma forma insurgente de planejamento urbano e, por um lado, cada vez mais se alastram por todo o mundo, por outro lado, são bastante recentes. Por isso, o caso do Urbanismo Colaborativo representa a relevância dessas novas práticas no Brasil, correspondentes à tamanha extensão e diversidade do país, colocando as cidades do Sul global e suas questões largamente ignoradas, como foco da análise urbana. Para tanto, se aprofundar sobre as experiências de Urbanismo Colaborativo trata-se de um processo fundamental não apenas para sua compreensão, mas também para servir de subsídio para respostas finais acerca de pontos inicialmente levantados.

É mediante as argumentações apresentadas que se pode concluir que as práticas urbanas contemporâneas não são todas insurgentes. Parece confirmar-se a tese de que dentre as novas práticas urbanas, as que têm a insurgência como uma dimensão central, podendo ser consideradas como um planejamento insurgente, possuem efeito potencial para uma nova forma de atuação sobre as cidades e uma renovação do campo do planejamento urbano. Detecta-se entre as práticas analisadas o aspecto afirmador de um tipo diferente de planejamento em relação ao modelo institucional, em que as insurgências urbanas ocupam lugar central.

Enquanto há algumas práticas urbanas que não problematizam questões em torno dos interesses do capital e da manutenção da reprodução social, de outro lado, as práticas insurgentes de planejamento urbano, em toda sua variedade de manifestações, apresentam uma correlação em decorrência das respostas similares dadas aos impactos da neoliberalização sobre as cidades. Abrangem processos contestatórios e alternativos à hegemonia neoliberal e aos modos institucionalizados de planejamento, tais como as formas de participação institucional e os padrões de poder com base na colonialidade, em muito ainda onipresentes sobre o urbano.

Evidencia-se assim que as práticas urbanas insurgentes não se restringem às demarcações conceituais do planejamento urbano institucional, e que se distanciam das previsões das normas oficiais estabelecidas para travarem sobre as cidades formas de atuação essencialmente políticas. Com isso, não só fortalecem uma visão contra-hegemônica em referência às ações, como mostram que as cidades não são

definitivamente tomadas pelos agentes do Estado e do mercado, pois sempre há caminhos para disputar atitudes e discursos sobre o urbano. Sempre é possível os processos sobre o urbano tornados hegemônicos serem tensionados e resistidos, desafiando a suposta permanência das perspectivas que apontam. Resulta que são essas relações de forças que definem as possibilidades de que as práticas urbanas exerçam contrapoderes sobre as estruturas institucionais, de modo que sejam potentes suas ações insurgentes para lograr as demandas populares.

A partir disso, outro aspecto importante que se evidencia é que essa recusa à continuidade da lógica dominante no urbano vai além da contraposição, pois as práticas insurgentes envolvem um caráter propositivo e imaginativo sobre as cidades em torno de novas ações e territorialidades, como uma forma de planejamento urbano que disputa a noção hegemônica sobre o mesmo. As práticas insurgentes reformulam o modo através do qual se imagina as cidades e seu planejamento, impulsionando produções mais abertas de futuro, vinculadas à realidade presente, mas mirando o futuro de um mundo diferente. Pode-se concluir que exatamente a possibilidade de transformações no tempo de agora e o estabelecimento de uma visão de futuro em relação aos locais de vida das populações está no centro do relativo êxito das práticas urbanas, como as experiências de Urbanismo Colaborativo analisadas, e da constituição de um planejamento urbano insurgente.

Assim como a dimensão insurgente evoca a discussão sobre a renovação no planejamento urbano e o futuro das cidades, é importante finalizar este percurso deixando-o em aberto para futuras considerações que possam ser somadas, que possam avançar a discussão para além da exposta até aqui. Ademais de um tema recente, a aproximação à noção de insurgências urbanas deu-se por meio de práticas enquanto processos em experimentação e, portanto, as compreensões certamente são provisórias e não se esgotam com o término da tese. Não se recorre a uma pretensão de verdade, até mesmo porque significaria afastar-se de uma direção à subversão para recair em uma forma de instrumentalizar e colonizar o conhecimento.

A contrapartida da possibilidade desse conhecimento construído, está em poder embasar outras análises de práticas urbanas contemporâneas, inclusive ultrapassando a tipologia do Urbanismo Colaborativo. A própria estruturação de um sistema taxonômico pode conter componentes válidos também para outras práticas

urbanas, as quais possam tomá-los para comparações, ou mesmo fornecerem novos componentes para o ajuste da taxonomia, que orientem sobre as maneiras com que as novas práticas urbanas estão a estabelecer um planejamento insurgente.

Entende-se que essa proposta ampliada de um planejamento urbano insurgente está muito mais alinhada à realidade das cidades e que cada vez mais um papel importante será desempenhado pelas novas práticas urbanas. Com o ritmo acelerado da urbanização global e os desafios urbanos que tendem a se complexificar, as soluções compatíveis não poderão ser impostas, terão que vir de baixo para cima, das ruas, das comunidades, das margens. O potencial para transformações na produção das cidades estará nas vidas cotidianas, na conexão de forças sociopolíticas canalizadas para coletividade, no empoderamento da população para autodeterminar seus destinos, para imaginar e agir em torno de futuros possíveis. O percurso encerra por deixar eminente que as experiências que as práticas urbanas insurgentes têm revelado ao mundo representam caminhos promissores para guiar rumo a uma renovação do planejamento urbano.

REFERÊNCIAS³⁶⁴

ALINSKY, Saul. **Tratado para Radicales. Manual para revolucionarios pragmáticos**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

ANGOTTI, Thomas. **New York for Sale: Community Planning Confronts Global Real Estate**. The MIT Press, 2008.

ANPUR - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em <www.anpur.org.br> Acesso em 28 de janeiro de 2020.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1938].

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999 [1968].

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: 14 de julho de 2020.

BRENNER, Neil. **Is tactical urbanism an alternative to neoliberal urbanism?** In: BRENNER, Neil. *Critique of Urbanization*. Basel: Bauwelt Fundamente Series, Birkhäuser Verlag, 2016, p. 128-146.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. **Após a neoliberalização?** In: BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

CASTELLS, Manuel. **La Cuestión Urbana**. México: Siglo Veintiuno, 2014 [1972].

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998 [1980].

³⁶⁴ Referências em idiomas diferentes do português foram livremente traduzidas pela autora.

Comissão Editorial RBEUR - Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Disponível em <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur>> Acesso em 28 de janeiro de 2020.

CRAWFORD, Margaret *et al.* **Everyday Urbanism**. New York: The Monacelli Press, 1999.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DAVIDOFF, Paul. **Advocacy and pluralism in planning**. In: Journal of the American Institute of Planners (JAPA), v. 31, ed. 4, 1965, p. 331-338.

Encontros de Urbanismo Colaborativo - Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB). Disponível em <www.courb.org/encontros> Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Popayán: Enviñon Editores, 2010 [2008].

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

FAINSTEIN, Susan. **New Directions in Planning Theory**. Urban Affairs Review, v. 35, n. 4, 2000.

FINN, Donovan. **DIY urbanism: implications for cities**. Journal of Urbanism: International research on placemaking and urban sustainability, v. 7, n. 4, p. 381-398, 2014.

FORESTER, John. **Planning in face of power**. Berkeley: University of California Press, 1989.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1966].

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998 [1979].

FRIEDMANN, John. **Retracking America: A Theory of Transactive Planning**. Garden City, NY: Doubleday/Anchor, 1973.

FRIEDMANN, John. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987.

FRIEDMANN, John. **Why do Planning Theory?** In: Planning Theory, SAGE Publications, v. 2, ed. 1, 2003, p. 7-10.

FRIEDMANN, John. **Insurgencies: Essays in Planning Theory.** New York: Routledge, 2011.

GRAY, Barbara. **Collaborating: finding common ground for multiparty problems.** San Francisco: Jossey-Bass, 1989.

GRABOW, Stephen; HESKIN, Allan. **Foundations for a Radical Concept of Planning.** In: Journal of the American Institute of Planners, v. 39, ed. 2, 1973, p. 106-114.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa, I. Racionalidad de la acción y racionalización social.** Madrid: Taurus Humanidades, 1987 [1981].

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades).** In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007a.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** In: GEOgraphia, ano IX, n. 17, 2007b.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina".** Buenos Aires: CLACSO e Niterói: PPGGeo-UFF, 2021.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008 [2005].

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014 [2012].

HEALEY, Patsy. **Planning Through Debate: The Communicative Turn in Planning Theory.** In: The Town Planning Review, v. 63, n. 2, 1992, p. 233-249.

HEALEY, Patsy. **Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies.** London: Macmillan, 1997.

HEALEY, Patsy. **Collaborative planning in perspective**. In: *Planning Theory*, v. 2, n. 2, 2003, p. 101-123.

HOLSTON, James. **Spaces of insurgent citizenship**. In: HOLSTON, James (Ed.). *Cities and Citizenship*. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLSTON, James. **Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 18, n. 2, 2016, p.191-204.

HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**. New York: Routledge, 2010.

INNES, Judith E. **Planning Theory's Emerging Paradigm: Communicative Action and Interactive Practice**. In: *Journal of Planning Education and Research*, v. 14, n. 3, 1995, p. 183-189.

JACOBS, Janes. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1961].

JOHNSON, Steven. **Emergence: the connected lives of ants, brains, cities and software**. New York: Scribner, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. de Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos), 2006 [1974].

LIMONAD, Ester. **Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando?** In: *Costa*, Geraldo Magela., COSTA, Heloisa Soares de Moura, MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 71-102.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2015.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otilia *et al* (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MARZULO, Eber. **Sobre o efeito da crise da modernidade no planejamento urbano**. In: PANIZZU, Wraná Maria (Org.). *Outra vez Porto Alegre: a cidade e seu planejamento*. Porto Alegre: Cirkula, 2016, p. 232-248.

MARZULO, Eber; SIQUEIRA, Lucimar. **Da democracia participativa à desdemocratização na cidade: a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre**. In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 23, n. 50, 2021, p. 399-421.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEHROTRA, Rahul. **Negotiating the Static and Kinetic Cities: The Emergent Urbanism of Mumbai**. In: HUYSSSEN, Andreas. *Other Cities, Other Worlds: Urban Imaginaries in a Globalizing Age*. Durham, NC: Duke University Press, 2008. p. 205-218.

MIGNOLO, Walter. **La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso**. In: Tabula Rasa. Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, n. 8, 2008, p. 243-281.

MIRAFTAB, Farabak. **Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South**. In: *Planning Theory*, v. 8, SAGE Publications, 2009, p. 32-50.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 18, n. 3, 2016, p. 363-377.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgent practices and decolonization of future(s)**. In: GUNDER, Michael *et al* (Ed.). *The Routledge Handbook of Planning Theory*. New York: Routledge, 2018, p. 276-288.

MOTA, José Carlos Batista da. **Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação**. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Aveiro, 2013.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky. **Projetos urbanos: uma crítica ontológica**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. In: CECEÑA, Ana; SADER, Emir (Orgs.). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 217-256.

QUIJANO, Aníbal. **Dependencia, cambio social y urbanización em Latinoamérica**. In: *Revista Mexicana de Sociología*. México: Instituto de Investigaciones Sociales (UNAM), año 30, v. XXX, n. 3, 1968, p. 525-570.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1995.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-117.

RANDOLPH, Rainer. **Potencial e limitação do planejamento participativo: reflexões sobre a superação da “colaboração” pela “subversão”**. In: Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR, ANPUR: Belém/ Pará, 2007.

RANDOLPH, Rainer. **A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro**. In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270 (98), 2008.

RANDOLPH, Rainer. **Superando abordagens colaborativa e agonística do planejamento: caminhos para sua radicalização por meio de ações subversivas**. In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 44, 2019, p. 99-117.

ROSA, Marcos Leite (Org). **Microplanejamento: Práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SACK, Robert David. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANDERCOCK, Leonie. **Framing Insurgent Historiographies for Planning**. In: SANDERCOCK, Leonie (Ed.). *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

SANDERCOCK, Leonie. **Planning’s Radical Project What’s the Pedagogy?** In: *Progressive Planning Magazine*, jan./fev., 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997 [1985].

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Ad lia de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território, Globaliza o e Fragmenta o*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emo o**. São Paulo: EDUSP, 2006 [1996].

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. In: *Cadernos IPPUR*, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002, p. 237-280.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

NÚÑEZ, Tarson. **Sociedade civil, política e democracia: experiências de participação no Rio Grande do Sul 1989-2014**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

TAYLOR, Nigel. **Urban planning theory since 1945**. London: Sage, 1998.

VAINER, Carlos. **O plano de recuperação e desenvolvimento econômico e social das comunidades atingidas por barragens de Itá e Machadinho: uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento**. In: Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 1, 2003, p. 135-153

VAINER, Carlos. **Planejamento urbano democrático no Brasil**. In: ERBA, Diogo Afonso *et al* (Org.). Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades, 2005, p. 133-141.

VAINER, Carlos. **Palestra no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**. GT Conflitos Fundiários Urbanos / Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007.

VAINER, Carlos. **Disseminating `Best Practices`? The coloniality of urban knowledge and city models**". In: PARNELL, Susan; OLDFIELD, Sophie. The Routledge Handbook on Cities of the Global South. New York: Routledge, 2014, p. 48-56.

VAINER, Carlos *et al*. **O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual**. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal *et al* (Org.). Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p.27-64.

VAINER, Carlos *et al*. **Planejamento Conflitual na Cidade Olímpica. A experiência da Vila Autódromo, Rio De Janeiro**. In: Crítica Urbana Revista de Estudios Urbanos y Territoriales, ano III, n. 14, 2020, p. 34-39.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 169-243.

WAAL, Martijn. **The City as Interface: How New Media Are Changing the City.** NAI010 Publishers: Rotterdam, 2014.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época.** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones AbyaYala, 2009.

WHYTE, Willian. **The Social Life of Small Urban Spaces.** New York: Project of Public Spaces, 1980.

ANEXO A – Análise da produção científica.

(continua)

BASES DE DADOS					
RBEUR			ENANPUR		
n. 1 (1999)	v. 12 n. 1 e n. 2 (2010)		VIII ENANPUR (1999)		
n. 2 e n. 3 (2000)	v. 13 n. 1 e n. 2 (2011)		IX ENANPUR (2001)		
n. 4 e n. 5 (2001)	v. 14 n. 1 e n. 2 (2012)		X ENANPUR (2003)		
v. 4 n. 1/2 (2002)	v. 15 n. 1 e n. 2 (2013)		XI ENANPUR (2005)		
v. 5 n. 1 e n. 2 (2003)	v. 16 n. 1 e n. 2 (2014)		XII ENANPUR (2007)		
v. 6 n. 1 e n. 2 (2004)	v. 17 n. 1, n. 2 e n. 3 (2015)		XIII ENANPUR (2009)		
v. 7 n. 1 e n. 2 (2005)	v. 18 n. 1, n. 2 e n. 3 (2016)		XIV ENANPUR (2011)		
v. 8 n. 1 e n. 2 (2006)	v. 19 n. 1, n. 2 e n. 3 (2017)		XV ENANPUR (2013)		
v. 9 n. 1 e n. 2 (2007)	v. 20 n. 1, n. 2 e n. 3 (2018)		XVI ENANPUR (2015)		
v. 10 n. 1 e n. 2 (2008)	v. 21 n. 1, n. 2 e n. 3 (2019)		XVII ENANPUR (2017)		
v. 11 n. 1 e n. 2 (2009)			XVIII ENANPUR (2019)		
CRITERIOS DE SELEÇÃO					
Compleitude	Artigos disponíveis na íntegra				
Local	Nacional ou Internacional				
Conteúdo	Centrado no Urbanismo Colaborativo enquanto prática urbana. Diferentes ênfases na relação da colaboração dos cidadãos no desenvolvimento das cidades.				
ESTRATEGIA DE BUSCA					
Período de busca	1999 a 2019				
Termos de busca	"urbanismo colaborativo"; "collaborative urban"; urb* AND colab*; urb* AND collab*; colab* AND NOT urb*; collab* AND NOT urb*				
Campos de busca	RBEUR: título, resumo e palavras-chave ENANPUR: título, resumo, palavras-chave, apresentação, introdução				
Idiomas	Português e Inglês				
PUBLICAÇÕES					
RBEUR					
QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES Termos de busca: "Urbanismo colaborativo" "Collaborative urbanism"		QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES Termos de busca: urb* AND colab* urb* AND collab*		QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES Termos de busca: colab* AND NOT urb* collab* AND NOT urb*	
Incluídas	Excluídas	Incluídas	Excluídas	Incluídas	Excluídas
0	0	3	6	1	2
TOTAL = 12 publicações					
ENANPUR					
QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES Termos de busca: "Urbanismo colaborativo" "Collaborative urbanism"		QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES Termos de busca: urb* AND colab* urb* AND collab*		QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES Termos de busca: colab* AND NOT urb* collab* AND NOT urb*	
Incluídas	Excluídas	Incluídas	Excluídas	Incluídas	Excluídas
1	0	17	62	4	16
TOTAL = 100 publicações					
TOTAL GERAL = 112 publicações					

(conclusão)

ABORDAGENS	
ABORDAGENS	FREQUÊNCIA (Nº)
Configuração espacial	2
Extensão universitária	5
Gestão urbana	3
Habitação	4
Intervenção urbana	11
Planejamento urbano	10
Projeto urbano	7
Tecnologia	7
TOTAL	26
ANO DE PUBLICAÇÃO	
ANO	FREQUÊNCIA (Nº)
1999	2
2003	1
2007	1
2011	3
2013	3
2015	1
2017	5
2018	1
2019	9
TOTAL	26

Fonte: Elaboração pela autora.

ANEXO B – Formulário das Mostras de Urbanismo Colaborativo.

(continua)

Dados do responsável pela inscrição
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome do responsável pela inscrição: ▪ E-mail do responsável pela inscrição: ▪ Telefone para contato (com DDD): ▪ Cargo ou função na equipe:
Dados da equipe
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nome da equipe: ▪ Endereço/Cidade/Estado da equipe: ▪ Link do website da equipe: ▪ Página no facebook: ▪ Outras mídias: ▪ Número de pessoas da equipe envolvidas diretamente no projeto: ▪ Segmento ao qual pertence: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Poder público (administração direta): ministérios, secretarias, institutos de planejamento, grupo de servidores diretamente vinculados, dentre outros <input type="checkbox"/> Poder público (administração indireta): empresas públicas, grupo de profissionais de autarquias, dentre outros <input type="checkbox"/> Terceiro setor: ONGs, OSCIP, Institutos, dentre outros <input type="checkbox"/> Associações e movimentos: grupo de ativistas, movimentos sociais, associações de bairro, dentre outros <input type="checkbox"/> Centros de ensino: universidades, grupos de pesquisa, ensino e/ou extensão, equipes de estudantes, grupo de professores, escolas de ensino médio e fundamental, dentre outros <input type="checkbox"/> Outro: ▪ Áreas de formação da equipe: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Arquitetura e Urbanismo <input type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Comunicação <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Geografia <input type="checkbox"/> Jornalismo <input type="checkbox"/> Políticas públicas <input type="checkbox"/> Sociologia <input type="checkbox"/> Outro: ▪ Em que ano a instituição/organização/empresa foi formada? ▪ A instituição/organização/empresa foi formalizada como pessoa jurídica (possui CNPJ)? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não ▪ De forma sucinta, como você descreveria a missão da instituição/organização/empresa? ▪ Quais as principais áreas de atuação da instituição/organização/empresa? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Políticas públicas e legislação <input type="checkbox"/> Comunicação e informação <input type="checkbox"/> Educação e cultura <input type="checkbox"/> Intervenção física no espaço <input type="checkbox"/> Mobilização e advocacy <input type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Projetos e planos <input type="checkbox"/> Outro: ▪ A instituição/organização/empresa participa de redes, fóruns ou coletivos? Se sim, quais?

(continuação)

Dados do Projeto
<p>O projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Título do projeto: ▪ Endereço do projeto: ▪ Síntese do projeto para divulgação: ▪ Perfis do projeto nas redes sociais para divulgação (facebook, instagram, linkedin, etc): <p>Objetivos do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Objetivo geral: ▪ Objetivos específicos: <p>Justificativa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Por que realizaram ou estão realizando o projeto? <p>Público alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual o perfil majoritário do público que o projeto pretende alcançar? <input type="checkbox"/> Crianças <input type="checkbox"/> Jovens <input type="checkbox"/> Idosos <input type="checkbox"/> População urbana <input type="checkbox"/> Populações rurais <input type="checkbox"/> Populações extrativistas <input type="checkbox"/> Mulheres <input type="checkbox"/> Agricultores <input type="checkbox"/> Pescadores <input type="checkbox"/> Quilombolas <input type="checkbox"/> LGBTQI+ <input type="checkbox"/> Outro: ▪ Há mais informações sobre o público-alvo que gostaria de fornecer? <p>Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comente sobre a fase de diagnóstico (Foi feito um diagnóstico participativo da situação? Como ele foi realizado?) ▪ Quais segmentos da sociedade foram envolvidos no projeto? <input type="checkbox"/> Poder público (administrações direta e indireta) <input type="checkbox"/> Centros de ensino (universidades e escolas) <input type="checkbox"/> Terceiro setor (ONGs, OSCIPs, Institutos, etc) <input type="checkbox"/> Associações e movimentos (grupo de ativistas, movimentos sociais, associações de bairro, etc) <input type="checkbox"/> Setor privado (empresas) <input type="checkbox"/> Sociedade civil <input type="checkbox"/> Outro: ▪ Como foi realizada a interlocução com outros atores? ▪ Quais ferramentas e metodologias de participação social e engajamento da população foram utilizadas? ▪ Qual o maior desafio enfrentado em todo o processo? <input type="checkbox"/> Recursos financeiros em geral: para execução do projeto, para pagamento da equipe, para compra de material, etc. <input type="checkbox"/> Mobilização e engajamento da população local <input type="checkbox"/> Divulgação do projeto e das ações <input type="checkbox"/> Interlocução com outros atores <input type="checkbox"/> Outro: ▪ Na opinião de sua equipe, quais gargalos um projeto colaborativo enfrenta em seu desenvolvimento?

(conclusão)

Dados do Projeto**Impacto**

- Quantas pessoas foram beneficiadas com o projeto?
- Qual foi o impacto direto do projeto na vida das pessoas e na cidade?
- E os impactos indiretos?
- A equipe mediu esse impacto? Como? (Comente sobre as ferramentas utilizadas, em quais fases do processo, como foram definidos os critérios avaliados, dentre outras características).
- Os resultados esperados foram atingidos? O que deu certo e o que poderia ser melhor?
- Quais são as expectativas para a sustentação dos resultados? (Depois da realização do projeto, quais serão os efeitos na comunidade/público alvo em pequeno, médio e longo prazo? Há um plano?).

Execução do projeto

- Quanto tempo levou a execução do projeto? (Se ainda está em andamento, informe quanto tempo já dura a execução do projeto).
 - 1 a 3 meses
 - 3 a 9 meses
 - 9 a 18 meses
 - mais
- O projeto recebeu doações não-financeiras (material de construção, material de impressão, etc) para a sua execução? Se sim, descreva o tipo e a origem da doação.
- Quanto foi investido de recurso próprio da instituição/organização?
- Quanto foi investido pelos beneficiários diretos do projeto?
- Quanto foi investido por doadores em plataformas virtuais de crowdfunding?
- Quanto foi investido por doadores em outros tipos de campanha online ou presencial?
- Quanto foi investido de fundos captados em edital público de seleção de projetos?
- Sobre o recurso financeiro: como foi a estratégia de captação?

Escala

- Qual a abrangência da proposta?
 - Bairro
 - Municipal
 - Estadual
 - Nacional
- A equipe acredita que há um potencial de escalabilidade da proposta para outras localidades?
 - Sim
 - Não
- Se sim, como?

Imagens

- Enviar imagens em alta qualidade (Pelo menos 300 dpi)

Fonte: Instituto de Urbanismo Colaborativo.

ANEXO C – Análise das práticas de Urbanismo Colaborativo.

(continua)

Região Norte		
	<p>Data Firme Incubadora de Linguagens Digitais da Universidade Federal do Pará (UFPA) Belém/PA (a partir de 2019) www.instagram.com/datafirme Mostra de 2019 <i>Projeto de mídia participativa para prover autonomia de gestão à movimentos sociais e ativistas pelo saneamento no bairro Terra Firme e sustentabilidade da Amazônia.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito ambiental, cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização hierárquica Apoio financeiro público (emenda parlamentar) Método tecnologia Escala local Participação legítima Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder coprodução</p>
	<p>Parklet ocupando o espaço público Laboratório da Cidade Belém/PA (2017) www.laboratoriodacidade.org Mostra de 2019 <i>Implantação coletiva por meio de mutirão de um Parklet como novo espaço público de lazer e convivência que busca humanizar e democratizar o uso da rua, e ter acessibilidade para cadeirantes.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado Método apropriação Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser (deficientes) Interações de poder oposição</p>
	<p>Cidade para mulheres Laboratório da Cidade Belém/PA (a partir de 2017) www.laboratoriodacidade.org Mostra de 2019 <i>Organização coletiva para repensar as cidades e dinâmicas numa perspectiva de desigualdade de gênero, sobre as mulheres nos espaços urbanos, sob eixos de segurança, mobilidade, representação.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito cidadania, político Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala cidade Participação autodeterminada Decolonialidade do ser (mulheres) Interações de poder oposição</p>
	<p>LAU LAU-Liga Acadêmica de Urbanismo da Faculdade Faci Wyden Belém/PA (2018) www.instagram.com/lau_faci Mostra de 2019 <i>Rede colaborativa de comunicação entre estudantes e comunidade, em diálogos visando a adoção de novas perspectivas e ações a respeito da cidade.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala cidade Participação simbólica Decolonialidade do saber Interações de poder coprodução</p>
	<p>Canteiros verdes cidade viva Moradores de bairro Belém/PA (a partir de 2018) www.instagram.com/canteirosverdes.cidadeviva Mostra de 2019 <i>Movimento em prol da regeneração e preservação de um espaço verde público, um canteiro central ao longo de dez quadras, e contra à remodelação realizada pela Prefeitura, que afetou a relação com a via.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito ambiental, infraestrutura (mobilidade) Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado, material público (prefeitura) Método intervenção, educação Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Portal Participe! PPGEDAM-NUMA-Universidade Federal do Pará (UFPA) Cidade/UF (a partir de 2018) www.participe.info Mostra de 2019 <i>Portal de base de informações e edição colaborativa visando ampliar a participação da população na revisão do Plano Diretor de Belém, e fornecer dados ao município.</i></p>	<p>Contexto itinerante (virtual) Propósito cidadania, documental, político Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização hierárquica Apoio financeiro público (UFPA) Método tecnologia Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder coprodução</p>

(continuação)

Região Nordeste		
	<p>O Coque que queremos Arq. Sandy Vieira da Silva Recife/PE (2018) www.instagram.com/sefalasendy Mostra de 2019</p> <p><i>Experiência de projeto participativo com os moradores da comunidade do Coque, área com menor IDH do Recife, na discussão de possíveis melhorias para os espaços públicos no bairro.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito cidadania Atores setor privado (profissional arq.), grupo social civil Organização não-hierárquica Método educação Apoio material privado Escala local Participação simbólica Decolonialidade do saber Interações de poder coprodução</p>
	<p>Cidadania Verde Arq-PET-CAU-Universidade Federal do Ceará (UFC) Fortaleza/CE (2018) www.pet.arquitetura.ufc.br Mostra de 2018</p> <p><i>Prover autonomia de ação à comunidade sobre o espaço comum do Parque Lagoa da Viúva, em confronto à degradação ambiental e modo normativo de planejar.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito ambiental, cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação (lúdico) Escala local Participação simbólica Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Plano Popular da ZEIS Bom Jardim Arq-PET-CAU-Universidade Federal do Ceará (UFC) Fortaleza/CE (2018) www.pet.arquitetura.ufc.br Mostra de 2018</p> <p><i>Construção de plano popular participativo com a comunidade como instrumento de estratégia política com o município, dada a negligência com a participação no planejar.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania, documental, político Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Placemaking na Praça do Conjunto Alvorada Coletivo A-braço Fortaleza/CE (2016) www.instagram.com/coletivoa_braço Mostra de 2016</p> <p><i>Projeto de placemaking com moradores, na discussão, diagnóstico, proposição e execução de intervenção em espaço de lazer, fortalecendo a relação com a praça.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Ação Colaborativa no Jangurussu Coletivo A-braço Fortaleza/CE (2017) www.instagram.com/coletivoa_braço Mostra de 2017</p> <p><i>Construção de espaço de lazer com os moradores da comunidade Gereba no bairro Jangurussu, carente de áreas livres e de infraestruturas básicas, visando fortalecer as relações com a área.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil, instituição de ensino (UNIFOR) Organização não-hierárquica Apoio material privado Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Rede de Fazedores - MTST Sergipe Coletivo Abrigo Aracaju/SE (2018) www.facebook.com/AbrigoColetivo Mostra de 2018</p> <p><i>Oficinas na ocupação Beatriz Nascimento do MTST Sergipe para autoconstrução de áreas comuns e iniciação profissional em técnicas de permacultura e reciclagem, para autonomia construtiva de moradores.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito infraestrutura, espaço coletivo, ambiental Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado, material público (governo) Método educação, intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder oposição</p>

(continuação)

	<p>Abordagem participativa como método de apreensão do espaço Coletivo Camaleão Aracaju/SE (2018) www.instagram.com/coletivo.camaleao Mostra de 2018 <i>Revitalização de espaço degradado na comunidade Vitória da Resistência, origem de ocupação urbana resistente, a partir da arte (grafite) e educação lúdica ambiental.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado, material público (empresa mun.) Método intervenção, educação, arte Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Assessoria Técnica ZEIS Caça e Pesca: acesso à informação Coletivo Carcará Fortaleza/CE (2018) www.instagram.com/coletivo.carcara Mostra de 2018 <i>Assessoria técnica à comunidade Caça e Pesca visando sua autonomia na obtenção de direitos garantidos pelas ZEIS, e na luta contra a pressão imobiliária na orla.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania, político Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação legítima Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder coprodução</p>
	<p>Projeto Colorindo Vidas Coletivo Colorindo Vidas Fortaleza/CE (a partir de 2015) www.instagram.com/sigacolorindo Mostra de 2019 <i>Mutirões colaborativos de pintura de fachadas de casas em comunidades da periferia, envolvendo moradores, artistas e voluntários, visando transformar espaços através das cores e da arte urbana.</i></p>	<p>Contexto áreas públicas degradadas, itinerante Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado Método intervenção, arte Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Meu bairro brincante Coletivo Massapê Olinda/PE (2019) www.instagram.com/coletivomassape Mostra de 2019 <i>Mutirão de construção de espaço lúdico em área ociosa da comunidade de Jardim Brasil sob a ótica das crianças em todas as fases do processo, fortalecendo a relação entre a primeira infância e a cidade.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado, fin. coletivo, fin. público (edital) Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser (crianças) Interações de poder oposição</p>
	<p>Quintal Urbano Coletivo Quintal Urbano Natal/RN (a partir de 2016) www.instagram.com/quintaurbano Mostra de 2017 <i>Discutir e aplicar táticas participativas com a comunidade do bairro Ponta Negra para ativação de espaços públicos para lazer e sociabilidade, por meio de oficina, mutirão, instalação efêmera artística e fotográfica.</i></p>	<p>Contexto áreas públicas ociosas, itinerante Propósito espaço coletivo Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo Método apropriação, arte Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Aqui tem sombra! Cubo Urbano Juazeiro do Norte/CE (2017) www.instagram.com/cubo_urbano Mostra de 2017 <i>Construção de abrigos temporários e compartilháveis através de sombrinhas, para oferecer proteção solar aos usuários de ônibus, e reclamar ao poder público a ausência e ineficiência dos equipamentos.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito infraestrutura urbana, político Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo Método apropriação Escala cidade Participação autodeterminada Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>

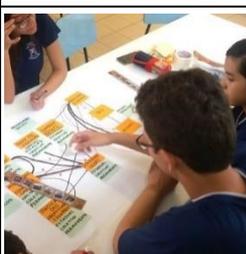
(continuação)

	<p>AUÊ - Articulações Urbanas em Escada CURIAR Escritório Modelo FAU (UFBA) Salvador/BA (2017) www.curiar.arq.ufba.br Mostra de 2018 <i>Elaboração coletiva de um plano de ações junto aos jovens da Escola Comunitária de Nª Sr.ª da Escada, para fortalecer vínculos entre escola e comunidade.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania Atores instituição de ensino Organização não-hierárquica Apoio material privado Método educação Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser (jovens) Interações de poder coprodução</p>
	<p>Intervenção Cartográfica do Gesso LUE-Laboratório Urbano Experimental do CAU-Centro Univ. Paraíso (UniFAP) Crato/CE (2018) www.instagram.com/lab_experimental Mostra de 2019 <i>Projeto participativo com moradores do Gesso na proposição e execução de intervenção urbana para reconstrução da narrativa de lugar do seu território criativo.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método intervenção Escala local Participação autoderminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Nossa Rua Nossa Rua Teresina/PI (2016) www.instagram.com/nossarua.the Mostra de 2018 <i>Ocupação temporária de via movimentada para atividades de lazer, gastronômicas, culturais, promovendo a experiência e o debate sobre vivências do espaço urbano e sobre o modelo de cidade para pessoas.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo Atores grupo social civil Organização hierárquica Apoio financeiro privado, financeiro coletivo Método apropriação Escala cidade Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Workshop de Design-Build O Norte - Oficina de Criação Recife/PE (2017) www.onorte.arq.br Mostra de 2018 <i>Workshop "Atelier Vivo" para desenho e execução de intervenção, que transformou em praça para crianças um espaço ocioso que a comunidade de Santo Amaro evitou por anos que fosse utilizado como lixão.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo Atores setor privado (empresa), inst. ens., grupo social Organização hierárquica Apoio material privado, financeiro coletivo Método intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Projeto Jovens Líderes Projeto Jovens Líderes (UNIFOR) Fortaleza/CE (2017) www.instagram.com/jovenslideres Mostra de 2017 <i>Projeto voltado a alunos de ensino médio da rede pública, em situação socialmente vulnerável e desfavorecida, por meio do desenvolvimento de ações colaborativas nas cidades, inspiradas nas ODS da ONU.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material privado (UNIFOR), financeiro coletivo Método educação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Escola de Férias Rede do Programa Ciência Sem Fronteiras Paraná/RN (2016) www.instagram.com/redecfsnata Mostra de 2016 <i>Minicursos ministrados por intercambistas da Rede CsF à alunos de locais carentes de desenvolvimento, em que crianças e adolescentes esboçaram projetos de melhoria para os problemas da cidade.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania Atores setor público, instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material coletivo, financeiro coletivo Método educação Escala cidade Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>

(continuação)

	<p>Minha Casa, Minha Cidade Residência AU+E-Universidade Federal da Bahia (UFBA) Salvador/BA (2018) www.residencia-aue.ufba.br Mostra de 2018 <i>Assistência Técnica a moradores do Residencial Fazenda Grande 8B PMCMV, visando elaborar um projeto participativo e amparar a autogestão das áreas comuns.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania, político Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material público (UFBA), fin. público (edital UFBA) Método educação Escala local Participação legítima Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder coprodução</p>
	<p>Programa Mutirão na Vizinhança Secretaria Municipal de Planejamento Conde/PB (a partir de 2017) www.conde.pb.gov.br Mostra de 2018 <i>Desenvolver ações colaborativas visando melhorias e apropriação do espaço público como a qualificação da Praça da Amizade e a reconstrução em taipa do Museu do Ipiranga de comunidade quilombola.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores setor público, inst. ensino, grupo social civil Organização hierárquica Apoio material coletivo Método intervenção, tecnologia Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser (a exemplo dos quilombolas) Interações de poder coprodução</p>
	<p>Reconstrução da identidade urbana SEJA-Projeto de Pesquisa do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) Santo Antônio de Jesus/BA (2017) www.instagram.com/sejasaj Mostra de 2017 <i>Reconstrução da identidade urbana dos cidadãos pelo conhecimento histórico-cultural local por meio textual e audiovisual, tornando-os agentes do espaço público.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito documental cidadania Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio inexistente Método educação, tecnologia (redes sociais) Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do ser, do saber Interações de poder coprodução</p>
	<p>Espaço Social SEMICT-Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo Aracaju/SE (2017) www.transparencia.aracaju.se.gov.br Mostra de 2018 <i>Programa participativo com a comunidade do bairro Santa Maria na proposição de espaço público para atividades cotidianas de cultura, saúde, esporte, lazer.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, cidadania Atores setor público, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Ambiente em Movimento Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade Fortaleza/CE (2018) www.instagram.com/taramela.atac Mostra de 2018 <i>Assessoria na intervenção idealizada pelo grupo Jovens Agentes da Paz para incluir vegetação e mobiliário em espaços livres no bairro Grande Bom Jardim.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio material privado, financeiro público (edital) Método intervenção Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Assessoria Técnica na Regulamentação de ZEIS Taramela Ass. Téc. Arquitetura e Cidade Fortaleza/CE (2018) www.instagram.com/taramela.atac Mostra de 2018 <i>Assessoria técnica às comunidades das ZEIS do Mucuripe, Lagamar, Pici, visando a autonomia e participação popular efetiva no processo de regulamentação das ZEIS.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania, político Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder coprodução</p>

(continuação)

	<p>urb.coLAB urb.coLAB- Universidade Tiradentes (Unit) Aracaju/SE (2018) www.instagram.com/urb.colab Mostra de 2018 <i>Ações colaborativas para reintegração de espaços urbanos degradados por acúmulo irregular de Resíduos da Construção Civil, reaproveitando materiais na elaboração de hortas comunitárias e mobiliários urbanos.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania, ambiental Atores inst. de ensino, setor público, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo, material público (prefeitura) Método intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
Região Centro-oeste		
	<p>CambiaMente Arq. Caroline Soares Nogueira Brasília/DF (2017) www.facebook.com/carol.soares.nogueira Mostra de 2017 <i>Metodologia de pedagogia urbana com alunos do Centro de Ensino Zilda Arns, visando fomentar a vida pública no bairro Itapoã através do protagonismo juvenil na apropriação e transformação do território.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania Atores setor privado (profissional arq.), inst. de ensino Organização hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Nossa casa comum Arq. João Pereira, Arq. Mariana Bomtempo Brasília/DF (2016) www.facebook.com/nossacasacomubrasil Mostra de 2016 <i>Projeto educacional para alunos de ensino médio de escola periférica de Taguatinga Norte para estimular o pensamento crítico e engajamento na criação de estratégias em relação a mudanças para a cidade.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania Atores setor privado (profissionais arq.), inst. de ensino Organização hierárquica Apoio material privado (instituição de ensino) Método educação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Espaços públicos no Sol Nascente Arq. Mayara Neres Ceilândia/DF (2018) www.issuu.com/mayaraneres1 Mostra de 2018 <i>Estudo das relações urbanas e sociais nos espaços públicos do assentamento do Sol Nascente e das demandas de moradores para proposição de diretrizes projetuais que potencializem a urbanidade do local.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania Atores setor privado (profissional arq.), inst. ens. (UnB) Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Safári Urbano, pelas calçadas de Brasília Assoc. Andar a pé - O movimento da gente Brasília/DF (2017) www.instagram.com/andarapedf Mostra de 2017 <i>Oficinas de sensibilização e mobilização da população sobre o transporte a pé e a qualidade dos espaços dos pedestres, aplicado em roteiros centrais em Brasília.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito infraestrutura (mobilidade), cidadania Atores grupo social civil Organização hierárquica Apoio material privado (instituição de ensino) Método educação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder ausente</p>
	<p>Agricultura urbana e cidadania na superquadra Coletivo 416N Brasília/DF (a partir de 2015) www.416norte.blogspot.com Mostra de 2017 <i>Realização de horta urbana na margem de uma superquadra, por grupo de vizinhança que mapeia desafios à regulamentação de políticas públicas de agricultura urbana.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito ambiental, cidadania Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo, material público (estadual) Método educação, intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>

(continuação)

	<p>O DF que a gente quer CODESE-Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico DF Brasília/DF (a partir de 2017) www.odfqueagentequer.org Mostra de 2018 <i>Articulação de diferentes segmentos para reunir ideias da população sobre questões sociais e urbanas, a serem entregues ao governo visando a gestão compartilhada.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito documental, político Atores grupo social civil (OSC) Organização hierárquica Apoio financeiro coletivo (associados ao CODESE) Método tecnologia Escala regional (abrange todo o DF) Participação legítima Decolonialidade do poder Interações de poder coprodução</p>
	<p>Projeto Reconquista ENEA-Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura Goiânia/GO (2017) Sítio eletrônico não informado Mostra de 2017 <i>Projeto participativo de duas praças vazias, junto com moradores removidos para o Residencial Real Conquista, e capacitação para construção coletiva e autogestionada.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>#transformebrasilia Ithaka Brasília/DF (a partir de 2015) www.instagram.com/ithakabsb Mostra de 2019 <i>Movimento que difunde a abordagem Design Thinking através de atividades visando tornar a população agente ativo na construção de soluções colaborativas na resolução dos problemas da cidade.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito cidadania Atores grupo social civil (OSC) Organização hierárquica Apoio financeiro coletivo Método educação, tecnologia Escala regional (abrange todo o DF) Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Caminhada da Joaquina MOB-Movimente e Ocupe seu Bairro Brasília/DF (2016) www.coletivomob.com.br Mostra de 2016 <i>Atividade Jane's Walk, realizada em todo mundo, inspirada em Jane Jacobs, com passeios a pé pela cidade, cujo objetivo foi promover a crianças uma maior interação com o espaço público e temáticas urbanas.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito cidadania Atores grupo social civil (OSC) Organização hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder ausente</p>
	<p>A Rua do Jovem do Varjão MOB-Movimente e Ocupe seu Bairro Brasília/DF (2016) www.coletivomob.com.br Mostra de 2017 <i>Fechamento temporário de via principal para lazer, que culminou na participação de crianças e jovens na intervenção física do espaço urbano, como na arquibancada da praça para manifestações culturais.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio material privado Método apropriação, intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Intervenção no SCS MOB-Movimente e Ocupe seu Bairro Brasília/DF (2016) www.coletivomob.com.br Mostra de 2018 <i>Intervenção na passarela do Setor Comercial Sul com a participação dos que frequentam o local, com arte e pintura de modo colaborativo e em mutirão, visando gerar pertencimento e cuidado.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito cidadania Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio material privado (Coletivo Labirinto), fin. coletivo Método intervenção, arte Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>

(continuação)

	<p>MOBilize! São Sebastião MOB-Movimente e Ocupe seu Bairro Brasília/DF (2019) www.coletivomob.com.br Mostra de 2019 <i>Articulação de grupos de São Sebastião para transformar a Praça do Reggae, despertar o interesse da comunidade pelo espaço público e para o exercício da cidadania através de mutirão colaborativo.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito cidadania Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio material coletivo, financeiro público (edital) Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>A Vila que reinventamos Periférico-Grupo de Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (UnB) Brasília/DF (2016-2017) www.perifericounb.com Mostra de 2017 <i>Processo participativo através do Jogo Oásis do Instituto Elos, com a comunidade do assentamento da Vila Cultural, com um mutirão para revitalização do espaço local.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material coletivo Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Periférico, trabalhos emergentes Periférico- Grupo de Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (UnB) Brasília/DF (2017) www.perifericounb.com Mostra de 2017 <i>Tratar temas marginais, habitação social, planos de bairro, assentamentos MST, comunidades quilombolas, equipamentos comunitários, espaços e parques urbanos.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito cidadania Atores instituição de ensino Organização não-hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>O cantinho de todos Periférico- Grupo de Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (UnB) Brasília/DF (2018) www.perifericounb.com Mostra de 2018 <i>Assessoria técnica no processo participativo de desenho urbano socioecológico pela comunidade da Ocupação Urbana Doroty Stang, em apoio à regularização fundiária.</i></p>	<p>Contexto área de exclusão sociopolítica Propósito cidadania, político Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro público (edital UnB) Método educação Escala local Participação legítima Decolonialidade do saber, do poder Interações de poder coprodução</p>
	<p>Projeto mobilidade ao redor 1ª fase Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades Brasília/DF (2017) www.instagram.com/mobilidadeaoredor Mostra de 2017 <i>Testar melhorias para caminhabilidade e espaços de convivência através de urbanismo tático no entorno do Min.Cidades, área totalmente tomada por veículos.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, infraestrutura (mobilidade) Atores setor público Organização hierárquica Apoio material privado, fin. privado (NTU, ANPTrilhos) Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder subordinação</p>
	<p>Projeto mobilidade ao redor 2ª fase Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades Brasília/DF (2018) www.instagram.com/mobilidadeaoredor Mostra de 2018 <i>Ações de mobilidade urbana para valorizar o espaço público na escala do pedestre, incentivar modos saudáveis de transporte e realizar uma ação urbana colaborativa.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, infraestrutura (mobilidade) Atores setor público Organização hierárquica Apoio financeiro coletivo Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder subordinação</p>

(continuação)

	<p>Casa Fora de Casa Sobreurbana Goiânia/GO (2016) www.casaforade.casa Mostra de 2016 <i>Promoção de conscientização e formação cidadã com ações urbanas colaborativas com a comunidade, em quatro praças do bairro Setor Sul, dadas suas áreas verdes abandonadas ou subaproveitadas.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores setor privado (empresa) Organização não-hierárquica Apoio financeiro público (edital) Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
Região Sudeste		
	<p>Oficina de Parklet Arq. Bernardo Neves, Arq. Gustavo Silva São João del Rei/MG (2015-2016) Sítio eletrônico não informado Mostra de 2017 <i>Oficina de marcenaria em Seminário, cuja construção de parklet levou à comunidade o tema da mobilidade urbana na disputa à cidade e acesso popular ao centro histórico dada a pressão imobiliária e gentrificação.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito infraestrutura (mobilidade), espaço coletivo Atores setor privado (profissionais arq.) Organização hierárquica Apoio fin. coletivo, material priv., material públ. (UFSJ) Método educação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Urbanxchanger Arq. Marcos Rosa e equipe de SP e Berlim São Paulo/SP (2015) www.urbanxchanger.com Mostra de 2016 <i>Construção coletiva de protótipos móveis e temporários para dar suporte a eventos de hortas comunitárias de SP articuladas pela ONG "Cidades Sem Fome" que transforma terrenos residuais em locais produtivos.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito infraestrutura, espaço coletivo, ambiental Atores setor privado (profissional arq.), grupo social civil Organização hierárquica Apoio financeiro privado (ONG Alfred Herrhausen) Método apropriação, tecnologia (prototipagem) Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Reforma da pracinha do Mandela Centro de Criação de Imagem Popular Rio de Janeiro/RJ (2016) www.cecip.org.br Mostra de 2017 <i>Pelo Projeto Criança Pequena em Foco, que visa a participação das crianças em ações no território, um mutirão de reforma é feito na praça da favela de Manguinhos a partir de demanda de espaços para brincar</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio material privado, financeiro coletivo Método intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser (crianças) Interações de poder coprodução</p>
	<p>Olhe o degrau Cidade Ativa São Paulo/SP (a partir de 2014) www.cidadeativa.org Mostra de 2018 <i>Ressignificar as escadarias degradadas de São Paulo, em ações participativas com a população que incentivem a mobilidade a pé, não só como passagem, mas espaços públicos para lazer, estar, atividade física.</i></p>	<p>Contexto áreas públicas degradadas, itinerante Propósito infraestrutura (mobilidade), espaço coletivo Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio material privado, fin. privado (edital) Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Nosso bairro, meu quintal Cidade Quintal Vitória/ES (2017) www.cidadequintal.com.br Mostra de 2017 <i>Criação e execução colaborativa de mural artístico na rua entre os bairros Forte São João e Romão, aberta por moradores nos anos 90, com homenagem histórica e às novas gerações a fortalecer a comunidade.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores setor privado (empresa), grupo social civil Organização hierárquica Apoio material privado, financeiro privado (BID) Método intervenção, arte Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>

(continuação)

	<p>Parquinho Vitória Coletivo Agroecologia na Periferia Belo Horizonte/MG (2018) www.facebook.com/agroecologianaperiferia Mostra de 2019 <i>Construção de espaço de lazer compatível com a conservação de recursos hídricos e ambientais na Ocupação Vitória na Izidora, com processo lúdico participativo e execução por mutirão comunitário.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito ambiental, espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo, material coletivo Método intervenção Escala local Participação autoderminada Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Projeto Flutua Coletivo Flutua Uberlândia/MG (a partir de 2017) www.flutua.org Mostra de 2019 <i>Realização de estrutura inflável lúdica de resíduos plásticos, visando ativar espaços públicos com a comunidade e encorajar formas integrativas e colaborativas, sendo esta instalação feita em escola municipal.</i></p>	<p>Contexto áreas públicas ociosas, itinerante Propósito espaço coletivo, cidadania Atores grupo social civil Organização hierárquica Apoio financeiro público (edital LIC) Método apropriação, arte Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Área de lazer e convívio Laranjal Coletivo Formigas - Universidade Federal de Viçosa (UFV) Viçosa/MG (2016) www.instagram.com/formigascoletivo Mostra de 2016 <i>Criação de mobiliário para socialização e encontro junto à abandonada linha do trem do bairro Laranjal, em sistema de oficina e mutirão com a participação de moradores.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material privado, financeiro coletivo Método intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Reforma do Parquinho Laranjal Coletivo Formigas - Universidade Federal de Viçosa (UFV) Viçosa/MG (2018) www.instagram.com/formigascoletivo Mostra de 2018 <i>Planejamento e execução de reforma do parquinho da Escola Municipal Nº Sr.ª de Fátima no bairro Laranjal, de forma colaborativa e participativa pelas crianças.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada (escola) Propósito espaço coletivo, cidadania Atores instituição de ensino Organização não-hierárquica Apoio material privado, financeiro coletivo Método intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser (crianças) Interações de poder coprodução</p>
	<p>Das nobres Coletivo Formigas - Universidade Federal de Viçosa (UFV) Viçosa/MG (2019) www.instagram.com/formigascoletivo Mostra de 2019 <i>Construção de salão multiuso através de mutirão na Comunidade Rural Córrego dos Nobres, resgatando a história local no uso da técnica de bioconstrução com terra.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa (rural) Propósito espaço coletivo, cidadania, ambiental Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material coletivo, financeiro coletivo Método intervenção, tecnologia (bioconstrução) Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser, do saber Interações de poder coprodução</p>
	<p>Parking Day UNIGRANRIO Coletivo Movimente-Univ. do Grande Rio Duque de Caxias/RJ (2016) www.instagram.com/coletivomovimente Mostra de 2017 <i>Construção de parklet temporário no bairro Duque de Caxias, dada a falta de espaços de convivência na área com grande fluxo de pedestres, em provocação à lógica das cidades majoritariamente para os veículos.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, infraestrutura (mobilidade) Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material coletivo, financeiro coletivo Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>

(continuação)

	<p>Ocupação de vazios urbanos: estratégias para construção de cidades saudáveis GEPUCS-LABINUR-UNICAMP Conchal/SP (a partir de 2011) www.labinur.wixsite.com/labinur/gmpucps Mostra de 2016 <i>Implantação de horta comunitária em vazio urbano degradado no bairro Planalto, para requalificação e resgate da função social.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, ambiental, cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro público (prefeitura e ministério saúde) Método intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Imagina C Imagina C São Paulo/SP (a partir de 2017) www.imaginac.com.br Mostra de 2018 <i>Projeto lúdico educativo com protagonismo de crianças em soluções urbanas criativas para as cidades, de modo a sensibilizar a respeito da relação criança x cidade, tendo ocorrido inicialmente no bairro do Glicério.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito espaço coletivo, cidadania Atores setor privado (empresa), grupo social civil Organização hierárquica Apoio material priv., fin. priv. (fundação Bernard Van Ler) Método intervenção, educação (lúdico) Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser (crianças) Interações de poder coprodução</p>
	<p>Projeto Casulo LabUrb-Escola de Arq. e Urb. (UFMG) Ribeirão das Neves/MG (2016) www.laburb-ufmg.net/extensao Mostra de 2016 <i>Apropriação de terreno com caixa d'água abandonada, que culmina na criação de rede de trabalhadores da cultura para iniciar um processo de reivindicação ao uso e gestão compartilhada do local.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material coletivo Método apropriação Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser (agentes culturais) Interações de poder coprodução</p>
	<p>Oficina Multidisciplinar: LUMEs e a prática do planejam. metropolitano LabUrb-Escola de Arq. e Urb. (UFMG) Belo Horizonte/MG (2016) www.laburb-ufmg.net/extensao Mostra de 2016 <i>Fortalecer ações alinhadas ao Programa Lugares da Urbanidade Metropolitana proposto pelo Plano Diretor (LUMEs), visando uma rede social local continuada.</i></p>	<p>Contexto itinerante Propósito político, cidadania Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio inexistente Método educação Escala regional (região metropolitana de BH) Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Guia metropolitano LabUrb-Escola de Arquitetura e Urbanismo da Univ. Federal de Minas Gerais (UFMG) Belo Horizonte/MG (2017) www.laburb-ufmg.net/extensao Mostra de 2017 <i>Elaboração de mapa colaborativo de referências de urbanidade e de memória da Região Metropolitana de BH a partir das vivências e identidades da população.</i></p>	<p>Contexto itinerante (virtual) Propósito documental, cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização hierárquica Apoio financeiro público (UFMG) Método tecnologia Escala regional (região metropolitana de BH) Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Prática de Permacultura na Vila Acaba Mundo LOTE VAGO arquitetura + urbanismo Belo Horizonte/MG (2017) www.instagram.com/lotevagoarquitetura Mostra de 2019 <i>Apropriação de área para a construção de horta coletiva para preservar a nascente do córrego Vila Acaba Mundo e estimular a prática da permacultura entre moradores.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, ambiental, cidadania Atores setor privado (profissional arq.) grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo, material público (prefeitura) Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser, do saber Interações de poder coprodução</p>

(continuação)

	<p>#tonopico Núcleo de Urbanismo em Práticas Colaborativas da Univ. do Oeste Paulista Presidente Prudente/SP (2014) www.instagram.com/urb_colab Mostra de 2016 <i>Instalação experimental em área pública com vistas da paisagem, visando qualificar o espaço e criticar a falta de mobiliário urbano e de manutenção do meio natural.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material coletivo Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Apropriação do Pico da Neblina Núcleo de Urbanismo em Práticas Colaborativas da Univ. do Oeste Paulista Presidente Prudente/SP (2018) www.instagram.com/urb_colab Mostra de 2019 <i>Nova apropriação temporária destacando o abandono e necessidade de qualificação do Pico da Neblina, dado o potencial de uso para o lazer e contemplação da cidade.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material coletivo Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Identidade e Integração no Centro de Formação e Promoção Humana Núcleo de Urbanismo em Práticas Colaborativas da Univ. do Oeste Paulista Mirante do Paranapanema/SP (2018) www.instagram.com/urb_colab Mostra de 2019 <i>Realização de grafite na fachada por artista local e participação das crianças e jovens, reforçando vínculos e pertencimento.</i></p>	<p>Contexto área privada de interesse público degradada Propósito cidadania Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material privado, material coletivo Método intervenção, arte Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser (crianças e jovens) Interações de poder coprodução</p>
	<p>Revitalização do Centro Comunitário Jaburu Paleta Parque Vitória/ES (2016) www.paleteparque.com Mostra de 2016 <i>Projeto participativo e mutirão comunitário em 3 fases: 1) captar água da chuva, 2) reformar fachada e criar horta comunitária, 3) criar área de vivência em espaço público</i></p>	<p>Contexto área públ. e priv. de interesse públ. degradadas Propósito espaço coletivo, cidadania Atores setor privado (profissional arq.), grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material priv., fin. privado (ONG Brazil Foundation) Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do ser, do saber Interações de poder coprodução</p>
	<p>Agro-Gym: academia sustentável numa horta São Paulo Lab (atual Instituto Tico-Tico) São Paulo/SP (a partir de 2018) www.ticotico.org/agro-gym-en Mostra de 2019 <i>Criação colaborativa em horta comunitária, de academia movida por energia humana com papel de irrigação à compostagem, unindo moradores ao cuidado do espaço.</i></p>	<p>Contexto área privada de interesse público degradada Propósito espaço coletivo, ambiental Atores grupo social civil (OSC) Organização hierárquica Apoio financeiro privado (edital Instituto Jatobás) Método tecnologia Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser, do saber Interações de poder coprodução</p>
	<p>Moradia Digna Secretaria Municipal de Habitação Limeira/SP (a partir de 2017) www.limeira.sp.gov.br/secretarias/habitacao Mostra de 2019 <i>Apoio a famílias de baixa renda na reforma ou construção de suas residências, que une assistência técnica, olaria ecológica para produzirem tijolos, banco de materiais doados, capacitação de mão-de-obra.</i></p>	<p>Contexto área privada degradada (moradias), itinerante Propósito infraestrutura (habitação), cidadania Atores setor público, grupo social civil Organização hierárquica Apoio material privado, material coletivo Método tecnologia, educação Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do ser, do saber Interações de poder coprodução</p>

(continuação)

Região Sul		
	<p>Da sala de aula para interação com a cidade Curso Turismo-Centro Un. Metodista (IPA) Porto Alegre/RS (2016-2017) www.facebook.com/coletivotemporario Mostra de 2017 <i>Ações temporárias em espaços públicos já turísticos ou com potencial, que incentivem a interatividade e alertem o poder público da capacidade participativa de moradores.</i></p>	<p>Contexto áreas públicas ociosas, itinerante Propósito espaço coletivo Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material coletivo Método apropriação, arte Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Práticas participativas no Beco das Pedras EMAV-Escritório Modelo da FAU (UFRGS) Porto Alegre/RS (2014-2016) www.instagram.com/emav.ufrgs Mostra de 2016 <i>Criação participativa de escada e rampa no Beco das Pedras, dado o acesso íngreme e precário às casas, executados em etapas por mutirões autogeridos pelos moradores.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito infraestrutura (acessibilidade), cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo Método intervenção Escala local Participação autodeterminada Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>O Parklet - Parking Day - São Leo Interventura Urbana São Leopoldo/RS (2018) www.interventura.com.br Mostra de 2018 <i>Instalação temporária de parklet instigando na população o uso do espaço público e de transportes não motorizados, e cobrando o poder municipal a criar legislação para implementação desse mobiliário urbano.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, infraestrutura (mobilidade) Atores setor privado (empresa) Organização hierárquica Apoio material privado, financeiro coletivo Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Deu praia em São Leo Interventura Urbana São Leopoldo/RS (2019) www.interventura.com.br Mostra de 2019 <i>Ações e Instalações temporárias visando aproximar a comunidade ao Rio Dos Sinos e promover a valorização ambiental desse espaço público natural e sua orla, com usos de esporte, lazer e contemplação.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, ambiental Atores setor privado (empresa) Organização hierárquica Apoio fin. privado, fin. coletivo, material privado Método apropriação Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do poder Interações de poder coprodução</p>
	<p>Intervenção urbana espaço de ideias LabURB-Univ. Luterana do Brasil (ULBRA) Santa Maria/RS (2016) www.facebook.com/caulbrasantamaria Mostra de 2016 <i>Ação com espaço de ideias da comunidade na praça do bairro Stª Marta, que embasou prototipagem e instalação de módulo em crítica à falta de mobiliário e vandalismo.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio material coletivo, financeiro coletivo Método apropriação, intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder oposição</p>
	<p>Projeto Vizinhança Projeto Vizinhança Porto Alegre/RS (a partir de 2012) www.instagram.com/projetovizinhanca Mostra de 2018 <i>Construção coletiva de ambiente lúdico e informal que incite situações de encontro e convívio no cotidiano de uma comunidade, ativando espaços ociosos com experiências participativas, artísticas e culturais.</i></p>	<p>Contexto áreas públicas ociosas, itinerante Propósito espaço coletivo Atores grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio material coletivo, financeiro coletivo Método apropriação, arte Escala cidade Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>

(conclusão)

	<p>Itupava: qual praça que queremos? Sociedade Global Curitiba/PR (2018) www.sociedadeglobal.org Mostra de 2018 <i>Organização de plano de ação coletivo e mutirão comunitário autogestionado em intervenções como painel artístico, horta e mobiliários, contra o projeto de binário da Prefeitura que cortaria a Praça Itupava.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, político Atores grupo social civil (OSC) Organização não-hierárquica Apoio financeiro privado Método intervenção Escala local Participação legítima Decolonialidade do poder Interações de poder oposição</p>
	<p>Praça Central Universidade Estadual de Maringá SOMA-EMAU-Univ. Estadual de Maringá Maringá/PR (2011-2015) www.instagram.com/grupoarqcite Mostra de 2017 <i>Projeto de Praça, debatido em audiências públicas, que demarca o espaço da UEM como público, aberto à comunidade, e se impõe ao projeto rodoviário ali previsto.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo, político Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio financeiro público (UEM) Método intervenção Escala local Participação simbólica Decolonialidade do poder Interações de poder coprodução</p>
	<p>Praça da Esperança TaliésEM-EMAU-Univ. de Caxias do Sul Caxias do Sul/RS (2016) www.instagram.com/taliesem Mostra de 2017 <i>Requalificação da Praça da Esperança, um espaço residual usado para convívio na Comunidade Beltrão de Queiroz, originada de assentamento, com ação participativa dos moradores que gere sua autonomia.</i></p>	<p>Contexto área pública degradada Propósito espaço coletivo, cidadania Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização não-hierárquica Apoio financeiro coletivo, material privado Método intervenção Escala local Participação autoderminada Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Praça Viva: vivência na Praça Santo Antônio vivaCIDADE-Univ. Federal de Santa Maria Cachoeira do Sul/RS (2016) www.instagram.com/vivacidadeufsm Mostra de 2016 <i>Ocupação de vivência coletiva e de resgate das relações na Praça Sto. Antônio para que integre o dia-a-dia da comunidade como espaço de lazer e convivência.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo Atores instituição de ensino Organização hierárquica Apoio financeiro público (edital UFSM) Método apropriação Escala local Participação simbólica Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>
	<p>Praça Santo Antônio + Viva vivaCIDADE-Univ. Federal de Santa Maria Cachoeira do Sul/RS (2018) www.instagram.com/vivacidadeufsm Mostra de 2018 <i>Ocupação de vivência coletiva e de resgate das relações na Praça Sto. Antônio através de atividades propostas pela comunidade, visando estimular seu uso e ampliar a vida comunitária no bairro.</i></p>	<p>Contexto área pública ociosa Propósito espaço coletivo Atores instituição de ensino, grupo social civil Organização hierárquica Apoio financeiro público (edital UFSM) Método apropriação Escala local Participação legítima Decolonialidade do ser Interações de poder coprodução</p>

Fonte: Elaboração pela autora.